



III Colóquio Internacional da Rede MUSSI

As transformações
do documento no
espaço-tempo do
conhecimento

Anais
2014





Rede Franco-Brasileira de
Pesquisadores em Mediações e
Usos Sociais de Saberes e Informação

Réseau Franco-Brésilien de
Chercheurs en Médiations et Usages
Sociaux des Savoirs et de l'Information

ANAIS

3º Colóquio Internacional da Rede MUSSI **As transformações do documento no** **espaço – tempo do conhecimento**

Encontros científicos internacionais da Rede MUSSI

Universidade Federal da Bahia
Instituto de Ciência da Informação
Salvador, 10, 11 e 12 de novembro de 2014

Números anteriores da coleção
Encontros Científicos Internacionais da Rede MUSSI

• **Série Colóquios Científicos Internacionais:**

Mediações e Usos dos Saberes e da Informação: um diálogo França – Brasil.

Anais organizado por Regina Marteleto e Icléia Thiesen. Rio de Janeiro, 04-07 novembro 2008. Rio de Janeiro: Rede MUSSI, ICICT/Fiocruz, Ibict/UFRJ, 2008, 633p. v.1.

Médiations et hybridations: construction sociale dès saviors et de l'information.

Actes publiés sous la direction de Viviane Couzinet et Caroline Courbières. Toulouse, 15-17 novembre 2011. Toulouse: Université de Toulouse 3, 2011, 473 p. v.2.

• **Série Jornadas Científicas Internacionais**

Médiations documentaires: entre réalités et imaginaires.

Actes publiés sous la direction de Viviane Couzinet et Regina Marteleto. Avignon: Université d'Avignon et des Pays de Vaucluse. Toulouse: Université de Toulouse 3, 2010, 200p. v.1.

Redes e processos info-comunicacionais: mediações, memórias, apropriações.

Anais organizado por Regina Marteleto, Icléia Thiesen, Geni Chaves Fernandes, Gustavo Silva Saldanha. Rio de Janeiro, 24-26 novembro 2012. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012, 468p. v.2. (ISBN: 978-85-85471-19-4)



**3º COLÓQUIO INTERNACIONAL
AS TRANSFORMAÇÕES DO DOCUMENTO
NO ESPAÇO – TEMPO DO CONHECIMENTO**

ANAIS

Coordenação
Katia de Carvalho
ICI/UFBA

Maria Isabel Barreira
ICI/UFBA

Salvador, Ba, Brasil
10, 11 e 12 de novembro de 2014

Organização e realização: Rede MUSSI

Promoção: Universidade Federal da Bahia
Instituto de Ciência da Informação
PPGCI/UFBA

Organização e realização:

Rede Franco-Brasileira de Pesquisadores em Mediações e Usos Sociais de Saberes e Informação - Rede MUSSI

Promoção:

Universidade Federal da Bahia

Instituto de Ciência da Informação

Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação – PPGCI/UFBA
(Avenida Reitor Miguel Calmon, s/n, Canela, Salvador - Bahia)

Patrocínio:

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia - FAPESB

Apoio:

Associação dos Arquivistas da Bahia - AABA

Fundação Pedro Calmon, Biblioteca Pública do Estado da Bahia

Gabinete Português de Leitura

ORDECC / Colégio do Brasil / Edições Tempo Brasileiro

Coordenação:

Katia de Carvalho (Universidade Federal da Bahia / Instituto de Ciência de Informação)

Maria Isabel Barreira (Universidade Federal da Bahia / Instituto de Ciência de Informação)

Capa, diagramação e projeto gráfico: EDUFBA

Ficha Catalográfica:

Colóquio Internacional da Rede MUSSI: As transformações do documento no espaço – tempo do conhecimento. (3.: 10-12 nov. 2014: Salvador, Ba)

Anais do 3 Colóquio As transformações do documento no espaço – tempo do conhecimento / Organizado por: Rede Franco Brasileira de Pesquisadores em Mediações e Usos Sociais de Saberes e Informação. – Salvador: Rede MUSSI, 2014.

ISBN: 978-85-8292-036-7

1.Uso da Informação. 2. Mediação. I. Carvalho, K. (coord.). II. Barreira, M.I. (coord.). III. Título.

Viviane COUZINET

Professora da Universidade em Ciências da Informação e da Comunicação
Université Paul Sabatier, Toulouse III,
Representante da Rede MUSSI - França

Comitê Científico

Henriette Ferreira GOMES

Coordenadora do Comitê Científico
(Doutora em Educação – UFBA, Brasil)

Viviane COUZINET

Representante da Rede MUSSI – França
(Docteur en Sciences de l'Information et de la Communication - Université Paul Sabatier, Toulouse III, LERASS, France)

Regina MARTELETO

Representante da Rede MUSSI – Brasil
(Doutora em Comunicação e Cultura – IBICT/CNPq, Brasil)

Aida Varela VARELA

(Doutora em Ciência da Informação – UFBA, Brasil)

Albano Souza OLIVEIRA

(Doutor em Difusão do Conhecimento – UFBA, Brasil)

Carlos Alberto Ávila ARAUJO

(Doutorado em Ciência da Informação - UFMG, Brasil)

Cécile GARDIÈS

(Docteur en Sciences de l'Information et de la Communication
Habilitée à diriger des recherches Ecole nationale de formation
agronomique, France)

Cecília Leite

(Doutora em Ciência da Informação - IBICT/MCTI, Brasil)

Dulce Amélia NEVES

(Doutora em Ciência da Informação – UFPB, Brasil)

Edilma NARANJO VELEZ

(Doutora em Educação - Universidad de Antioquia, Colômbia)

Emir José SUAIDEN

(Pós-doutorado em Ciência da Informação – UNB, Brasil)

Francisco José Aragão PEDROZA

(Doutor em Difusão do Conhecimento – UFBA, Brasil)

Gilda OLINTO

(Doutora em Comunicação e Cultura – IBICT/MCTI, Brasil)

Gustavo Silva SALDANHA

(Doutor em Ciência da Informação – IBICT/MCTI, Brasil)

Icléia THIESEN

(Pós-doutorado em Ciência da Informação – PPGH e PPGB/UNIRIO, Brasil)

Isa Maria FREIRE

(Doutora em Ciência da Informação – UFPB, Brasil)

Isabelle FABRE

(Docteur en Sciences de l'Information et de la Communication – Ecole nationale de formation agronomique, France)

José Augusto GUIMARÃES

(Doutor em Ciência da Informação – UNIMAR, Brasil)

José Maria JARDIM

(Doutor em Ciência da Informação – UFRJ, Brasil)

Jussara Borges de LIMA

(Doutora em Comunicação e Cultura Contemporâneas – UFBA, Brasil)

Katia de CARVALHO

(Pós-doutorado em Ciência da Informação – UFBA, Brasil)

Leilah BUFRÉM

(Doutora em Ciência da Informação – UFPR, Brasil)

Lena Vânia PINHEIRO

(Doutora em Comunicação e Cultura – IBICT/MCTI, Brasil)

Lidia Brandão TOUTAIN

(Doutora em Filosofia – UFBA, Brasil)

Margarida Sá Nogueira LALANDA

(Doutora em História – Universidade dos Açores, Açores)

Maria Isabel de J. S. BARREIRA

(Doutora em Educação - UFBA, Brasil)

Maria Nélida GONZÁLEZ DE GÓMEZ

(Doutora em Comunicação – IBICT/MCTI, Brasil)

Maria Teresa Navarro de Britto MATOS

(Doutora em Educação – UFBA, Brasil)

Maria Yêda de F. GOMES

(Doutora em Comunicação e Ciência da Informação – UFBA, Brasil)

Marta Kerr PINHEIRO

(Doutora em Ciência da Informação – UFMG, Brasil)

Miriam VIEIRA DA CUNHA

(Pós-doutorado em Ciência da Informação - UFSC, Brasil)

Nair KOBASHI

(Doutora em Comunicação – USP, Brasil)

Nanci Elizabeth ODDONE

(Doutora em Ciência da Informação – UNIRIO, Brasil)

Nídia LUBISCO

(Doutora em Ciência da Informação – UFBA, Brasil)

Patrick FRAYSSE

(Docteur en sciences de l'information et de la communication et Maître de conférences à l'Université Toulouse III -Paul Sabatier, France)

Rosali FERNANDEZ DE SOUZA

(Doutora em Ciência da Informação – IBICT/MCTI, Brasil)

Vera DODEBEI

(Doutora em Comunicação – UNIRIO, Brasil)

Yves JEANNERET

(Doctor at Littérature et Civilization Françaises - Université Sorbonne IV, France)

Zeny DUARTE

(Doutora em Letras – UFBA, Brasil)

Comissão de Organização

Katia de CARVALHO,

Presidente

(Pós-doutorado em Ciência da Informação – UFBA, Brasil)

Viviane COUZINET

Representante da Rede MUSSI – França

(Docteur en Sciences de l'Information et de la Communication - Université Paul Sabatier, Toulouse III, LERASS, France)

Regina MARTELETO

Representante da Rede MUSSI – Brasil

(Doutora em Comunicação e Cultura – IBICT/CNPq, Brasil)

Maria Isabel de Jesus Sousa BARREIRA

Coordenadora Executiva

(Doutora em Educação – UFBA, Brasil)

Marilene Lobo ABREU

Secretária

(Doutora em Ciência da Informação – UFBA, Brasil)

Maíra Salles de SOUZA

Secretaria

(Mestranda em Ciência da Informação – UFBA, Brasil)

Alessandra SANTANA

(Mestre em Ciência da Informação – UFBA, Brasil)

Alzira Queiroz TUDE DE SÁ

(Doutoranda em Ciência da Informação – UFBA, Brasil)

Ivana LINS

(Doutoranda em Ciência da Informação – UFBA, Brasil)

Maria Teresa Navarro de Britto MATOS

(Doutora em Educação – UFBA, Brasil)

Maria Yêda de F. GOMES

(Doutora em Comunicação e Ciência da Informação – UFBA, Brasil)

Martha SUZANO

(Doutoranda em Ciência da Informação – UFBA, Brasil)

Mylène TANFERRI

(Doctorante en cotutelle Ciência da Informação UFBA, Brasil; socio-logies des sciences et des techniques, LADHUL, UNIL, Suisse)

Neusa Maria dos Santos PIRES

(Mestranda em Ciência da Informação – UFBA, Brasil)

Lista de Autores

Carlos Alberto Ávila Araujo

Diretor da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (ECI/UFMG). Pós-doutor pela Universidade do Porto, doutor em Ciência da Informação pela UFMG. Líder da linha de pesquisa Informação, Cultura e Sociedade do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da UFMG (PPGCI/UFMG). Editor Adjunto da revista Perspectivas em Ciência da Informação (1413-9936). Foi membro da diretoria da Ancib e da diretoria da Abecin. Atua nas áreas de Epistemologia da Ciência da Informação e suas relações com a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia, Estudos de Usuários da Informação, Biblioteca Escolar.

Cecília Leite Oliveira

Possui graduação em Letras Licenciatura Plena pela Universidade de Brasília (1977), mestrado em Ciências da Informação pela Universidade de Brasília (1996) e doutorado em Ciências da Informação pela Universidade de Brasília (2003). Realizou Instância Formativa no Ministério da Educação, Cultura e Esporte da Espanha no Programa (Puntos de Información Cultural - P.I.C.). Em 2002, na pesquisa de Doutorado desenvolveu uma metodologia de inclusão digital para a inclusão social (Escola Digital Integrada - EDI), que se transformou na Lei 3275 do Governo do Distrito Federal, tornando obrigatória a sua utilização no ensino público. Pesquisadora da EMBRAPA Informação Tecnológica de carreira cedida ao Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) para atuar como Coordenadora Geral de Pesquisa e Desenvolvimento Novos Produtos (CGPD) do Instituto Brasileiro de Informações em Ciência e Tecnologia (Ibict). Atualmente é Diretora deste Instituto. Tem experiência na área de Ciência da Informação, do uso das novas tecnologias (TIC) para solução informacional nos diversos campos de atuação da Ciência da Informação.

Cécile Gardiès

Docteur em Sciences de l'Information et de la Communication, Habilitée à diriger des recherches Université de Toulouse France, Maître de conferences , Ecole Nationale de Formation Agronomique, Unité mixte de recherche Education Formation travail et savoirs. Temas e áreas de interesse: formação documentária; professor-documentalista.

Edilma Naranjo Vélez

Directora de la Escuela Interamericana de Bibliotecología, de la Universidad de Antioquia, en Medellín, Colombia; allí ha sido profesora e investigadora. Es doctora en Educación y Bibliotecóloga por la Universidad de Antioquia; además magister em Bibliotecología por la Universidad Nacional Autónoma de México. Autora de varios artículos y libros en las áreas de didáctica, formación y estudio de usuarios, promoción y animación a la lectura, bibliotecas públicas, bibliotecas escolares, entre otros. También ha participado como ponente en eventos de carácter nacional e internacional y ha sido asesora de tesis y trabajos de investigación; así como par evaluador de artículos y ponencias.

Emir José Suaiden

Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 1 B e Professor Titular da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília. É graduado (1971) em Biblioteconomia pela Universidade de Brasília, mestrado (1980) em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba, doutorado (1989) em Ciência da Informação pela Universidad Complutense de Madri e pós-doutorado (2002) pela Universidad Carlos III de Madri. Tem experiência na área de ciência da informação. Foi diretor-adjunto do Instituto Nacional do Livro. Assumiu a Presidência do Comitê Executivo do Centro de Estudos para o Fomento do Livro na América Latina e no Caribe (CERLALC/Unesco). No período de 2003-2005 assumiu

a Presidência da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal. Desde 2011 é membro do Conselho Técnico Consultivo do Museu de Astronomia e Ciências Afins. Em 2002 desenvolveu uma metodologia de inclusão digital para a inclusão social que se transformou na Lei 3275 do Governo do Distrito Federal, tornando obrigatória a sua utilização no ensino público. De 2005 a 2013 dirigiu o IBICT. Em setembro de 2013 foi nomeado Diretor da Biblioteca Central da Universidade de Brasília. Em 2011 foi incluído no Who's Who in the World 2011. Em dezembro de 2013 foi nomeado pelo Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação membro do Conselho Técnico Científico do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. (DOU 236).

Fábio Assis Pinho

Professor Adjunto do Departamento de Ciência da Informação, atuando nos cursos de Graduação em Biblioteconomia, em Gestão da Informação e no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (Mestrado Acadêmico) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Possui Graduação (2002) em Biblioteconomia e Ciência da Informação pela Universidade Federal de São Carlos, Mestrado (2006) e Doutorado (2010) em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Atualmente é Conselheiro Fiscal da ISKO International Society for Knowledge Organization (Brasil), Vice Coordenador do GT2 da ANCIB e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFPE.

Gustavo Silva Saldanha

Pesquisador Adjunto do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), Professor Adjunto da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Investiga o domínio de estudos da filosofia e da epistemologia da informação e dos conceitos

fundamentais do campo informacional, no âmbito das investigações epistemológicas e historiográficas da Ciência da Informação, da Documentação, da Bibliografia, da Bibliologia e da Biblioteconomia. Possui graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Minas Gerais (2006), especialização em Filosofia Medieval pela Faculdade São Bento do Rio de Janeiro (2010), mestrado em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais (2008), doutorado em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), em convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Icleia Thiesen

Graduação em Museologia (1972), e em Biblioteconomia e Documentação (1980), especialização em Informação e Documentação Científica (UFRJ/IBICT), 1987, mestrado em Ciência da Informação pela UFRJ/convênio com o IBICT (1992) e doutorado em Ciência da Informação pela UFRJ/IBICT (1997), pós-doutorado em Ciência da Informação na Université Paul Sabatier, Toulouse III (2007/2008). É professor associado IV da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). É membro da Comissão de Altos Estudos Memórias Reveladas. Tem experiência na área de Ciência da Informação, nas fronteiras temáticas da informação, memória e história. Sua pesquisa atual é dedicada ao estudo dos documentos sensíveis produzidos em regimes de exceção.

Isabelle Fabre

Docteur em Sciences de l'Information et de la Communication, Université Paul Sabatier Toulouse III, France. Université de Toulouse France, Maître de conférences , Ecole Nationale de Formation Agronomique, Unité mixte de recherche Education Formation travail social Temas e áreas de interesse: abordagem da complexidade dos dispositivos info-comunicacionais e mediações documentárias.

Representações e imaginários dos profissionais da documentação e dos usuários em torno do espaço documentário.

Katia de Carvalho

Doutora de Comunicação/ Ciência da Informação pela UFRJ. Mestrado em História Social pela UFBA e Especialização em Sistemas de Informação na Dinamarca e Finlândia, como bolsista da UNESCO. Representante da disciplina Disseminação da Informação no Departamento de Documentação e Informação do Instituto de Ciência da Informação da UFBA. A experiência profissional prioriza docência, atividade editorial (processos de normalização, revisão e coordenação de projetos editoriais), leitura e memória. Exerceu coordenação de grupos de trabalho em associações de pesquisas tais como da ANCIB. No contexto acadêmico atua no âmbito do ensino e pesquisa em Biblioteconomia e Documentação, Ciência da Informação e coordena o grupo de pesquisa intitulado - Disseminação e Uso da Informação, com registro no Cnpq. Professora titular do Instituto de Ciência da Informação / UFBA, integra o Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Instituto de Ciência da Informação / UFBA, membro do Conselho Consultivo do PROLER - Programa de Incentivo à Leitura e é diretora do Centro de Estudos Baianos da UFBA.

Lena Vânia Ribeiro Pinheiro

Doutora em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ (1997), mestre em Ciência da Informação pela mesma Universidade, em convênio com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia- IBICT (1982). Atualmente aposentada, chefia a Coordenação de Ensino e Pesquisa, Ciência e Tecnologia da Informação do IBICT,no Rio de Janeiro, e continua exercendo atividades de pesquisa e ensino, como professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

(IBICT-UFRJ). É líder dos Grupos de Pesquisa de Comunicação e Divulgação Científicas, e de Teoria, Epistemologia e Interdisciplinaridade da Ciência da Informação. Introduziu a disciplina Informação em Arte, no PPGCI, com base na sua experiência acadêmica na História da Arte. Também é professora colaboradora do primeiro programa em Museologia e Patrimônio (UNIRIO-MAST), no Brasil. De 2006 a 2013 foi coordenadora do portal de divulgação científica do IBICT, Canal Ciência, e de 2011 a agosto de 2014 foi representante de área no Comitê de Assessoramento do CNPq.

Margarida Sá Nogueira Lalande

Professora na Universidade dos Açores. Licenciada em História e doutorada em História da Cultura e das Instituições. Membro do Centro de Estudos d'Aquém e d'Além Mar (Portugal). Coordenadora da formação em Ciências Documentais e da Informação na Universidade dos Açores. Áreas de interesse: história dos séculos XV a XVIII; história insular, dos Açores, de Portugal, do Atlântico; história da cultura; comportamentos e valores culturais; estruturas e vivências religiosas; Clarissas; organização da sociedade; municipalismo; história local e regional; análise qualitativa; documentação e arquivos; a Comunicação e a História. Das suas publicações destaca-se o livro *A Sociedade Micaelense no século XVII: estruturas e comportamentos*.

Patrick Fraysse

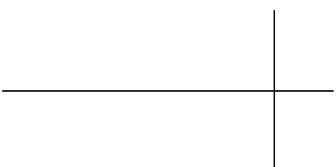
Docteur en Sciences de l'Information et de la Communication, Laboratoire d'Etudes et de Recherche Appliquées em Sciences Sociales (LERASS), Equipe Médiations em Information et Communication Spécialisées (MICS), Université Paul Sabatier, Toulouse III. Maître de conférences à l'Institut Universitaire de Technologie de l'Université de Toulouse III. Temas e áreas de interesse: teoria do documento; mediação do patrimônio monumental.

Regina Maria Marteleto

Doutorado em Comunicação e Cultura (ECO/UFRJ), Mestrado em Sciences de l'Information et de la Communication (EHESS/França), Graduação em Letras (PUC/MG) e Biblioteconomia (UFMG). Faz parte do corpo docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do IBICT/Eco/UFRJ. Foi presidente da ANCIB - Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, de 2003 a 2006, e coordenou o Grupo de Trabalho Mediação, Circulação e Apropriação da Informação, de 2007 a 2009. Líder do Grupo de Pesquisa Cultura e Processos Info-comunicacionais. Responsável científica, pelo Brasil, da Rede Franco-Brasileira de Pesquisadores em Mediações e Usos Sociais de Saberes e Informação - Rede MUSSI. É membro de Comitês Editoriais e/ou parecerista de revistas científicas das áreas de Ciências da Informação e da Comunicação, Saúde, do Brasil e do exterior, bem como de agências avaliadoras de fomento do Brasil e da França. Áreas principais de pesquisa: cultura e informação; conhecimento, informação e sociedade; informação e comunicação em saúde; mediações info-comunicacionais em redes sociais; sujeito, leituras e linguagens de informação na contemporaneidade; teoria social, epistemologia e interdisciplinaridade nos estudos da informação.

Viviane Couzinet

Docteur en sciences de l'information et de la communication Université de Bordeaux 3, Professeur en Sciences de l'Information et de la Communication, Université Paul Sabatier, Toulouse III, France. Responsable de l'Equipe Médiations en Information – communication spécialisée (MICS) du Laboratoire d'Etudes et de Recherche Appliquées em Sciences Sociales (LERASS). Temas e áreas de interesse: institucionalização das Ciências da Informação; o conceito de documento: mudanças e permanências; prática e pesquisa em Ciências da Informação.



Yves Jeanneret

Ancien élève de l'École Normale Supérieure, ENS, Lettres Classiques. Doctorat de 3^{ème}. Cycle, Université de Paris 3, Littérature et Civilisation Françaises. Professeur en Sciences de l'information et de la Communication, Laboratoire Culture et Comunication, Université d'Avignon et des Pays du Vaucluse. Suas pesquisas tratam da circulação dos saberes e dos objetos culturais na sociedade ; as transformações da escrita ; a epistemologia da informação-comunicação.

SUMÁRIO

CONFERÊNCIA DE ABERTURA / CONFÉRENCE D'OUVERTURE

Documento e Ciência: pluralidade conceitual no mundo contemporâneo / Document et Science: pluralité conceptuelle dans le monde contemporain	33
<i>Emir Suaiden (UNB, Brasil)</i>	

MESAS REDONDAS / TABLE RONDE

1. Tendências da Pesquisa: França e Brasil / Tendances de la Recherche: France et Brésil

Tendances de la recherche française en sciences de l'information documentation: médiations et documents / Tendências da pesquisa francesa em ciências da informação e documentação: mediação e documentos	35
<i>Viviane Couzinet (Université de Toulouse, LERASS, France)</i>	

Tendências da Pesquisa em Ciência da Informação no Brasil / Tendances de la Recherche en Science de l'Information: Brésil	52
<i>Emir Suaiden (UNB, Brasil) e Katia de Carvalho (ICI/UFBA, Brasil)</i>	

2. Documento: origens históricas e processos de validação / Document: trajectoires historiques et processus de validation

Documento notarial: sua validação histórica / Le document de notaire: sa validation historique	55
<i>Margarida Sá Nogueira Lalande (Universidade dos Açores, Ponte Delgada - Açores)</i>	

Documentos sensíveis: da produção à validação /
Documents sensibles: de la production à la validation78
Icléia Thiesen (PPGH e PPGB/UNIRIO, Brasil)

3. Documento, Literatura e Arte / Document, Littérature et Art

Le document au musée, extension du domaine
d'expression de l'œuvre / O documento no museu,
extensão do domínio de expressão da obra97
*Isabelle Fabre (Université de Toulouse, UMR EFTS,
France)*

Implicações teóricas da representação do
documento e informação em Arte e potencialidade
para “educação da sensibilidade” /
Implications théoriques de la représentation du document
et information en Arts et son potentiel pour
“l'éducation de la sensibilité”113
Lena Vânia Pinheiro (IBICT/MCTI, Brasil)

4. Documento e Ciência da Informação / Document et Science de l'Information

Document et documentologie dans les sciences de
l'information et de la communication /
Documento e documentologia nas ciências
da informação e da comunicação115
*Viviane Couzinet (Université de Toulouse, LERASS, France
- Coordenação de REDE MUSSI France)*

O esquema e as formas simbólicas: uma
“arqueologia filosófica” do esquema no
pensamento bibliológico / Le schéma et les formes
symboliques: une “archéologie philosophique”
de schéma dans la pensée bibliologique139
Gustavo Saldanha (IBICT/MCTI, Brasil)

Documento e Ciência / Document et Science	
Enseigner la notion de document par attribution: le cas de « l'herbier » en lycée agricole / Ensinar a noção de documento por atribuição: o caso do herbário em liceu agrícola francês	167
<i>Cécile Gardiès (Université de Toulouse, UMR EFTS, France)</i>	

5. Documento: dimensões da memória e do patrimônio / Document: dimensions de la mémoire et du patrimoine

Le culte du document : la collection de reliques de la basilique Saint-Sernin de Toulouse (France) / O culto do documento: a coleção de relíquias da Basílica de Saint-Sernin de Toulouse (França)	187
<i>Patrick Fraysse (Université de Toulouse LERASS, France)</i>	

Representação do conhecimento em documentos fotográficos e sua conexão com a memória / Représentation de la connaissance dans les documents photographiques et as connexion avec la mémoire	203
<i>Fábio Assis Pinho (UFPE, Brasil)</i>	

6. Documento: mediações, apropriações e usos / Document: médiations, appropriations et usages

La didáctica en la educación superior: mediadora en la transformación de la información en conocimiento / La dialectique dans l'éducation supérieure: médiatrice de la transformation de l'information en connaissances	224
<i>Edilma Naranjo Vélez (Escuela Interamericana de Bibliotecología de La Universidad de Antioquia, Medellín, Colômbia)</i>	

Documento como ponto de diálogo entre Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação/ Document comme lieu de dialogue entre archivistique, bibliothéconomie, muséologie et sciences de l'information	244
<i>Carlos Alberto Ávila Araújo (UFMG, Brasil)</i>	

SESSÕES DE COMUNICAÇÕES / COMMUNICATIONS (CD)

1. Documento: mediação, competência, leitura, apropriação e uso / Document: médiation, compétence, lecture, appropriation et usage

Coordenador / Coordinateur: Icléia Thiesen (PPGH e PPGB/
UNIRIO, Brasil)

Mediação da informação: do objeto ao documento / La
médiation de l'information: de l'objet au document

*Cristina Dotta Ortega (Universidade Federal de Minas
Gerais, Brasil)*

Bibliotecas universitárias: mediação e acesso à informação
para pessoas com deficiência / Bibliothèques universitaires:
la médiation et l'accès à l'information pour les personnes
handicapées

*Maria de Fátima Cleômenis Botelho (Universidade Fed-
eral da Bahia, Brasil)*

Competências infocomunicacionais e apropriação da infor-
mação por organizações da sociedade civil / Competences
info-communicationnelles et appropriation de l' informa-
tion par organisations de la societe civile

*Jussara Borges, Gleise da Silva Brandão (Universidade
Federal da Bahia, Brasil)*

Diálogo e mediação cultural Brasil – França: o caso das
bibliotecas comunitárias “Caranguejo Tabaiares” e “Biblio-
thèque de Rue – Atelier du 14” / Dialogue et la culture de
médiation Brésil - France: le cas de la bibliothèques

communautaires “Caranguejo Tabaiares” et “Bibliothéque de Rue – Atelier du 14”

Diego Salcedo, Lorena Santos, Mariana Alves (Universidade Federal de Pernambuco, Brasil)

Mediação documentária na universidade: catálogo coletivo e colaboração / Médiation documentaire à l'université: catalogue collectif et collaboration

Martha Suzana Cabral Nunes, Katia de Carvalho (Universidade Federal da Bahia, Brasil), Viviane Couzinet (Université Paul Sabatier Toulouse 3, França)

Práticas de referência arquivística: algumas reflexões sobre mediação no contexto do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC/FGV / Practiques de référence archivistique: quelques réflexions sur la médiation dans le cadre du Centre de Recherche et de Documentation de L'histoire Contemporaine du Brésil – CPDOC/FGV

Renan Castro (Fundação Getúlio Vargas, Brasil)

Capital cultural, capital social e competência em informação em bibliotecas públicas: análise de três experiências no Rio de Janeiro

Luis Cláudio Borges, Gilda Olinto de Oliveira (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT, Brasil)

2. Documento, Ciência e Ciência da Informação / Document, Science et Science de l'Information

Coordenador / Coordonateur: Aida Varela Varela (ICI/UFBA, Brasil)

Cultura bibliográfica e documento no séc. XVI: Bibliotheca Universalis / Culture bibliographique et document dans le XVIème siècle: Bibliotheca Universalis

Andre Vieira de Freitas Araújo, Giulia Crippa (Universidade de São Paulo, Brasil)

O conceito de documento no decurso do tempo e do espaço, relacionado com o território de Portugal / La notion de “document” cours du temps et l'espace, liés au territoire du Portugal

Bernardo Guimarães Fisher de Sá Nogueira (Supremo Tribunal de Justiça, Portugal)

O documento nas ciências sociais: construção e contextos sociais / Le document dans les sciences sociales: la construction et sociales contextes

Rolando Lalanda-Gonçalves (CES-UA, Universidade dos Açores, Portugal)

Documentação, materialidade e práticas documentárias / Documentation, matérialité et pratiques documentaires

Marilda Lopes Ginez de Lara (Universidade de São Paulo, Brasil)

O documento como elemento de inter-relação entre a Ciência da Informação e a História da Ciência / Document en tant qu'élément inter-relations entre Science de l'Information et d'Histoire de la Science

Marcia Rosetto (Universidade de São Paulo, Brasil)

Repensando o documento / En repensant le document

Maira Cristina Grigoletto (Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil)

Sobre bibliotecários, catálogos e mediação: duas fontes históricas para a discussão / De bibliothecaires, catalogues et mediation : deux sources historiques pour la discussion

Giulia Crippa (Universidade de São Paulo, Brasil)

As contribuições do conceito de documentação de Suzanne Briet para a Ciência da Informação / Contributions de la notion de documentation de Suzanne Briet en Sciences de l'Information

Bruna Bomfim Lessa dos Santos, Débora Leitão, Ivana Aparecida Borges Lins (Universidade Federal da Bahia, Brasil)

As contribuições de Bradford à Ciência da Informação / Les contributions de Bradford à La Science de l'Information

Fábio Marques da Cruz, Derlita Machado Silva (Universidade Federal da Bahia, Brasil)

3. Documento, Cultura e Memória / Document, Culture et Mémoire

Coordenador / Coordinateur: Maria Teresa Navarro Mattos (ICI/UFBA, Brasil)

A arte como testemunha das experiências políticas de Carlos Zilio e Sérgio Ferro durante a ditadura militar / L'art comme témoin des expériences politiques de Carlos Zilio et Sérgio Ferro au cours de la dictature militaire

Andrea Siqueira D'Alessandri Forti (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, Brasil)

A instituição educativa como espaço de memória: em foco os egressos do curso de Biblioteconomia da UFBA / L'établissement d'enseignement que l'espace mémoire: l'accent sur les étudiants diplômés de l'ufba bibliothèque

Jaires Oliveira Santos, Maria Isabel Barreira (Universidade Federal da Bahia, Brasil)

Du catalogue musicologique au corpus numérique en devenir : Dezède, histoire et chronologie des spectacles / Do catálogo musicológico ao corpus digital em devir: Dezède, história e cronologia dos espetáculos
Julie Deramond, Christine Carrère-Saucède (Université Paul Sabatier-Toulouse3, France)

Arte contemporânea-documento / Art Contemporaine-Document
Bruno Cesar Rodrigues (Universidade de São Paulo, Brasil)

Documento e memória: “locus” de memória institucional / Document et mémoire: «lieu» de la memoire institutionnelle

Letícia Gorri Molina, Juliana Cardoso dos Santos (Universidade Estadual de Londrina, Brasil)

Lugares de memória no âmbito da saúde: em destaque o prontuário eletrônico do paciente / Lieux de mémoire dans le domaine de la santé: mis en évidence du dossier médical du patient

Rosane Sueley Alvares Lunardelli (Universidade Estadual de Londrina, Brasil)

Memória e patrimônio documental arquivístico: capacitar para preservar / Mémoire et patrimoine documentaire archivistique: former pour préserver

Jorge Eduardo Barcelos (Universidade Federal do Rio Grande, Brasil), Karin Chrsitne Schwarzbold (Universidade Federal do Rio Grande, Brasil), Andre Zanki Cordenonsi (Universidade Federal de Santa Maria, Brasil)

Os agentes institucionais na criação do documento: a sala das promessas do Santuário Nacional de Aparecida / Les acteurs institutionnels dans la création du document : le salle des promesses de Sanctuaire National d'Aparecida

Bianca Gonçalves de Souza (Universidade Federal Fluminense, Brasil)

A memória baiana no contexto da ditadura em crônicas de João Ubaldo Ribeiro / La mémoire de Bahia et a Chroniques de João Ubaldo Ribeiro dans a cadre de a Dictature Militaire

Karina Ramos Barbosa, Evelina de Carvalho Sá Hoisel (Orientador) (Universidade Federal da Bahia, Brasil)

4. Informação e Conhecimento na Sociedade Contemporânea / Information et connaissance dans la société contemporaine

Coordenador / Coordinateur: Gilda Olinto (IBICT/MCTI, Brasil)

Médiation par la mode ou le vêtement comme document: Art, corps et mouvement au Musée des Augustins de Toulouse (France) / A mediação pela moda o vestuário como documento: Arte, corpo e movimento no

Musée des Augustins de Toulouse (França)
Emmanuelle Lambert, Dominique Trouche (Université Paul Sabatier-Toulouse3, France)

As redes de informação e a construção da cultura científica
/ Les réseaux d'information et la construction de la culture scientifique

Arlete Alves Baubier (Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Brasil)

As redes sociais, espaços de documentos, aprendizagem e inteligência coletiva: algumas considerações / Réseaux sociaux, les espaces de documents, apprentissage et intelligence collective: quelques mots

Anderson Silva da Rocha, Francisco José Aragão Pedroza Cunhas, Jussara Borges (Universidade Federal da Bahia, Brasil)

Cooperación en información y documentación: la Universidad Carlos III de Madrid y las universidades e instituciones de investigación africanas lusófonas / Coopération en Information et Documentation : l'Université Carlos III de Madrid avec les universités et institutions de recherche africaines

Fernanda Alves, José Antonio González, José Carlos Zorita, Gena La Fuente (Universidad Carlos III de Madrid, Espanha), Carmen Bolaños Mejias (Universidad Nacional de Educación a Distancia, Espanha

Du dessin à l'action, du document à l'application / Do desenho à ação, do documento à aplicação

Béatrice Bégault, Michèle Caria (Université Paul Sabatier-Toulouse3, France), Sylvia Sigales (UCOL, México)

A biblioteca universitária como recurso acadêmico para a afiliação do estudante / La bibliothèque de l'université comme ressource académique pour l'affiliation universitaire

Maria Alice Ribeiro (Universidade Federal da Bahia, Brasil), Georgina Santos (Orientadora) (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil)

Vozes do Vale do Silício: desvelando mitos da era da informação / Les Voix de la Vallée du Silicium: en dévoilant les mythes de l'ère de l'information

Rodrigo Moreno Marques (Fundação Mineira de Educação e Cultura, Brasil), Marta Kerr Pinheiro (Universidade FUMEC e PPGCI/UFMG, Brasil)

Primeiras notícias da produção de uma edição digital de documentos do Mosteiro de São Bento da Bahia / Premier nouvelles de la production d'un édition numérique des documents manuscrit du "Mosteiro de São Bento da Bahia"

Lívia Borges Souza Magalhães, Alícia Duhá Lose (Orientadora) (Universidade Federal da Bahia, Brasil)

Repositórios digitais na preservação da memória de clubes de futebol: o caso Esporte Clube Vitória / Dépôts numériques en conservation de la mémoire de clubs de football: le cas de Esporte Clube Vitória

Luciano Souza Santos, Lidia Maria Batista Brandão Toutain (Orientadora) (Universidade Federal da Bahia, Brasil)

5. Documento, organização do conhecimento e Gestão / Document, organisation de la connaissance et Gestion

Coordenador / Coordonateur: Marta Kerr (Universidade FUMEC e PPGCI/UFMG, Brasil)

Enjeux de la représentation des territoires: l'intention dans le document cartographique / Desafios da representação de territórios: a intenção no documento cartográfico

Maryem Marouki, Joubert Nathalie (Université Paul Sabatier-Toulouse3, France)

A mediação da informação na modalidade de educação a distância: um estudo de caso sobre curso de licenciatura em Química da Universidade Aberta do Brasil da Rede UNEB (UAB/UNEB) / Médiation de l'information dans le mode de formation à distance: une étude de cas sur la bonne voie diplôme em Chimie, Université du Brésil Réseau Ouvert UNEB (UAB/UNEB)

Anna Karina Rosa Correia Silva, Lidia Maria Batista Brandão Toutain (Orientadora) (Universidade Federal da Bahia, Brasil)

A representação do documento livro: uma leitura em quadrinhos / Une représentation de document livre: une bande dessinée de lecture

Fernando Bittencourt dos Santos, Maria Rosa Gomes Doria (Universidade Federal de Sergipe, Brasil)

Análise de conceitos em documentos em uma perspectiva contemporânea de análise cognitiva / Analyse de concepts dans les documents à partir d'une perspective contemporaine de l'analyse cognitive

Hildenise Ferreira Novo (Universidade Federal da Bahia, Brasil)

Arquivos panópticos, autodeterminação informacional e o direito ao esquecimento: desafios à proteção dos dados pessoais na França e no Brasil / Les fichiers panoptiques, l'autodétermination informationnelles et le droit à l'oubli numérique: enjeux pour la protection des données personnelles en France et au Brésil

Maria Aparecida Moura (Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil)

Documentos psicografados: um olhar sobre a autenticidade documental, a prática profissional e a intencionalidade do sujeito / Documents psychographed: un regard sur l'authenticité des documents, la pratique professionnelle et le sujet de l'intentionnalité

Daniele Monteiro Bezerra de Menezes, Alzira Queiroz Gondim Sá (orientadora) (Universidade Federal da Bahia, Brasil)

Permanências e mudanças, fórmulas e cultura: a evolução dos tipos documentais nas organizações / Permanence et changement, les formules et la culture: l'évolution de la typologie documentaire dans les organisations

Marcia Cristina de Carvalho Pazin Vitoriano (Universidade Estadual Paulista, Brasil)

A interação mediada por computador como oportunidade de consecução de informações políticas na internet / Le interactivité médiatisée par ordinateur comme une opportunité pour la réalisation des informations sur les politiques internet

José Carlos Sales dos Santos (Universidade Federal da Bahia, Brasil)

Conferência de Abertura / Conférence d' Ouverture

Documento e Ciência: pluralidade conceitual no mundo contemporâneo

Document et Science : pluralité conceptuelle dans le monde contemporain

Document and Science: conceptual pluralism in the contemporary world

Emir Suaiden

Universidade de Brasília, Brasil

Resumo

O documento na preservação da memória científica e cultural da humanidade. De Gutemberg a Revolução Tecnológica as diversas formas de documentar a informação considerando desenvolvimento diversificado em um mundo globalizado. A universidade e a produção, mediação e uso do conhecimento adquirido ao longo da história na pluralidade das culturas e dos suportes documentais existentes em cada período histórico.

Palavras-chave: Documento. Ciência. Pluralidade conceitual.

Résumé

O documento na preservação da memória científica e cultural da humanidade. De Gutemberg a Revolução Tecnológica as diversas formas de documentar a informação considerando desenvolvimento diversificado em um mundo globalizado. A universidade e a produção, mediação e uso do conhecimento adquirido ao longo da história na pluralidade das culturas e

dos suportes documentais existentes em cada período histórico.

Mots clés: Document. Science. Pluralité conceptuelle.

Abstract

The document in the preservation of scientific memory and cultural development of humanity. Gutenberg Technological Revolution various forms of document information considering diversified development in a globalized world. The university and the production, mediation and use of knowledge acquired throughout history in many cultures and existing documentary holders in each historical period.

Keywords: Document. Science. Conceptual plurality.

Mesa 1 / Table 1

Tendências da Pesquisa: França e Brasil / Tendances de la Recherche: France et Brésil

Tendances de la recherche française en sciences de l'information documentation: médiations et documents

Tendências da pesquisa na França em Ciências da Informação e Documentação: mediação e documentos

Tendencies of the French research in Library and information science: mediations and documents

Viviane Couzinet

Professeur des universités en

Sciences de l'information et de la communication

Université de Toulouse 3 Paul Sabatier

Laboratoire d'études et de recherches en sciences sociales (LERASS, EA 827)

Equipe Médiations en information-communication spécialisée (MICS)

Résumé

Les recherches conduites en France en sciences de l'information documentation, depuis les années 1970, essaient de lier sciences de l'information et sciences de la communication conformément à l'intitulé de la discipline académique. Parmi les travaux récents deux concepts émergent : « médiation » et « document ». Il est proposé ici de les rassembler pour les positionner ensemble au cœur des objets analysés en sciences de l'information dans une perspective info-communicationnelle.

Mots clés: Recherche française, Sciences de l'information-documentation, Médiation, Document, Médiation culturelle, Médiation documentaire

Resumo

As pesquisas realizadas em ciências da informação e documentação na França, desde os anos 70, atentam ligar ciências da informação as da comunicação conforme o próprio título da disciplina. Entre os trabalhos recentes, dois conceitos vêm emergindo: «mediação» e «documento». Propomos aqui de agrupar los para posicionar los juntos ao centro dos objetos analisados em Ciências da Informação e uma perspectiva info-communicacional.

Palavras-chaves: Pesquisa francesa, Ciências da informação e comunicação, Mediação, Documentos, Mediação cultural, Mediação documentaria

Abstract

Researches led in France in Library and information science, since the 1970s, try to connect information science and communication science according to the title of the academic discipline. Among the recent works two concepts emerge: “mediation” and “document”. It is here suggested to gather them to position them together in the heart of objects analyzed in Library and information science in an info-communicational perspective.

Keywords: French research, Mediation, Library and information science, Document, Cultural Mediation, Documentary Mediation

Introduction

En France les sciences de l'information et de la communication (SIC) sont la discipline, définie institutionnellement, qui englobe ce qui est désigné dans la plupart des pays par science de l'information au singulier, *Bibliotecología*, Bibliothéconomie et science de l'information, *Information science* ou encore *Library and Information Science* (LIS) d'une part, et les sciences de la communication, d'autre part, elles même recouvrant les *Media studies*, *Cultural studies*, et la *Communication science*. Cette association des sciences

de la communication et des sciences de l'information vient de l'histoire de la discipline. Sans revenir sur les détails de la démarche des fondateurs on peut dire que ce regroupement, dans les années 1970, visait à assurer à des universitaires dont les problématiques de recherche étaient alors marginales, ou s'inscrivaient dans une certaine interdisciplinarité, une reconnaissance de leurs travaux au sein de l'université. Venus majoritairement des sciences humaines et sociales, en particulier des lettres, leur centre d'intérêt portait sur des objets peu présents dans la recherche française ou dispersés : l'édition, le livre, la presse, le cinéma, la documentation, les bibliothèques, la radio, la télévision. Par ailleurs les travaux sur des objets concrets étaient peu reconnus dans un pays où la recherche fondamentale et les « grandes » disciplines, par leur passé et par le nombre de chercheurs concernés, étaient prédominantes.

La création des inter-disciplines, terme qui réunit les sciences et techniques du sport et des activités sportives (STAPS), les sciences de l'éducation, les langues régionales, l'histoire et l'épistémologie des sciences, permet aux sciences de l'information et de la communication de trouver une place et de se développer au sein des universités. Cependant elles ne trouveront pas d'échos auprès du Centre national de la recherche scientifique (CNRS) ce qui nuit à leur reconnaissance et à leur position auprès des disciplines plus anciennes.

Néanmoins, au cours de plus de quarante années d'existence, elles ont tenté de mener de front élaboration de concepts et analyse d'objets concrets. Par ailleurs, progressivement, elles se construisent en développant, dans la lignée de leurs fondateurs, des analyses qui prennent en compte l'information et la communication. Ainsi elles travaillent les processus info-communicationnels à l'œuvre dans l'interaction entre acteurs, leur mise en forme concrète et le rôle de ces acteurs.

Dans l'ensemble des problématiques étudiées actuellement nous faisons le choix de nous pencher plus spécialement sur celles qui

s'attachent à la médiation et sur celles qui s'attachent au document. Ceci nous permettra de faire le lien entre la thématique de ce colloque, le document, et le premier mot qui sert à désigner notre réseau de chercheurs MUSSI. Nous aurions pu aussi nous pencher sur les pratiques et les usages, ou sur les dispositifs, mais nous verrons que « médiations » et « documents » peuvent constituer le cœur qui anime la plupart des travaux.

1. Médiations : de la recherche d'une définition à la pluralité des médiations

Avant de se pencher sur ce pluriel utilisé dans le titre de cette communication, il est utile de préciser ce qui est généralement admis sous le terme de médiation. Dans le Glossaire critique de la « société de l'information » Yves Jeanneret (2005) revient sur les origines du mot. D'abord « religieuses (les anges et les prêtres sont médiateurs entre Dieu et les fidèles) et juridiques (la médiation est la tentative de conciliation dans un procès) », il est possible de définir quelques caractéristiques communes aux expressions diverses. Une position tierce est occupée, dans la forme juridique elle est associée à une résolution de conflit, dans la forme religieuse elle est associée à un intermédiaire agissant, un troisième qui facilite la communication avec Dieu. Elle renvoie donc à l'idée d'entre deux, de milieu, de compromis, d'adaptation voire de transformation.

En sciences de l'information et de la communication elle est liée à la résolution d'un écart constaté, elle est le lien entre des zones considérées en rupture. Pour Jean Davallon elle s'inscrit dans « l'émergence d'une nouvelle conception des faits de communication » (2003). A partir d'un travail exploratoire sur la nature du tiers, qu'il a conduit sur quatre volumes d'actes des congrès de la Société française des sciences de l'information et de la communication (SFSIC) et d'autres ouvrages (actes de colloques, livres, articles de

revues) utilisés dans le cadre de ses fonctions, il souligne l'emploi du terme dans le sens « d'action de servir d'intermédiaire ou d'être ce qui sert d'intermédiaire ». Il est alors constitué d'une composante relationnelle et produit « quelque chose de plus » qui vise à faciliter la compréhension. Cet emploi du terme, courant en SIC, est considéré comme opératoire dans la plupart des travaux étudiés. Il constate aussi une approche plus théorique qui s'appuie sur des théories souvent mobilisées dans la discipline comme celle de l'espace public ou celle de la « traduction » de Michel Callon et Bruno Latour. Mais l'étude révèle aussi des auteurs de référence, Bernard Lamizet¹, Jean Caune², Louis Quéré³ et Antoine Hennion. La théorie de B. Lamizet par exemple, exprimée en synthèse dans le Dictionnaire encyclopédique des sciences de l'information et de la communication (Lamizet, Sillem, 1997) se situe entre le langage et le politique alors que la proposition théorique de Jean Caune se situe dans la demande sociale de médiation dans le domaine culturel et donc dans son processus d'institution. Quant à Louis Quéré, à partir d'une approche anthropologique, il « tente de saisir les médiations symboliques présentes dans les medias à côté des médiations techniques ». Jean Davallon en conclut que trois constantes sont présentes « (i)L'emploi des mêmes composantes pour définir la médiation : l'intersubjectivité, le langage, le politique ; (ii) le principe selon lequel la communication sociale est un produit de la médiation et non l'inverse » et il ajoute « (iii) la médiation se construit autour d'un point de fuite –appelé extériorité, neutre, négatif, c'est selon- qui intervient dans le processus de communication sans que ceux qui y participent puissent avoir prise sur lui ». Quant à la définition d'Antoine Hennion elle porte sur la « compréhension des processus de construction de la relation entre l'art et le public » et en se référant à divers écrits de cet auteur⁴,

1 La médiation culturelle, 1999.

2 Pour une éthique de la médiation. Le sens des pratiques culturelles, 1999.

3 Des miroirs équivoques. Aux origines de la communication moderne, 1982.

4 La passion musicale : une sociologie de la médiation et les Figures de l'amateur, 1993.

Jean Davallon précise « qu'à partir des médiations, quelque chose se passe, se produit un événement, un passage, qui ne laisse rien comme avant ». Il propose alors de s'atteler à l'élaboration d'une définition conceptuelle de la notion comme « signe d'un travail théorique en devenir » car pour lui il s'agit de savoir si elle peut être un concept scientifique et de savoir « quel est son effet sur la façon de penser la communication ». Il plaide pour le développement d'une réflexion en ce sens sur « un mode plus dynamique que territorial, autrement dit, plus en terme de programme, d'approche, de projet » et souligne que les SIC explorent les formes et modalités du fonctionnement symbolique de la société. Il est donc question d'observer la mise en œuvre d'un élément tiers rendant possible l'échange social.

Il nous faut souligner ici que dans la société française l'emploi du terme de médiation est courant. Yves Jeanneret rappelle qu'il apparaît dans le langage « dans la vie politique (médiateur de la République), médiatique (médiateur du Monde, Hebdo du médiateur) culturelle (médiateurs scientifiques, médiations culturelles), sociale voire policière (médiateurs urbains) » (Jeanneret, 2005). De même dans la recherche on le retrouve associé à une activité, à un domaine de connaissance ou encore à une forme particulière. Sont ainsi travaillées les notions de médiation documentaire (Liquete, Fabre, Gardies, 2010) médiation par les sites web (Tardy, 2012) médiation hybride (Couzinet, 2000 ; Couzinet, 2008) médiation iconographique (Régimbeau, 2007) etc. Les exemples de travaux récents sont nombreux. La pluralité des médiations ou au moins des dénominations semble inviter à multiplier les recherches.

Deux types de médiation, ou deux médiations qualifiées, retiennent notre attention : la « médiation documentaire », d'une part, et la « médiation culturelle », d'autre part, que nous envisageons séparément à ce point de notre réflexion. La médiation documentaire est analysée comme pensée par un acteur, située dans le temps et dans l'espace. Elle se matérialise dans un dispositif dit « dispositif documentaire »

qui fait intervenir des humains, des machines et des savoirs faire, et qui facilitent les échanges entre celui qui a produit des connaissances et celui qui les recherche. Elle fait également intervenir des discours, comme les langages documentaires par exemple, qui sont eux même des dispositifs. Hormis les langages documentaires, comme discours spécifiques, on pourrait appliquer en grande partie ces caractéristiques à la médiation culturelle en précisant que la notion recouvre, comme l'ensemble des dispositifs, le projet de faciliter l'appropriation des objets de culture (Jeanneret, Rondot, 2013)(une œuvre d'art, un monument par exemple) par un public déterminé.

Toutes deux s'inscrivent dans le partage du savoir et ont à voir avec son appropriation. Elles ont une position d'interface entre un producteur d'information (un chercheur, un technicien...), un destinataire (l'éditeur, l'imprimeur) et un récepteur (le chercheur d'information) ou un destinataire (le lecteur, le visiteur). Pour toutes deux également l'intérêt des chercheurs se porte sur les pratiques des médiateurs ce qui permet « de comprendre la richesse et la dimension créative » de leur travail (Jeanneret, 2005).

Les médiations documentaires ou culturelles ont aussi à voir avec des formes de discours qui peuvent en fonction des situations être considérées comme des « traductions » ou des intertextes visant à faciliter l'appropriation. Yves Jeanneret propose aussi d'envisager la médiation « comme un tiers symbolique (ensemble de valeurs, de pratiques partagées, de lieux de mémoire) qui d'une certaine façon transcende le quotidien des échanges »(2005). Il insiste sur les trois dimensions de l'acte de médiation débattues ou à débattre : « son substrat technique(quels dispositifs ?)ses procédures politiques et professionnelles (quels acteurs, quels métiers, quels lieux ?)son sens culturel et social(quelles valeurs, quel principes ?) ». Ceci nous rapproche d'une autre notion plus couramment examinée en sciences de l'information qu'en sciences de la communication la notion de document.

2. Documents et document : entre objet concret et concept en construction

Depuis le Traité de documentation de Paul Otlet (1934) qui s'est attelé à définir la science du document, qu'il nomme indifféremment « documentologie » ou « bibliologie », et les techniques de gestion des documents, les textes réunis dans un petit opuscule par Suzanne Briet (1951) sur l'activité documentaire, à notre connaissance, c'est le groupe rassemblé par Jean Meyriat et Robert Estivals, qui a pris pour thématique de recherche, en 1979, « l'écrit et le document »⁵ qui a proposé des avancées significatives sur la notion. Il est en effet admis, en France, que le texte fondateur du concept est l'article de Jean Meyriat intitulé « Document, documentation, documentologie » paru en 1981 dans la revue Schéma et schématisation. Ce texte pose à la fois la matérialité de l'objet, sa construction en objet scientifique et son inscription dans une approche informationnelle et communicationnelle. Il énonce une partition entre document élaboré intentionnellement pour informer et objet non prévu à cet effet mais auquel une valeur documentaire peut être attribuée. L'un et l'autre supposent, néanmoins, l'action d'un « lecteur »⁶. Ainsi un document est toujours virtuel⁷.

Comme l'avait fait Robert Escarpit auparavant (1976)⁸ il s'agissait de proposer à la discussion des concepts centraux sur lesquels fonder

⁵ Ce groupe constitué au sein de la société savante Inforcom, devenue par la suite Société française des sciences de l'information et de la communication, était animé par Robert Estivals, professeur à l'université de Bordeaux III. Il fonctionnera pendant quatre ans et les résultats des recherches paraîtront dans la Lettre d'Inforcom où ils seront mis en débat puis repris dans la revue Schéma et schématisation fondée par R. Estivals.

⁶ Nous entendons ici lecture dans un sens large qui correspond à l'activité d'une personne qui interroge ou prélève des informations sur un objet.

⁷ Utilisé dans le sens courant de « qui n'est qu'en puissance, qui est à l'état de simple possibilité », Petit Robert de la langue française, 2013.

⁸ Dans son livre, *L'information et la communication : théorie générale* Robert Escarpit, membre fondateur de la discipline en France consacre plusieurs pages à la notion de document.

la discipline nouvellement créée. Il y a donc à la fois un enjeude construction d'une assise scientifique à l'intersection de l'information et de la communication et un enjeu institutionnel, montrer sa capacité à produire des recherches fondamentales originales. Ces dernières en assurant la légitimité de la discipline devait aussi assurer la cohésion du groupe formé autour d'un noyau de concepts reconnus par tous. Cependant les recherches en sciences de la communication font peu référence à ces travaux.

Dans les années qui ont suivi,l'intérêt pour le document s'est focalisé sur sa matérialité en relation avec des études sur l'activité documentaire ou les pratiques de groupes sociaux ou professionnels particuliers⁹. Mais, il nous paraît possible de dire que c'est la recherche sur les médiations entre professionnels de la documentation et les chercheurs en sciences de l'information qui a relancé l'idée d'investigations plus orientés vers la conceptualisation. Il a été proposé d'envisager le document comme une construction sociale et de l'analyser à partir de la théorie de la traduction en prenant en compte l'utilisation des technologies (Couzinet, 2000 : 253). En effet, « celles-ci permettent de considérer le document écrit, du point de vue formel, non plus comme un objet unique mais comme un ensemble composite, associant plusieurs genres discursifs, plusieurs médias ou plusieurs supports ». Il nous semblait, à ce moment là, qu'il fallait poser en amont la question de la construction du document intentionnel afin de mettre en évidence les compromis, les lissages, les prises de positions, les réécritures en un mot les processus communicationnels qui au final donneraient un document stable. La circulation sur les réseaux d'articles scientifiques évalués par toute une communauté et non plus par des experts désignés, les critiques et compléments apportés par tous invitaient à revisiter des caractéristiques établies. Que devient le document sur le réseau ? Comment travailler son ins-

⁹ C'est le cas de notre thèse de doctorat sur la Documentation médicale des médecins généralistes à Toulouse. Université de Bordeaux 3.

tabilité ? « La succession d'étatsdifférents du document modifie-t-elle ses fonctions de preuve et d'archive ? » (p. 254) car la question de la priorité des résultats est essentielle pour la science.

Ces interrogations ont été affinées dans une analyse de la place donnée au document comme matériaux de fabrication de l'histoire (Cousinet, 2004). A partir de l'analyse de 82 documents divers proposés dans les concours de recrutement des professeurs de cette discipline dans l'Education nationale, il a pu être établi que « document » désigne une production située et en relation d'assujettissement avec d'autres ce qui permet d'attribuer un sens en rapport avec un lieu et un temps d'élaboration précis. Il est alors possible de l'interpréter, de comprendre les influences subies et les dépendances de ses auteurs. Il a pu être dit qu' « en situation intentionnelle ou attribuée le document vaut et se mesure à l'aune de celui qui l'a produit ». Parallèlement, si le support a un rôle contraignant, comme l'a précisé Jean Meyriat (1981), il peut également produire des effets « visant à entraîner l'assentiment, à agir sur l'imagination ou sur la sensibilité d'un public ». Il est alors possible de confirmer qu'il est le croisement de son utilité, des intentions de l'auteur et de son destinataire chacune pouvant être détournées par le récepteur.

En histoire comme en sciences de l'information la matérialité du document ne se limite pas à un contenant, le papier, et à un contenu, de l'écrit ou des images. Tout ce qui permet de comprendre, de partager des connaissances, sur quelque support que ce soit peut avoir une valeur documentaire. Paul Otlet, Suzanne Briet et Jean Meyriat mettent en avant cette définition extensive du mot intégrant les objets non intentionnellement prévus pour être un document (un être vivant par exemple). Patrick Fraysse (2011 ; 2013) adopte cette approche documentologique des objets dans le domaine du patrimoine en essayant de comprendre les hybridations constatées sur les monuments ou les expôts des musées archéologiques (document-monumentaire). Il s'agit ici d'une approche sociale du concept qui se focalise sur

les conditions d'existence de cet objet multiforme et multi-support virtuellement porteur d'informations utiles dont la dormance est transformée par l'interrogation du « lecteur ». Nous en concluons que l'approche info-communicationnelle du concept de document postule une anabiose, l'anabiose documentaire¹⁰, provoquée par son utilité.

Un groupe de chercheurs et, au moins dans un premier temps, de professionnels de l'information, connus sous le pseudonyme Roger T. Pédaueque(2006), développe une réflexion sur le document numérique. Il examine l'objet document à la lumière des transformations provoquées par ce qu'ils nomment la « redocumentarisation du monde », c'est à dire l'émergence, par les possibilités offertes par les réseaux et les outils numériques,d'une production documentaire qui reflète les changements sociaux en cours. L'approche est ici focalisée sur le document comme objet concret, dans ses formes écrites et examine dans le vaste mouvement de numérisation généralisée les mutations des propriétés qu'ils ont définies dans une matrice du document comme médium. Les cinq propriétés définies, cognitives de mémorisation et d'organisation des idées, créativité, transmissibilité et indexabilité sont mises en regard de trois contextes de médiation, privé, collectif, public, pour explorer les nouvelles pratiques documentaires à l'échelle de la société et prend en compte la dimension économique de la circulation des savoirs. Il s'agit ici d'exposer et de poser des pistes de réflexionautour des bouleversementsinduits par le développement mondial du numérique et de l'intervention des profanes dans la circulation des idées et des savoirs. S'il est conclu que le document deviendrait une œuvre ouverte il est souligné que « la chaîne des médiations humaines » n'est pas effacée mais qu'elle est réorganisée. A la suite de ce rapport, sur les échanges réalisés au sein du groupe,il est appelé à développer des programmes de recher-

¹⁰ Nous empruntons « anabiose » au vocabulaire de la botanique. Il désigne la « reprise d'une vie active après une phase de dormance prolongée due à des conditions environnementales défavorables », Petit Robert de la langue française 2013.

che visant à comprendre les phénomènes en cours et à produire des « guides de bonnes conduites » adaptés aux institutions concernées par les mutations.

Ainsi la question du document dans sa matérialité, y compris numérique, est considérée comme ouvrant de nombreuses voies de recherche. Il s'agit en quelque sorte de saisir les changements en cours pour comprendre ce qui se joue. Dans une autre perspective, celle de consolider les acquis de la discipline et de participer à la construction de son assise fondamentale le travail conceptuel reste d'actualité.

3. Médiations et documents : des définitions extensives aux approches info-communicationnelles

A la suite de ces travaux et pour insister sur notre point de départ à savoir lier thématique de ce colloque et projet de recherche de notre réseau sur les médiations il nous paraît possible d'envisager la médiation documentaire dans le rapport étroit quelle établit entre document et médiation. En tant qu'activité elle se focalise sur l'organisation des savoirs, leur conservation, et leur mise en partage. Elle produit des objets médiateurs, dossiers, catalogues, cartels, banques de données, guides à l'intention des usagers par exemple, qui sont, dans le contexte professionnel, élaborés par des spécialistes de l'information. Elle participe à la circulation des idées et des recherches (Couzinet, 2008). Ellesert de socle à d'autres médiations qui se superposent à elle comme la médiation pédagogique dans le cadre scolaire. L'analyse révèle une imbrication de dispositifs, de rôles, d'objets documentaires, des « médiations de nature différentes » se déploient et sollicitent « à la fois l'action, le geste, l'interprétation, l'expression » (Jeanneret, 2008b). Dans le cadre des musées, des strates de médiation peuvent être mises au jour comme le montrent des travaux récents (Fabre, 2012) et des travaux en cours (Jeanneret,

Rondot, 2013 ; Fraysse, 2013 ; Fabre, Couzinet, 2014). Interroger la médiation est alors en reprenant une formulation d'Yves Jeanneret (2008a) s'intéresser à « la teneur des échanges culturels et non seulement à leur forme ».

Si nous revenons sur la définition de « document » comme objet intentionnel auquel est attribué une valeur informative contrainte par un support qui la fixe, nous proposons de ne pas étudier seulement le document comme un objet concret mais comme le résultat de processus sociaux (Couzinet, 2000). Il véhicule des savoirs et des représentations fabriqués dans des contextes définis. Ce recours à l'analyse située n'occulte pas les transformations que subit le document ou qu'il fait subir. Sa sensibilité, comme objet concret, aux techniques disponibles, aux enjeux sous jacent à sa conception et à son usage lui donnent une épaisseur particulière dans les interactions. Ainsi il peut être porteur de médiation ou produire la médiation car dans son approche extensive il n'est pas obligatoirement conçu pour jouer le rôle de document. Tous les objets peuvent porter des traces à condition que celui qui les cherche soit capable de les percevoir et de les comprendre. Ici la notion d'intermédiaire trouve sa place et rejoint la médiation. On peut l'inscrire dans le partage et la transmission du savoir à la suite de Jean-Paul Metzger qui invite à une association des SIC à l'épistémologie de la médiation et de la transmission du savoir (2008).

On peut percevoir alors, nous semble-t-il, l'intérêt qu'il y a à associer approche informationnelle et approche communicationnelle pour étudier les phénomènes de médiation. L'expression « médiation documentaire », utilisée de longue date dans l'activité professionnelle des documentalistes, sans pour autant avoir été définie avec précision, réalise la synthèse de l'approche que nous avons qualifiée ailleurs d'info-communicationnelle (Couzinet, 2009). Ainsi étudier la médiation dans ses réalisations concrètes et symboliques, dans ses processus et ses contenus, dans ses effets sur la manière de penser

l'information et le document et à partir des acteurs qui la mettent en oeuvre c'est, d'après nous, poser document et médiation au cœur de la discipline SIC telle qu'elle a été conçue dans le projet de ses fondateurs.

Conclusion

Pour répondre à la demande de présenter les tendances de la recherche un choix a été fait en relation avec les centres d'intérêt de notre réseau de chercheurs. La conférence inaugurale d'Yves Jeanneret à notre colloque de 2008 avait croisé médiation et usage. Ici nous avons proposé une autre combinaison en relation avec la thématique du colloque de cette année, un croisement entre document et médiation. Faut-il prendre ceci pour une manière d'assurer le lien entre nos manifestations scientifiques ? Sans doute, mais pas seulement. Il faut y voir aussi le reflet, modeste dans le cadre forcément contraint de cette journée, de la préoccupation de faire connaître les interrogations des chercheurs français, les voies qui sont ouvertes par des collègues bien connus au Brésil et d'exposer le contexte français de la recherche dans notre domaine. Enfin le choix qui a été fait espère avoir mis en évidence l'inscription des travaux de notre réseau dans les recherches émergentes des sciences de l'information et leur ancrage fort dans des questions fondamentales.

Bibliographie

Briet Suzanne, 1951. Qu'est ce que la documentation ? Paris : Editions documentaires et techniques, 48 p.

Couzinet Viviane, 2000. Médiations hybrides : le documentaliste et le chercheur en sciences de l'information. Paris : Adbsed. , 2000. 340 p.

Couzinet Viviane (dir.), Rauzier Jean Michel (collab.) 2001. Jean Meyriat, théoricien et praticien de l'information-documentation. Paris : Adbs éditions, 2001. 512 p.

Couzinet Viviane, 2004. Le document : leçon d'histoire, leçon de méthode. Communication et langages, juin, n°140, p. 19-29

Couzinet Viviane, 2008. De la communication scientifique à la médiation spécialisée : communication des savoirs et formes d'hybridations. In Papy F., dir., Problématiques émergentes dans les sciences de l'information. Paris : Hermès, Lavoisier, p. 57-85. [Publié en anglais] 2010. From Scientific Communication to Specialized Mediation : Communication of Knowledge and Forms of Hybridizations. In Papy F., ed. : Information Science. London (UK) : ISTE ; Hoboken (USA : NJ) Wiley & Sons, p. 33-64

Couzinet Viviane, 2009. Dispositifs info-communicationnels : contributions à une définition. In Dispositifs info-communicationnels : questions de médiation documentaire, V. Couzinetdir, Paris : Hermès, Lavoisier, Introduction, p. 6-17

Davallon Jean, 2003. La médiation : la communication en procès ?MEI, n°19, p. 37-60

Escarpit Robert, 1976. L'information et la communication : théorie générale. Paris : Hachette, rééd. 1991.

Fabre Isabelle, 2012. Médiation documentaire et culturelle dans le musée. Communication et langages, n°173, p. 83-99

Fabre Isabelle, Couzinet Viviane, 2014. L'œuvre accompagnée : médiation documentaire au Musée. Observation des médiations culturelles innovantes (OMCI), Journée d'étude LERASS-MICS, Toulouse 16 mai 2014 (en cours d'édition, sous la direction de Patrick Fraysse)

Fraysse Patrick, 2011. Document. In Gardiès C. (dir.). Approche de l'information-documentation : concepts fondateurs. Toulouse : Cépaduès éditions, ch. 2, p. 36-73

Fraysse Patrick, 2013. Monument et document au musée Saint-Raymond, musée des Antiques de Toulouse. Culture et Musées n°21, juin 2013, p. 67-87.

- Jeanneret Yves, 2005. Médiation. In Commission française pour l'UNESCO, La « société de l'information » : glossaire critique. Paris : La Documentation Française, p. 105-107.
- Jeanneret Yves, 2008a. Penser la trivialité. Paris : Hermès, Lavoisier. Vol 1, La vie triviale des êtres culturels, 267 p.
- Jeanneret Yves, 2008b. La relation entre médiation et usage dans les recherches en information-communication. In Marteleteo R.M., Thiesen I. (coor.), I ColoquioMediações e Usos de saberes e Informação : Um DialogoFrança-Brasil. Rio de Janeiro : Rede MUSSI, p. 37-59.
- Jeanneret Yves, Rondot Camille, 2013. Médiation de la médiation au musée du Louvre. Des logiques de recherche au sein d'un projet politique. Les Enjeux de l'Information et de la Communication, 2013, p. 131-148, [en ligne] URL : <http://lesenjeux.u-grenoble3.fr/2013/10Jeanneret-Rondot/index.html>.
- Lamizet Bernard, Silem Hamed, 1997. Dictionnaire encyclopédique des sciences de l'information et de la communication. Paris : Ellipse.
- Liquète Vincent, Fabre Isabelle, Gardiès Cécile, 2010. Faut-il reconstruire la médiation documentaire ? In Jean Caune (coord.), La (les) médiation(s) en SIC, Les Enjeux de l'Information et de la Communication [En ligne] : http://w3.u-grenoble3.fr/les_enjeux/2010-dossier/Liquete-Fabre-Gardies/Liquete-Fabre-Gardies.pdf.
- Metzger Jean-Paul, 2008. Temps, mémoire et document. In Papy F., dir., Problématiques émergentes dans les sciences de l'information. Paris : Hermès, Lavoisier, p. 87-109. [Publié en anglais] 2010. Time, memory and document. In Papy F., ed. : Information Science. London (UK) : ISTE ; Hoboken (USA : NJ) Wiley & Sons, p. 65-89.
- Meyriat Jean, 1981. Document, documentation, documentologie. Schéma et schématisation, n° 14, [repris in] Couzinet V. (dir.), Rauzier J.- M. (collab.) 2001. Jean Meyriat, théoricien et praticien de l'information-documentation. Paris : ADBS éditions, p. 143-160.

Otlet Paul,1934. Traité de documentation : le livre sur le livre.
Bruxelles : Editions du Mundanéum. (nouvelle éd. en fac similé,
Liège, CLPCF, 1989).

Pédaque Roger T., 2006. Document et modernités, 28p.
archivesic.ccsd.cnrs.fr/sic_00001741

Régimbeau Gérard, 2007. Médiations iconographiques
et médiations informationnelles : réflexions d'approche.
Communication, 26(1), [En ligne], 2007.

Tardy Cécile, 2012. Représentations documentaires de l'exposition.
Paris : Hermann, 280 p.

Tendências da Pesquisa em Ciência da Informação no Brasil

Tendances de la Recherche en Science de l'Information: Brésil

Trends of research in Science of Information in Brazil

Emir Suaiden*

Universidade de Brasília, Brasil

Kátia de Carvalho

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Resumo

A convergência de conhecimentos possibilita pesquisar a aproximação de informação e documento e permite aprofundar certas questões que contribuem para a história da ciência da informação no Brasil. Documento e documentação convergem para os interesses da Ciência da Informação e volta-se para estudos sobre a informação, contudo diferentes olhares e contextos marcam a pluralidade de aportes teóricos que a sustentam para estabelecer interfaces com outro(s) objeto(s) de estudo, no intuito de melhor compreender o fenômeno informacional, complexo por natureza. Como objeto central e de interesse para a área, informação, exige uma abordagem que preencha as lacunas existentes que são necessárias para fortalecer o seu arcabouço teórico em formação. E é na segunda metade do século XX que a pesquisa tem reconhecimento a partir da criação do CNPQ e CAPES, que estabelecem a infraestrutura necessária. O objeto deste trabalho é buscar no Diretório de Grupos de Pesquisa (CNPq) as tendências da pesquisa desenvolvidas pelos Grupos (segundo suas linhas de pesquisa) como uma forma de fazer um reconhecimento da área.

* Equipe de Pesquisa: Emir Suaiden (Prof. Titular -UNB), Kátia de Carvalho (Prof. Titular – ICI/UFBA), Alessandra Santana (mestre Ciência da Informação – ICI/UFBA), Maria Isabel de Souza (Profa. Assistente - ICI/UFBA), Maria Yeda Figueira (Profa. Adjunta - ICI/UFBA), Maira Salles de Souza (mestranda em Ciência da Informação – ICI/UFBA) e Neusa Pires (mestranda em Ciência da Informação – ICI/UFBA).

Palavras-chave: Documento. Informação. Ciência da Informação. Pesquisa em Ciência da Informação.

Résumé

La convergence des connaissances peu faciliter à la recherche du document sur l'approche à l'information et permet en outre de certaines questions qui contribuent à l'histoire de la science de l'information au Brésil. Document et documentation pour faire converger les intérêts des sciences de l'information se tourne vers les études relatives à l'information, mais des regards différents et des contextes marquent la pluralité des contributions théoriques qui soutiennent à établir des interfaces avec d'autres (s) objet (s) d'étude afin de mieux comprendre le phénomène informationnel, complexe par nature. Objet central de l'intérêt pour la région, des informations, nécessite une approche à combler les lacunes qui sont nécessaires pour renforcer leur cadre théorique de la formation. Et il est de la seconde moitié du XXe siècle que la recherche a la reconnaissance de la création du CAPES et le CNPq, établir l'infrastructure nécessaire. L'objet de ce travail est de consulter le répertoire des groupes de recherche (CNPq) tendances de la recherche menées par des groupes (en fonction de leurs lignes de recherche) comme un moyen de reconnaître le domaine.

Mots-clés: Document. Information. Sciences de l'information. La recherche en sciences de l'information.

Abstracts

The convergence of knowledge enables the approach search for information and document and allows develop certain issues that contribute to the history of information science in Brazil. Document and documentation to converge the interests of Information Science and turns to studies on information, however different looks and contexts mark the plurality of theoretical contributions that to establish interfaces with other (s) object (s) of study in order to better understand the informational phenomenon, complex by nature. Central object of interest to the area, information, requires an approach that fill the gaps that are needed to strengthen their theoretical framework for training. And it's the second half of the twentieth century that research has recognition from the creation of the CNPq and CAPES, establishing the necessary infrastructure The object of

this work is to search the Directory of Research Groups (CNPq) trends in research undertaken by groups (according to their research lines) as a way to reconnoiter the area.).

Keywords: Document. Information. Information Science. Research in Information Science.

Mesa 2 / Table 2

Documento: origens históricas e processos de validação / Document: trajectoires historiques et processus de validation

Documento notarial: sua validação histórica

Le document de notaire: sa validation historique

Notaries' Document in Civil Law (latintradition): its validation in Early Modern History

Margarida Sá Nogueira Lalande

Depto. de História, Filosofia e Ciências Sociais
Universidade dos Açores, Portugal
CHAM – Centro de História d'Aquém e d'Além-Mar

Resumo

Na tradição jurídica latina, o escrivão público, também dito notário ou tabelião, tem a autoridade profissional e pessoal de garantir que são verdadeiros e válidos os documentos e as situações contratuais ou declarativas que presencia e de que elabora um registo escrito formal. Os atributos do seu cargo e os modos de validação constituem a essência do “documento” notarial e o tema da presente síntese.

Palavras-chave: escrituras; fé pública notarial; documento; validação.

Résumé

Dans la tradition juridique latine, l'écrivain publique ou notaire possède l'autorité professionnelle et personnelle d'assurer de la vérité et de la validité des documents et des déclarations ou contrats qui se déroulent sous ses yeux et dont il fait par écrit l'enregistrement formel. Les attributs de sa fonction et les formes de validation constituent le noyau du “document” notarial aussi bien que de cette synthèse.

Mots-clés: actes notariés; foi publique des notaires; document; validation.

Abstract

In Civil Law, a notary is given professional and personal authority to ensure the truth and the validity of documents and statements or contracts that are done in his presence; from them he draws up a formal written record. His job title's attributes and the ways validation is acquired constitute the essence of “document” in the sense of notarial deed; they also are the theme of this synthesis.

Keywords: notary; civil law; document; validation; notarial deed.

Introdução

Como e porquê se torna válido um objeto de comunicação e de memória como é o registo de um acordo entre duas pessoas? E o que obriga a ser respeitado por todos e ao longo de décadas algo que poderia manter-se somente na esfera das relações entre particulares? Em que circunstâncias, no espaço-tempo do conhecimento e da vida dumha sociedade, um ato se transforma em documento? Quais os processos de validação, com efeitos imediatos e futuros, de algo que é, na sua origem, próprio de pouquíssimos indivíduos mas que assim se transforma numa peça da memória histórica de toda uma comunidade humana?

Tais preocupações de saber convocaram-nos a todos para esta quinta atividade da Rede MUSSI - Mediações e Usos dos Saberes e da Informação, o seu terceiro **Colóquio Internacional**, «transformações do documento no espaço-tempo do conhecimento», e constituem o cerne da reflexão desta Mesa, sobre «documento: origens históricas e processos de validação». O meu contributo para a discussão trata da validação das atas notariais antes do século XIX.

1. Tabelionato latino

Em arquivos distritais ou noutras encontram-se documentos antigos produzidos por cartórios notariais de vilas e cidades. A sua preservação é hoje entendida como imprescindível para o conhecimento do passado e a compreensão do presente, feliz entendimento que radica na importância que ao longo dos tempos foi sendo atribuída em crescendo aos títulos de posse de bens materiais e aos responsáveis pelos seus registos. Com efeito, sabe-se que na Antiguidade Ocidental e do Próximo-Oriente a escrita dos contratos começou por estar a cargo de alguns dos escassos homens alfabetizados que serviam a senhores ricos; tal atividade teve uma valorização variável consoante o complexo histórico-geográfico de inserção, e ao longo dos últimos dois séculos medievais as medidas administrativas dos poderes políticos foram-lhe dando reconhecimento e consolidação. Na terminologia agora e aqui usada, “notário”, “tabelião” e “escrivão” são sinónimos e para a História ficaram as diferenciações, a saber: aquele que com muita rapidez tinha de tomar notas do diálogo entre os contraentes, para depois o passar a escrito já com os formulários de estilo e ele ser lido e validado por todos os intervenientes, era o “notário”; a designação “notas” foi sendo trasladada de “apontamentos rápidos em rascunho” para “atas e atos notariais finais”, e o mesmo sucedeu com as “minutas”; como elas eram escritas sobre tábuas, os “notários” também eram denominados “tabulários”, “tabeliões” ou “tabeliães” (SYLVESTRE, pp.184-188). No ato de escrever radica a expressão “escrivães”, que por vezes aparece não neste mesmo sentido mas num outro, de menor importância e com o qual não a podemos confundir: o de “escreventes”, aprendizes ou serventuários do notário que têm, entre outras, a morosa e repetitiva mas indispensável tarefa de escrever em folhas soltas o rascunho e, após a eventual inserção de correcções aquando da leitura em voz alta conducente à sua aceitação unânime, re-escrever em livro o texto completo que será assinado no final pelo seu patrão e todos os intervenientes.

Antes do século XIX não existe uma formação escolar específica para se ser tabelião: basta saber ler e escrever, e (de modo obrigatório em Direito público mas apenas conveniente no privado) passar no exame de escrita e de estar familiarizado com as práticas do ofício, o que se prepara trabalhando como escrevente num cartório notarial. «Entre las condiciones para ser nombrado escribano por el rey figuraban tanto las morales como las intelectuales» (GADOW, p.196). De realçar que no mundo português “ser-se tabelião” não é o mesmo que “ser-se proprietário do ofício de tabelião”: esta segunda expressão aplica-se a quem recebeu do rei a mercê (ou, com autorização deste, a comprou a um particular que a tinha) de usufruir de parte dos proventos inerentes a um posto específico (por exemplo, escrivão das notas, ou das sisas, ou dos órfãos, de uma certa localidade), para o qual tem de encontrar pessoa apta a exercê-lo, isto é, a “ter a serventia” dele; deste modo a Coroa consegue uma maior cobertura do território no que diz respeito ao serviço público de notariado. Porém, é expressamente proibido a um tabelião vender o seu ofício: como qualquer outro oficial público, só pode renunciar a ele manifestando-se directamente ao rei, sem qualquer venalidade (Ordenações Afonsinas, Livro IV, Títulos VIII e XXIII).

Em França até à Revolução de 1789 os notários que exercem nas vilas e cidades são privados, nomeados pelos senhores dessas terras, e os apostólicos e os régios estão confinados aos territórios da Igreja e da Coroa; existem autoridades superiores, nomeadas pelo rei e com alcada sobre todo o país (MEYER, p.46). Pelo contrário, em Portugal e no mundo português dessa mesma época os tabeliões são quase todos empossados pelo poder régio após prestação de provas; constituem exceção os que exercem em certas entidades e por elas são escolhidos e nomeados mediante regras próprias, como organismos da Igreja (e aíum “escrivão” pode ser um leigo, mas um “notário” é obrigatoriamente um eclesiástico) ou públicos sem ser a Coroa (as Câmaras municipais); por conseguinte, são privativos dessas instituições, e atuam unicamente no campo do Direito privado,

isto é, entre particulares, com competências limitadas e numa zona geográfica bem definida. Todos os demais (e alguns daqueles quando leigos, pois por vezes acumulam cargos) são tabeliões públicos, aplicam as normas do Direito público em qualquer parte do território sob jurisdição portuguesa, edesempenham as suas funções em pelo menos uma de três dimensões possíveis: a) a «do judicial» ou «das audiências», seja nas casas destas, isto é, os tribunais, do cível ou do crime, seja noutras áreas específicas (partilhas, salvaguarda de pessoas, bens e restantes assuntos relativos a órfãos de menor idade, por exemplo);b) a fiscal e administrativa (como a cobrança das sisas e a almotaçaria), que recebe a designação concreta de cada caso; c) a «do público e notas», também dita«do número» (por o rei definir para cada urbe o limite máximo desses oficiais) e «do paço», e que pode ser exercida no cartório individual ou em casa, ou no espaço colectivo a tal destinado na sede do concelho, o «paço dos tabeliões», que existe num sítio central para que a população aí possa acorrer com facilidade, ser atendida de imediato quando necessitar da intervenção de um notário e poder escolher qual dos presentes quer. É neste último âmbito que são contratualizados os assuntos do comum dos moradores, e é deleque tratamos aqui.

Em Portugal, França, Espanha, Itália, em todos os países americanos que foram suas colónias, nas regiões da Louisiana e do Québéc, bem comonoutros Estados de vários continentes, vigora o tabelionado latino (denominado em língua inglesa “Civil Law” para se distinguir do anglo-saxónico, aí dito “Common Law”), herdeiro do Direito Romano e do Visigótico; a sua característica identitária é a «fé pública notarial» (inexistente no “common law”, onde o notário só certifica que as partes lhe exibiram, de comum acordo, um texto já pronto): é entendido como verdadeiro e válido todo o acto ou contrato que o tabelião declarar que presenciou ou avalizou.

Tem a ata notarial o condão de preconstituir prova dotada de fé pública, isto é, os fatos que o notário declarar que ocorreram em sua presença presumem-se verdadeiros,

tornam-se críveis, até que se prove o contrário. Por isso diz-se que a ata notarial tem a característica de perpetuar o fato no tempo, com força de fé pública. Tal eficácia probatória da ata notarial tem ancoradouro positivo no [...] Código de Processo Civil brasileiro[...]:o “documento público faz prova não só da sua formação, mas também dos fatos que o escrivão, o tabelião, ou o funcionário declarar que ocorreram em sua presença”. (BRANDELLI, p.55)

A «fé pública» não é exclusiva dos tabeliães: na Espanha quinhentista alguns outros oficiais régios ou eclesiásticos a possuem também, e aí, em pequenas localidades onde não há qualquer escrivão, a verdade dos factos pode ser garantida pelo pároco ou pelo sacristão (MARCHANT RIVERA, pp.205-206). Em Portugal os escrivães ditos “jurados”, que escreviam o que lhes era mandado pelos vários tipos de juízes, «podiam até dar fé pública aos actos do seu ofício, desde que para tal tivessem sinal reconhecido por licença régia» (COELHO, p.180). E eis-nos no coração daquilo que torna única a certificação feita pelos tabeliães: a associação da fé pública a um conjunto exclusivo de atributos (sinal, selo, assinatura, presença, testemunho), que reforça a já grande importância de cada um deles e do qual nos ocuparemos mais adiante.

Nos países de notariado latino, o sistema jurídico caracteriza-se, basicamente, por ser de justiça preventiva, em que o Estado intervém logo aquando da titulação dos negócios jurídicos, através do oficial público que é o Notário, que, como delegatário da Fé Pública do Estado, confere autenticidade aos documentos que elabora e aos actos que pratica ou em que intervém. É o notário – simultaneamente, oficial público pelas funções públicas que exerce, e profissional liberal, pela forma como presta o seu serviço – que assim dá forma legal à vontade das partes, que conforma a vontade das partes à lei, que controla e assegura a legalidade. É o Estado que, desta forma, dá garantias de verdade, de certeza, de segurança jurídica. Nestes sistemas

de justiça preventiva, os índices de litigância são muito reduzidos, porquanto a intervenção do Estado, através dos notários, a montante, garante a escassez do recurso à via judicial, a jusante. (ORDEM DOS NOTÁRIOS PORTUGUESES)

A função do tabelião é a de prevenir e precaver os riscos futuros que a incerteza jurídica possa trazer. Deve agir com prudência, combatendo incertezas e prevenindo os seus clientes de riscos. Deve proteger as partes com igualdade, alertando-as e livrando-as com imparcialidade dos enganos. [...] Em consequência, as partes deixam de recorrer a outras medidas para resguardar os seus direitos subjetivos privados, podendo-se entre elas citar os processos judiciais. [...] A função do tabelião não se resume a ser um simples instrumentalizador e autenticador de documentos. (LEONHARDT)

Evitar litígios no presente e no futuro, graças à escolha da figura legal mais adequada tanto aos objectivos das partes como às exigências formais da administração judicial, é precisamente, uma das duas principais funções dum notário, obrigado a saber interpretar e aconselhar quem o procura e a responsabilizar-se por eventuais erros de forma. A sua outra função primordial é a autenticação, que define três tipos de documentos: autênticos (os públicos, feitos pelo notário), autenticados (os particulares, confirmados pelas partes na sua presença) e com reconhecimento notarial (de letra ou de assinatura). (PORTUGAL. Código, artº 35º, p.26)

2. Documentação notarial

Testamentos, arrendamentos e aforamentos, procurações, permutas, empréstimos, vendas de juros e foros ou de propriedades, dotes para casar ou para entrar em religião, alforrias de escravos, doações, fian-

ças para o exercício de cargos públicos ou para outro fim, contratos de aprendizagem de ofício e trabalho de órfãos menores, afretamentos de navios para certos transportes, contratos de promessa ou de edificação de imóvel: os tipos de escrituras não se esgotam nesta multiplicidade. E até ao século XIX muitos mais assuntos exigiam a intervenção dum tabelião.

Il existait en France “plus de 500 motifs de rendre visite à son notaire”. Bien mieux, plusieurs sortes d’actes étaient alors authentifiées par devant notaire qui aujourd’hui ne nécessitent plus le concours de l’officier public: par exemple, des contrats d’apprentissage, de droit du travail, des devis et marchés, des commandes artistiques. (MOREAU, p.465)

Ora adocumenatação gerada ou validada pelos notários é a que resulta das competências destes; eis as que figuram no atual Direito português: «lavrar testamentos» e instrumentos relativos a estes; «lavrar outros instrumentos públicos»; «exarar termos de autenticação em documentos particulares ou de reconhecimento da autoria» das letras; «passar certificados» (de vida, identidade, desempenho de cargos); «passar certificados de outros factos que tenham sido verificados»; «certificar, ou fazer e certificar», traduções de documentos; «passar certidões de instrumentos públicos, de registos e de outros documentos arquivados, extrair públicas-formas» e «certificar as fotocópias»; «lavrar instrumentos» de honorabilidade ou de não-falência (mediante declaração solene ou sob juramento); «lavrar instrumentos de actas» de certas reuniões; «transmitir» a outros serviços públicos e deles «receber» documentos por telex/cópia certificada; «intervir nos actos jurídicos extrajudiciais a que os interessados pretendam dar garantias especiais de certeza ou de autenticidade»; «conservar os documentos». (PORTUGAL. Código, artº 4º, pp.16-17)

De imediato dois conjuntos de vocábulos se destacam: «lavrar» e «certificar», quanto às acções, e «instrumentos» e «documentos», quanto aos produtos. «Certificar» é a reafirmação da fé pública; já

«lavrar» remete-nos para criar sobre uma base sólida, participando simultaneamente do mundo rural e da autoria personalizada, numa bela síntese entre a importância dos registos relativos à propriedade e a responsabilidade pessoal dum notário concreto na geração de cada escritura. Quanto aos seus resultados, os termos tornam-se claros no cotejo com outros pontos do Código: o artº 16º fala de «registo de instrumentos avulsos e de documentos», e o 28º de «documentos respeitantes aos actos lavrados»; assim, depreendemos que um «ato» notarial pode ter por base «instrumentos avulsos» (imaginemos: procurações de uma outorgante ausente, títulos da propriedade que se vai transaccionar, ordens judiciais), que são exibidos ou mesmo incluídos nas escrituras finais (designadas «documentos»).

A noção do que é um “documento” apresenta particularidades por vezes insuspeitadas, tanto na linguagem corrente como na técnica; vejamos um exemplo de cada caso. Num mosteiro beneditino em Málaga era feita uma carta de profissão pela passagem duma noviça a religiosa, em que o novo membro da comunidade prometia cumprir os votos publicamente feitos; as cartas mais recentes apresentam molduras desenhadas à volta do texto, muito trabalhadas e encimadas por figuras religiosas, mas as mais antigas só têm o texto e as assinaturas da religiosa, da abadessa e do bispo. Delas é dito que se trata de «un documento, de derecho canónico aunque privado, que [...] debe ratificarse con estas tres firmas», e que «las más antiguas se ciñen al texto de la promesa, son nada más que un documento» (CARMACHO MARTÍNEZ, p.724). «Nada mais do que um documento» transmite-nos um certo desconselho, uma sensação de perda por não se poder fruir da arte que, noutras exemplares, (só) foi usada porque era grande o valor do que merecia tal labor decorativo: a prova, o registo para a posteridade, ou seja, o documento _o essencial, afinal... Também na terminologia técnica, neste caso jurídica, existem «documentos» mais importantes do que outros: aqueles que alteram uma situação, as “escrituras”, são, permita-se-me a expressão, «mais documentos» do que as “atas”, que apenas testemunham algo que foi

exibido ou transmitido pelas partes e registado por quem de direito.

Na escritura há uma atuação notarial mais completa [...] o notário atua como jurista assessor imparcial das partes, além de externar seu mister autenticante. Na ata notarial, por seu turno, há mera atividade autenticante do tabelião. A escritura busca criar, modificar ou extinguir direitos; a ata se caracteriza por seu aspecto conservatório.[...] Nas escrituras o notário redige e nas atas narra.(BRANDELLI, p.56)

Uma consequência de tal critério é a definição legal de quais os textos a conservar e por que prazo. Uma outra é a utilidade de o historiador conhecer as características de cada género de ato, e de criar tipologias segundo critérios diversificados, como tem exemplificado o pioneiro dos estudos sobre notariado, Jean-Paul Poisson: entre outras possibilidades, escrituras de crédito [empréstimos e certos contratos de juros e foros]; económicas sem ser de crédito [vendas, arrendamentos, dotes e doações, aprendizagem de ofício]; atos de direito de família [testamentos, inventários, dotes de casamento]; complexidade dos atos; urgência e tempo de feitura; local de residência das partes; tempo de permanência dum bem na posse dos seus sucessivos proprietários; condição social dos intervenientes (POISSON, pp.293-303). Tal metodologia permitiu já a este investigador concluir que o principal tipo de atividade dos cartórios parisienses num período dilatado do Antigo Regime era no âmbito dos empréstimos e financiamentos a dinheiro, e não, como se supunha, no do direito de família e em especial das questões testamentárias e sucessórias.

A terminar este ponto, saliente-se uma particularidade da documentação tabeliónica: a sua linguagem técnica, desenvolvida em formulários muito próprios de cada território e de cada tipo de documento, cuja explicação verbal cabe ao notário mas cujo cabal entendimento pelas partes se afigura fraco.

Ce jargon présente selon ses usagers un avantage majeur: compréhensible par tous les notaires, de tout temps, il permet aux actes de franchir les années sans perdre en exactitude. [...] Les notaires]estiment correctement remplir l'obligation de traduire ce langage ésotérique, inaccessible au commun des mortels, lorsqu'ils en font l'exégèse au fil de la lecture d'un acte. (DE CHARETTE & BOULARD, p.104)

3. Modos de validação

A linguagem específica e as fórmulas em que ela se desenvolve são, precisamente, uma garantia de segurança jurídica e de autenticidade dum escrito feito por um especialista dotado de fé pública e detentor de carta régia do ofício que jurou servir. Uma das partes finais é hoje denominada «validação»; nos séculos XIII e XIV em Portugal compunha-se de «róbora, testemunhas, escrivão, selo, sinal. A róbora, nem sempre presente, [...] é constituída por uma frase onde existe o verbo “roborar”» (ALMEIDA, p.22), que significa “reforçar”, usado em nome dos outorgantes logo antes das assinaturas. No decurso dos tempos e até às reformas legislativas portuguesas e brasileiras que, no século XIX, revogaram as Ordenações Filipinas, desapareceu a expressão (hoje só “corroborar” existe); além disso, dois outros elementos de validação, o selo e o sinal, fundiram-se. O “sinal público” é uma marca individual diferenciada, desenhada pelo notário no final da cópia dum documento, logo antes de a assinar, e que lhe confere autenticidade e solenidade; tem de ser autorizado pelo rei e registado em local próprio (o verso da carta de ofício, ou livro próprio na chancelaria régia ou na câmara municipal). O “sinal raso” é o nome dado à assinatura por extenso do tabelião, mais simples do que quando está enquadrada pelos traços denominados “guardas” e mais completa do que a simples rubrica (do seu principal nome de família). Com frequência, ambos os sinais estão presentes num mesmo documento (a expressão, só ela, ainda hoje é bem conhecida no Brasil).

Assim, as formas de autenticação de um documento notarial e dos seus conteúdos, pelo menos nos séculos XV a XIX e no mundo português, são simultaneamente a pessoa concreta do tabelião, a fé pública por ele conferida, as testemunhas (no mínimo duas), e, nos originais, as assinaturas destas, daquele e dos outorgantes. Não é, pois, por acaso quena base da “firmeza” ou “firmidão” de um texto encontramos as marcas pessoais e únicas dos seus intervenientes, denominadas “firmas” nas línguas espanhola e italiana e “signatures” ou “assinaturas” (derivadas de “signum”, signo ou sinal) na francesa e na portuguesa —justamente as quatro do notariado latino... Apenas nas cópias, cabe aos sinaisprópriosde cada tabelião substituir com igual força e validade as assinaturas das partes e das testemunhas. Os formulários correntes no século XVII demonstram-no bem: diz-se no início que “em presença de mim público e notário tabelião e das testemunhas no fim nomeadas e assinadas apareceram partes outorgantes”, devidamente identificadas; no final, estas “em fé e testemunho de verdade assi o outorgaram e mandaram ser feito este instrumento nesta nota para dela dar os treslados que cumplir e necessarios forem”, razão para, nas últimas linhas, se declarar que“de tudo fiz o presente instrumento que aceptaram, e eu tabelião, como pessoa pública aceitante e estipulante, tudo aceitei e estipulei pelas partes presentes e ausentes a que tocar possa; e foram a tudo testemunhas presentes” as que de imediato se nomeia e que assinam no fim.

[Até ao séc.XIII, a fé pública baseava-se na conjugação da letra e da assinatura do escriba com a referência a testemunhas; dai em diante passou a sê-lo na] «capacidad legitimadora y autentificadora del notario. Pero la fe pública no bastaba. El documento debía además ser redactado en forma pública lo que explica el seguimiento de determinados formularios. [...]El signo individualizado era la señal que el Monarca concedía junto con el título real al nuevo escribano para que con él refrendase las actuaciones que en su presencia se estipulasen [...]Como la designación correspondía al Monarca, el escribano no podía modifi-

car el signo concedido sin expresa facultad real [...]Estos signos, además de dificultar la posible falsificación del documento, cumplían el objetivo de poder ser reconocido por los analfabetos [...]El signo notarial primitivo solía ser una cruz, signo del cristianismo, y entre sus brazos iban cuatro puntos, tres a colocar por el escribano y el cuarto por el outorgante. [Depois passou a haver grande variedade de desenhos.] (MENDOZA GARCIA, pp.301, 304, 305)

Depois de entregues os documentos aos outorgantes, só com autorização régia se pode passar mais alguma cópia: assim se tenta evitar que um escrivão desonesto e aliciado por uma das partes altere algo só num exemplar. Estão previstos na lei abundantes reforços da segurança jurídica duma escritura pública: a exigência de o tabelião conhecer as partes ou as testemunhas; a não aceitação de contrato que, em vez de se regular pelo Direito escrito, se baseie na palavra dada ou no juramento e na boa fé entre outorgantes (o que parece visar sobretudo prometidas doações de bens à Igreja); a obrigatoriedade de as notas estarem escritas, e sem rasura por assinalar, não em folhas avulsas mas em livros sequenciais e legalizados, isto é, contendo cada um deles termos de abertura e de encerramento e todas as folhas numeradas e rubricadas; o bom arquivamento dos livros, para sempre, e a sua inspecionabilidade pelos Corregedores; a importância de ser feito por escrivães e não por escreventes ou outrém o exame dos instrumentos apresentados pelas partes para a construção da escritura final, “concerto” (verificação) em que pode ter de se recorrer a mais um tabelião; a declaração de nulidade duma escritura sem testemunhas ou que não tenha sido lida em voz alta e explicada; a proibição veemente de o tabelião assinar ou fazer o seu sinal antes de as partes e as testemunhas se manifestarem de acordo com todo o teor da escritura. Pelo incumprimento destas regras as punições para o notário são variáveis mas sempre pesadas: reembolso do valor da escritura, pagamento dos danos ocorridos, expulsão do ofício de tabelião, proibição do exercício de qualquer outro ofício público.

As mais graves de todas as situações são a falsificação deliberada de selo autêntico ou de escritura: para elas mantém-se ao longo dos séculos, e sem possibilidade de perdão régio, a pena de morte(Ord. Man., LºV, Tit.VII e VIII; Ord. Fil., LºV, Tit.LII e LIII); tal remonta ao rei D.Dinis, que no século XIII assim o determinou para tais casos e para quem desse ou instigasse a dar falso testemunho, e que no século XIV “aligeirou” a pena (comutando-a para amputação de pés, mãos e olhos)unicamente para os segundos (Ord. de D.Duarte, p.176).Muito grande, maior do que tudo, é o valor jurídico, social e pessoal da fé pública inerente ao cargo de tabelião; logo, a quebra dessa enorme confiança e segurança só pode ser punida com o maior castigo que existe: a morte.

4. Algumas reflexões

O poder de declarar algo como verdadeiro ou válido extravasa os limites físicos dum texto, pelo que um tabelião chega a dar fé também daquilo que viu e ouviu dizer,só como morador num certo local, sem qualquer prova, sem nada ter lido porque não há documento para ler: «certiflico e dou fé [...]que é verdade que eu vi por vezes advogar e requerer no foral das audiências [...]a F...,que diziam vinha agraduado e formado de letrado para poder advogar nos auditórios» (Álbum de Paleografia, p.242, doc. de 1641/Mai/8; grafia de agora). A sua consciência de garante da verdade pode levá-lo a querer testemunhar e autenticar, espontaneamente, uma realidade excepcional que ele vê e regista para a História.

Hay escribanos que, al inicio de cada año de protocolos [atas], realizan un guión de los sucesos más reseñables acontecidos en sus pueblos.[...]Se consideran a sí mismos como responsables de hacer llegar a “los siglos venideros” el relato de lo acaecido ante sus ojos y, además, de legar a esos siglos sus opiniones e ideas particulares sobre determinados hechos históricos(GARCÍA NARANJO, pp. 241-242)

O notário enquanto pessoa é contagiado, na maneira como ele e a sociedade o vêem, pelo seu ministério de validador. Assim, as suas afirmações e atitudes não se repercutem somente nas escrituras que faz: elas influenciam e modelam as decisões de outros, e alteram o estatuto dele próprio. Por analogia, se recorrermos à terminologia de Jean Meyriat, que tanto reflectiu sobre os modos de entender a comunicação documental, poderemos dizer de forma grosseira que, além de nasescrituras notariais coincidirem os estatutos de «documento por intenção», algo produzido de propósito para ser uma informação, e de «documento por atribuição», algo que é visto pelo seu utilizador como fornecedor de informação qualquer que tenha sido a sua finalidade original (COUZINET, p.21), também o próprio autor delas se torna num «documento por atribuição».

Dans le notariat latin le notaire est toujours censé être l'auteur des actes, ce qui donne à ceux-ci le caractère public de preuve, [...]et il peut refuser les faire si ce qu'on lui demande est contraire à la loi. [...]Le notaire, on le sait déjà, n'est pas un élément neutre dans la construction d'un acte, d'une validation juridique de la volonté de son client. Ses conseils sont essentiels pour la réussite. [...]Chez les notaires latins de l'Ancien Régime, les questions éthiques étaient indissociables soit de leur profession soit de leur fonction sociale: conseiller, autoriser, garantir la vérité, et influencer. (LALANDA 2011, pp.520, 526 e 528)

Tal é comprovado pelo estudo de qualquer grande quantidade de escrituras; contudo, muito poucos dos historiadores que trabalham esta fonte reflectem sobre ela nessa óptica.

L'histoire notariale [...]cherche à comprendre dans toute leur complexité les rapports qui se nouent autour et dans l'acte notarié entre toutes les parties prenantes: non plus seulement les parties contractantes, mais encore le notaire, éventuellement le(s) clerc(s) de ce dernier, et, enfin, les témoins, instrumentaires ou non. [...]Cependant, le dénominateur commun [...]de la production historique

fondée sur l'exploitation d'actes notariés est l'occultation du notaire. Jamais [...] sa médiation n'est prise en compte. (LAFFONT, pp.27 e 18)

A opção dum outorgante por um tabelião específico, nem sempre o mais próximo em termos geográficos (LALANDA 2002, pp.215-216), existe legalmente e é muito posta em prática; podemos subentender na sua raíz certas características vistas pela parte naquele notário, com destaque para a confiança na sua discreção (comprovada em várias escrituras já feitas para o outorgante ou parafamiliares dele, numa mesma geração ou numa tradição familiar sequencial) e para o apreço pelo seu saber e “modus faciendi”, garantias de segurança jurídica e de concretização plena da vontade da parte. Por isso é mesmo necessário vermos mais além.

[J-P.Poisson, notaire et historien, sait] voir, à travers les formules conventionnelles, ou les absences de formules plus difficiles à déceler, les intentions véritables du rédacteur. “L'acte n'est que l'enveloppe extérieure, voire apprante de la réalité” [selon lui]. (BIRABEN, p.780)

Esta reflexão vai pôr em causa o pressuposto tácito de que uma escritura é um registo descriptivo e neutro da realidade. Uma escritura pertence às fontes claramente classificadas como “documentos históricos”, produzidos em circunstâncias temporais e espaciais bem definidas e, neste caso, com objectivos concretos: validar uma situação e servir de prova futura; dela apenas esperamos que seja usada única e exactamente como tal. O comentário a textos históricos segue habitualmente quatro parâmetros que podem definir dimensões do conceito de “documento”: a importância do contexto, a função do conteúdo, a identificação, o valor atribuível (COUZINET, p.23). Ora é fundamental que as escrituras sejam analisadas também na perspectiva de como se processa aí a comunicação (expressa ou oculta), nas escolhas linguísticas e jurídicas feitas pelo tabelião (de entre as diversas possíveis e presentes noutras actas da sua autoria)

como nas relações (familiares, vicinais, de proximidade afectiva ou geográfica, de subordinação) entre os intervenientes e com aquele, procurando-se desvendar igualmente os verdadeiros objectivos da realização de cada contrato e de sequências deles.

Le document est porteur d'une relation. La production et la réception du document ne suffisent pas à épuiser tous les ressorts de la notion. Il s'agit aussi de prendre en compte les mouvements entre les acteurs qui manipulent l'objet (producteur, récepteur, intermédiaire médiateur), la matière de l'objet (support, matérialisation, virtualisation) et son contenu (le message, le signe véhiculé). (FRAYSSE, p.68)

Uma escritura é, por definição, algo que confere autenticidade legal a uma vontade e que transforma em documento público o que seria apenas do foro particular; no entanto, não está isenta da análise crítica que os historiadores têm de fazer a todas as fontes que estudam.

Cuestiones críticas asedian al documento notarial desde una quíntuple problemática: [a)] representatividad, [b)] veracidad, [c)] objetividad, [d)] adecuación, [e)] suficiencia. [a):] [Entre otras:] saber quién va al notario y por qué, cobrar conciencia del carácter social diferencial de cada tipo de escritura [y] de las posibles lagunas de la documentación. [b):] No sólo el documento fiscal, sino también el notarial, puede falsear los datos. [c):] El notario se interpone como un filtro entre la realidad y la representación en la fuente: no sólo testigo, sino también autor. [d):] El historiador no puede pedir al documento notarial lo que éste no puede dar; ni debe [prescindir de] las circunstancias en que fue redactado. [e):] Hay campos en que el documento notarial es único, campos en que es necesario, pero forzosamente a completar, y campos en que es necesariamente incompleto. (EIRAS ROEL, pp.28-29, com supressões)

No caso das escrituras antigas, o olhar da História, já de si muito atento e multifacetado, só tem a ganhar com a complementaridade que encontra noutras visões, nomeadamente a do Direito, a da Socio-logia e a da Comunicação.

Le document peut être considéré comme un dispositif communicationnel et la partition par «intention» ou par «attribution» est toujours d'actualité. La manière dont l'histoire l'appréhende conforte l'approche développée par les SIC. Dans ce contexte, il peut être analysé comme matériau de recherche. Il est possible également de l'appréhender d'une autre manière et de le construire en objet de recherche pour le définir comme concept. Sous le travail de l'historien transparaissent des dimensions encore à approfondir et probablement à enrichir par des travaux à partir d'autres disciplines, mais dès à présent se dessinent des dimensions et des indicateurs transposables en SIC. Cependant, si la question posée par l'histoire est: «qu'apporte le document pour la construire?», celle des SIC est: «comment permet-il la mise en commun des connaissances?». C'est ce rôle complexe dans la transmission des connaissances qui est à interroger.(COUZINET, p.29)

O documento notarial dos séculos XV a XIX é um exemplo muito completo de uma construção social, não de uma fonte de informação em estado natural nem de uma aplicação inerte da legislação ou, menos ainda, do conceito positivista de “documento” no qual seleria a verdade neutra. Esse construto resulta da conjugação sequencial de numerosos atos de vontade e de escolha, análise, concertação de interesses e estratégias, a saber:

1º - decisão pessoal de realizar um ato (doação, compra, venda, arrendamento, aluguer, empréstimo, alforria, testamento, dote, ...), de lhe dar forma e validade jurídicas, para total garantia presente e futura, e de escolher o especialista autorizado que o efectivará;

2º - negociação entre indivíduos, no caso de contratos, antes de se contactar o tabelião;

3º - diálogo entre as partes e com o notário, expondo objectivos, dando aconselhamento jurídico e discutindo estratégias e resultados, onde é fulcral a interpretação pelo tabelião das vontades daquelas e a subsequente escolha da figura jurídica da escritura mais adequada;

4º - análise, pelo escrivão, de documentos anteriores, caso existam, para bem conhecer a situação concreta e para redigir o texto final de modo a que este cumpra todos os requisitos de legalidade, validade e segurança;

5º - composição pelos escreventes e revisão pelo notário (tantas vezes quantas as necessárias até se obter acordo de todos os intervenientes) da estrutura final, com total respeito pelas vontades dos outorgantes, a legislação, o formulário técnico, os documentos judiciais (como sentenças) ou parajudiciais (como procurações ou contratos) exibidos ou mesmo copiados para a nova escritura;

6º - leitura em voz alta, explicação dos termos e do alcance dos atos, manifestação pública de concordância ou de desejo de alteração da minuta, numa intermediação do notário entre um saber hermético e técnico e uma população comum;

7º - validação formal, por assinatura presencial, por cada um dos indivíduos participantes: só essa atuação conjunta e de todos sem exceção confere validade ao documento original, apesar da grande importância de cada elemento quando considerado isoladamente.

Conclusão

A presença do tabelião, a sua competência legal para fazer a escritura, a existência de testemunhas, a assinatura de cada outorgante, a de

cada testemunha, a do escrivão, o sinal específico do notário nos treslados de originais devidamente assinados, a fé pública que consiste na presunção automática de autenticidade em tudo o que um tabelião declarar ser verdadeiro: eis as marcas que, de modo solidário e não individualmente, validam um documento notarial da tradição latina nos séculos XIII a XIX.

Referências bibliográficas

Álbum de Paleografia, de J.J.A.Dias, A.H.O.Marques e T.F.Rodrigues. Lisboa: Estampa, 1987.

ALMEIDA, Maria Luisa, «A Estrutura textual de documentos notariais na Idade Média». IN Linguística Histórica e História da Língua Portuguesa: actas do Encontro de Homenagem a Maria Helena Paiva. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 2004, pp.9-27. Consulta em 11/Jul/2014 Disponível em ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6281.pdf

BIRABEN, J.-N., Recensão a POISSON, Jean-Paul, Essais de Notariologie. IN Population, [Paris], 57e année, n°4-5, 2002, pp.780-781. Consulta em 18/Jul/2014. Disponível em http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/pop_0032-4663_2002_num_57_4_7324

BRANDELLI, Leonardo, «Atas notariais». IN Ata notarial, coord. de Leonardo Brandelli, Pôrto Alegre: Instituto de Registro Notarial do Brasil / SAFE - Sergio Antonio Fabris Editor, 2004, pp.39-73. Consulta em 14/Set/2014Disponível em <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/8991-8990-1-PB.pdf>

CAMACHO MARTÍNEZ, Rosario, «Las cartas de profesión del Convento del Císter de Málaga: un documento entre la devoción, el derecho y el arte». IN Actas del Simposium “La clausura femenina en España”, coord.deFrancisco Javier Campos y Fernández de Sevilla,Madrid: Ed. Escurialenses, vol. II, 2004, pp.717-740. Consulta em 1/Jul/2014 Disponível emdialnet.unirioja.es/descarga/articulo/1180047.pdf

COELHO, M^a Helena, «Os Tabeliães em Portugal: perfil profissional e sócio-económico (séculos XIV-XV)». IN Historia, Instituciones, Documentos. Sevilla, nº 23 (1996) pp.173-212. Consulta em 23/Ago/2014 Disponível em institucional.us.es/revistas/historia/23/06%20cruz%20coelho.pdf

COUZINET, Viviane, «Le document: leçon d'histoire, leçon de méthode». IN Communication et langages, Lyon, n°140, 2.^{ème} trimestre 2004, pp.19-29. Consulta em 23/Mar/2014 Disponível em http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/colan_0336-1500_2004_num_140_1_3264

DE CHARETTE, Laurence, BOULARD, Denis, Les notaires. Enquête sur la profession la plus puissante de France. [Paris:] Robert Laffont, 2010.

EIRAS ROEL, Antonio, «La Metodología de la investigación histórica sobre documentación notarial: para un estado de la cuestión. Introducción general». IN La Documentación Notarial y la Historia. Actas del II Coloquio de Metodología Histórica Aplicada, vol. I, Santiago de Compostela: Junta de Decanos de los Colegios Notariales de España/Secretariado de Publicaciones de la Universidad de Santiago, 1984, pp.13-30.

FRAYSSE, Patrick, «Document». IN Approche de l'information-documentation. Concepts fondateurs, dir. de Cécile Gardiès. Toulouse: Cépadès, 2011, pp.36-73.

GADOW, Marion Reder, «Breve estudio sobre los Escribanos Públicos Malagueños a comienzos del siglo XVIII». IN Baetica: Estudios de arte, geografía e historia, Málaga, nº 5, 1982, pp.195-204. Consulta em 4/Set/2014 Disponível em dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/2540342.pdf

GARCÍA NARANJO, Rosa María, «Te doy mis ojos: la Palma del seiscientos a través de los relatos del escribano Nicolás Francisco González». IN Hafresis. Revista de investigación histórica. Palma del Río (Córdoba), nº 1 (2013), Pecadores, heterodoxos y delincuentes. Indisciplina social y Estado confesional en la España moderna (siglos XVI-XVII). Actas del II Seminario de investigación María de Cazalla, pp.237-245. Consulta: 30/Jun/2014 <http://revistahafresis.blogspot.pt/2013/05/rebeldes->

asimilados-y-emboscados-actas.html

LAFFONT, Jean L., «Introduction». IN Problèmes et méthodes d’analyse historique de l’activité notariale (XVe-XIXe siècles). Actes du colloque de Toulouse. Dir de Jean L. Laffont, Toulouse: Presses Universitaires du Mirail, 1991, pp.17-28

LALANDA, Margarida Sá Nogueira, «Questions d’éthique chez les notaires dans l’Ancien Régime». IN L’éthique en communication. Actes du colloque international «Éthique et métééthique dans les professions de l’Information et de la Communication». Org. de Denis Benoît. Actes coordonnés par Lise Verlaet. Presses Universitaires Européennes, 2011, pp.519-531.

LALANDA, Margarida Sá Nogueira, A Sociedade Micaelense no século XVII: estruturas e comportamentos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/ Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2002.

LEONHARDT, Liani, «A Função do Tabelião na Prevenção de Litígios». Texto de 2/I/2003 em “Doutrina”, na página do Colégio Registral do Rio Grande do Sul: <http://www.colegioregistralsr.org.br/doutrina.asp?cod=1> Consulta em 10/Set/2014

MARCHANT RIVERA, Alicia, «Aspectos sociales, prácticas y funciones de los escribanos públicos castellanos del Siglo de Oro». IN El nervio de la república: el oficio de escribano en el Siglo de Oro, editores Enrique Villalba Pérez & Emilio Torné, Madrid: Calambur, 2010, pp.201-221. Consulta em 2/Set/2014 Disponível em dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4141354.pdf

MENDOZA GARCIA, Eva, «“En testimonio de verdade”: los signos de los escribanos públicos». IN Baetica. Estudios de Arte, Geografía e Historia, nº 35, Málaga, 2013, pp.299-312. Consulta em 13/Set/2014 Disponível em <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4736683>

MEYER, Jean, «L’apport notarial à l’histoire sociale de l’époque moderne en Europe». IN La Documentación Notarial y la Historia. Actas del II Coloquio de Metodología Histórica Aplicada, vol. I, Santiago de Compostela: Junta de Decanos de los Colegios

Notariales de España/ Secretariado de Publicaciones de la Universidad de Santiago, 1984, pp.33-73.

MOREAU, Alain, «Les notaires, le droit et société: la période 1789-1989». IN Les Cahiers de Droit, Laval, vol. 42, n° 3, 2001, pp.461-476. Consulta em 24/Ago/2014 Disponível em <http://id.erudit.org/iderudit/043653ar>

ORDEM DOS NOTÁRIOS PORTUGUESES. Consulta em 14/ Set/2014. Disponível em <http://www.notarios.pt/OrdemNotarios/PT/OrdemNotarios/QuemSomos/Notariado/>

Ordenações Afonsinas. Ed.fac-simile. 5 vols, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1998-1999.

Ordenações de D.Duarte. Ed.fac-simile. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988.

Ordenações Manuelinas. Ed.fac-simile. 5 vols, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

Ordenações Filipinas. Ed.fac-simile. 5 vols, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985.

POISSON, Jean-Paul, «Essai sur quelques modes de classement des actes notariés. Un exemple en 1899». IN Problèmes et méthodes d'analyse historique de l'activité notariale (XVe-XIXe siècles). Actes du colloque de Toulouse. Dir de Jean L. Laffont, Toulouse: Presses Universitaires du Mirail, 1991, pp.293-322.

PORTUGAL. Código do Notariado. 4^a ed. Coimbra: Almedina, 2011. (Além do Código em vigor, datado de 1995 e com alterações pontuais até 2008, inclui diversa legislação adicional)

SYLVESTRE, Georges, «Les notaires, de l'antiquité à nos jours». IN Les Cahiers de Droit, Laval, vol. 1, n° 2, 1955, pp.183-200.<http://www.synergiescanada.org/journals/erudit/cd110/cd1004084ar> Consulta em 30/Jul/2014

Documentos sensíveis: da produção à validação

Les documents sensibles: de la production à la validation.

Sensitive documents: from production to validation.

Icléia Thiesen

Professora Associada da
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, Brasil

Resumo

A produção documental se constitui durante as atividades exercidas pelos indivíduos – agentes que atuam nas instituições, no desempenho de suas funções administrativas, públicas ou privadas. Desde a etapa de acumulação até a sua transferência legal para uma instituição arquivística federal, estadual ou municipal, quando assumem o atributo de “históricos”, os arquivos são dotados de especificidades, de acordo com a sua natureza. Para conhecê-las, é necessário estudar seus processos de produção, distinguindo-os de acordo com as atividades que os geraram, bem como com as finalidades segundo as quais foram produzidos. Contudo, quando se trata de documentos produzidos em regimes de exceção, aqui denominados de “sensíveis”, integrantes de arquivos investidos de valor memorialístico, jurídico e simbólico, tornam-se objetos de disputas sociais. Neste trabalho analisaremos diferentes aspectos desses documentos que foram produzidos, no Brasil, durante os governos militares no período de 1964 a 1985, com o objetivo de discutir os processos de apropriação das informações neles contidas, assim como suas lacunas, dentro do espírito da chamada Justiça de Transição.

Palavras-chave: documentos sensíveis; Ditadura de 1964; memória institucional; Justiça de Transição;

Résumé

La production de documents est faite au cours des activités exercées par les individus - des agents qui travaillent aux institutions, pendant l'exercice de leurs fonctions administratives, publiques ou privées. De l'étape d'accumulation jusqu'à son transfert légal à une institution d'archives nationale, régionale ou locale, où ils prennent l'attribut d'«historique», les archives sont doués de spécificités, selon leur nature. Pour les connaître, il faut étudier leurs processus de production, en les distinguant conformément aux activités qui les ont générés, ainsi que le but pour lequel ils ont été produits. Cependant, quand il s'agit de documents produits dans les régimes d'exception, ici appelés «sensibles», qui font partie des archives à valeur mémorialiste, juridique et symbolique, ils deviennent l'objet de conflits sociaux. Dans ce travail, nous analysons les différents aspects de ces documents produits au Brésil pendant les gouvernements militaires entre 1964-1985, visant à discuter les processus d'appropriation des informations y comprises, ainsi que leurs lacunes, dans l'esprit de la Justice Transitionnelle.

Mots-clés: documents sensibles; Dictature, 1964; mémoire institutionnelle; La Justice Transitionnelle

Abstract

Documents are produced during activities performed by individuals - agents who work in institutions, performing their administrative, public or private functions. From the accumulation step to their legal transfer to a federal, state or municipal archival institution, when they assume the attribute of “historical”, archives are endowed with specificities, according to their nature. In order to know these specificities, it is necessary to study the processes through which they have been produced, distinguishing them according to the activities which generated them, as well as the finality they were produced to. However, when it comes to documents produced in regimes of exception, here called “sensitive”, which are part of archives carrying memorial, legal and symbolic value, they become object of social disputes. In this work we analyze different aspects of the do-

cuments produced in Brazil during the military governments, from 1964 to 1985, with the aim of discussing the processes of appropriation of the information contained therein, as well as their shortcomings, in the spirit of the so called Transitional Justice.

Keywords: sensitive documents; 1964 Dictatorship; institutional memory; Transitional Justice;

Introdução

«L'alethurgie serait, étymologiquement, la production de la vérité, l'acte par lequel la vérité se manifeste... On pourrait appeler 'aléthurgie' (manifestation de vérité) l'ensemble des procédés possibles, verbaux ou non, par lesquels on amène à jour ce qui est posé comme vrai, par opposition au faux, au caché, à l'indicible, à l'imprévisible, à l'oubli. On pourrait appeler 'alèthurgie' cet ensemble de procédés et dire qu'il n'y a pas d'exercice du pouvoir sans quelque chose comme une alèthurgie. » (Michel Foucault, Le courage de la vérité, 1984, p. 5 e 20)

Na história da ciência a validação constitui uma etapa fundamental do processo de comunicação entre cientistas, situando-se entre a produção de enunciados transitórios, sua verificação pela comunidade científica à qual são colocados em prova, até que sejam atestados como expressão da verdade. Contudo, se “a ciência não tem o monopólio da verdade (...), há outros domínios cuja finalidade é estabelecer a verdade” (STENGERS; BENSAUDE-VINCENT, 2003, p.400).

Entre os campos de estudos voltados para essa finalidade, destacamos o do Direito - uma ciência social aplicada - mais especificamente, para os interesses de nossa argumentação, o subcampo ou a subárea do Direito penal cujo desafio é a busca da verdade judicial amparada por institutos jurídicos próprios. Paralelamente, dentro do escopo deste trabalho cujas primeiras linhas traçamos agora, é in-

dispensável situar a pesquisa que o configura¹, na confluência de disciplinas que abrangem os diversos aspectos implicados na análise da produção e da validação de documentos produzidos no período de 1964 a 1985, durante a Ditadura militar nascida a partir de um golpe civil-militar, tal como hoje é indiscutivelmente qualificado pelos historiadores e outros estudiosos da História do Tempo Presente², uma especialidade da História contemporânea. Como estabelecer a verdade histórica? Como interpretar as informações produzidas e contidas nessa documentação?

O foco do presente trabalho privilegia o documento no seu sentido mais amplo, conceito afeto a muitas áreas e subáreas, como a Ciência da Informação, a Arquivologia, a Museologia, a Biblioteconomia, a Documentação, a Diplomática, entre tantas outras. Trata-se de uma tipologia documental própria e que se define por sua proveniência institucional, seu caráter histórico e memorialístico, mas também jurídico e simbólico – denominado de documentos sensíveis.

Neste trabalho analisaremos diferentes aspectos desses documentos que foram produzidos, no Brasil, durante os governos militares no período de 1964 a 1985, com o objetivo de discutir os processos de apropriação das informações neles contidas, assim como suas lacunas, dentro do espírito da chamada Justiça de Transição³, termo surgido na década de 1990, um ramo de estudos interdisciplinares cujos principais propósitos visam “(i) a reforma das instituições para a democracia; (ii) o direito à memória e à verdade; (iii) o direito à reparação e (iv) o direito ao igual tratamento legal e à Justiça”. Tais medidas integram o Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), da Secretaria de Direitos Humanos da presidência da República, aprovado pelo decreto no 7.037, de 21.12.2009, atualizado pelo decreto no 7.177, de 12.05.2010, cujo Eixo Orientador VI trata do Direito à Memória e à Verdade⁴.

O acesso aos documentos que integram os arquivos custodiados pelas instituições é um dos principais focos dos debates nos últimos anos,

tendo gerado a criação do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil – Memórias Reveladas⁵, em 2009, sediado no Arquivo Nacional; a Lei de Acesso à Informação e a Comissão Nacional da Verdade, ambas estabelecidas em 2011 e regulamentadas em 2012. Essas iniciativas integram o que se poderia denominar de “políticas de memória e direitos humanos”, dispositivos institucionais para o enfrentamento do passado:

... o Memórias Reveladas é uma iniciativa voltada para a difusão de fontes documentais relacionadas às lutas políticas desse período, ao passo que a Comissão Nacional da Verdade busca a averiguação de graves violações de direitos humanos praticadas durante a ditadura e, por fim, porque a Lei de Acesso a Informações estabeleceu o livre acesso à informação pública como regra, sendo o sigilo condição excepcional. (STAMPA; SANTANA, RODRIGUES, 2014, p. 45)

A memória social e a história recente do Brasil estão em jogo nessas iniciativas que sofrem ainda hoje resistências as mais diversas, à medida que se revelam e se reinscrevem muito lentamente na memória coletiva. Os arquivos e os documentos sensíveis são disputados nessas lutas porque têm o potencial de evidenciar a realidade das práticas do regime de exceção que sequestrou, prendeu e matou um contingente substantivo de militantes resistentes⁶.

Na próxima seção analisaremos as características e modos de produção desses documentos vinculados inextricavelmente ao contexto histórico em que foram produzidos, acumulados, guardados, utilizados, recuperados ou destruídos em diferentes momentos, mas sobretudo após o fim do regime militar, numa sucessão de conflitos de ordem institucional que ainda hoje não tiveram um ponto final. As forças que sustentaram o antigo regime continuam exercendo pressão, aliadas aos antigos agentes da repressão, para que arquivos dos órgãos de inteligência não apareçam e para que os responsáveis por

tais crimes não sejam levados às barras dos tribunais, sob a alegação de que a Lei da Anistia, de 28 de agosto de 1979, deu por encerrados todos os acontecimentos ocorridos no período. Tema dos mais controvertidos mesmo entre os juristas, veremos que a perspectiva da Comissão de Anistia da Secretaria Nacional de Justiça preconiza um entendimento novo, abrindo novas perspectivas para a solução desses crimes.

2. Documentos sensíveis: contextos de produção, características, definições

O atributo “sensível” relacionado a temas, documentos e arquivos nasce, ao que parece, relacionado a episódios políticos de grande impacto social, ocorridos no século XX. Com alto poder de suscitar conflitos, vem sendo objeto de estudos especialmente de historiadores, arquivistas, juristas e mais recentemente por cientistas da informação, profissionais que têm o documento como matéria de trabalho – fonte ou prova. São “sensíveis” porque tais acontecimentos produziram pistas capazes de revelar fatos, nomes, experiências e circunstâncias que podem comprometer personagens da vida pública e privada.

Além disso, por terem sido produzidos em regimes ditatoriais ou totalitários, “pelos serviços de polícia, de informação e de vigilância, para os quais a distinção entre vida privada e vida profissional não existe” (COMBE, 2011, p.23), esses documentos “colocam em questão as ações dos funcionários de alto e baixo escalão do Estado” (COMBE, 2011, p22), por isso trazem na origem o carimbo de “secretos” e se inscrevem na categoria de “sensíveis”.

Embora ainda não dicionarizado, o termo quase maldito requer compreensão, contextualização e definição. É com essa perspectiva que inúmeros eventos científicos⁷ têm procurado discutir as implicações dos arquivos sensíveis na pesquisa e na vida cotidiana de países que

vivenciaram situações extremas, tendo por isso uma dimensão política que tende a produzir dispositivos de restrição à comunicabilidade dos arquivos públicos. O segredo ronda esses arquivos. (THIESEN, 2014)

O historiador Pierre Nora define os contornos da noção de arquivos sensíveis, que encontramos em Rodrigues, em sua tradução (2014, p.75):

“arquivos sensíveis”: são aqueles onde se exprimem a um só tempo a memória e a história. É isso que provoca o desafio dramático e conflituoso dos arquivos contemporâneos: eles pertencem, plenamente, a esses dois tipos de memória, à memória histórica e à memória vivida, pois as duas podem legitimamente reivindicá-los e deles se servir. É esse drama e essa tensão entre esses dois tipos de memória que faz dos arquivos, impregnados de emoções sociais e coletivas, o objeto de disputas tão apaixonadas (NORA, 2003, p. 48)

Os arquivos produzidos em contextos repressivos – guerras, revoluções, ditaduras – têm a capacidade de voltar-se contra seus produtores após o fim dos episódios violentos em que foram gerados. Há quem argumente o que denominou de “efeito-bumerangue, isto é, [aqueles que] são usados como prova dos abusos então cometidos, para fins de reparação”. (GONZÁLEZ QUINTANA citado por CAMARGO, 2009, p.426) A reflexividade dos arquivos, essa capacidade que os arquivos têm de voltar-se contra seus produtores após a volta ao estado de direito frequentemente constitui um entrave para o acesso às informações ao público em sociedades que ainda não conseguiram exorcizar os fantasmas do passado e, ainda mais, quando ex-agentes envolvidos nos cenários mais dramáticos da repressão continuam atuando no sentido de (1) postergar a responsabilização dos criminosos e a reparação dos crimes cometidos, (2) insistir na recusa em responder às convocações para prestarem esclarecimentos à Comissão Nacional da Verdade, (3) esconder ou destruir arquivos

e documentos oficiais que deveriam ter sido entregues aos arquivos públicos⁸, entre outras ações.

De acordo com a teoria arquivística, esse caráter reflexivo foge à concepção do campo, uma vez que,

Ao contrário do material que só passa a ter valor referencial ou probatório quando instado a responder a determinadas perguntas, por iniciativa do investigador, os documentos de arquivo, como subprodutos das atividades praticadas por instituições e indivíduos no cumprimento de suas funções, de acordo com os padrões jurídicos da sociedade em que se inserem, já nascem com estatuto probatório. (CAMARGO, 2009, p.426)

Na continuidade de sua análise, Camargo cita Marie-Anne Chabin (1999) para fazer uma diferenciação entre “documentos de nascença” definidos na citação acima, em recuo, e documentos “de batismo”, assinalando que esses últimos são os que “recebem estatuto probatório única e exclusivamente por força das operações a que são submetidos por juristas, historiadores e outros interessados, no propósito de fundamentar sentenças, teses e decisões” (CAMARGO, 2009, p.427). Seu caráter instrumental, argumenta Camargo, é atestado pela naturalidade com que os arquivos são formados. Entretanto, isso significaria que os arquivos têm um fim em si mesmos? Não seria papel de todos os pesquisadores, inclusive os juristas, “desnaturalizar” os arquivos para compreender em que medida os documentos que eles constituem sejam usados como fonte? Seu valor probatório não passaria por escrutínios e análises recortadas em problemáticas de pesquisa?

Há que se chamar a atenção para outro aspecto de seu uso, ligado à interpretação. Bernd Frohmann lembra que o documento tem uma materialidade que o reinscreve no processo de construção da ciência, gerando fatos e representações. Ao analisar “as possibilidades produtivas da tensão entre a materialidade do documento e sua fun-

ção representacional” (FROHMANN, 2011), alerta para a visão ingênuo do documento como mero condutor de informação. Explora, portanto, as complexidades das relações do documento com o real (THIESEN, 2013).

Não confundir fatos com representações é um cuidado fundamental do pesquisador e do jurista, estabelecendo as diferenças entre o que ocorreu e o que foi registrado como tendo ocorrido. Se essa máxima é válida para todo e qualquer tipo de documento, no entanto quando se refere aos que foram produzidos por órgãos de inteligência com uma intencionalidade específica, requer dos que os utilizam como fonte ou prova um esforço gigantesco para analisar criticamente conjuntos documentais hiperdimensionados. Desse equívoco decorre outro que supõe constituírem uma única coisa o arquivo e a memória. Os arquivos constituem os materiais da memória e não o fenômeno que se define por um processo de reconstrução social.

Os arquivos sensíveis, embora reflexos das atividades que os produziram, são passíveis de suscitar conflitos sociais, vez que suas condições de produção obedecem a práticas políticas “de exceção”. É de conhecimento geral que grande parte das informações contidas nesses documentos foi obtida sob o braço pesado da tortura física e/ou psicológica, contendo mentiras, meias verdades e verdades (THIESSEN, 2012; 2013; 2-14), o que coloca em xeque a sua legitimidade como princípio. Integrantes do Sistema Nacional de Informações e Contra-Informações (SISNI), os documentos da repressão são estimados em cerca de 16 milhões, segundo dados do projeto Memórias Reveladas, do Arquivo Nacional, de 2013, sendo que nessa contabilidade estão apenas computados 20% do que efetivamente foi produzido.

Os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade e das Comissões Estaduais da Verdade procuram cruzar informações contidas em diferentes tipologias documentais, para que seja possível comprovar

a participação de ex-agentes a serem responsabilizados por práticas de tortura, desaparecimentos, sequestros, atentados, entre outros crimes. Nesses casos, o documento assume a função de prova e contribui para a busca da verdade dos acontecimentos. Contudo, considerando a natureza desses arquivos, o exame desses materiais da memória requer também o cotejo com depoimentos de ex-militantes ou seus descendentes e de ex-agentes do Estado que desempenharam funções de repressão. A análise dos documentos e a realização de entrevistas constitui uma “dupla modalidade de representação do passado e seu cruzamento faz parte do método do pesquisador. É disso que nos priva a categoria de arquivos confidenciais”. (COMBE, 2011, p.22) A referida análise cruzada é uma forma de rejeitar ou validar informações existentes nos documentos sensíveis encobertos pela “zona cinzenta”⁹ onde foram produzidos.

Como empreender a validação de documentos sensíveis no contexto da Justiça de Transição é o que veremos a seguir.

3. A Justiça de Transição e os processos de validação

Nos últimos dois anos os arquivos que outrora integraram o SISNI, antes mencionado, vem sendo mobilizados com vistas à busca de evidências que revelem a verdade histórica. Uma luta da Comissão Nacional de Verdade contra o tempo, se considerarmos o amplo espectro de ações pressupostas nos trabalhos que visam “examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período fixado no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional”, conforme o art. 1º da Lei n. 12.528, de 18 de novembro de 2011.

O recurso aos arquivos sensíveis tem sido fundamental para o avanço das investigações sobre os acontecimentos do período dos

governos militares. Na análise dos trabalhos da referida Comissão fica evidente que,

Embora em grande parte seus resultados ainda sejam desconhecidos, os relatórios parciais divulgados (...), como, por exemplo, o relatório do caso Rubens Paiva¹⁰, parecem confirmar a importância de iniciativas como o Memórias Reveladas, uma vez que os arquivos se mostraram fundamentais para a recuperação de informações relevantes sobre o que de fato ocorreu.(STAMPA; SANTANA; RODRIGUES, 2014, p.52-53)

Desaparecido em 1971, em instituição militar – o DOI-CODI situado no Rio de Janeiro, conhecido centro de tortura, o ex-deputado cassado foi sequestrado de sua residência pelas forças policiais e jamais foi encontrado. Posteriormente ficou comprovado que ele esteve preso nessas dependências oficiais, foi torturado até a morte e seu corpo permanece há quatro décadas desaparecido. A revelação da verdade só foi possível graças aos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, através de depoimentos de presos políticos ali detidos, de documentos encontrados na residência de um militar da reserva vítima de assalto seguido de morte, bem como de depoimento de ex-oficial desmontando as diversas versões “oficiais”, entre as quais a de que o deputado havia sido resgatado por militantes e nunca mais visto.

Passados todos esses anos, na semana em que terminei este trabalho, o Tribunal Regional Federal da 2ª Região reconheceu, por unanimidade e pela primeira vez – seguindo entendimento do Ministério Público Federal – que a Lei da Anistia não se aplica a crimes permanentes e de lesa humanidade, negando habeas corpus impetrado por cinco militares acusados do assassinato do ex-deputado Rubens Paiva, em janeiro de 1971. Verificamos que a escrita da história não é jamais imune aos processos sociais que lhe servem de base, os quais funcionam por rupturas, dispersões e continuidades.

A Comissão de Anistia do Ministério da Justiça vem empreendendo esforços no sentido de fazer valer as diretrizes da justiça de transição e dos organismos internacionais que preconizam a concepção de que a Lei de Anistia não é um obstáculo para o julgamento de agentes repressores da ditadura. Em recente entrevista à Carta Capital, seu presidente Paulo Abrão declarou que

Não há incompatibilidade entre a existência de uma lei da anistia em vigor e julgamentos de crimes contra a humanidade. Esse é o exemplo do Chile¹², que nunca revogou sua lei da anistia, para que lá se pudessem implementar os juízos em torno das condutas criminais dos agentes de Estado. Neste momento, o desafio no Brasil está em conciliar duas decisões jurídicas, ambas válidas no nosso ordenamento: uma é a do STF, que declarou a Lei da Anistia compatível com a Constituição Brasileira, e um segundo crivo de juízo, que é a decisão da CIDH, que fez um juízo de convencionalidade. Ou seja, a Corte Interamericana questionou se a Lei da Anistia brasileira era conforme a Convenção Americana de Direitos Humanos. Uma norma jurídica só tem validade dentro do nosso ordenamento se superar dois crivos de validação: o de constitucionalidade e o juízo de convencionalidade, de acordo com as convenções. Quando ela falha em uma dessas esferas, ela tem um déficit de validade que precisa ser resolvido. (ABRÃO, 2014)

Concorrem para a mudança de entendimento, sem dúvida, as provas documentadas nos arquivos produzidos nas atividades das instituições do Estado. A validação dos documentos passa pelo cotejo das fontes com depoimentos conduzidos por advogados experientes, capazes de filtrar os conteúdos tanto dos documentos, quanto dos depoimentos.

Para Ludmila Catela, professora da Universidade Nacional de Córdoba, os arquivos aqui caracterizados como sensíveis, são paradigmáticos, pois afetam boa parte das sociedades onde foram recuperados (Estado e seus agentes, vítimas, familiares e amigos, organizações

de direitos humanos, e comunidades como um todo). Neste sentido, produzem atração e repulsão, ao mesmo tempo em que possuem valor histórico e judicial para vítimas e vitimados, também são carregados de valor de memória e identidade, o que reforça a ação militante e legitima as memórias lastimadas por aqueles que sofreram violações por parte do regime. Estes documentos também são de grande interesse público, principalmente midiático. Ao darem publicidade ao documento, constroem representações sobre suas “verdades reveladoras” (CATELA, 2011).

Entretanto, os documentos apenas revelam a verdade já narrada em testemunhos, e são carregados de valor por sua função legitimadora ou de prova judicial. Ludmila Catela ressalta, ainda, que muitos documentos encontrados são frutos de apreensões de materiais das vítimas, o que acaba permitindo que estas reconstruam suas histórias fragmentadas. Documentos oficiais das polícias políticas, entretanto, forjaram mentiras quando da produção de documentos oficiais, que podem invadir a privacidade das vítimas, o que explicaria os prazos mais extensos para sua publicidade e seu controle de acesso. (CATELA, 2011)

Esta seria a fronteira da memória nos arquivos da repressão, já que os elementos centrais que compõem essa massa documental servem, na atualidade, como vimos, para uma atividade diametralmente oposta a sua origem (culpabilização pelo regime x reparação em cenário de transição), além de servirem como provas, fontes para a investigação histórica e material para ações pedagógicas. Conforme afirma a pesquisadora, “os documentos da repressão emergem com intensidade crescente nas referências das identidades nacionais de uma diversidade de grupos naqueles países que sofreram e produziram ditaduras, totalitarismos e genocídios” (Catela, 2011, p.399).

Para além de sua representação como evidência das transações da vida humana.

São também a soma de vontades de preservação e de lutas pelo reconhecimento legítimo destes vestígios dotados de valor social e histórico em uma comunidade ou sociedade. Nada do que as famílias, os cientistas, os homens de Estado e as instituições arquivaram é imparcial ou neutro; tudo traz a marca das pessoas e ações que os salvaram do esquecimento; tudo é conformado, representado, simbolizado, ressignificado no transcurso entre aquele que atuou e falou, fotografou, filmou e escreveu e aquele que registrou, imprimiu, conservou, classificou e reproduziu. (Catela, 2011, p.403)

Se a manifestação da verdade ou aleturgia constitui “um conjunto de procedimentos possíveis, verbais ou não, através dos quais se desvela o que é colocado como verdadeiro, por oposição ao falso, ao escondido, ao indizível, ao imprevisível, ao esquecimento”, conforme definido por Michel Foucault, é fácil concordar com o filósofo quando completa sua frase afirmando que “não há exercício do poder sem qualquer coisa como uma aleturgia.” (FOUCAULT, 2009, p.5 e 20). Sabemos que há pelo menos dois diferentes regimes de verdade: um jurídico e outro científico. Parece que, no contexto aqui analisado, os dois regimes se comunicam. A produção de informações sobre o regime de exceção gera novos conhecimentos e ilumina a história recente do país.

Os trabalhos empreendidos pela Comissão Nacional da Verdade revelam fatos e acontecimentos que desmontam versões construídas e repetidas pelos representantes do antigo regime, trazendo à tona o alcance das ações extremamente violentas muitas das quais desconhecidas da sociedade brasileira. Mostram ainda que os tentáculos do sistema tem uma magnitude impensável dentro e fora do país, respaldando seus argumentos em farta documentação, cuja leitura e análise requerem mais tempo que o seu cronograma de trabalho a se encerrar em 2014. Como toda verdade produz efeitos, o tempo nos mostrará que é preciso compreender o passado para que se dissipem as sombras que rondam nossa história recente.

Referências

ABRÃO, Paulo et ali. Justiça de transição no Brasil: o papel da comissão de anistia do ministério da justiça. Brasília, Revista Anistia Política e Justiça de Transição, n.1, jan./jun., 2009.

ABRÃO, Paulo. Lei da Anistia não é obstáculo para julgar torturadores. Entrevista concedida a Carta Capital em 05 de setembro de 2014. Disponível em: (<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/lei-de-anistia-nao-e-obstaculo-para-julgar-torturadores-8107.html>). Acesso em 07.09.2014.

ALVES, Maria Helena M. Estado e oposição no Brasil (1964-1984). Petrópolis: Vozes, 1984.

BRASIL. Decreto n. 7.037, de 21 de dezembro de 2009. Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3 e dá outras providências.

BRASIL. Decreto n.7.177, de 12 de maio de 2010. Altera o Anexo do Decreto n.7.037, de 21 de dezembro de 2009, que aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3.

BRASIL. Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 20 de agosto de 2014.

BRASIL. Lei n. 12.528, de 18 de novembro de 2011. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12528.htm. Acesso em: 20 de agosto de 2014.

BRASIL. Portaria n. 204, de 13 de maio de 2009. Casa Civil da Presidência da República. Cria o Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) – Memórias Reveladas,

no âmbito do Arquivo Nacional da Casa Civil da Presidência da República. Disponível em: <http://www.portalmemoriasreveladas.arquivonacional.gov.br/media/Portaria%20204.pdf>. Acesso em: 20 de agosto de 2014.

CATELA, Ludmila da Silva. El mundo de los archivos (p.381-403). In: Justicia Transicional: manual para América Latina. Parte III: El derecho a la verdad y el papel de la memoria. Brasília: Comisión de Amnistía, Ministerio de Justicia; Nueva York: Centro Internacional para la Justicia Transicional, 2011.

COMBE, Sonia. Resistir à razão de Estado. In: SALOMON, Marlon (org.). Saber dos arquivos. Goiânia: Edições Ricochete, 2011.

FOUCAULT, Michel. Le courage de la vérité : le gouvernement de soi et des autres II. Paris : Gallimard ; Seuil, 2009. (Cours au Collège de France, 1983-1984).

LAURENT, Sébastien (dir.). Archives « secrètes », secrets d’archives ? Historiens et archivistes face aux archives sensibles. Paris : CNRS Editions, 2003.

NORA, Pierre. Missions et enjeux des archives dans les sociétés contemporaines. Comma, International Journal on Archives, v.2-3, p. 47-50, 2003.

RODRIGUES, Georgete Medleg. Acesso aos “arquivos sensíveis”: contextualização do debate e da legislação no Brasil e na França nos anos 1990-2000. In: THIESEN, Icléia (org.). Documentos sensíveis: informação, arquivo e verdade na Ditadura de 1964. Rio de Janeiro: 7Letras, 2014. 341p.

STAMPA, Inês Terezinha; SANTANA, Marco Aurélio; RODRIGUES, Vicente. Direito à memória e arquivos da ditadura: a experiência do Centro de Referência Memórias Reveladas. In: THIESEN, Icléia (org.). Documentos sensíveis: informação, arquivo e verdade na Ditadura de 1964. Rio de Janeiro: 7Letras, 2014. 341p.

TELES, Janaína de Almeida. Ditadura e repressão no Brasil e na Argentina: paralelos e distinções. Apresentação. In: CALVEIRO,

Pilar. Poder e desaparecimento: os campos de concentração na Argentina. Trad. Fernando Correa Prado. São Paulo: Boitempo, 2013. (Estado de Sítio)

THIESEN, Icléia. Informação, verdade e conhecimento: memórias em litígio. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14, 2013, Florianópolis. Anais... Florianópolis: UFSC, 2013.

THIESEN, Icléia (org.). Documentos sensíveis: informação, arquivo e verdade na Ditadura de 1964. Rio de Janeiro: 7Letras, 2014. 341p.

THIESEN, Icléia; MEDEIROS, Ricardo. Informação, arquivo e memória: os documentos da ditadura militar no contexto da redemocratização no Brasil. In: COLLOQUE SCIENTIFIQUE INTERNATIONAL DU RESEAU MUSSI, 2e, 2011, Toulouse. Actes... Toulouse : Université de Toulouse 3 – IUT, 2011. p. 229-242.

Endnotes

1 A pesquisa tem por objetivo geral caracterizar e analisar documentos sensíveis produzidos por instituições do Estado durante o regime militar, seus atributos, suas contradições e lacunas, mas especialmente as implicações que representam quando manuseados como fontes de informação para pesquisas. Tem, ainda, como objetivo específico, analisar o circuito informational nos processos de produção, circulação e apropriação da informação por setores da sociedade, assim como as instituições que integraram o regime e produziram informações sobre ele. (THIESEN: 2012) A pesquisa tem apoio do CNPq. Agradeço a Priscila Cabral Almeida a leitura atenta e as sugestões feitas a este texto.

2 O Instituto de História do Tempo Presente (I.H.T.P.) foi criado em 1978, na França, cujo Laboratório no CNRS tinha em sua equipe historiadores renomados, como seu fundador François Bédarida, Henry Rousso, Michael Pollak, entre outros. O marco temporal de sua linha de trabalho é a II Guerra Mundial, tema a partir do qual se deu a formação das primeiras equipes de pesquisa.

3 “A Justiça Transicional é um ramo altamente complexo de estudo, que reúne profissionais das mais variadas áreas, passando pelo Direito, Ciência Política, Sociologia e História, entre outras, com vistas a verificar quais processos de justiça foram levados a cabo pelo conjunto dos poderes dos Estados nacionais, pela sociedade civil e por organismos internacionais para que, após o Estado de exceção, a normalidade democrática pudesse se consolidar”. (Abrão et alii, 2009)

4 O PNDH-3 constitui um documento bastante avançado em seus objetivos e deve ser conhecido da comunidade científica e da sociedade brasileira, carente de políticas públicas de direitos humanos e de ações traduzidas em práticas sociais. A leitura do Plano mostra que inúmeros avanços vêm sendo feitos, com pouca divulgação na mídia. Disponível em: www.sedh.gov.br

5 O Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) Memórias Reveladas foi criado em 13 de maio de 2009, por portaria da Casa Civil da Presidência da República e tem sede no Arquivo Nacional, seu órgão gestor. Funciona através de uma rede de instituições custodiadoras de acervos atualmente integrada por 82 entidades parceiras.

6 Estima-se que cerca de 50.000 pessoas tenham sido presas e investigadas nos primeiros meses após o golpe de 1964, segundo Alves (1984) citada por Teles (2013, p. 9).

7 Ver, por exemplo, a obra organizada por Sébastien Laurent (2003), onde o autor referencia inúmeros eventos que tem reunido historiadores, arquivistas, juristas e outros pesquisadores em torno das discussões sobre o segredo e a abertura dos arquivos na França.

8 Os arquivos do CIE (Centro de Informações do Exército), CENIMAR (Centro de Informações da Marinha) e CISA (Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica) jamais foram recolhidos ao Arquivo Nacional, sob a alegação de que teriam sido destruídos com amparo na legislação vigente à época. Entretanto, de tempos em tempos, documentos dessas forças de vigilância, inteligência e repressão são encontrados em residências de oficiais reformados ou em meio à documentação administrativa dessas instituições.

9 A noção de “zona cinzenta” é de Primo Levi e se refere aos que viviam em campos de concentração no desempenho de funções que tornavam indiscerníveis as posições que ocupavam face ao regime do nazi-fascismo.

10 “Deputado federal, eleito pelo PTB, mesmo partido de João Goulart, Rubens Paiva foi cassado em 1964, logo após o golpe militar. Após um período no exílio, retorna ao Brasil, mantendo suas atividades empresariais. Em 20 de janeiro de 1971 é preso por agentes do Cisa (Aeronáutica) e entregue para o Doi-Codi do I Exército. Foi torturado em ambas as unidades. Sua morte se deu em 21 de janeiro de 1971 e uma farsa foi montada para ocultar o crime. Seu corpo nunca foi encontrado”. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/index.php/outras-destaques/441-caso-rubens-paiva-comissao-nacional-da-verdade-apresenta-relatorio>. Acesso em: 06.09.2014.

Conforme apurado pela CNV, “Durante o período de novembro de 1970 a maio de 1971, o general Belhan era comandante do DOI do 1º Exército, na zona norte do Rio, para onde foi transferido Rubens Paiva depois de ter passado pelo Quartel da 3ª Zona Aérea, localizado próximo ao Aeroporto Santos Dumont, no centro do Rio. Ele foi para a unidade da Aeronáutica após ser preso, em casa, no Leblon, zona sul do Rio, por seis agentes do Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (Cisa)”. (<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-02/comiss%C3%A3o-nacional-da-verdade-aponta-autores-da-morte-de-rubens-paiva>)

11 TRF manda prosseguir ação do caso Rubens Paiva. *O Globo, País*. Rio de Janeiro, 11.09.2014, p.15.

12 Uma semana após a publicação dessa entrevista, a Presidente do Chile, Michelle Bachelet, por ocasião do 41º aniversário do Golpe de Estado de 11 de setembro de 1973, que depôs o Presidente Salvador Allende, anunciou que vai empreender esforços

junto ao Congresso para anular “o decreto-lei [de 1978] da anistia a civis e militares que cometaram crimes de lesa humanidade entre 1983 e 1978, os primeiros cinco anos do regime comandado por Augusto Pinochet”. A matéria publicada pelo jornal O Globo de 13.09.2014 informa, ainda, que a lei da anistia não era mais aplicada desde 1998, data em que o ditador foi detido em Londres. O ato “não afetará os cerca de 1.350 processos que estão em andamento na Justiça”.

Mesa 3 / Table 3

Documento, Literatura e Arte / Document, Littérature et Art

Le document au musée, extension du domaine d'expression de l'œuvre

O documento no museu, extensão do domínio de expressão da obra

The document in the museum, work of art's expansion

Fabre Isabelle

Maître de conférences en Sciences de l'information et de la communication
 UMR EFTS (Unité Mixte de Recherche Education, Formation, Travail, Savoir)
 Université de Toulouse
 ENFA (Ecole de Formation Agronomique)

Résumé

La médiation muséale s'appuie entre autre sur un partage de l'information, via des documents, qui permet de rapprocher intention et réception des œuvres. Cette information comme dans tout autre lieu qui stocke, traite et organise de l'information en vue de sa diffusion subit un mode particulier de gestion qui tend à mettre en relation médiation documentaire et médiation culturelle (Fabre 2012).

Le musée ne peut tout montrer de l'œuvre, d'un artiste, d'une collection. Pourtant leur réception nécessite parfois une globalité qui peut être relayée par des objets médiateurs tendant à représenter cette absence (Fabre, Couzinet, 2014). Les musées se reportent systématiquement à la documentation qui est le socle sur lequel ils appuient à la fois leurs collections et les connaissances sur leurs collections. Or dans leur organisation et dans ce qu'ils donnent à voir au public, ils tendent à maintenir dans l'ombre cette part documentaire de la médiation muséale. En quoi la médiation

documentaire participe-t-elle de la médiation muséale ? Quelles sont les spécificités de la documentation en musée ? Quel est le rôle que les professionnels de la documentation s'assignent et en fonction de quels principes ? Autrement dit, la médiation muséale, en s'appuyant clairement sur la médiation documentaire tant d'un point de vue théorique qu'empirique participe-t-elle d'une intention partagée de circulation des objets culturels (Jeanneret 2008) ? L'analyse proposée ici repose sur cinq musées répondant aux caractéristiques différentes: deux musées d'art contemporain, un musée des Beaux arts, un musée des civilisations

Mots clés : musée, documentation, médiation, dispositif, document

Resumo

A mediação museológica apoia-se, entre outros, no compartilhamento de informações por meio dos documentos, o que permite a aproximação entre intenção e recepção das obras. Essa informação, como em outros espaços que guardam, tratam e organizam a informação tendo em vista a sua difusão, é submetida a um modo particular de gestão, que tende a colocar em relação a mediação documentária e a mediação cultural (Fabre, 2012). O museu não pode mostrar tudo de uma obra, um artista ou uma coleção. Entretanto a sua recepção necessita às vezes de uma globalidade que pode ser substituída por objetos mediadores que tendem a representar essa ausência (Fabre, Couzinet, 2014). Os museus recorrem sistematicamente à documentação, que é a base na qual eles apoiam ao mesmo tempo suas coleções e os conhecimentos sobre as suas coleções. Ora, na sua organização e no que eles mostram ao público, eles tendem a manter na sombra essa parte documentária da mediação museal. De que forma a mediação documentária participa da mediação museal ? Quais são as especificidades da documentação no museu ? Qual é o papel que os profissionais da documentação se atribuem e em função de quais princípios ? Dito de outra forma, a mediação museal, uma vez apoiando-se claramente na mediação documentária tanto de um ponto de vista teórico quanto empírico, participa de uma intenção compartilhada de circulação dos objetos culturais (Jeanneret, 2008) ? A análise proposta repousa sobre cinco museus que correspondem às seguintes características : dois museus de

arte contemporânea, um museu de belas artes, um museu das civilizações.

Palavras-chave : museu, documentação, mediação, dispositivo, documento

Abstract

The museum mediation is based among others on the sharing of information, through documents, which allows for bring closer and reception of works. This information, as in any other place that stores, processes and organizes information for distribution under goes a particular management style that tends to be related documentary mediation and cultural mediation (Fabre 2012). The museum can not show all of the work of an artist, in a collection. However their receipt sometimes requires a whole that can be relayed by mediators objects that strive to represent the absence (Fabre, Couzinet, 2014). Museums are always based on the documentation that is the foundation on which they build their collections and knowledge about their collections. However, in their organization and what they give to the public view, they tend to keep in the shadows this documentary's part of museum mediation. How documentary mediation participates in the museum mediation? What are the specific documentation in the museum? What is the role that documentation professionals set themselves and according to what principles? In other words, the museum mediation, building documentary mediation as a theoretical and empirical point of view, contributes of a shared intention in movement of cultural objects (Jeanneret 2008)? Our proposed is based on five museums responding to the different characteristics analysis, two contemporary art museums, a museum of fine arts, a museum of civilizations.

Key words: Museum, Documentation, Mediation, Device, Document

1. Introduction

Dans le cadre de nos recherches, nous nous intéressons à la place de la documentation dans les musées en questionnant particulièrement le travail documentaire effectué par les professionnels de l'information dans la médiation de ces institutions (Davallon, 1999). La médiation

muséale s'appuie entre autre sur un partage de l'information via des documents qui permet de rapprocher intention et réception des œuvres, cette information comme dans tout autre lieu qui stocke, traite et organise de l'information en vue de sa diffusion subit un mode particulier de gestion qui tend à mettre en relation médiation documentaire et médiation muséale (Fabre 2012). Ainsi, par exemple, le dossier documentaire ou dossier d'œuvre, compagnon de l'œuvre d'art (Fabre, Couzinet, 2014) permet de rechercher de l'information sur l'œuvre ou de l'alimenter avec des nouvelles informations produites, potentiellement utiles de manière différée.

Le musée ne peut en effet tout montrer de l'œuvre, d'un artiste, d'une collection même si, comme nous l'avons précédemment montré l'exposition des FRAC (Fonds régionaux d'art contemporain) a tenté d'évoquer l'ensemble d'une collection via la curation de quelques œuvres « élues » (Fabre, Desmet, 2014). Pourtant la réception des œuvres nécessite parfois une globalité qui peut être relayée par de l'information autour de l'œuvre tendant à représenter cette absence. Ainsi, la documentation, en s'appuyant sur les outils documentaires que sont les classifications, les index, crée des documents secondaires ou tertiaires tels que des dossiers documentaires (Meyriat, 1981), a comme objectif, depuis ses débuts, de rassembler, classer pour comprendre connaître et accéder à l'information initiale. Les musées se reportent systématiquement à la documentation qui est le socle sur lequel ils appuient à la fois leurs collections et les connaissances sur leurs collections. Or, les musées dans leur organisation et dans ce qu'ils donnent à voir au public, tendent à maintenir dans l'ombre la documentation alors qu'elle semble être un des éléments de la médiation muséale. On peut alors se demander en quoi la médiation documentaire participe-t-elle de la médiation muséale ? Quelles sont les spécificités de la documentation en musée ? Quel est le rôle que

les professionnels de la documentation s'assignent et en fonction de quels principes ?

Il s'agit ici de tenter de comprendre le rôle de la documentation dans les liens entre intention et réception des œuvres des musées pour mettre au jour, la part documentaire de la médiation muséale. En effet, si nous prenons l'exemple des dossiers d'œuvre, mis à part une thèse soutenue en 2012 (Giguere, 2012) ceux-ci ont été plutôt interrogés par des professionnels (mémoires du Conservatoire National des Arts et Métiers, mémoires de l'Institut National des Sciences et Techniques de la Documentation, ouvrages de Association des professionnels de l'information et de la documentation), bien que l'on puisse signaler la parution très récente d'un dossier « Document et musée : du discours sur l'œuvre à la médiation culturelle » dans la revue Documentaliste sciences de l'information. Les chercheurs se sont plutôt interrogés sur le traitement de l'information et la description de l'œuvre (Régimbeau 2007) avec en particulier plusieurs études qui questionnent le passage du dossier documentaire papier au numérique et la place du document dans les musées (Couzinet, 2013, Rizza 2014). Cette documentation au musée, prolongement de l'œuvre, de l'artiste ou de l'exposition, reste cependant peu interrogée en recherche.

Nous proposons alors de questionner le processus documentaire qui émerge dans certains dispositifs culturels et le rôle des professionnels de l'information en terme de médiation, en s'appuyant clairement sur la médiation documentaire tant d'un point de vue théorique qu'empirique participerait d'une intention partagée de circulation des objets culturels (Jeanneret 2008). Nous présenterons dans un premier temps les notions de médiation, de culture et de document afin d'analyser, à partir d'elles, les données recueillies dans cinq musées au travers de méthodes que nous exposons en deuxième partie avant de livrer les résultats et de les discuter.

2. Cadre théorique

2.1 Le document

On ne peut s'intéresser à la question des médiations et particulièrement à la médiation documentaire sans définir le rôle du document dans ce processus. Au sein des institutions culturelles le document occupe une place particulière, proche des œuvres, ou intermédiaire entre l'œuvre et le public est porteur d'une information créée « par » les professionnels du musée et quelques fois « pour » les professionnels du musée. A l'instar de Jeanneret, qui avance que « le rapport entre science, information et document s'est avéré très délicat à définir » (Jeanneret, 2008), on peut dire que le rapport entre culture, information et document est complexe. En effet lorsque les professionnels du musée créent un document, il s'agit d'un document par intention visant à documenter un objet culturel, l'œuvre. En quelque sorte, ils produisent une information qu'ils inscrivent sur un support, afin à la fois de certifier l'objet (fonction de preuve) et de garder des traces des mouvements de l'œuvre et de ses différents états (fonction de conservation). Cette production d'un document par intention (Meyriat, 1981) se situe dans un cadre social précis qui est également porteur de « dépendance par rapport à une visée et un usage, rendant plus lâche le lien qui paraissait l'unir à la seule catégorie du savoir. C'est aussi l'une les formulations du principe d'une discontinuité de la communication » (Jeanneret, 2008) qui reste un processus prégnant au musée, et qui peut faire de ces documents des documents par attribution (Meyriat, 1981) interprétés par les récepteurs différemment de l'intention des professionnels. Dans tous les cas, les documents « autour » de l'œuvre stimulent « l'interprétation [qui] est un élément central de l'échange documentaire » (Jeanneret, 2008)

Pourtant si « le document a en général une réalité physique et temporelle stable, il est possible néanmoins de considérer des réalités documentaires instables puisque celles-ci accompagnent des œuvres parfois temporaires, parfois mouvantes et dans tous les cas qui circu-

lent. Par ailleurs, les publics visés par la création des documents ne les utilisent pas toujours en synchronie avec la réception des œuvres, se rapprochant ainsi de la notion de « semi-document, [qui définit] tout document qui ne peut faire l'objet d'une lecture objective mais seulement d'une perception. L'usager est obligé par exemple de consulter des documents créés pour laisser une trace de la performance. Il perçoit le semi-document mais ne lit pas. » (Fraysse, 2011)

2.2 La médiation

Si une des spécificités des institutions culturelles telles que les musées est de rapprocher l'expression des artistes de la réception sensible d'un public potentiel, ce rapprochement s'incarne dans des gestes de médiation. « Opérer un geste de médiation, c'est donner corps à une conception de la trivialité, c'est à dire répondre, d'une certaine façon, par la pratique, à la question de ce qui peut structurer le rapport d'un sujet à la culture sociale à laquelle il appartient et construire une proposition de dialogue et de mise en relation entre des identités perçues comme à la fois étrangères et susceptibles de se comprendre » (Jeanneret, 2008). Les recherches au sein des sciences de l'information et de la communication sur la médiation convoquent tour à tour des formes particulières telles que la médiation documentaire ou la médiation culturelle. Mais, comme le souligne Jeanneret, « évoquer la médiation, c'est à la fois désigner un type de souci et de logique tout à fait aisément à se représenter et faire naître un monde de pratiques d'une diversité extrême » (Jeanneret, 2008). On peut néanmoins tenter de préciser ce qui distingue ces formes de médiations même si les gestes qui les sous-tendent restent sur les mêmes principes. La médiation documentaire désigne la médiation des savoirs qui s'incarne dans des processus de réécriture facilitant la circulation et l'appropriation d'informations en connaissances. La médiation documentaire mobilise le document originel mais aussi le

document secondaire pour mettre en forme ces réécritures. La médiation culturelle vise à rapprocher les objets culturels des publics par la mise en place d'intermédiaires facilitant la réception et la compréhension, et visant un accès à la culture.

2.3 Circulation des objets culturels

Si la médiation rapproche œuvre et acteurs, si le document supporte et transmet de l'information, la co-existence de la médiation culturelle et de la médiation documentaire tend à favoriser la circulation des objets culturels en les transformant. En effet, « c'est la compréhension du geste documentaire, dans sa signification sociale et dans ses effets politiques, qui est en jeu : soit celui-ci est masqué par la métaphore d'une pure dissémination matérielle des objets, soit il est interrogé et analysé de façon réflexive et critique, comme une pratique contribuant à la définition d'un ordre culturel et d'un mode de socialisation des savoirs et des valeurs » (Jeanneret, 2008). Il s'agit donc de penser la médiation documentaire comme contribuant à la diffusion d'un savoir particulier qui vient éclairer des objets culturels et qui participe donc au partage d'une culture en donnant du corps à la médiation culturelle même si « la rareté et le dépouillement des textes de médiation proposés en présence des œuvres dans les expositions ne constituent que la partie visible d'un continent caché [...]] En somme la brièveté et la rareté de textes présents dissimulent et condensent, une profusion d'écrits (Jacobi, Miège, 2005). C'est cette part documentaire que nous allons maintenant interroger au travers des résultats de notre investigation empirique.

3. Méthode, recueil de données et résultats

Nous avons mené une investigation de type qualitatif et exploratoire dans cinq musées différents tant géographiquement qu'en terme

d'importance ou de collections et d'objectifs poursuivis. En ce sens, leur diversité peut permettre une approche plurielle. Ainsi, nous avons investigué trois musées d'art contemporain (M1, M2, M3), un musée des Beaux arts (M4), un musée des civilisations présentant des objets du quotidien et des croyances du pourtour méditerranéen (M5).

Nous avons réalisé cinq entretiens semi-directifs auprès de professionnels de la documentation des musées de notre corpus soit sous la forme d'entretiens individuels (P2, P3, P4), soit sous la forme de « focus-group » (G1, G5) lorsqu'il s'agissait d'équipe de plusieurs personnes. Nous avons enregistré et retranscrit l'ensemble de ces entretiens. Nous nous appuyons donc sur les discours de ces professionnels que nous avons utilisés sous forme de sélection de verbatim, dans cette première phase de recherche. Ces discours donnent à voir une partie des pratiques à la fois de médiation documentaire et de médiation culturelle pour en donner à voir les enjeux et discuter ainsi de leur imbrication mutuelle complémentaire ou antagoniste. Cette première approche demanderait une analyse de contenu plus approfondie pour conforter ces premiers résultats.

3.1 Résultats

Nos résultats mettent au jour plusieurs formes de médiations, se matérialisant dans des documents, pans d'extension des œuvres. Cette matérialisation est particulièrement visible dans ce que les professionnels décrivent de l'organisation des bâtiments au service de la gestion documentaire des collections. Ainsi par exemple, G5 expliquent que le musée possède un second bâtiment, le Centre de conservation et de ressources, au sein duquel un appartement témoin propose aux visiteurs de découvrir la manière dont sont conservées les œuvres, le travail souterrain de description, de mise à disposition des pièces des collections, les mobilier correspondants, avec la pos-

sibilité d'observer les conservateurs et les personnels au travail. G5 : « la mise en visibilité des mobiliers de stockage participe d'un choix esthétique qui montre les métiers de la conservation et rend, d'une certaine manière, la politique d'acquisition visible ». Ils parlent de « transparence avec cette ouverture des lieux de conservation et de ressources au public », une manière de présenter la documentation comme incontournable, au cœur des missions du musée, en montrant que documenter les collections permet de les conserver au mieux et de les diffuser ». Dans le même ordre d'idée, P2 parle du centre de documentation comme d'un espace à visiter, mettant en scène une œuvre qui s'inscrit physiquement au sein de ce centre de documentation (étagères accueillant les dossiers d'œuvres et dossiers d'artistes, les ouvrages accompagnant le travail des artistes exposés, les documents secondaires, bibliographies). P2 insiste sur le fait qu'il est demandé à chaque artiste de déposer les œuvres littéraires qui sont à l'origine de leur travail d'artiste. C'est pourquoi, il explique qu'on trouve dans le fonds documentaire, outre le dossier d'artiste et le dossier d'œuvre, les romans ou récits importants pour l'artiste. P2 précise qu' « au centre de documentation on rassemble tout ce qui est ressource autour de l'exposition, c'est à dire les monographies, catalogues d'expo des artistes qui sont exposés. On fait aussi un dossier d'artiste sous une forme reliée simple, ce qui permet aux gens d'en savoir plus après l'exposition puisque que cet espace clôt la visite des différents plateaux d'exposition du musée. Et avec l'artiste, on fait ce qu'on appelle la bibliothèque éphémère, liste d'ouvrages qui l'ont influencés. Ces bibliothèques éphémères rejoignent ensuite le fonds de toutes les bibliothèques éphémères des artistes qu'on a exposés, en restant rassemblées. » G1 ont décrit les dossiers d'œuvres contemporaines qui alimentent le fonds documentaire comme étant parfois la seule trace tangible de l'œuvre (disparue car momentanée), de l'exposition (unique et réduite à un instant), plaçant ainsi le document – archive comme extension de l'œuvre voire preuve de son existence. G1 rappellent ainsi que « une œuvre est sortie de

ses réserves pour une expo, elle est alors montrée dans un contexte particulier. Si on la ressort dans une autre expo elle sera montrée/vue d'une autre façon. Un musée, même si les expositions ont pris le dessus, c'est pas que de l'événementiel. [...] C'est pour ça que dans le blog, il y a notre présentation qui fait qu'on aborde cette notion de temporalité, par rapport aussi à ce débit d'information ... c'est vrai qu'il y a quelque chose de paisible dans le fait que l'archive elle est là, elle existe et elle peut alors soulever des idées qui sont actuelles ».

P4 insiste sur le site Internet du musée comme forme de diffusion de l'information sur les œuvres via des documents numériques, puisqu'ils permettent de mettre à disposition des reproductions, notices d'œuvres, voire même des notices Wikipedia et Wikimedias réalisées par des usagers avec l'aide du documentaliste. P4 précise que « la médiation documentaire la plus affirmée peut-être est celle que je mène via un travail de valorisation de cette littérature grise, ces documents d'archives. Quand on fait de la publication sur Wikipédia , je dis aux étudiants si dans les dossiers d'œuvres vous repérez des documents qu'on puisse numériser, mettre en ligne et qui puisse documenter l'œuvre, n'hésitez pas ».

P3 valorise plus particulièrement, en parallèle d'un fonds documentaire de la médiathèque riche d'ouvrages sur les artistes de la collection et hors collection, un fonds de livres d'artistes de la collection du musée prioritairement mais qui tend de plus en plus à s'élargir en particulier pour le jeune public. Le centre de documentation est, selon les propos du documentaliste interrogé, reconnu et sollicité par les institutions culturelles pour le prêt, la visite et la consultation de ce fonds. Cependant, P3 signale qu'à aucun moment cette collection n'est pour l'instant envisagée comme pouvant être montrée côté à côté de la collection muséale. Les deux collections sont séparées à la fois par le budget qui est alloué à leur constitution, les personnes qui en ont la responsabilité mais également par les lieux de leur conservation et par les lieux de leur monstration qui diffèrent et ne se

rejoignent finalement que dans le temps puisque l'équipe du centre de documentation veille à mettre en valeur les livres d'artistes en fonction des expositions temporaires du musée ou suivant les œuvres qui sont montrées. Dans le contexte d'un autre musée, P2 signale qu' « une base du fonds livres d'artistes a rejoint la base qui inventorie la collection « œuvres » du musée. Pourquoi ? La question s'est posée puisqu'on a une base plus bibliothéconomique sur laquelle on a plutôt le fonds classique, on va dire, le fonds documentaire. Mais ça a été une volonté de la direction de donner une valeur ajoutée au fonds de livres d'artistes en considérant le livre d'artiste comme une œuvre ».

4. Discussion

Nous voyons dans les propos recueillis auprès des professionnels de la documentation au sein des musées, que toutes les œuvres reposent sur un socle documentaire, qui paraît constituer une spécialisation car il est constitué de réécritures ou d'écritures conçues par des documentalistes dans un objectif de circulation et d'appropriation des objets culturels dont le musée est dépositaire. En ce sens, on peut dire que la médiation documentaire s'appuie ici sur deux types de savoirs mis en partage, celui de la documentation (au travers de la création de documents reposant sur des mises en formes particulière de l'information sélectionnée et traitée) et celui de la culture (au travers d'une mise à disposition commentée, d'une proposition de traduction d'un message). Cependant, toutes les personnes impliquées par cette activité, bien que happées par une médiation, ne la reconnaissent pas comme étant documentaire, et tendent à l'assimiler à la médiation culturelle, davantage valorisée de leur point de vue, au sens où cela les rapprocherait de l'activité institutionnelle du musée. En effet, certains professionnels interrogés tendent à dénigrer ces gestes documentaires, pourtant favorisant la circulation des objets esthétiques.

ques, comme la valorisation d'une collection de livres d'artistes, qui dans un cas est considérée comme une collection d'œuvres, dans un autre comme une collection de livres.

La cohabitation des différents espaces, espaces documentaires dans l'espace muséal, tels qu'ils ont été décrits par les professionnels met l'accent sur l'impossible fusion de l'espace d'exposition des œuvres et de l'espace documentaire fut-il symbolique. Pourtant, de manière exceptionnelle, on peut voir que les espaces peuvent se mêler et s'enrichir au travers de la mixité des objets présents au-delà de la spécialisation des espaces. Dans ce dernier cas, médiation documentaire et médiation culturelle se complètent et affirment cette complémentarité notamment au travers de l'objet document, qui sert ici de point commun aux processus de médiation.

La spécificité de la documentation au musée semble s'appuyer sur une frontière floue entre l'œuvre et ce qui la constitue, au-delà de sa réalité physique, les traces de sa vie de A à Z, incluant à la fois des données sur l'artiste, l'exposition et la fabrication, l'achat, la conservation, la restauration, la diffusion, la médiation au public (Fabre, Couzinet, 2014). Autrement dit, la documentation au musée relève d'une espèce de para-texte de l'œuvre. La réalité des œuvres d'art contemporaines (mais peut-être au-delà comme semble le montrer les données recueillies au sein du musée des Beaux-Arts) qui de plus en plus nécessitent pour exister l'accumulation d'archives qui racontent, non seulement la partie administrative de sa vie, mais surtout la réalité de sa présence que son immatérialité et sa momentanéité rendent impalpable la plupart du temps. Par ailleurs, la documentation dans les musées semble se caractériser également par le manque de normes partagées sur les langages documentaires, la constitution et l'organisation (plan de classement, rubriques obligées) des dossiers documentaires (artiste, œuvre, exposition) qui nécessitent de la part

des professionnels de la documentation de « créer » des documents primaires qui constituent une forme d'écriture et non de réécriture comme c'est le cas habituellement en documentation. La médiation documentaire semble quant à elle dévalorisée ou tout du moins sous-estimé, y compris par les professionnels eux-même, par rapport à la médiation culturelle.

Conclusion

Interroger la part documentaire présente dans les institutions culturelles que sont les musées, nous a conduite à un éclairage sur les notions de document, les formes de médiation et la circulation des objets. L'analyse des discours des professionnels des cinq musées investigués, montre la place du document dans ses fonctions traditionnelles, et notamment la matérialisation des médiations au travers des documents produits. La coexistence des espaces documentaires et du musée, plutôt que leur fusion, tend à envisager les médiations de manière parallèle. Pourtant, le socle documentaire sous-jacent, bien que non valorisé et non reconnu du fait de la part floue entre l'œuvre et son extension, existe et paraît indispensable aux médiations plurielles. Ainsi, le document, semble être l'objet commun des médiations qui favorisent la circulation et la transformation des objets culturels. L'objet document au sein des musées pourrait être caractérisé au travers, d'une part, des œuvres qui ont précédées et inspirées en amont l'œuvre présente, d'autre part, de l'exemple du livre d'artiste qui constitue une continuation de l'œuvre principale, puis, des ouvrages documentaires qui constituent l'aval de l'œuvre et de l'artiste, et, enfin, des documents produits à visée documentaire qui constituent une création sous forme d'information autour de l'œuvre. L'ensemble de ces documents sont porteurs de médiation et facteurs d'extension du domaine d'expression et de réception de l'œuvre.

Bibliographie

Couzinet V., 2013. Bibliothèques et Musées : notions et concepts communs, Introduction au n°, Culture et Musées, n°21, juillet, p. 13-22.

Davallon J. 1999. L'Exposition à l'œuvre : stratégies de communication et médiation symbolique. Paris : L'Harmattan. 378 p. (Coll. Communication et civilisation).

Fabre I. Couzinet V. 2014. L'œuvre accompagnée : médiation documentaire au Musée (sous presse)

Fabre I., Desmet N. 2014. Organisation des connaissances au musée : entre acte curatorial et médiation documentaire. 1er colloque international CIA « Connaissances et Informations en Action », Bordeaux : 22 et 23 mai 2014

Fabre I., Regimbeau G. 2013. Du musée à la bibliothèque : espace de documents et espaces documentaires. Culture & musées. n° 21, p. 153-171.

Fabre I. 2012 Médiation documentaire et culturelle dans le musée. Communication & langages, n° 173, septembre, p. 83-99.

Fraysse P. 2011. Chapitre 1 : questions de fondations. Document. In : Approche de l'information-documentation : concepts fondateurs. Gardiès, C. (Dir.). Toulouse : Cepadues éditions, 36-73.

Jacobi D., Miège, D. 2005. La médiation écrite de l'art contemporain : tensions et paradoxes. Quadern de Filologia. Estudis Linguistics vol. X, 113-130.

Jeanneret, Y. 2008 . Penser la trivialité : la vie triviale des êtres culturels. Lavoisier, 267 p. (Communication, médiation et construits sociaux).

Giguère A. 2013. Documentation et muséalisation de la performance. Culture & musées no22, pp. 113-136

Meyriat Jean, 1981. Document documentation, documentologie. Schéma et schématisation, n° 14 . [repris in] Couzinet V. (dir.), Rauzier Jean Michel (collab.) 2001. Jean Meyriat, théoricien et

praticien de l'information-documentation. Paris : Adbs éditions, 2001, p. 143-160.

Régimbeau G. 2007. L'image d'art entre analyse critique et analyse documentaire, Documentaliste-Sciences de l'Information 2/ 2007 (Vol. 44), p. 130-137

URL : www.cairn.info/revue-documentaliste-sciences-de-l-information-2007-2-page-130.htm.

Rizza, M. 2014. Dossier : document et musée : du discours sur l'œuvre à la médiation culturelle. Documentaliste Sciences de l'information n° 2, vol 51, juin. 28-69.

Lena Vânia Pinheiro: Implicações teóricas da representação do documento e informação em Arte e potencialidade para “educação da sensibilidade” / Implications théoriques de la représentation du document et information en Arts et son potentiel pour “l'éducation de la sensibilité” (IBICT/MCTI, Brasil)

Implicações teóricas da representação do documento e informação em Arte e potencialidade para “educação da sensibilidade”

Implications théoriques de la représentation du document et information en Arts et son potentiel pour “l'éducation de la sensibilité”

Theoretical implications of the document representation and information in Art and capability to «sensitivity training»

Lena Vânia Pinheiro

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT/MCTI, Brasil

Resumo

Ideias fundadoras dos conceitos de documento e documentação e respetivos teóricos. Documento, documentação e Ciência da Informação. Neo-documentalismo. Conteúdo de documentos. Documento e informação em Arte: origens no exterior e no Brasil. Conceitos e definições. Aspectos da representação da obra de arte: qualidades extrínsecas e intrínsecas. Níveis de análise da informação. O papel das tecnologias da informação e da comunicação- TICs na representação da informação em Arte. Educação pela arte e “educação da sensibilidade”.

Palavras-chave: Conceitos de documento; documento em Arte; informação em Arte; representação da informação em Arte; educação pela Arte.

Résumé

Idées fondamentales des concepts de documents et documentation et leurs théoriciens respectifs. Document, documentation et science de

l'information. Néodocumentalisme. Contenu des documents. Documents e information en arts: origines à l'étranger et au Brésil. Concepts et Définitions. Aspects de la représentation de l'œuvre d'art : qualités intrinsèques et extrinsèques. Niveaux d'analyse de l'information. Le rôle des technologies de l'information et de la communication (TICs) dans la représentation de l'information en Art. Education par l'art et « éducation de la sensibilité ».

Mots-clés: Concepts de document; document en art; information en art; représentation de l'information en art; éducation par l'art.

Abstract

Founding ideas of the concepts of document and documentation and their theorists. Document, Documentation and Information Science. Neodocumentalismo. Document content. Document and information in Art: origins in Brazil and abroad. Concepts and definitions. Aspects of the representation of the work of art: extrinsic and intrinsic qualities. Levels of information analysis. The role of Information and Communication (ICT) technologies in information representation in art. Education through art and education “sensitivity”.

Keywords: Concepts document; document in Art; Information in Art; information representation in art; Education through Art.

Mesa 4 / Table 4

Documento e Ciéncia da Informação / Document et Science de l'Information

Document et documentologie dans les sciences de l'information et de la communication

Documento e documentologia nas ciências da informação e da comunicação

Document and documentology in information and communication science

Viviane Couzinet

Professeur des universités en

Sciences de l'information et de la communication

Université de Toulouse3 Paul Sabatier

Laboratoire d'études et de recherches en sciences sociales (LERASS, EA 827)

Equipe Médiations en information-communication spécialisée (MICS)

Résumé

La documentologie a été posée comme science du document par Paul Otlet (1934) et par Jean Meyriat (1981). Cependant cette dénomination reste, en sciences de l'information, très peu utilisée. A partir des travaux réalisés par les fondateurs des sciences de l'information auxquels on se réfère dans les pays francophones il s'agit, ici, de montrer en quoi la reprise de cette dénomination peut être féconde pour notre discipline.

En prenant l'exemple de la biologie il est proposé de faire un inventaire des supports médiateurs et de mettre à profit les modèles des systèmes de classification des biologistes pour préciser la méthode documentologique (la documentographie) et son objet (l'étude de la médiation par le document). La théorisation de cette approche évolutionniste suppose de préciser les précurseurs philogénétiques des objets médiateurs dans leur

contexte socioéconomique. Quelques études de cas sont présentées. Le projet scientifique qui sous tend cette proposition, mise en débat, est de contribuer à développer la branche documentologique dans les sciences de l'information et de la communication. Elle souhaite aussi apporter des éléments à la construction de corpus qui fondent les analyses empiriques dans l'ensemble de la discipline.

Mots clés : Document, Documentologie, Approche évolutionniste, Sciences de l'information et de la communication

Resumo

A documentologia foi proposta como ciência do documento por Paulo Otlet (1934) e por Jean Meyriat (1981). No entanto essa denominação continua e ser pouco utilizada. A partir dos trabalhos realizados pelos fundadores das ciências da informação e comunicação aos quais se refere nos países francófonos trata-se, aqui, de mostrar de que forma a retomada dessa denominação pode ser fecunda para a nossa disciplina.

Tomando o exemplo da biologia, propõe-se a realizar um inventário dos suportes mediadores e de demonstrar os modelos dos sistemas de classificação dos biólogos para especificar o método do cumentologista (a documentografia) e o seu objeto (o estudo da mediação pelo documento). A teorização dessa abordagem evolucionista supõe especificar os precursores filogenéticos dos objetos mediadores em seus contextos socioeconômicos. Alguns estudos de caso são apresentados. O projeto científico que sustenta essa proposição, que se coloca em debate, é de contribuir para o desenvolvimento de um eixo documentológico nas ciências da informação e da comunicação. Ele deseja assim trazer elementos para a construção de corpus que fundamentam as análises empíricas no conjunto da disciplina.

Palavras-chave : Documento, Documentologia, Abordagem Evolucionista, Ciências da informação e da comunicação.

Abstract

Documentology was defined as the document science by Paul Otlet (1934) and by Jean Meyriat (1981). However this term stays little used in information science. From founders of information science, to whom were fer in the French-speaking countries, we would like here to show in what the resumption of this term can be fertile for our discipline.

From the example of biology it is suggested to make a directory of the mediating supports and to take advantage of the models of the biologist classification systems to specify the documentologic method (the documentography) and its object (the study of the mediation by the document). The theorization of this evolutionist approach supposes to specify the phylogenetic precursors of the mediating objects in their socioeconomic context. Some case studies are presented. The scientific project which underpins this proposal, in debate here, is to contribute to develop the documentologic branch in information and communication science. It also wishes to bring elements to construct corpus for empirical analyses in the discipline.

Keywords : Document, Documentology, Evolutionist approach, Information and communication science

1. Introduction

Si la notion de document connaît un regain d'intérêt à l'échelle internationale le réinvestissement dans les sciences de l'information et de la communication reste marginal dans les pays francophones. Il est en effet courant que les recherches en sciences de la communication reposent sur un usage du sens commun de « document ». Par ailleurs, y compris en sciences de l'information-documentation, les travaux sur les objets médiateurs concrets (les livres, les revues, les images fixes ou animées..) se préoccupent peu de leur origine. La nouveauté, très attractive apparaît alors comme allant de soi et comme générée spontanément, sans passé et sans ancrage dans une

histoire sociale. Pourtant l'enchantement créé par l'application des technologies avancées dans les objets concrets du quotidien conduit à des abus de langage et tend à fausser les interprétations dans les recherches. Enfin, les corpus construits pour les analyses empiriques remontent peu à la genèse des éléments qu'ils rassemblent.

Or l'élaboration de concepts scientifiques, la mise en perspective de résultats, d'interprétations et de conclusions, ne peut, de notre point de vue, faire l'impasse sur la recherche et l'analyse du passé des objets info-communicationnels. Leur présent porte les traces de leur ascendance, des fonctions qui leurs étaient attribuées dans un contexte économique et social particulier, et, comme aujourd'hui, des moyens scientifiques ou techniques disponibles au moment de leur fabrication. Ces travaux relèvent d'une science spécifique, la science du document. Désignée par « documentologie » dans les années 1970-1980, elle avait émergé dans le sillage du Congrès international de documentation. Si des investigations sur le sujet existent, elles ne se réclament pas de cette science particulière. Comment la situer par rapport à ce que l'on désigne en France par science de l'information-documentation, encore sciences de la documentation¹ ou encore Library and information science (LIS) au plan international ? Comment la faire évoluer ? En prenant modèle sur une autre science, confrontée elle aussi à l'identification de nombreux objets concrets, la botanique, et en nous appuyant sur une recherche que nous avons conduite sur des documents cadastraux, nous postulons qu'un inventaire des objets documentaires peut participer à l'avancée des connaissances du domaine.

C'est cette triplehypothèse du poids du passé à prendre en compte dans la définition du concept de document, de sa participation dans l'élaboration de corpus appuyés sur des fondements scientifiques

¹ Ces dénominations permettent au sein de la discipline, intitulée en France sciences de l'information et de la communication, 71^e section, de distinguer les recherches dont on dirait au plan international qu'elles relèvent de la science de l'information documentation, de celles conduites en sciences de l'information média.

et de la nécessité de constituer le catalogue de ces formes que nous développerons ici. Cette invitation au débat scientifique suppose également de réfléchir à l'introduction de cette proposition dans un sous domaine des sciences de l'information et de la communication. Nous reviendrons sur la notion de document telle qu'elle a été posée dans notre discipline, puis nous ferons des propositions permettant de développer le domaine des sciences de l'information.

2. Document et documentologie dans les sciences de l'information : prémisses

Dans les sciences historiques le document est utilisé comme objet concret utile pour construire l'histoire, dont il constitue la matière première. Même s'il ne donne pas lieu dans cette discipline à des travaux de fond, il n'est que très rarement pris en compte sans subir une déconstruction critique. Tout d'abord limité en nombre par « l'Ecole méthodique » qui se fonde sur des documents intentionnels le passage d'une histoire positiviste à une histoire plus qualitative, représentée par « l'Ecole des Annales » donne aux traces involontaires sur des supports très divers ouvre largement l'éventail des possibilités d'investigation (Couzinet, 2004). Si comme objet concret porteur d'information le document intéresse les SIC il est aussi un des objets de recherche sur lesquels se fondent les sciences de l'information et de la communication.

2.1. La notion de document dans les travaux francophones

Sans dresser un panorama exhaustif des recherches sur cette notion on peut rappeler que dans les travaux francophones c'est Paul Otlet, qui, à travers son Traité de documentation : le livre sur le livre (1934) est considéré comme la première personne qui a conduit une

réflexion sur le sujet. Il pose dans ce traité des méthodes de gestion et de recherche scientifique sur le livre en tant que document sur lequel les opérations bibliothéconomiques ne sont pas suffisantes si elles ne s'appuient pas sur des avancées scientifiques. Il porte une vision extensive de la notion de document comme le feront plus tard les historiens. Il est probable que l'intérêt porté au document et à la documentation par les francophones trouve son origine dans la production de cet auteur.

Une autre référence courante est celle faite à Suzanne Briet (1951) bibliothécaire à la bibliothèque nationale, qui œuvre, dans les années 1950, pour une changement dans les pratiques professionnelles pour faire une place plus grande à des supports autres que le livre et pour s'adapter au développement industriel. Dans trois chapitres adressés à des personnalités qui ont des responsabilités dans la diffusion de l'information² elle explique sa vision de la fonction documentaire, comme technique du travail intellectuel, à partir de nombreux exemples et en profite dans son argumentaire pour apporter des précisions sur la notion de document. Elle y ajoute que les êtres vivants sous des conditions qu'elle précise, la rareté voire la nouveauté de l'espèce, et sa conservation par la naturalisation peuvent être considérés comme des documents ainsi que toutes les productions écrites qui en sont dérivées.

Cependant, il faut attendre la création de la discipline sciences de l'information et de la communication pour que des chercheurs se consacrent à la construction de la notion en concept scientifique. C'est tout d'abord Robert Escarpit³ qui pose les premiers jalons en 1976. Pour lui le document est « un objet informationnel visible ou toucha-

2 Il s'agit de Julien Cain, Directeur de la Bibliothèque nationale ; Louis Ragey directeur du Centre national des arts et métiers où s'est créée en 1950 l'Institut des techniques documentaires ; Charles Le Maistre fondateur de l'*International standardization organization*.

3 Robert Escarpit, Professeur et président à l'université de Bordeaux 3 fut un des fondateurs de la discipline.

ble et doué d'une double indépendance par rapport au temps :

- synchronie : indépendance interne du message qui n'est plus une séquence linéaire d'évènements, mais une juxtaposition multidimensionnelle des traces ;

-stabilité : indépendance globale de l'objet informationnel qui n'est plus un évènement inscrit dans l'écoulement du temps, mais un support matériel de la trace qui peut être conservé, transporté, reproduit»(Escarpit, 1976).

Mais c'est surtout le groupe de recherche sur le document créé autour de Jean Meyriat et de Robert Estivals qui fera avancer les connaissances. Tout d'abord au 1er congrès de la société savante Inforcom, en 1978, où logiquement la discussion sur la notion est associée à l'activité documentaire, que celle-ci soit professionnelle ou recherche individuelle (Meyriat, 1978) puis par la publication des travaux du groupe et en particulier de l'article Document, documentation, documentologie qui porte les fondements de la notion : «un objet qui supporte de l'information, qui sert à la communiquer, et qui est durable (la communication peut donc être répétée)», la conjonction de la dimension matérielle -le support- et de la dimension conceptuelle -le contenu- sont données comme inséparables. Le support n'est pas inerte, il a un rôle contraignant sur le contenu. Le rôle de l'émetteur est secondarisé au profit de celui du récepteur : «la volonté d'obtenir une information est donc un élément nécessaire pour qu'un objet soit considéré comme document, alors que la volonté de son créateur peut avoir été autre» La notion d'utilisation est devenue centrale, «l'utilisateur fait le document». Dès lors une partition est possible entre «document par intention» et «document par attribution» (Meyriat, 1981). Cette approche s'insère dans la discipline nouvellement créée qui associe, en France, information et communication.

La frontière entre intention et attribution pose deux manières d'aborder la notion de document,l'intention se focalise sur l'information comme contenu et l'attribution sur l'information com-

me processus. L'introduction de la notion de médiation permet un rapprochement car elle combine une intentionnalité à un processus communicationnel. La médiation n'existe que parce qu'elle est reconnue comme telle par celui qui la produit et par celui qui la reçoit. Analyser un document comme un objet médiateur revient ainsi à interroger sa capacité et sa valeur informationnelle du point de vue de son contenu (intention) et de l'intérêt qui lui est porté (attribution). Ceci permet aussi d'inclure tous les supports d'information en attente de questionnement. Il est alors possible d'analyser des objets potentiellement documents car porteurs d'informations « dormantes » (Meyriat, 1981) et plurielles en se focalisant sur leur valeur, leur construction, leur contenu et leur identité propre (Couzinet, 2004).

Cette partition, et son apport aux sciences de l'information et de la communication, est reprise par nombre de chercheurs notamment pour montrer la manière dont les documents fabriquent la médiation. Patrick Fraysse a synthétisé l'état de cette question dans une publication récente (Fraysse, 2013) en y intégrant les travaux sur le document numérique notamment ceux conduits par Jean Michel Salaün et le réseau Pédauque.

2.2. La notion de document dans des pays d'autres langues

Dans les travaux anglophones signalons le texte de Michaël Buckland qui semble avoir relancé le débat à l'international en 1997, dans un texte bref intitulé *What is a document ?* Là encore l'approche par l'activité est de mise. La référence aux travaux français se limite au petit recueil de Suzanne Briet qualifiée de « Madame documentation ». Ceci contribuera à faire découvrir au monde entier le rôle militant de cette bibliothécaire mais laissera de côté les avancées proposées par les chercheurs. Cependant le réseau Pédauque initié par J.M. Salaün et lui aussi fondé en grande partie sur une appro-

che par l'activité documentaire (Salaün, 2012) obtiendra un certain rayonnement international et de près ou de loin participera, sinon à la création au moins pendant un temps aux manifestations créées par l'Académie du document⁴.

C'est dans les pays hispanophones que l'influence francophone semble la plus prégnante. Rappelons que Jean Meyriat a enseigné à l'Université de Mexico et qu'il a travaillé avec des chercheurs en Espagne. Par ailleurs, dans ce pays la théorisation de la documentation a donné une production abondante, on peut citer par exemple les travaux de J. Lopez Yepes⁵. Mais c'est la synthèse réalisée par José ReigCruañes qui donne l'aperçu le plus étendu de la perspective communicationnelle. Cet auteur préconise une révision du concept de support « comme véhicule de sens », la prise en compte de la position d'intermédiaire occupée par le document, et appelle à l'élaboration d'une théorie générale de l'information qui inclurait tous les processus informationnels (ReigCruañes, 2005).

Dans les pays lusophones le colloque organisé par le réseau MUS-SI montre l'intérêt des chercheurs brésiliens et français pour croiser leur approche respective. Ici la médiation trouve aussi sa place car comme le précisent Cristina Dotta Ortega et Marilda Lopes Ginez de Lara (2010) il s'agit bien de médiation, de potentialité des objets et de potentialité d'usages informationnels. Ainsi le document doit il être examiné à partir « de sa condition informationnelle ce qui implique de prendre en compte son aspect pragmatique et le caractère social et symbolique de l'information ». Sans être exhaustive non plus sur les travaux en d'autres langues, nous notons que Simone Torres et Mauricio Barcellos Almeida (2013) ont examiné les convergences de sens de « document » entre science de l'information et archivistique.

⁴ Organisation internationale qui organise régulièrement des colloques (DOCAM) rassemblant des chercheurs de toutes disciplines qui s'intéressent au document.

⁵ Lopez Yepes J., 1995. *Teoria de la Documentacion*. Pamplona : Ediciones de la Universidad de Navarra, 2nded.

On le voit la question du document et de son rôle dans la circulation des savoirs, de sa position d’intermédiaire, de son usage, de sa matérialité, de son existence potentielle « d’être culturel » (Jeanneret, 2008) invite aux recherches. Dès lors on peut se demander comment les nommer.

2.3. La notion de documentologie

Paul Otlet dans son Traitéa proposé une science générale qu'il appelle bibliologie ou documentologie, « sciences [au pluriel] du Livre et de la documentation » auxquelles il consacre 33 pages. Il précise que « Livre (biblionou Document ou Gramme) est le terme conventionnel employé ici pour exprimer toute espèce de documents » (p. 10). Il développe les buts qu'elles se donnent parmi lesquels nous retenons (p. 9-10) : « 1. analyser, généraliser, classer, synthétiser les données acquises dans les domaines du livre et en même temps promouvoir des recherches nouvelles destinées surtout à approfondir le pourquoi théorique de certaines pratiques de l'expérience 2. Elaborer une série complète de ‘formes documentaires’ où puissent venir se déverser les données de la pensée scientifique ou pratique, depuis le simple document jusqu'aux complexes des grandes collections et aux formes élevées que constituent le Traité et l'Encyclopédie [...]5. La Bibliologie élabore les données scientifique et techniques relatives à un quadruple objet .1. L'enregistrement de la pensée humain [...]2. La conservation, la circulation, l'utilisation, la catalographie, la description et l'analyse de ces documents ». Il définit la science comme « organisation des connaissances d'un objet » et précise que la bibliologie est « la science théorique, comparative, génétique et abstraite, embrassant tous les livres, toutes les espèces et toutes les formes de documents ». Si la dénomination synonyme « bibliologie » « documentologie » paraît floue malgré la précision constante qu'il apporte par l'utilisation quasi systématique de l'expression « le livre et le document », et malgré la définition extensive du document

qu'il utilise, elle présente l'avantage de désigner le discours scientifique (*logos*) sur l'objet.

Jean Meyriat a repris cette dénomination. Il a séparé la bibliologie, science de l'écrit, de la documentologie, science qui étudie toute sortes de documents et qui englobe la bibliologie. Pour lui la documentologie se centre sur « le système de production et de distribution de tous les ‘documents par intention’ indépendamment de leur utilisation, documentaire ou autre » (Meyriat, 1981). Elle s'applique à « l'étude du système techno-social primaire de production et de diffusion de l'information en mettant l'accent sur le document, support matériel qui permet cette diffusion ». En parallèle il définit l'informatologie « comme discours scientifique sur le système secondaire, celui pour lequel l'objet central est l'information ». La documentologie et l'informatologie sont les deux grandes branches de la science de l'information, et nous dirions actuellement des sciences de l'information-documentation.

Si l'appellation « documentologie » est peu employée, et même si dans les programmes de formation en Belgique elle recouvre les techniques de gestion des centres de documentation, nous proposons de la reprendre pour désigner les recherches sur les documents. Pour suivre Paul Otlet et Jean Meyriat nous avons alors cherché un modèle scientifique fondé sur une vaste collecte d'objets concrets.

3. Recherche d'un modèle scientifique

La science se caractérise en grande partie par son activité de classification et de conservation d'objets porteurs de savoirs. Les produits de fouille archéologique de l'archéologue, la description textuelle et graphique d'un être vivant, insecte, poisson, animal et leur conservation dans leur tout ou dans leurs parties sous une forme nettoyée, restaurée, séchée, naturalisée sont autant d'objets porteurs d'une information fixée et interrogeable, propre à l'étude. Ainsi la science

apparaît comme une vaste collecte d'échantillons destinés à favoriser la compréhension de la variété et de l'adaptation, et donc de l'évolution, des humains et de leur activités, des espèces, des plantes et de leur mode de vie, dans leur milieu et dans les relations qu'ils entretiennent entre eux.

3.1. Premières pistes

Quels sont ces objets pour les sciences de l'information-documentation ? Si nous revenons à Paul Otlet nous pouvons constater que son traité, sous-titré le livre sur le livre, même s'il s'intéresse à d'autres supports, lui fait une grande place car il est encore, en 1934, la préoccupation essentielle des professionnels et de l'information et des bibliothèques. A la fin des années 1970, en France, Robert Estivals dans les pas d'Otlet, précisera une science du livre qu'il étendra à l'écrit, la bibliologie, et sa méthode la bibliométrie (Estivals, 1978). Nous avons résumé son apport dans un chapitre d'ouvrage sur les concepts de l'information documentation (Couzinet, 2011). Cependant ces travaux restent peu connus dans la discipline. Ils permettent pourtant de disposer d'un ensemble de connaissances et de méthodes aptes à préciser et à étudier le livre. L'approche développée est essentiellement quantitative alors que les travaux actuels sont plus qualitatifs et marqués par le contexte économique et social comme l'a développé Dominique Nauroy au sujet d'un livre électronique (2005).

La revue scientifique n'a été étudiée, à notre connaissance, qu'à partir de 1967. Jean Meyriat qui est l'origine de nombreuses publications en série, des revues secondaires, mais aussi des revues primaires (Couzinet, 2001) a travaillé sur les revues de sciences sociales (Meyriat, 1967). Il a collaboré plus tard à un ouvrage dirigé par Julien Cain sur le Livre français, pour un chapitre intitulé les « non livres ». Cette étude est aussi peu connue dans la discipline. De-

puis, les travaux sur les revues sont nombreux et des groupes de recherche se sont constitués sur ce thème qui s'insère dans la communication scientifique. On peut dire, de manière un peu rapide, que les collègues présents dans les Unités régionales de formation à l'information scientifique et technique (URFIST, unités rattachées aux bibliothèques universitaires) se centrent plutôt sur les aspects bibliothéconomiques et le rôle dans l'évaluation des chercheurs, qu'un groupe autour de Ghislaine Chartron au Centre national des arts et métiers, travaille plus particulièrement les aspects économiques, tandis qu'à Toulouse nous travaillons les aspects sociaux et analysons les revues dans leurs dimensions infocommunicationnelles. Nous proposons également une typologie visant à caractériser des formes et des fonctions différentes (magazines, revues professionnelle, revues locales, revues scientifiques) pour analyser ensuite les hybridations entre les types définis. Nos travaux multiplient les études empiriques sur des disciplines différentes (chimie, art, histoire, documentation, agriculture, médecine). Il nous semble que la revue comme objet documentaire est assez bien étudiée en France, même s'il reste encore beaucoup à faire.

Nous ne pouvons nous limiter au livre et à la revue, que ces derniers soient imprimés ou électroniques, alors que la notion de document peut être étendue à tout type d'objet comme le montre Patrick Fraysse (2014) par exemple dans son analyse des reliques de saints. Des études doivent être conduites sur d'autres documents. Un vaste chantier est donc devant nous. Il s'agit de considérer des formes documentaires différentes non exclusivement écrites. A la suite du séjour à Rio de Janeiro lors des journées d'études internationales de MUSSI au cours de la visite du Musée de l'Université un objet exposé avait éveillé notre curiosité, l'inventaire de 20.000 plantes brésiliennes, constitué en 1817, et intitulé *Flora Brasiliensis : enumeratio plantarum in Brasil*.⁶ Les botanistes voyageurs ramènent en

6 *Flora Brasiliensis : enumeratio plantarum in Brasil* MDCCCXI-

effet de leurs expéditions nombre d'objets ayant une valeur documentaire pour les biologistes. Comment travaillent-ils?

3.2. Biologie et botanique

L'étude des plantes en particulier, parce que ces dernières servent à l'alimentation et aux soins d'hygiène et de santé des humains et des animaux et aussi parce qu'elles paraissent (paraissaient) observables à peu de frais ont été, et sont toujours, le centre d'intérêt de chercheurs, d'amateurs, d'apothicaires et de formateurs. Les collections de plantes, herbiers, ont une place à part.

L'« herbier » est d'après le dictionnaire historique de la langue française⁷ un « ouvrage qui traite des plantes (XVe siècle) sens emprunté au bas latin herbarium qui donne celui de collection de plantes conservées, séchées puis de collection de dessins de plantes (1783) »⁸.

Dans ses applications aux soins des personnes le terme « herbier » est défini par Carmélia Opsomer-Halleux, en 1982, dans un texte portant sur les prolégomènes à une étude des recettes médicales latines, de la manière suivante : « L'herbier est un répertoire, le plus souvent alphabétique, de simples végétaux, mais aussi minéraux et animaux. Pour chaque drogue, il donne une synonymie, une description, souvent une illustration, une classification embryonnaire, les vertus curatives, le mode de cueillette, de préparation et de conservation, les éventuelles

-MDCCCXVI à la suite d'une expédition organisée par Carl Friederich Philipp Von Martins et Johan Baptiste Von Spix, 1817. Conservé au Musée de l'Université fédérale de Rio.

7 Rey Alain, 1995. *Dictionnaire historique de la langue française*. Paris : le Robert.

8 Nous ne retiendrons pas ici le sens premier de « terrain herbeux (vers 1165) » ou « d'herboriste (XIIIe siècle) » de « banc d'herbes au milieu des eaux (XVIIIe siècle) » ou « d'endroit où l'on conserve l'herbe coupée pour le bétail (1771), en ancien français (1690) de poche de l'estomac des ruminants ou s'accumule l'herbe, de « pré, gazon » ou encore de femme qui recueille des herbes médicinales (1245) puis de femmes qui vent des herbes (1596), tous cités par A. Rey en complément de la définition qui nous intéresse ici.

falsifications avec les moyens de les déceler ». Il s'agit ici de textes et d'images de plantes pouvant être incluses dans une préparation phytothérapeutique. C'est là la vocation première des herbiers. On considère que les plus anciens datent de l'Antiquité et le plus célèbre est l'*Historia plantarum* du philosophe naturaliste grec Théophraste (372-287 avant J.C)⁹. Parfois cet herbier est accompagné d'une table des maladies renvoyant aux végétaux. Il peut être alors complété par un traité de recettes : le « réceptaire ». Ce dernier rassemble par listes classées, des compositions de simples par type de médication ou suivant les lieux du corps atteints (Opsomer-Halleux, 1982). Dans les apothicaireries des hôpitaux, avec les herbiers, ils constituent un ensemble documentaire sur le rôle des simples utilisables en phytothérapie. Actuellement ils ne sont plus présents que dans quelques tisaneries, les apothicaireries des hôpitaux ayant été remplacées par des pharmacies (Irissoos, Harant, 1937).

Ces documents écrits sont issus d'une collecte de plantes qui, après séchage, sont conservées dans des liasses ou des volumes et sont accompagnées d'éléments de description.

Catalogue et collection

L'ensemble des plantes rassemblées dans les laboratoires des départements de biologie des universités et du Muséum d'histoire naturelle provient des travaux de chercheurs ou de leurs étudiants qui ont effectué des prélèvements sur le terrain ou les ont échangés avec d'autres botanistes. Pour être utilisables ils ont subi un traitement qui permet leur conservation en bon état. En complément des indications sur le lieu et la date de prélèvement, la description de la plante facilitent le travail de documentation. Ce dernier fondé sur la comparaison pour établir son évolution, l'inscription dans une famille, la description des propriétés du végétal va construire l'identité de l'objet. Ainsi documenté il pourra alors être intégré à une collection

⁹ Près de 500 plantes y sont classées

puis dans une banque de données et devenir le matériau d'analyses scientifiques. On voit qu'ici traitement documentaire et traitement scientifique ne font qu'un.

Répertorier les prélèvements revient à les inscrire dans une catégorie qui les rattache à un groupe. Rassembler les éléments qui permettent d'identifier une plante de la différencier par rapport aux autres tout en lui donnant une famille, en assurer la description, la compléter éventuellement par des représentations figurées correspond à la constitution du catalogue c'est à dire l'élaboration d'un regroupement, d'une série, d'une énumération, d'une dénomination, d'un ordre, d'une certaine neutralité, d'une exposition suivant les critères établis par Alain Chante (2013) qui précise que « dès que le document se rassemble en une documentation, dès qu'il s'additionne en se refusant à être un conglomérat sans structure, dès qu'il se veut mémoire utile et donc retrouvable, il induit la double nécessité de l'inventaire et du classement qui se réalise dans le catalogue » (Chante, 2013).

La multiplication des prélèvements et leur organisation en famille permettent de produire leur classification. Cependant, contrairement aux classifications produites en documentation et en bibliothèques, qui sont fondées sur des préoccupations info-communicationnelles comme organiser les savoirs dans un espace, aider à la récupération d'information, faire connaître l'existence de réponses aux préoccupations des usagers, les classifications des plantes poursuivent un but différent. Elles veulent mettre en lumière les mutations subies. L'adaptation d'un végétal au milieu, variations climatiques et installations dans des lieux nouveaux, provoque des changements. La dimension temporelle est essentielle pour percevoir l'appartenance à un groupe. Ces classifications philogénétiques, c'est à dire qui prennent en compte l'évolution, résultent d'un travail scientifique sur la plante récoltée. Ainsi l'inventaire des végétaux, constitué de plantes originales conservées, constitue le catalogue de collections désignées le plus souvent par le nom du botaniste qui les a collectées et qui

a conduit le travail scientifique. Ces catalogues répertoriés, protégés, organisés en collection, parfois numérisés, font partie du patrimoine scientifique de l'université ou du muséum où ils ont été constitués.

4. Document et documentologie dans les sciences de l'information : questions et propositions

Avant de nous pencher sur le modèle de la botanique nous avons tenté une première ébauche de description d'un objet documentaire particulier à partir de documents administratifs servant à établir l'assiette de l'impôt foncier..

4.1. Première ébauche : filiation et association documentaire

Dans l'ensemble constitué par les documents de l'administration fiscale, nous avons travaillé ce qui caractérise le document cadastral. Partie de l'analyse du genre de discours et du contenu des descriptifs de propriété foncière établis sous l'Ancien régime, dans le sud de la France, nous avons repéré la pérennité des composantes entre le XVIIe siècle, où les volumes étaient manuscrits, et les données numérisées de nos jours. Les résultats de cette recherche ont été exposés lors de la Première journée Sciences de l'information et de la communication et histoire qui s'est tenue à Toulouse le 8 novembre 2013¹⁰.

Nous avons pu établir que ce type particulier de document fiscal se compose d'une entrée, d'une dimension descriptive et d'une dimension esthétique qui ont toutes deux traversé le temps. Dans la version ancienne l'entrée par les noms des propriétaires place les

¹⁰ « Regard de la science de l'information-communication sur l'archive : analyse à partir du cas des compoix de Fonsorbes », la version développée est en cours de publication sous le titre « Les documents cadastraux : regard de la science de l'information-communication sur l'archive » sous la direction de Patrick Fraysse.

biens fonciers les uns auprès des autres pour couvrir la surface de la commune. Les parcelles sont décrites par du texte qui précise le nom des propriétaires des terres adjacentes. Actuellement elles sont schématisées dans un plan d'ensemble. Dans ces deux versions elles s'emboitent à la manière d'un puzzle. L'utilisation de l'informatique et la multiplication des entrées par un menu déroulant a pour point de départ le fichier inversé du plan : le plan représente l'espace communal, l'interrogation par le code d'une division, la parcelle, donne des informations sur le propriétaire et sur la propriété. La description, s'appuie sur une trame récurrente qui précise la position géographique, la surface, le nom du lieu. Le plan actuel donne également ces informations mais seul le nom du propriétaire n'apparaît pas et renvoie à partir d'un code attribué à la parcelle à un autre fichier. Cette manière particulière de décrire avec l'intention qui la sous tend fonde le genre discursif. L'intention administrative est de recenser et de préciser la valeur foncière sur un territoire bien délimité pour établir une redevance. Si l'objectif et la forme qu'il revêt restent inchangés, le document administratif foncier est inscrit dans son temps, à la fois par les techniques d'élaboration auxquelles il a recours et par son utilité, sa portée ou sa valeur, pour celui qui en commande l'établissement.

On a pu aussi dire qu'il y a une esthétique du document cadastral. La couleur, le souci de l'occupation de l'espace de la page par exemple ne sont pas propres à la version numérique. Déjà présente au XVII^e siècle elle visait, comme aujourd'hui, à distinguer les informations les unes par rapport aux autres.

Nous avons conclu de ces observations, que nous ne détaillons pas ici, que le document cadastral actuel a pour ascendant le document visant à établir l'assiette de l'impôt d'Ancien régime. Cette ascendance trace une relation hiérarchique directe entre l'ensemble des documents cadastraux, eux mêmes inclus dans la famille des documents de l'impôt foncier. Celle-ci se manifeste non seulement par l'objectif poursuivi, qui reste le même, mais aussi par le souci de la

précision de la description. Si l'esthétique de l'ensemble a évolué, elle est toujours présente. Elle est le reflet des techniques contemporaines du moment de l'enregistrement. Il y a donc un lien de parenté directe entre l'ancien registre de propriété¹¹ et le relevé cadastral en vigueur de nos jours. Nous avons alors qualifié de « filiation documentaire directe », la relation entre les cadastres anciens et les cadastres actuels, au sein de la famille des documents de l'impôt foncier. Mais il existe aussi une filiation documentaire latérale, indirecte, que l'on peut qualifier d'associative, en reprenant la terminologie propre aux thésaurus documentaires, entre le document primaire, le cadastre, et les documents secondaires élaborés pour en faciliter l'accès (listes, banques de données par exemple).

4.2. Constituer le catalogue.

A la suite de ce travail, dans une deuxième phase, il nous semble maintenant nécessaire d'interroger l'apport possible des classifications philogénétiques et donc du modèle de la biologie du point de vue du catalogue et de la classification. La construction du catalogue des objets concrets sur lesquels ou à partir desquels travaille notre discipline nous paraît possible. En remplaçant les plantes du botaniste par les objets médiateurs des infocommunicologues, les descriptions permettraient d'asseoir l'information-documentation sur une vaste collection de documents.

Dans un premier temps il nous semble que seuls les documents intentionnels peuvent être répertoriées. Les herbiers sont bien des documents intentionnels de même que les documents fiscaux. Ces deux exemples, parce qu'ils viennent de mondes différents laissent penser que c'est réalisable.

La description viserait à rechercher, dans le passé des documents se rapprochant d'un document actuel, des descendants. La démarche

¹¹ Celui-ci était désigné par « compoix » dans la France occitane.

descriptive et comparatiste viserait à établir les caractéristiques communes, celles qui donnent son identité propre au document, en quelque sorte son ADN. De là les variantes, les modifications introduites par le numérique nous semblent facilement analysables.

Le « catalogue des documents intentionnels », c'est à dire dormants, pourrait être la base de la constitution de corpus documentaires pour des recherches empiriques, c'est à dire la base du choix des documents aptes à répondre à un questionnement scientifique précis. Il nous paraît en effet nécessaire de prendre très au sérieux la constitution de corpus. Ceux-ci sont composés de documents qui ne peuvent pas être sélectionnés sans être soumis à une critique interne – le contenu, le genre discursif- et une critique externe –le contexte de production, l'évolution. Sur le modèle des historiens, mais avec nos propres bases, un travail préalable sur les objets médiateurs construirait le regard des sciences de l'information et de la communication pour en déterminer la valeur documentaire.

Ceci irait de pair avec la nécessité de séparer les matériaux de la recherche et les références. Les deux peuvent facilement être confondus dans les problématiques que nous travaillons et pourtant il est indispensable pour la compréhension de l'intérêt d'une recherche de pouvoir les séparer comme le font les historiens. Néanmoins, et c'est sans doute là une source de confusion, les documents peuvent aussi être étudiés pour eux même.

4.3. Retour de l'arbre documentaire et documentologie

A l'issue de cette réflexion et de ces premiers travaux, il nous semble qu'il faut dépasser l'étape de la classification des objets par la filiation directe ou indirecte que nous avons élaborée à partir de l'observation des documents cadastraux. Si celle-ci n'est pas à rejeter elle doit être complétée. Les acquis de notre équipe de recherche

en matière de travaux sur les systèmes d'organisation des connaissances et nos travaux récents sur les documents cadastraux, les listes, les langages documentaires, ne sont pas suffisants pour comprendre l'évolution des objets médiateurs. Pour mieux saisir la dimension socio historique nous proposons de nous rapprocher des classifications phylogénétiques.

Ce modèle, calqué sur celui de la botanique transposé en sciences de l'information et de la communication, devrait permettre de développer une approche phylogénétique des objets médiateurs, mais au lieu d'observer les adaptations au climat ou au milieu naturel, il s'agira de mettre au jour et de prendre en compte les adaptations au contexte social. Pour bien identifier cette approche nous la désignons par approche « phylogénétique sociale documentaire ». Au sein de la théorie sociale du document nous prétendons contribuer à l'élaboration d'une théorie phylogénétique apte à mettre au jour l'origine et l'évolution des passeurs intermédiaires d'informations que sont les documents. Il nous semble qu'il y a une place en sciences de l'information documentation pour l'élaboration d'une « phylogénétique sociale documentaire ». au sein de la branche « documentologie » définie par Jean Meyriat (1981). Notre approche sociale se veut donc également évolutionniste.

Elle s'appuie sur des méthodes propres. Nous les qualifions de documentographiques dans le sens où elles se focalisent sur une description précise des documents dans leur contexte. Prenant en compte l'évolution elles se fondent également sur le comparatisme. La documentographie est alors la description comparée des documents permettant de les analyser et de les placer comme objet médiateur sur des échelles temporelles et dans un cadre social. Elle permet la schématisation hiérarchique sous la forme d'arbres documentaires mais, contrairement aux arbres des langages documentaires, elle précise le contexte et le temps.

Conclusion

Le travail sur la notion de document initié de longue date par certains membres de notre équipe de recherche a conduit à interroger la spécificité de l'approche documentologique. Posée comme science du document à la suite de P. Otlet et de J. Meyriat, nous nous sommes attelés à réfléchir et à préciser à partir de travaux empiriques (sur des corpus de revues, magazines, cadastres) son objet (la médiation par le document) et sa méthode (la documentographie). Nous avons également posé qu'elle pouvait, au moins en partie, constituer l'inventaire des objets médiateurs intentionnels sur lesquels elle repose. En prenant pour modèle la botanique nous proposons de développer une approche phylogénétique sociale documentaire afin de constituer le catalogue des objets médiateurs de la discipline et avons défini la documentographie comme description comparatiste et schématisable. Notre posture se veut évolutionniste pour inscrire les objets actuels dans leur passé. Ces propositions ont besoin d'être mises à l'épreuve. Actuellement un travail de recherche sur le document cartographique devant conduire au doctorat est en cours, il sera suivi par un autre sur les albums pour enfants et nous l'espérons par d'autres encore qui dirons si la collection des objets documentaires peut constituer l'inventaire des objets concrets travaillés et utiles aux sciences de l'information-documentation.

Bibliographie

- Briet Suzanne, 1951. Qu'est ce que la documentation ? Paris : Editions documentaires et techniques, 48 p.
- Buckland Michaël, 1997. What is a document ? Journal of the American Society for information science, vol. 48, n°9, p. 804-809
- Chante Alain, 2013. La notion de catalogue : de l'imprimé au numérique. Culture et musées, n°21, p. 131-150.

- Couzinet Viviane, 2000. Médiations hybrides : le documentaliste et le chercheur en sciences de l'information. Paris : Adbsed. , 340 p.
- Couzinet Viviane, 2004. Le document : leçon d'histoire, leçon de méthode. Communication et langages, juin, n°140, p. 19-29
- Couzinet Viviane, 2014. Les documents cadastraux : regard de la science de l'information-communication sur l'archive. In Fraysse P. (dir.) Sciences de l'information et de la communication et histoire (en cours d'édition).
- Dotta Ortega Cristina, Lopez Ginez de Lara Marilda, 2010. A noção de documento de Otletaosdias de hoje. DataGramZero, vol.11, n°2, artigo 03. www.dgz.org.br/out04/Art_03.htm
- Escarpit R., 1976. L'information et la communication : théorie générale. Paris : Hachette, rééd. 1991.
- Fraysse Patrick, 2011. Document. In Gardiès C. (dir.). Approche de l'information-documentation : concepts fondateurs. Toulouse : Cépaduès éditions, ch.2, p. 36-73
- Fraysse Patrick, 2014. Le culte du document : la collection de reliques de la basilique Saint-Sernin de Toulouse (France). In De Carvalho Katia dir. As transformações do documento no espaço tempo do conhecimento, III Colóquio Internacional da Rede Franco-Brasileira de Pesquisadores em mediações e Usos de Saberes e Informação - REDE MUSSI, Universidade Salvador de Bahia (Brésil), 10-12/11.
- Jeanneret Yves, 2008. Penser la trivialité. Paris : Hermès, Lavoisier. Vol.1 : La vie triviale des êtres culturels, 265p.
- Irissou L., Harant H., 1937. L'herbier du vieil Hôtel-Dieu de Montpellier. Revue d'histoire de la pharmacie, vol. 25, n°98, p. 98-106.
- Meyriat Jean 1967. Périodiques de sciences sociales. Revue internationale des sciences sociales, vol XIX, n°2, p. 199-213, [repris in]in Couzinet V. (dir.), Rauzier J.- M. (collab.) 2001. Jean Meyriat, théoricien et praticien de l'information-documentation.

Paris : ADBS ed., p. 77-97

- Meyriat Jean, 1972. Les « non livres ». In Cain J., Escarpit R., Martin H.- J., Le livre français. Paris : Imprimerie nationale, p.319-331.
- Meyriat J., 1978. De l'écrit à l'information : la notion de document et la méthodologie de l'analyse de document. In Inforcom 78, Compiègne. [repris in] Couzinet V. (dir.), Rauzier Jean Michel (collab.) 2001. Jean Meyriat, théoricien et praticien de l'information-documentation. Paris : ADBS éditions, p. 113-125.
- Meyriat J., 1993. Un siècle de documentation la chose et le mot. Documentaliste-Sciences de l'information, vol. 30, n°4-5, p. 192-198.
- Meyriat Jean, 1981. Document, documentation, documentologie. Schéma et schématisation, n° 14 .[repris in] Couzinet V. (dir.), Rauzier J.- M. (collab.) 2001. Jean Meyriat, théoricien et praticien de l'information-documentation. Paris : ADBS éditions, p. 143-160.
- Nauroy Dominique, 2005. L'échec du livre électronique de Cytale au prisme du processus de traduction. Thèse de doctorat nouveau régime en sciences de l'information et de la communication, Université de Metz, 436 p.
- ReigCruañes José, 2005. Para una teoría informativa del documento : extensión y aplicabilidad del concepto. Revista interamericana de bibliotecología, vol. 28, n°1, Janv-juin, p. 13-42.
- Salaün Jean-Michel, 2012. Vu, lu, su : les architectes de l'information face à l'oligopole du Web. Paris : la Découverte, 150 p.
- Torres Simone, Barcellos Almeida Mauricio, 2013. O conceito de documento na ciência da informação e arquivologia. In XIII Encontronacional de Pesquisa en Ciênciia da informação (ENANCIB 2013), consulté le 25/08/2014.

O esquema e as formas simbólicas: uma “arqueologia filosófica” do esquema no pensamento bibliológico

Le schéma et les formes symboliques: une “archéologie philosophique” de schéma dans la pensée bibliologique

Scheme and symbolic forms: a “philosophical archeology” of the schema in bibliológico thought

Gustavo Silva Saldanha

Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação – PPGCI-IBICT – UFRJ
Programa de Pós-graduação em Biblioteconomia – PPGB - UNIRIO

Resumo

A proposta deste trabalho é apontar os indícios de uma espécie de “arqueologia filosófica” do “esquema” naquela que hoje se impõe como filosofia da informação. A reflexão é parte de duas direções complementares: a) uma abordagem da-para linguagem como pressuposto para a reflexão filosófica dos estudos informacionais; b) uma espécie daquilo que estamos tratando por “geografia conceitual”, ou seja, estudo das relações entre os intersujeitos e a fisicalidade de continentes e conteúdos documentais, bem como a dinâmica interna-externa de formações e movimentações de conceitos nos “solos” da produção do conhecimento de cada “comunidade intercognoscente” – em nosso caso, a epistemologia da Ciência da Informação e suas redes de interindivíduos. Um eixo central coexiste entre estas duas direções: uma “epistemologia histórica” confere à “abordagem da linguagem” e à “geoconceitualidade” sua condição sociocultural aberta e dinâmica. As conclusões apontam para a compreensão da profundidade

horizontal e vertical do conceito de “esquema” nos últimos dois séculos, entre o pensamento de Gabriel Peignot, Paul Otlet e Robert Estivals, bem como para a necessidade de ampliação das margens de demarcação dos fragmentos conceituais e suas dispersões.

Palavras-chave: Esquema. Formas simbólicas. Documento. Filosofia da Informação. Epistemologia da Ciência da Informação

Résumé

Le but de ce recherche est de montrer la preuve d'une sorte de «archéologie philosophique» du «schéma» dans ce qui est aujourd’hui s’appele «philosophie de l’information». La réflexion est partie de deux directions complémentaires: a) approche de la langage comme une condition préalable à la réflexion philosophique d’études d’information; b) une sorte de ce que nous avons affaire à «géographie conceptuelle», c'est à dire, l'étude des relations entre la interindividuelle et la physique des continents et des contenus documentaires, en plus de la dynamique interne-externe des formations des concepts dans le «sol» de production de connaissances de chaque «communauté discursif» - dans notre cas, l'épistémologie des sciences de l'information et la communication e de leur réseaux interindividuelle. Un axe central se trouve entre ces deux directions: une “épistémologie historique» donne le langage et l'approche de «geoconceptualité» sa condition socio-culturel ouvert et dynamique. Les résultats mettent en évidence la compréhension de la profondeur horizontale et verticale de la notion de «schéma» dans les deux derniers siècles, entre la pensée de Gabriel Peignot, Paul Otlet et Robert Estivals, ainsi que la nécessité d’élargir les marges de démarcation des concepts et leurs dispersions.

Mots-clés: Schéma. Formes symboliques. Document. Philosophie de l'information. Epistémologie des sciences de l'information e de la communication.

Abstract

The purpose of this paper is to show evidence of a kind of “philosophical archeology” of the “scheme” in what today stands as philosophy of information. Reflection is part of two complementary directions: a) an approach to language as a prerequisite for philosophical reflection of informational studies; b) a kind of what we’re dealing with “conceptual geography”, ie, study of the relations between the intersubject and the physicality of documentary continents and content, as well as internal-external dynamic formations and movement of the concepts in the “soil” of production of knowledge of each “discursive community” - in our case, the epistemology of information science and their interindividual networks. A central axis coexists between these two directions: a “historical epistemology” gives the language and approach to “geoconceptuality” its open and dynamic socio-cultural condition. The findings point to the understanding of the horizontal and vertical depth of the concept of “scheme” in the last two centuries, between the thought of Gabriel Peignot, Paul Otlet and Robert Estivals as well as the need to expand the margins of demarcation of concepts and their dispersions.

Keywords: Scheme. Symbolic forms. Document. Philosophy of Information. Epistemology of Information Science.

1. Introdução

A proposta deste trabalho é apontar os indícios de uma espécie de “arqueologia filosófica do esquema”, naquela que hoje se impõe como filosofia da informação. Imediatamente, coloca-se aqui a crítica à tradicional linhagem desta filosofia, radical no sentido de uma tecnocracia digital ou do cognitivismo “original”, em parte considerável de sua argumentação. O que tratamos aqui por filosofia da informação pode, sob o desdobramento do pensamento frohmanniano (FROHMANN, 2004), ser abordado por filosofia do documento ou, ainda, filosofia dos registros do conhecimento, ou, apenas, filosofia do livro, para respeitar do discurso do Oitocentos de Stéphane

Mallarmé (2010). O foco está na compreensão de um modo de pensar as práticas e os resultados das práticas de produção, preservação, organização, disseminação e apropriação de artefatos que co-fundem as ideias do saber e os seus registros. Este foco dialoga objetivamente com a tradição neodocumentalista dos últimos vinte anos, estruturada na “revisão” do pensamento de Paul Otlet e diretamente influenciada pelas noções de materialidade, institucionalidade e cultura.

A reflexão é parte de duas direções complementares dos projetos correntes: a) uma abordagem da-para linguagem como pressuposto para a reflexão filosófica dos estudos informacionais; b) uma espécie daquilo que estamos tratando por “geografia conceitual”, ou seja, estudo das relações entre os intersujeitos e a fiscalidade de continentes e conteúdos documentais, bem como a dinâmica interna-externa de formações e movimentações de conceitos nos “solos” da produção do conhecimento de cada “comunidade intercognoscente” – em nosso caso, a epistemologia da Ciência da Informação (CI) e sua comunidade. Um eixo central coexiste entre estas duas direções: uma “epistemologia histórica” confere à abordagem da linguagem e à “geoconceitualidade” sua condição sócio-cultural aberta.

O método é resultado dos processos de apropriação da metodologia filosófica do pensamento wittgensteiniano (WITTGENSTEIN, 1979, 1992a,b). Em outras palavras, trata-se de pensar a construção das “linguagens primitivas” dos domínios científicos ou apenas das comunidades de saberes e suas línguas de especialidade. Em um primeiro momento, a linguagem é tomada como modo de produção e expressão das “familiaridades” de cada grupo de indivíduos intercognoscentes, seja este grupo acadêmico ou não. Em um segundo momento, trata-se de daquilo que procuraremos determinar como uma espécie “geografia conceitual”: arte bibliográfica de compreender as movimentações conceituais de um domínio epistemológico, suas “esferas” (posições hierárquicas no tempo e no espaço), suas “dinâmicas” (deslocamentos e estagnações) e seus “sismos” (propa-

gações desde seu hipocentro até seus epicentros). As “esferas” são as “zonas” onde se avolumam e de onde se dispersam os fragmentos conceituais, aqui ou ali apropriados e elaborados como conceitos. Podem ser interpretadas a partir da posição de conceitos em livros, periódicos científicos, cartas e demais “registros” dos saberes de cada comunidade.

Os “sismos” respondem pelas “vibrações bruscas e passageiras” que demandam a análise dos hipo e epicentros. Os hipocentros, ou foco sísmico, ou regiões abissais interiores de onde se iniciam as rupturas de liberação de “energia”, representam os registros e/ou conceitos que inauguram o princípio de mutações epistêmicas no campo. Por sua vez, os epicentros, ou pontos na superfície terrestre que receberam e “dispensaram” as energias, representam os locus de dissipaçāo e reprodução das elaborações conceituais tecidas internamente.

O domínio, pois, do que tratamos por “epistemologia histórica” (que reúne a reflexão epistemológica a partir e sobre a linguagem e o estudo da “geografia conceitual”), responde, também, por um “garimpo” de métodos e abordagens na própria epistemologia do campo informacional. No presente caso, trata-se de identificar na Bibliografia e em seu “papel socioepistêmico”, elementos metodológicos de compreensão da realidade social. O conceito de “esquema” e seus fragmentos são o nosso foco aqui. Interessa-nos centralmente demarcar os hipocentros deste conceito, para compreender seu desdobramento futuro na construção da “terceira via bibliológica” na geração de Robert Estivals, na França de meados do século passado.

2. Achegas ao “esquema”: de Kant às formas simbólicas cassirerianas

O esquema pode ser tomado como um dos elementos abissais do pensamento informacional. Está presente como processo cognitivo e manifestação sociocultural nas práticas de classificação e em sua

apresentação – os esquemas de classificação propriamente ditos. Em Paul Otlet (1934, p. 222), a procura pela “linguagem esquemática” aponta para uma direção final de todo o projeto bibliológico: “L’art d’établir des schemes (la schematique) doit devenir une branche de la bibliologie: elle est, en tant que celle-ci la theorie de l’enregistrement et de l’exposé methodique des connaissances scientinque”. Tal procura integra diretamente o desenvolvimento de uma epistemologia da “Ciência da Informação”: a reflexão do campo, se reconhecida a partir de alguns discursos (parciais) que apontam para sua procura pela compreensão da produção do conhecimento científico em todos os níveis, encontra objetivamente a ideia otletiana de esquema. Procuraremos demonstrar como o esquema é um fragmento conceitual em diferentes contextos, tempos, espaços e modos de apropriação do pensamento informacional.

Na filosofia, teria sido Kant o responsável por abordar conceitualmente, em um primeiro momento, a ideia de “esquema”. A princípio, seu significado respondia por forma ou figura. No pensamento kantiano, o esquema representa um elemento intermediário entre as categorias e o dado sensível. Sua função seria a de eliminar a heterogeneidade dos dois elementos de síntese, sendo geral como a categoria e temporal como o conteúdo da experiência. Este esquema, compreendido em Kant como “esquema transcendental”, permite à imaginação criar a imagem de um conceito (discurso da “Crítica da Razão Pura”). Em geral, os esquemas são nada mais do que determinações do tempo e constituem fenômenos ou conceitos sensíveis de objetos de acordo com a categoria determinada. (ABBAGNANO, 2007, p. 416). Por sua vez, o “esquematismo” kantiano representa o comportamento intelectual por esquemas.

Para Japiassu e Marcondes (2006, p. 93) o esquema representa, na teoria do conhecimento kantiana, o elemento que permite a aplicação dos conceitos puros do entendimento (as categorias) à experiência, tratando-se portanto de um elemento mediador entre o entendimento

e a sensibilidade. Esta representação mediadora é o esquema transcendental. Trata-se de um produto da imaginação, embora não seja uma imagem. Em outras palavras,

Os conceitos puros do entendimento, em Kant, são heterogéneos das intuições e mais ainda das intuições sensíveis. Contudo, esses conceitos devem aplicar-se, de certo modo, aos fenómenos se os juízos formulados acerca deles tiverem de ter um carácter universal e necessário (isto é, conter um elemento a priori sem o qual não seria possível uma ciência da natureza). Estabelece-se assim aquilo a que Kant chamado problema da subsunção das intuições nos conceitos puros. Em suma, há que investigar como podem aplicar-se os conceitos puros do entendimento (categorias) à experiência. Kant assinala que deve haver um elemento que seja homogéneo, por um lado, da aparência, de modo que se torne possível a aplicação da primeira à segunda. Trata-se de um elemento mediador, de uma representação mediadora que seja, num aspecto, intelectual, e, num outro aspecto, sensível. Essa representação é o esquema transcendental. (FERRATER MORA, 1978, p. 92, grifo nosso)

Percebe-se, deste modo, que na visão kantiana o esquema é um produto da imaginação, mas não uma imagem. Trata-se de um conceito que responde pela ideia de um procedimento universal da imaginação que torna possível a imagem final do conceito. Por sua vez, a imagem já é um produto da faculdade empírica da chamada imaginação produtiva. (FERRATER MORA, 1978)

Enquanto ‘a imagem é um produto da faculdade empírica da imaginação reprodutiva’, o ‘esquema dos conceitos sensíveis, como das figuras no espaço, é um produto e, por assim dizer, um monograma da pura imaginação a priori’ por meio da qual se tornam possíveis as imagens. São exemplos de esquemas: o esquema da grandeza (quantidade, enquanto conceito do entendimento, é o número—

enquanto unidade devida ao engendramento do tempo no decurso da apreensão da intuição --; o esquema da substância é a permanência do real no tempo; o esquema da necessidade é a existência permanente de um objecto; o esquema da causalidade é a sucessão temporal do diverso de acordo com uma regra. (FERRATER MORA, 1978, p. 92, grifo nosso)

No neokantiano Cassirer (2011, p. 254), a ideia de esquema, a partir de Kant, tem um impacto objetivo na Filosofia. O esquema (como o “esquema do espaço”), permite à consciência “conquistar a possibilidade de uma nova orientação, obtendo uma direção específica da visão mental, por meio da qual todas as formas da realidade objetiva e objetivada são transformadas”. Deste modo, os “esquemas transcendentais”, que garantem a relação entre entendimento e sensibilidade, são determinações temporais a priori dadas através de regras. Por meio dos esquemas, a noção de ordem e o conceito genérico de tempo, por exemplo, são definidos. Há, no entanto, uma diferença clara entre “esquema” e “imagem”, uma vez que a imagem é produto de uma faculdade empírica da imaginação produtiva, enquanto o esquema de conceitos sensuais é um produto, ou ainda, um monograma da imaginação pura a priori, através do qual e de acordo com o qual as imagens inicialmente são possíveis. (p. 276)

Certamente, um fundamento em comum para essas antinomias e aporias parece se constituir do fato de que nem a metafísica nem a epistemologia observaram os rígidos limites demonstrados e impostos por Kant em sua distinção entre ‘imagem’ e ‘esquema’. Em vez de relacionar as imagens sensoriais ao ‘monograma da imaginação puramente sensorial’, elas sucumbiram repetidamente à tentação de querer ‘explicar’ a imaginação por meio de determinações puramente sensoriais. O que torna essa tentação ainda mais forte e ameaçadora é o fato de ela ser continuamente renovada e alimentada por um poder fundamental e positivo, ***o poder da língua.*** (CASSIRER, 2011, p. 277, grifo nosso)

Interessa-nos centralmente o pensamento cassireriano para perceber a relação entre as possíveis figurações do “esquema transcendental” e sua presença no pensamento bibliológico como “esquema cognitivo” e “esquema simbólico”, a partir do suposto “poder da língua”. Esta aproximação visa tanto “superar” o ponto de vista transcendente kantiano, como aproxima-se, sem integrar diretamente, a posição neokantiana de Ernst Cassirer, visando à compreensão do pensamento esquemático nos estudos informacionais.

Ernst Cassirer, em sua “Filosofia das formas simbólicas”, estabelece um modo distinto de compreensão do homem, a partir da linguagem. O filósofo alemão reconsidera as relações entre mito e filosofia, demonstrando como todas as práticas humanas são fruto de uma certa “formação simbólica”, imersa em “sistemas simbólicos” que já “prescrevem” “métodos e técnicas” de construção do conhecimento. Para o empreendimento, sua “filosofia das formas simbólicas”, é dividida em três livros. No primeiro, Cassirer (2001) debruça-se sobre a linguagem, buscando estabelecer seu conceito de “forma simbólica”. Destaca-se aqui a tentativa de verificar, à moda dos filósofos da linguagem, a presença do conceito central deste fazer filosófico, a própria “linguagem”, na elaboração do pensamento de cada filósofo partindo do idealismo grego e chegando até o desenvolvimento da linguística no século XIX. Chama a atenção o peso dado por Cassirer (2001, p. 387) à relação entre produção do conhecimento, simbolismo e linguagem.

Tecendo as análises para a (re)construção de uma filosofia do mito – principalmente, das relações perdidas entre filosofia e mito –, Cassirer (2011) avança para a argumentação mais densa e diretamente epistemológica de seu pensamento: no volume três da “filosofia das formas simbólicas”, o filósofo busca, segundo uma “fenomenologia do conhecimento”, demonstrar a vigência do conhecimento simbólico e suas formas de constituição do próprio pensamento. Aqui, “língua”, “mito” e “arte” são denominadas diretamente “formas simbólicas”, das quais derivam as demais (formações e formas simbólicas). A “filosofia das formas simbólicas”, devota de uma crítica à

teoria do conhecimento de base kantiana, não se volta para um olhar “exclusivamente e em primeiro plano para o domínio dos conceitos do mundo puramente científicos e exatos, mas para todas as direções do entendimento de mundo”. (CASSIRER, 2011, p. 29). Tal movimento nos sugere, aqui, a relação direta com a diversidade conceitual e pré-conceitual (re)elaborada permanentemente no escopo de uma comunidade acadêmica.

Concluída em julho de 1929, a “fenomenologia do conhecimento” de Cassirer (2011, p. 29) afirma que o ponto de vista filosófico aqui em questão “procura apreender esse entendimento em sua multiplicidade de formas, em sua totalidade e na distinção interna de suas manifestações”. Para o filósofo alemão, tal processo de “‘entender’ o mundo nunca se mostra como simples aceitação, como simples repetição de uma dada estrutura da realidade, mas contém em si uma atividade livre do intelecto.” (CASSIRER, 2011, p. 29). O desenho da abordagem da filosofia das formas simbólicas estabelece que o conhecimento simbólico permite um significado próprio para a apreensão do mundo dos objetos. Conhecer o caráter simbólico das “coisas”, inclusive dos “conceitos”, não estabelece um “conflito” com qualquer validade objetiva que se possa identificar. Ao contrário, na visão cassireriana, “constitui um fator dessa mesma validade e de sua fundamentação”. (CASSIRER, 2011, p. 44)

Resultado da síntese dos três volumes da “filosofia das formas simbólicas”, o livro “Ensaio sobre o Homem: introdução a uma filosofia da cultura humana”, tornou-se uma espécie de “índice” da teoria cassireriana do conhecimento. Aqui o filósofo alemão apresenta a replicada máxima de definição do homem como *animal symbolicum* e não *rationale*. Esta visão aponta para a crítica epistemológica idealista e racionalista, estabelecendo que o homem não vive apenas em um mundo físico, mas em um mundo substancialmente simbólico. Pressuposições anteriormente elaboradas são condensadas no “Ensaio”, como é o caso da crítica mitológica – “A racionalidade é

de fato um traço inerente a todas as atividades humanas. A própria mitologia não é uma massa grosseira de superstições e ilusões crassas. Não é meramente caótica, pois possui uma forma sistemática ou conceitual". (CASSIRER, 1994, p. 49). A ideia de que o homem é, por fundamento, uma espécie de ser simbólico nos permite abrir as margens para a compreensão da identificação do "esquema" como conceito abissal no campo informacional.

3. O esquema no pensamento bibliológico: "escavações" de raízes filosófico-empíricas

L'art de l'écriture et celui du dessin ont des rapports étroits. Par exemple: la miniature et l'ornementation médiévale. (OTLET, 1934, p. 58)

O conceito de esquema, como já antecipado, ocupa lugar "hipocêntrico", e se lança em "epicentros" em diferentes contextos dentro do campo informacional. Paul Otlet já alertava, em seu Traité (1934, p. 79), que existe a necessidade de constituição de uma linguagem esquemática comum, que consistiria na construção de uma expressão diagramática para exposição de toda e qualquer ideia ou consenso – o "esquema", ainda, como possibilidade de descoberta de algo novo dentro de um processo construtivo, seja como adição ou mesmo como modificação. A "esquemática" deveria, deste modo, se converter em um ramo da Bibliologia, representando a teoria do registro e da exposição metódica dos conhecimentos científicos. Este movimento tem importância direta tanto na constituição de um escopo científico de discussão (ESTIVALS, 2005), quanto um escopo artístico de criação (ESTIVALS, 2007).

No sentido de nossa "geografia conceitual", notamos como o processo de apropriação e discussão em torno do "esquema" se dá da passagem de Gabriel Peignot (um dos primeiros solos do discurso, es-

pécie de hipocentro de onde se multiplicam as determinações sobre o “esquema”), para uma vasta apropriação, dispersa objetivamente em Paul Otlet e constituidora de uma grande extensão geo-humana de produção do conhecimento a partir da geração de Robert Estivals, em meados do século XX que se seguem até os dias atuais.

Estivals (1981, p. 122) parte de Paul Otlet – em suas palavras, esquecido há algumas décadas –, afirmando que seu pensamento teórico ainda estava em aberto. De certo modo, enquanto um âmbito – o mundo anglófono substancialmente – se debruçava sobre o conceito de informação dentro da organização dos saberes, o mundo francófono (re)elaborava outros objetos. Para compreender os circuitos do escrito e do documento, Estivals (1981) recorre à análise marxista como também à perspectiva histórica. Seu foco está em demonstrar os sistemas dialeticamente contraditórios e complementares do escrito e do documento. No Grupo de Pesquisa francês, Estivals (1981) demarca duas visões de mundo: os bibliólogos tomam o escrito como produto da expressão da subjetividade humana, a partir de um sistema de signos ou escrita. A escrita se dá a partir de diferentes processos e pode também ser reproduzida. O documento para os bibliólogos é, por sua vez, “toda mensagem fixa manuscrita, impressa”. (ESTIVALS, 1981, p. 214)

Na visão da Documentação e da Informação, da qual participariam J. Meyriat e P. Albert, “um documento só existe como tal a partir do instante em que encontra um usuário. Antes disso, não é documento”. Mesmo um jornal, em si, na visão do documentalista, não é um documento. Seu “acontecimento” como documento só se dá a partir do uso efetivo realizado por um ser humano (este o procurou, o localizou, o usou). (ESTIVALS, 1981, p. 214)

Entre Documentação e Bibliologia haveria, pois, uma distinção. Documentação trabalharia com a relação de consumo e uso. Bibliologia trabalharia com a noção de criação. As discussões francesas, segundo

Estivals (1981, p. 214) levaram os bibliólogos a concordarem com a visão documentalista (ESTIVALS, 1981, p. 125). Esta contradição – Bibliologia x Documentologia – guarda, segundo Estivals (1981), concepções distintas no âmbito filosófico, apontando, uma, o domínio bibliológico, para uma visão essencialista, a outra, a esfera documentológica, para outra nominalista e pragmática.

No mundo bibliológico, o autor inscreve suas ideias num texto manuscrito que será eventualmente reproduzido. O conhecimento é inscrito através de signos escritos, num suporte. O texto passa a existir com seus fins de comunicação à distância, completando o discurso verbal – que se perde facilmente – e retém em si as ideias a transmitir. A melhor prova é que, conhecendo o mesmo código social, o receptor poderá decifrá-lo. Lembramos que existe, a partir daí, uma série de estudos que vão de Humboldt a Roubakine (psicologia bibliológica) sobre os processos de transmissão e decifração. Uma concepção como essa é essencialista: o conhecimento implícito no texto. P. Albert dirá que ele está ali memorizado. (ESTIVALS, 1981, p. 125, grifo nosso)

Por sua vez, na perspectiva da Documentação, o escrito pode ser preservado em instituições específicas – como bibliotecas e museus. Porém, sua existência só é dada na relação com um receptor que, no contato, extraí dali informação útil. Só há conhecimento no momento de uso. Para Estivals (1981, p. 126), “esta concepção é bastante nominalista no sentido da crítica medieval dos universalistas. Só existe conhecimento para si próprio”. As duas abordagens conduziriam a duas filosofias distintas: idealismo e pragmatismo respectivamente.

Estivals (1981) diferencia os circuitos do escrito e do documento. O escrito tem vida no ciclo da edição, correspondendo a uma indústria cultural distinta, figurando nas estatísticas nacionais como categoria independente, como indústria mecânica, siderurgia. Temos aqui, se-

gundo o autor, a originalidade de trabalhos como os de M.M. Miège e A. Mattelart. Segue-se de cá a projeção de categorias econômicas, como concepção, produção, distribuição e consumo. “Observamos, portanto, a especificidade do escrito, onde a noção de consumidor é transformada na de leitor, que não destrói o produto adquirido.” (ESTIVALS, 1981, p. 130)

Apesar das transformações relacionadas aos serviços especializados de documentação, a filosofia do livro de Estivals (1981) reconhece que, mesmo no mundo computadorizado, o escrito – principalmente o periódico – permanece preponderante como sendo informação para empresa. Deriva dos estudos bibliológicos de Estivals (1981) uma visão sobre a descrição esquemática do conhecimento, que permitiriam uma dinâmica mais ampla a estes serviços. Tanto Otlet (1934) quanto Briet (1951) já haviam atentado para o que a visão estivalista tratará de “esquematização”.

La description schématique ou iconographique des documents élargit de plus en plus son champ d'action. Les catalogues collectifs commencent à intéresser des aires géographiques qui rejoignent parfois les aires linguistiques. Certains ont atteint des proportions continentales. On peut prévoir qu'avec ou sans normalisation des notices, ou aura dans un temps qui ne sera pas très éloigné, la possibilité d'orienter internationalement les chercheurs de documents. Les annuaires internationaux et les guides spécialisés participent dès à présent à cette orientation mondiale. (BRIET, 1951, grifo nosso)

A esquematização vincula-se, em Otlet (1934, p. 429), à necessidade de condensar, abreviar e simplificar os saberes formulados pelo homem, fazendo com que os mesmos possam ser assimiláveis. Como diria Briet (1951), “Un schéma devenu classique parmi les documentalistes a rendu sensible aux yeux et à l'esprit les trois plans sur

lesquels se réalise peu à peu le *réseau international de la documentation*”. A visualização mediante o desenvolvimento de meios instrutivos de representação, principalmente os meios que o advogado belga chama de esquemáticos, representam parte do método de construção destes processos de facilitação da assimilação. O futuro bibliológico – e do homem – dependeria, na visão otletiana, de uma “ilustração mais geral”, a ser resolvida pelo “esquema”.

- **Schéma:** notas do esquematismo no pensamento de Paul Otlet

O “esquema” no pensamento de Paul Otlet (1934) aparece sob diferentes configurações. Em um primeiro momento, trata-se de um “elemento do livro”, entendido como sinônimo de diagrama e conceituado como “reprodução abstrata” (p. 46). Em segundo lugar, o “esquema” é tomado como um elemento gráfico e, mais especificamente, como um “signo”. Tomando o livro como expressão do pensamento através dos signos, o “esquema” trata-se de uma espécie de signo, assim como notações alfabeticas, signos convencionais, ideo-gramas. (p. 56). Otlet aproxima aqui o “signo esquema” do “tableau synoptique” e das “notações modernas da Química”.

Outra visão otletiana está em relacionar o “esquema” no contexto da procura pelas “notações universais” (línguas artificiais ao mesmo tempo dinâmicas e flexíveis, formais e práticas). Junto da classificação, este “esquema” traria uma contribuição sem precedentes para a ciência, como o caso dos desdobramentos do pensamento de Einstein. (p. 76). O “esquema” também está, em Paul Otlet (1934), no domínio da Ilustração do livro, ou seja, nas “imagens esquemáticas”, aproximadas no pensamento do autor dos “motivos decorativos”. (p. 76)

Ainda, o pensamento de Otlet (1934) nos traz as “imagens esquemáticas”: distintas das imagens que buscam a “representação real”,

como imagens físicas e concretas, existem aquelas que trazem “figuras ideológicas”, imagens intelectuais e abstratas. O advogado belga percebe a passagem das primeiras imagens para as segundas de forma imperceptível. (p. 78) As imagens esquemáticas compreendem os esquemas propriamente ditos, os gráficos e diagramas. (p. 79)

A arte de estabelecer esquemas é reconhecida por Paul Otlet (1934) como esquemática. Tratar-se-ia de um ramo científico da Bibliologia. Ela é, pois, a teoria da compreensão e da exposição (explicação) metódica dos conhecimentos científicos. (p. 79). Paul Otlet (1934) chama a atenção para uma “marcha progressiva” de construção de uma “língua esquemática comum” que consiste: a) encontrar uma expressão diagramática da exposição de todas as ideias; b) obter um acordo coletivo dos esquemas; c) fazer que o esquema coletivo indique um trabalho novo. (p. 79-80)

- ***Tableau:*** o esquema em Gabriel Peignot

O conceito de “esquema” não aparece no pensamento de Gabriel Peignot objetivamente. A ausência de explicitação do termo não necessariamente nos leva à negação ou à identificação de negligência conceitual. A noção *tableau* sustenta a argumentação peignotiana naquilo que, futuramente, no século seguinte, Paul Otlet e Robert Estivals considerará como “esquema”.

Por *tableau*, quadro ou descrição, compreendemos genericamente suporte (de escrita, como um quadro-negro, ou de qualquer objeto). O termo responde também por uma possível “tabela” (como tabela de avisos), obra pictórica, aquilo que está disponível para visualização. Outras acepções expandem o caráter genérico do *tableau* respondem pela ideia de descrição oral ou escrita e disposição gráfica de dados. No sentido editorial, o vocábulo responde pela ideia de composição com números ou textos através de colunas. Em um sentido contem-

porâneo, no vocabulário computacional, *tableau* responderá por um conjunto estruturado de informações organizadas sequencialmente na memória do computador, incluindo cada elemento que pode ser identificado pelo seu número de série ou índice. (LAROUSSE, 2014)

Se o termo “esquema” (*schéma*) e sua variação atentada por Estivals (*schéme*) não aparecem em Gabriel Peignot (1802a,b), em contrapartida, a noção aproximada de *tableau* se desdobra no discurso peignotiano nos dois volumes de seu *Dictionnaire raisonné de bibliologie*. A noção aparece em Peignot (1802a,b) desde a visão de organização das ideias (uma noção subjetiva do esquema), como na enunciação (apresentação descritiva) de ideias em algum suporte. Em seu verbete *caractere*, tipificado como verbo grego que indica esculpir, imprimir, gravar, futuramente conhecido como letra de um alfabeto, Peignot (1802a, p. 139) apresenta um *tableau approximatif* que trata da quantificação das letras (FIGURA 1).

Figura 1. Exemplo de aplicação do termo Tableau em Gabriel Peignot

C A R				143
<i>TABLEAU approximatif du nombre de lettres qui entrent dans la composition d'une feuille.</i>				
N O M S des CARACTÈRES.	N O M B R E de lettres à la ligne.	N O M B R E de lignes à la page.	N O M B R E de lettres à la feuille.	
Gros-romain.	37.	33.	9,768.	
Saint-augustin.	45.	39.	14,040.	
Cicer.	53.	40.	16,960.	
Petit-romain.	65.	58.	30,160.	
Gaillarde.	66.	59.	30,952.	
Petit-texte.	72.	64.	36,864.	

GRAND IN - QUARTO. Justification de 12 centimètres.

Gros-romain.	37.	33.	9,768.
Saint-augustin.	45.	39.	14,040.
Cicer.	53.	40.	16,960.
Petit-romain.	65.	58.	30,160.
Gaillarde.	66.	59.	30,952.
Petit-texte.	72.	64.	36,864.

FONTE: PEIGNOT, G. *Dictionnaire raisonné de bibliologie*, tomo I. Paris: Chez Villier, 1802a. P. 143.

O uso de Peignot (1802a,b) da noção é interessante para reconhe-

cer os potenciais de apropriação da ideia por trás do vocabulo. Por exemplo, existe na visão peignotiana a compreensão da facilidade de sintética e analítica que os “quadros” permitem. O princípio intelectual da comparação é objetivamente “qualificado” diante do potencial do tableau. Na discussão sobre o uso de caracteres, por exemplo, em Cícero, Peignot (1802a, p. 145) destaca que “tais questões” “peuvent être facilement résolues par ce tableau” (quadro de síntese de comparativa a partir de Cícero).

A ideia de tableau é usada também, em diferentes momentos na obra peignotiana (PEIGNOT, 1802a,b), para a identificação do processo abstrativo de reconhecimento e classificação das ciências. É o caso da menção a bibliotecário Louis-François Daire, que teria composto um tableau historique des sciences, belles-lettres et arts de la province de Picardie. (PEIGNOT, 1802a, p. 200). Esta noção, de tableau como processo e produto da classificação, aparece ao longo de toda a obra (seja na classificação das ciências, seja na classificação do tempo, das línguas, da história, etc.).

Figura 2. Fragmento de Tableau enquanto classificação em Gabriel

Peignot (1802a, p. 216)

216	D A T
<i>TABLEAU des époques et des ères chronologiques qui servent de fondement à l'histoire, et qui sont intéressantes pour la connaissance des dates, toujours à compter jusqu'à l'an 1800.</i>	
Ère de Brâma : les indiens s'imaginent que ce dieu naquit au commencement du premier âge du monde, c'est-à-dire, il y a . . . 15,115,220 ans.	2
Èpoque de la nature organisée, selon le système de Buffon, il y a juste.	38,873.
Èpoque de la création du monde ,	
{ texte hébreu.	5,744.
{ texte samaritain.	6,105.
{ les Septante.	7,070.
Ère des juifs, celle qu'ils suivent encore aujourd'hui.	5,615.
Èpoque du déluge de Noé suivant la Bible.	

Fonte: PEIGNOT, G. Dictionnaire raisonné de bibliologie, tomo I. Paris: Chez Villier, 1802a. p. 216.

Este processo (e produto) classificatório colocado sob a noção de tableau se multiplica no verbete *système bibliographique* (PEIGNOT, 1802b, p. 201). Aqui são apresentados o conjunto de “quadros” do conhecimento humano, ou seja, a “imagem” destas classificações; ao mesmo tempo, trata-se de apresentar a exposição do modo de construção destes “quadros”.

Outra aparição importante do vocábulo tableau em Peignot (1802a, p. 216) está na relação com o conceito de *tableau synoptique*. No verbete *Etymologiste*, discutindo as funções teórico-históricas do etimólogo, apresenta-se o destaque na necessidade de construção de um quadro sinótico ou espécie de alfabeto universal, com sons e letras simples que permitem esta formalização. A ideia do *tableau synoptique* termina por sustentar a proposta monumental da obra: reconhecer, organizar e classificar a Bibliologia, ou ciência geral do livro. Ao término da obra, como apêndice, Gabriel Peignot (1802a, p. 473) apresenta o *Tableau synoptique de Bibliologie ou apperçu méthodique de toutes les parties essentielles qui composent cette science*.

Figura 3. Fragmento do *Tableau synoptique de Bibliologie* de Gabriel Peignot (1802a, p. 473)

TABLEAU SYNOPTIQUE (1)
DE BIBLIOLOGIE,
OU
APPERÇU MÉTHODIQUE
DE TOUTES LES PARTIES ESSENTIELLES
QUI COMPOSENT CETTE SCIENCE.

- La BIBLIOLOGIE ou science des livres, renferme :
- 1^o. La GLOSSOLOGIE ou science des langues.
 - 2^o. La DIPLOMATIQUE ou science des écritures.
 - 3^o. La BIBLIOPHILIE ou composition des livres.
 - 4^o. La TYPOGRAPHIE ou science de l'imprimerie.
 - 5^o. La BIBLIOPOLIE ou science de la librairie.
 - 6^o. La BIBLIOGRAPHIE ou connaissance des livres.
 - 7^o. L'HISTOIRE-LITTÉRAIRE universelle.

Fonte: PEIGNOT, G. *Dictionnaire raisonné de bibliologie*, tomo I. Paris: Chez Villier, 1802a.

Este quadro (Figura 3), destaca Peignot (1802a, p. 473) em nota de rodapé ao tableau da Bibliologia, é resultado de um trabalho sinó-

tico detalhado: trata-se de uma profunda e metódica classificação das ciências bibliológicas, discriminadas em todas as suas partes. Nas palavras peignotianas, trata-se de definir uma verdadeira encyclopédia em um só tableau. Percebe-se aqui a relação entre método e resultado, entre abstração e apresentação, entre imaginação e imagem, presente na produção do pensamento peignotiano sobre a ideia de tableau, diretamente relacionado com o conceito de “esquema” em Paul Otlet (1934).

4. O esquema bibliológico e as formas simbólicas

Estivals (2000, p. 68) afirma que o termo synoptique responde diretamente por um adjetivo que acompanha o tableau ao longo da produção nocional nos estudos bibliológicos. Duas ideias estão reunidas nesta relação: o conceito de síntese e o conceito de visibilidade. O primeiro resulta de uma atividade intelectual, o outro de um processo da linguagem. Este último resulta nos conceitos gerais, palavras, planos ou categorias de esquemas linguísticos, ou apenas esquemas metatextuais.

O tableau é abordado por Estivals (2000, p. 70) como sinônimo de matriz (matrice) e indica-constitui uma representação ao mesmo tempo gráfica e simbólica de variações reconhecidas de uma ou mais categorias de fenômenos. Sua apresentação se dá de forma gráfica ou linear, em geral, lançada através de um retângulo ou de um quadrado. Esta visão descritiva, naturalmente, coloca a noção de tableau com uma tendência apenas “visual”. Mais especificamente, esta ideia nocional apontaria quase que unicamente para o uso da ideia de matriz como recurso metodológico para a descrição qualitativa e-ou quantitativa de determinados fenômenos. O resultado é a apresentação, por exemplo, de diagramas, organogramas, redes, esquemas gráficos.

No entanto, o jogo entre intelecto e linguagem é aquele que nos

parece mais relevante na construção do conceito de tableau desde o pensamento de Gabriel Peignot, até chegarmos ao conceito de esquema em Paul Otlet. No fundo, como o próprio pensamento estivaliano nos atenta, o processo de construção do tableau responde pelo e está no conjunto de processos analíticos com intuito de síntese. A representação gráfica de dados em quadros ou matrizes é apenas a consequência sensível deste processo.

A abordagem articulada e aprofundada do conceito de tableau nos chama a atenção para o uso do termo na origem do pensamento bibliológico a partir de Gabriel Peignot e nos convoca outra interpretação das aproximações entre linguagem e intelecção. Em outras palavras, sob a interpretação cassireriana das formações e formas simbólicas, acreditamos que o pressuposto cognitivista do “esquema bibliológico” tecido entre Peignot (1802a,b), Otlet (1934) e Estivals (2000) pode, antes, ser interpretado como processo de construção simbólica – nosso intuito seria verificar como a ideia, por exemplo de “arquétipo” no pensamento bibliológico (trazida por Robert Estivals (2000, p. 26) e correlacionada com Claude Levi-Strauss, Jean Piaget e C. G. Jung) demonstra a complexidade das relações entre mente e linguagem. Neste sentido, o tableau é antes, uma forma simbólica, que uma “entidade cognitiva pura”, quando tratamos de seu estado pré-representativo.

Esta relação nos interessa objetivamente pela aproximação realizada pelo pensamento de Ernst Cassirer entre mito, ciência e arte na tentativa de definição de uma “filosofia do homem”. Uma “arqueologia filosófica do esquema”, tendo como linhagem de aproximação a “filosofia das formas simbólicas” seria útil para demonstrar o impacto do conceito nos estudos bibliológicos e em toda a construção do pensamento dito “informacional” no contexto contemporâneo da epistemologia da Ciência da Informação.

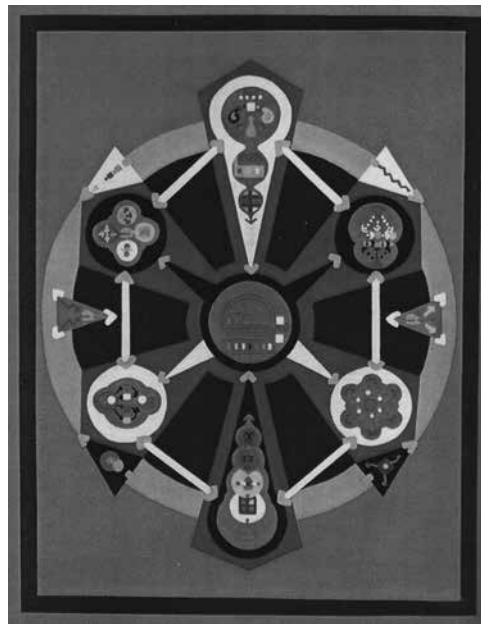
Mais especificamente, no que diz respeito à Bibliologia propriamente dita, ou seja, à ciência geral do livro, do documento e da comunicação escrita (e suas variações), entre Peignot-Otlet-Estivals,

compreendemos que o “esquema” revela um fragmento conceitual que reverbera aqui e ali, sob diferentes nomes, e tanto está na construção de uma visão enciclopedista de mundo, ausente das afirmações epistemológicas-padrão do fisicalismo, quanto na construção de um modo científico de definição do conhecimento, procura esta dos discursos de parte do que se chamou Documentação, Bibliologia, Biblioteconomia e Ciência da Informação no século XX.

A aproximação ao pensamento cassireriano nos permite, por exemplo, perceber a amplitude e a profundidade desta “arqueologia filosófica”: o “esquema” se insere nas duas direções epistemológicas acima apontadas no bojo da construção do “discurso de poder epistêmico” da Bibliologia. Mas também (e isto se torna elementar diante da “escavação” da noção aqui colocada em evidência) nos permite compreender como e porque o “esquema” tanto é fonte de edificação de uma “ciência”, como é semente para construção de um movimento artístico, a teoria estética do esquema, ou apenas a vanguarda artística do esquematismo, com influências, por exemplo, de Kandinsky e Malevitch.

A FIGURA 4 representa o quadro *La médaille ou La Bibliologie*, resultado do desenvolvimento artístico do conceito de schéma systématique.

Figura 4. *La médaille ou La Bibliologie*



Fonte: ESTIVALS, Robert. *Le schématisme*. Noyers-sur-serein (França): Société de Schématologie et de Bibliologie, 2002.

O que percebemos, até o momento, é que o “esquema” representa uma espécie de (antes de processo intelectivo e antes do construto – produto, matéria a posteriri - da linguagem) uma formação simbólica, fruto de intersubjetividades e resultante e resultado da arte e da ciência. Assim como nos permite pensar Cassirer (2011), estamos aqui identificando um elemento que nos permite compreender a multiplicidade de formas de um campo do conhecimento. Uma certa “atividade livre do intelecto”, que em nossa apropriação se aproxima de uma atividade intersubjetiva, resulta na construção de um vasto território de imagens, imaginações, feitos linguísticos e ações construtivas no mundo sócio-epistêmico. O “esquema”, neste sentido, representa uma unidade tanto para compreensão da epistemologia dos

estudos informacionais como a revisão de sua historiografia (seja de uma técnica informacional, seja da própria epistême).

5. Considerações finais

No que diz respeito estritamente ao esquema, falta-nos ainda um conjunto de diálogos teóricos e de aprofundamentos ao conceito em questão (bem como em suas dimensões distintas de apropriação e repercussão, como o caso de sua manifestação em tesauros, esquemas classificatórios em geral, etc). O diálogo com nomes oriundos da Antropologia e aqueles que, em certa medida, fundamentam o pensamento esquemático dos bibliólogos da geração de 1968, como Jung e Piaget, tendem a ampliar quanti e qualitativamente o discurso “arqueológico” sobre o conceito e seus fragmentos dentro da epistemologia da CI.

Precisamente na questão conceitual, ficou ausente aqui o debate com o conceito de “forma”, também elementar para a construção do conceito de “esquema”. Outra opção deste trabalho foi demarcar Gabriel Peignot e a explicitação de uma “ciência geral” em seu Dictionnaire como uma estaca para o início da “arqueologia filosófica”. A obra é, neste sentido, a “terra” da geoconceitualidade que buscamos descrever. Especificamente neste “solo”, uma pauta central de análise não pode ser desenvolvida aqui: o estudo do conceito de table ou tablete, tomado por Peignot (1802b) como um verbete singular de sua obra. Aqui, podemos encontrar desde a significação que responde pela “matéria” e pelo “suporte” àquela que atenta para a “forma” do conteúdo e sua disposição dos elementos. É reconhecido, porém, que este fragmento e tantos outros podem (e devem) ser recuperados em extensões entre hipocentro e hipercentros conceituais mais extremas: por exemplo, buscar em Alexandria os usos sinópticos, tanto intelectuais quanto imagéticos, para compreender tal “ancestralidade”, ou simplesmente, a arkhé da “cosmologia simbólica” do “esquema”.

Mais especificamente, a racionalidade simbólica provavelmente estaria, dentro do Helenismo, na apropriação do método e do pensamento bibliológico aristotélico: a aplicação de sua Retórica e de sua Poética, junto de suas práticas de categorização no mundo das práticas bibliológicas realizadas pela visão do estagirita, lançadas ao contexto da Biblioteca de Alexandria definiria, conforme as palavras de Christian Jacob (2008, p. 51), “uma nova relação de tempo e espaço”, a qual consideramos aqui estritamente simbólica (um simbolismo que perpassa e define todos os mecanismos de apreensão da realidade). É em uma peça específica, certamente, onde poderíamos encontrar a grande força hipocêntrica para uma das mais profundas incursões filosófico-arqueológicas: as tábulas do poeta e bibliotecário Calímaco compostas de 120 rolos que revelavam a passagem classificação topográfica para um princípio convencional de representação descritiva, ou catalogação – o dado princípio nada mais é do que a busca pelo universal (*kathólou* – universal, geral). Eis provavelmente, no Pinakes, o delírio simbólico da totalidade na síntese, abstrata e ao mesmo tempo impregnada como uma obra de arte em um continente seguro.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N. Dicionário de filosofia. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

CASSIRER, Ernst. A filosofia das formas simbólicas; Terceira parte: Fenomenologia do conhecimento. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BARATIN, M. Da biblioteca à gramática: o paradigma da acumulação. In: BARATIN, M.; JACOB, C. O Poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008. p. 227-233.

BRIET, S. Qu'est-ce que la documentation? Paris: Éditions Documentaires Industrielles et Técnicas, 1951.

- CASSIRER, Ernst. Ensaio sobre o homem: introdução a uma filosofia da cultura humana. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- CASSIRER, Ernst. A filosofia das formas simbólicas; Segunda Parte: O pensamento mítico. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- CASSIRER, Ernst. A filosofia das formas simbólicas; Primeira parte: A linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- ESTIVALS, Robert. Theorie lexicale de la schematisation. Schéma et schématisation: revue de schématologie et de bibliologie, n. 52, p. 5-72, 2000.
- ESTIVALS, Robert. Le schématisme. Noyers-sur-serein (França): Société de Schématologie et de Bibliologie, 2002.
- ESTIVALS, Robert. Le signisme: l'histoire du schématisme I. Paris: L'Harmatan, 2005.
- ESTIVALS, Robert. Les écoles du schématisme et de la schématologie: l'histoire du schématisme II. Paris: L'Harmatan, 2007.
- ESTIVALS, R. A Dialética contraditória e complementar do escrito e do documento. R. Esc. Bibliotecon. UFMG, Belo Horizonte, v. 10, n. 2, p. 121-152, set. 1981.
- _____. História de la bibliología. Item: Revista de Biblioteconomia i Documentació, Barcelona, n. 11, p. 25-41, 1992.
- JAPIASSU, H.; MARCONDES, D. Dicionário básico de filosofia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- FROHMAN, B. Documentation redux: prolegomenon to (another) philosophy of information. Library Trends, v. 52, n. 3, p. 387-407, win. 2004.
- FROHMAN, B. Reference, representation, and the materiality of documents. In: COLÓQUIO CIENTÍFICO INTERNACIONAL DA REDE MUSSI. 2011. Anais... Toulouse: Université de Toulouse 3, 2011.
- _____. Revisiting “what is a document?” Journal of documentation, v. 65, n. 2, p. 291-303, 2009.
- JACOB, C. Ler para escrever: navegações alexandrinas. In:

BARATIN, M.; JACOB, C. O Poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008. p. 45-73.

LAROUSSE. Dictionnaires de français Larousse. Disponível em: <<http://www.larousse.fr/dictionnaires/francais>>. Acesso em: 10 ago. 2014.

MALLARMÉ, S. Divagações. Florianópolis: Ed. da EFSC, 2010.

OTLET, P. Letter from Paul Otlet, 24 march 1895. In: VANN, S.K. Melvil Dewey: his enduring presence in Librarianship. Littleton (Colorado): Libraries Unlimited, 1978a. p. 189.

_____. L'organisation des travaux scientifiques. In: ASSOCIATION FRANÇAISE POUR L'AVANCEMENT DES SCIENCES. Conférences faites en 1919-1921. Paris: Association Française pour L'Avancement des Sciences, 1919. p. 13-50. Conferência proferida em 23 de fevereiro de 1919.

_____. Traité de documentatation: le livre sur le livre: théorie et pratique. Bruxelas: Editiones Mundaneum, 1934.

PEIGNOT, G. Dictionnaire raisonné de bibliologie, tomo I. Paris: Chez Villier, 1802a.

_____. Dictionnaire raisonné de bibliologie, tomo II. Paris: Chez Villier, 1802b.

SALDANHA, Gustavo S. Uma filosofia da Ciência da Informação: linguagem, organização dos saberes e transgramáticas. Tese – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT); Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC); Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, 2012.

WITTGENSTEIN, L. Culture and value. Oxford: Blackweall, 1980.

_____. Da certeza. Lisboa: ed. 70, 1990.

_____. Investigações Filosóficas. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

_____. O Livro azul. Lisboa: Ed.70, 1992a.

- _____. *O Livro castanho*. Rio de Janeiro: Edições 70, 1992b.
- _____. *Observações filosóficas*. São Paulo: Loyola, 2005.
- _____. *Tractatus logico-philosophicus*. São Paulo: Ed. Nacional; Edusp, 1968.
- _____. *Tratado Lógico Filosófico; Investigações filosóficas*. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

Mesa Redonda / Table Ronde :
Documento e Ciência / Document et Science

**Enseigner la notion de document par
attribution : le cas de « l'herbier » en lycée
agricole**

**Ensinar a noção de documento por atribuição: o caso
do herbário em liceu agrícola francês**

**Teaching the concept of document by allocation: the
“herbarium” case in agricultural high schools**

Cécile Gardiès

Maître de conférences (HDR) en Sciences de l'information et de la communication
Université de Toulouse, ENFA, UMR EFTS (MA 122)

Résumé

Alors que les accès à l'information sont généralisés, la prise de conscience d'une nécessaire culture de l'information s'est traduite, dans l'enseignement agricole français, par un enseignement conceptuel et pratique de l'information-documentation parmi lequel figure le concept de document. La distinction entre « document par intention », du côté du producteur, et « document par attribution », du côté du récepteur posée par J. Meyriat (1981) a constitué une étape importante dans l'appréhension de ce concept d'un point de vue théorique. Cependant les professeurs-documentalistes éprouvent des difficultés pour l'enseigner. Pourtant appréhender le document du point de vue de l'usage, en donnant à voir sa complexité au travers de son rapport à une information activée par le récepteur, contribue à mieux apprendre à partir de l'information. A l'aide, à la fois, d'un éclairage théorique sur les concepts de « document » et de « culture de l'information », puis de l'analyse de résultats d'un recueil de données effectué lors d'une séance de formation au « document par attribution » dans l'enseignement agricole, il s'agit de comprendre en quoi cet enseignement, peut contribuer à la construction d'une culture de l'information.

pour les élèves. La recherche s'appuie sur l'exemple de l'herbier.

Mots-clés : Document, usage, herbier, apprentissage, culture de l'information, enseignement agricole

Resumo

À medida que os acessos à informação se generalizam, a tomada de consciência de uma necessária cultura de informação é traduzida, no ensino agrícola francês, por um ensino conceitual e prático da informação-documentação na qual figura o conceito de documento. A distinção entre “documento por intenção”, do lado do produtor, e “documento por atribuição”, do lado do receptor, colocada por J. Meyriat (1981) constituiu uma etapa importante na apreensão deste conceito do ponto de vista teórico. Entretanto, os professores-documentalistas tiveram dificuldades para ensiná-la. No entanto, apreender o documento do ponto de vista do uso, evidenciando sua complexidade através de sua relação com uma informação ativada pelo receptor, contribui para melhor aprender a partir da informação.

Com a ajuda simultânea de uma clarificação teórica sobre os conceitos de “documento” e de “cultura da informação”, após a análise de resultados de uma coleta de dados efetuada numa reunião de formação em “documento por atribuição” no ensino agrícola, trata-se de compreender em que este ensino pode contribuir para a construção de uma cultura da informação para os alunos. A pesquisa se apoia no exemplo do herbário.

Palavras-chave: Documento, uso, herbário, aprendizagem, cultura da informação, ensino agrícola francês

Abstract

While accesses to information have become generalized, awareness of the necessity of information literacy translated, in the French agricultural education system, into a both conceptual and practical teaching of information-documentation which includes the concept of document. The distinction between “document by intent” on the producer side, and “do-

cument by allocation” on the receiver side, defined by J.Meyriat (1981), marked an important mile stone in the understanding of the concept from a theoretical stand point. Never the less, scholar librarians are experiencing issues teaching it. Yet, approaching the document from the perspective of its purpose, enabling the vision of its complexity through its relation to information activated by the receiver, allows better learning from the information. Using both a theoretical approach based on the concepts of document and information literacy and the analysis of data collected during a training session on “document by allocation “in agricultural education, it is to understand how teaching the concept of document can contribute to building students’ information literacy. This research uses the example of the “herbarium”.

Key words: Document, Use, Herbarium, Learning, Information literacy, Agricultural education

1. Introduction

La culture de l’information, préconisée au niveau mondial pour tous les jeunes qui sont confrontés à une abondance et à une facilité d’accès à l’information dans toutes les sphères de la vie sociale et scolaire, passe en France dans le système éducatif agricole par un enseignement formel dans la discipline information-documentation dont les professeurs-documentalistes ont la charge. Ce programme de formation prescrit un enseignement de la notion de document dans lequel apparaît la partition « document par intention et document par attribution » telle que posée par Jean Meyriat en 1981. Ce dernier a, en effet, défini le « document par intention » comme ayant des fonctions principales et des fonctions subordonnées qui sont à prendre en compte pour interpréter correctement l’information transmise. Document « désigne toujours «un objet qui supporte de l’information, qui sert à la communiquer, et qui est durable (la communication peut donc être répétée)» (meyriat, 1981), la conjonction de la dimension matérielle -le support- et de la dimension conceptuelle -le contenu- sont

données comme inséparables. Le support n'est pas inerte, il a un rôle contrignant sur le contenu. Mais si l'émetteur a longtemps été considéré comme essentiel il devient secondaire par rapport au récepteur : «la volonté d'obtenir une information est donc un élément nécessaire pour qu'un objet soit considéré comme document, alors que la volonté de son créateur peut avoir été autre» (Meyriat, 1981). Le document par intention est donc fait pour communiquer une information par l'intention de son auteur. Par différence, le document par attribution désigne un objet qui devient document seulement et seulement si l'on y cherche une information. Certains documents peuvent être à la fois par intention et par attribution, c'est à dire supportant une information qui peut être identifiée comme telle par l'émetteur et par le récepteur. Ce sont ces documents qui sont les moyens de transport directs et efficaces de l'information, bien que « dans tous les cas c'est l'utilisateur, le récepteur du message qui fait le document » (Meyriat, 1981).

Ainsi la distinction entre document par intention, du côté du producteur, et par attribution, du côté du récepteur attire l'attention sur « le cadre social de l'information, sa dépendance par rapport à une visée et un usage, rendant plus lâche le lien qui paraissait l'unir à la seule catégorie du savoir » (Jeanneret, 2008). Or, cet élément définitoire du concept de document est souvent difficilement maîtrisé (Couzinet, Gardiès, 2009) par les professeurs en charge de l'enseigner, ce qui entraîne des difficultés de transposition didactique (Chevallard, 1991).

On peut alors se demander si aborder le document du point de vue de l'usage, en donnant à voir sa complexité dans son rapport à l'information, contribue à mieux apprendre de l'information. Comment l'apprentissage de la notion de document par attribution peut-elle permettre d'envisager différemment les processus de construction des connaissances par les élèves à partir d'un accès différent à l'information ? En quoi l'apprentissage de la notion de « document

par attribution » peut-elle contribuer à la construction d'une culture de l'information ?

D'un point de vue théorique, nous amènerons un éclairage du concept de document et de la notion de culture de l'information tels qu'ils sont étudiés en sciences de l'information et de la communication, et nous verrons comment à partir de ces éléments la transposition didactique du concept peut s'envisager pour arriver aux savoirs enseignés. D'un point de vue méthodologique, nous présenterons dans le contexte de l'enseignement agricole, l'enseignement de la notion de « document par attribution » qui fait l'objet d'expérimentations par les professeurs-documentalistes tant en formation initiale qu'en formation continue (Hervé, Gardiès, 2013). Celles-ci comprennent deux volets, un premier qui consiste à revenir sur les objets de savoir eux-mêmes d'un point de vue scientifique et didactique, un deuxième qui conçoit une ingénierie didactique qui est testée en situation ordinaire d'enseignement-apprentissage (Gardiès, Venturini, 2014). Nous analyserons les données recueillies à partir d'une séance d'enseignement de la notion « document par attribution » réalisée dans ce cadre. Il s'agira de comprendre les enjeux de cet enseignement au travers d'un exemple concret, celui de l'herbier dans la construction d'une culture de l'information.

2. Document, culture de l'information et transposition didactique

2.1. Le document du point de vue des Sciences de l'information et de la communication

Les fondements du concept de document rassemblent une dimension intellectuelle de relation et une dimension matérielle d'inscription auxquelles se rajoute une dimension sociale de construction (Gardiès, Venturini, 2014). Cet ensemble de dimensions définit le docu-

ment dans sa fonction informationnelle insérée dans des situations de communication qui donnent toute son importance aux émetteurs mais surtout aux récepteurs. En effet, le document est d'abord un objet, un support sur lequel est inscrit une information en vue d'être conservée et diffusée, « Un document a la capacité de représenter quelque chose qui lui est extérieur [...] toute représentation est partielle ; Elle ne représente pas toute la chose représentée » (Metzger, 2006), ce qui le situe dans une instance intentionnelle et qui l'insère dans une situation de communication asynchrone. Celle-ci donne une importance fondamentale à l'usage, c'est à dire à l'instance réceptrice.

C'est cette importance donnée à l'usage qui a permis de définir plusieurs types de document, le document par intention et le document par attribution. Ainsi, depuis « *l'unité support à l'unité informationnelle* » jusqu'aux liens entre le document, l'information et la communication, le document « est défini comme un objet faisant fonction de mémoire pour une instance réceptrice » (Meyriat, 1981). L'émetteur devient secondaire par rapport au récepteur et le document se situe dans un processus de communication allant de l'intention à l'attribution. On distingue ainsi des documents par intention où l'information est reçue dans le même sens que l'intention initiale de son auteur, et des documents par attribution où l'usager attribue un sens différent à l'information de celle de l'intention de l'auteur. Il est donc possible d'attribuer les caractéristiques documentaires à des objets non prévus au départ à cet effet. C'est en effet en partie le récepteur qui « crée » le document parce qu'il l'utilise ou comme le précise C. Courbières « l'objet documentaire dépend d'une stratégie destinée à le réaliser, cette stratégie, qui est double et symétrique, situe l'objet documentaire à deux moments différents : le moment de son intentionnalité et le moment de son utilisation » (Courbières, 2010). Le document est donc le « *résultat d'une double construction, à la fois produit par l'usage du destinataire qui le reconnaît en tant que vecteur de réponse et par les interrogations qui ont présidé à sa*

naissance » (Couzinet, Regimbeau, Courbières, 2001).

2.2. Culture de l'information et concept de document

Le terme « culture » marque l'appartenance à un groupe social, et recouvre l'ensemble des connaissances acquises (Juanals, 2003). À l'échelle de la société, elle représente un socle majoritairement partagé de connaissances, de pratiques et de comportements, elle correspond à l'ensemble des aspects intellectuels propres à une civilisation. Le développement sans précédent des technologies de l'information et de la communication a été concomitant avec l'évolution des pratiques de communication, mais « les supports et les circuits de la pensée ne peuvent être considérés comme des outils neutres » (Jeanneret, Soubret, Souchier, 2009), autrement dit on ne peut pas parler de société de l'information, de dispositifs médiatiques et techniques sans évoquer les enjeux humains de circulation de l'information permettant un partage des savoirs, et ceux de construction des connaissances rendus possibles par, entre autres, l'apprentissage d'une culture de l'information.

Si le document permet l'inscription de l'information, la volatilité actuelle supposée de l'information tend à laisser croire en l'absence de document, or le document ne disparaît pas avec les nouvelles formes de mise à disposition de l'information. On peut dire qu'il est parfois plus difficilement repérable et surtout qu'il ne sert plus obligatoirement de critère d'évaluation de la qualité de l'information (comme l'était le livre et sa chaîne éditoriale par exemple). Dans le cas du document par attribution, il est encore plus nécessaire de repérer, connaître et comprendre les liens entre l'information et son support.

Il nous paraît donc pertinent d'avancer l'idée que la connaissance autour de la notion de « document par attribution » peut contribuer à la culture de l'information car comprendre le rôle du récepteur

permet de comprendre les multiples utilisations et réutilisations qui peuvent être faites à partir d'un même document, en effet « *ce rôle actif du récepteur peut également modifier dans le temps la fonction informative d'un même objet* » (Meyriat, 1981). Il est donc primordial de comprendre que « *la capacité informative d'un document n'est jamais épuisée par les utilisations déjà réalisées d'informations qu'il contient* » (Meyriat, 1981). Ces propriétés qui peuvent être simultanées sont valables pour tous les types de documents mais on peut distinguer des fonctions principales (conformes aux vœux de l'émetteur) et des fonctions subordonnées (activées par le récepteur) ce qui affecte la nature et la valeur de l'information transmise.

Apprendre que le « document n'est pas un donné mais le produit d'une volonté, celle d'informer ou de s'informer, la seconde au moins étant toujours nécessaire » (Meyriat, 1981) nous paraît ainsi pouvoir contribuer à élaborer un regard critique et averti sur l'information, ses supports et leur transmission. Cet apprentissage nécessite une réflexion en amont sur la manière dont ce savoir est apprêté pour être enseigné, c'est ce que Chevallard appelle la transposition didactique.

2.3. Transposition didactique

Le système didactique est l'ensemble des relations qui s'établissent entre trois composantes, l'enseignant, l'apprenant et le savoir, dans le cadre d'une situation d'enseignement. Ainsi, l'étude du savoir au sein du système didactique ne doit-elle pas se limiter à l'observable, le savoir enseigné, mais se situer également par rapport au savoir savant issu des disciplines scientifiques, forcément différents puisque n'ayant pas subi les contraintes d'enseignabilité. Ces contraintes d'enseignabilité sont au nombre de cinq pour qu'un savoir soit enseignable (Verret, 1975) : la

désyncrétisation du savoir qui est la division de la pratique théorique en champs de savoirs délimités donnant lieu à des pratiques d'apprentissage spécialisé ; La dépersonnalisation du savoir qui est la séparation du savoir et de la personne qui enseigne, ainsi elle légitime le savoir enseigné en le dissociant des savoirs personnels ; La programmabilité de l'acquisition du savoir correspond à la programmation des apprentissages et des contrôles suivant des séquences raisonnées permettant une acquisition progressive des expertises ; La publicité du savoir donne une définition explicite en compréhension et en extension du savoir à transmettre ; Le contrôle social renvoie à l'évaluation des apprentissages suivant des procédures de vérification autorisant la certification des expertises. Ces critères d'enseignabilité du savoir sont nécessaires pour que puisse se mettre en place une transposition didactique.

La transposition didactique est un phénomène dynamique qui a pour objet la transformation des savoirs (Chevallard, 1991). Trois types de savoirs sont ainsi mis au jour, le savoir savant ; le savoir à enseigner, tel qu'il apparaît dans les manuels, les textes, etc... et le savoir enseigné, adaptation par l'enseignant du savoir à enseigner. La transposition didactique comporte ainsi deux processus, d'une part la transposition didactique externe, passage du savoir savant au savoir à enseigner et la transposition didactique interne, transformation du savoir à enseigner au savoir enseigné.

Le savoir enseigné doit être suffisamment proche du savoir savant qui le légitime et suffisamment éloigné du savoir « commun » (celui notamment des parents) pour être valorisé et reconnu utile (Chevallard 1994).

3. Choix méthodologique et résultats

3.1. Approche qualitative et contexte de recueil des données

Nous avons choisi ici une approche qualitative pour analyser une action didactique située, c'est à dire une étude ascendante de la transposition didactique qui permet d'appréhender la stratégie du professeur par rapport à des enjeux de savoir. Nous proposons d'observer les pratiques enseignantes portant sur le concept de « document par attribution » en prise avec l'activité d'apprentissage. Nous nous centrons particulièrement sur le milieu didactique construit. En effet, dans un « système stratégique disponible » (Sensevy, 2011), on trouve le contrat didactique et un environnement, le milieu didactique. Si le contrat didactique se définit comme un « *ensemble des comportements (spécifiques) du maître qui sont attendus de l'élève et l'ensemble des comportements (spécifiques) de l'élève qui sont attendus du maître* » (Brousseau, 2003), le milieu didactique lui, concerne les aspects matériels et communicationnels de la situation didactique, auxquels les acteurs donnent du sens en rapport avec les savoirs en jeu, c'est à dire « tout ce qui agit sur l'élève [et le professeur] et ou ce sur quoi l'élève agit [et le professeur agit] » (Brousseau, 2003).

Nous postulons que cette analyse peut être menée dans un premier temps à partir des traces du milieu didactique et du contrat que l'on retrouve dans les documents préparatoires à la séance d'enseignement et d'autre part à partir d'un entre-

tien semi-directif post séance mené avec l'enseignante. Il s'agit d'une première étape exploratoire qui demandera à être prolongée.

3.2. Présentation de la séance pédagogique

La séance étudiée est une séance de 2h pour une classe de BTS12 en lycée agricole forestier. Le référentiel de formation du brevet de technicien supérieur, module M22, Ministère de l'agriculture, de l'agroalimentaire et de la forêt¹³ précise le savoir à enseigner de la manière suivante : « réaliser une typologie du document (primaire, secondaire, par intention et par attribution) » en l'orientant de manière à ce qu'elle permette de « répondre à un besoin d'information culturel ou professionnel ». Ces prescriptions, dont nous ne présentons ici qu'un extrait, répondent aux critères d'enseignabilité du savoir tels que définis par Verret et cités plus haut (désynchronisation, programmabilité, dépersonnalisation, publicité et contrôle social).

L'objectif de la séance présentée est ainsi défini par l'enseignante : « savoir définir la notion de document ». Elle se situe après plusieurs séances portant sur l'information. L'enseignante a rédigé un texte de savoir à enseigner que nous reproduisons ci-dessous :

« Le mot « document » vient du latin documentum qui signifie « ce qui sert à instruire ». Au cours de l'histoire, ce concept a évolué. Au départ, uniquement associé à l'objet livre, il a été considéré ensuite que tout peut être document, à

12 BTS : brevet de technicien supérieur

13 Consultable sur: http://www.chlorofil.fr/index.php?eID=tx_nawsecuredl&u=0&file=fileadmin/user_upload/diplomes/ref/bacpro/DA-modules-generaux/bacpro-DA-MG1.pdf&t=1400446976&hash=a5d6d40ae373be44ac80b2c00c2ab-0d5e9c687fc

partir du moment où il est support (extensivité). Le document est donc un objet support d'information (inscription), qui peut être utilisé, classé et manipulé (nature), ce qui lui permet d'être réinterrogé en d'autres temps (durabilité) et en d'autres lieux (synchronie). Il peut servir de mémoire, de preuve, de transmission des connaissances (fonction). Le document doit être compris dans une relation de communication à quatre : auteur (contexte d'élaboration et intention), discours, support et lecteur (réception). Le lecteur joue un rôle crucial. Le document reste « support dormant », si l'information qu'il contient n'est pas utilisée. A l'inverse, par son usage, le lecteur active le support en document et ce, même si son interprétation peut différer des intentions de l'auteur ».

L'enseignante distribue deux objets :

- un vieux timbre sur le millionième hectare reboisé :



- et un livre sur le reboisement.

Les questions et consignes posées aux élèves sont les suivantes :
« Ces 2 objets sont-ils des documents ? Justifiez votre réponse »

Un apport sur la notion de document est tout d'abord proposé en référence au texte de savoir et en insistant sur la notion de « document par attribution ».

Ensuite l'enseignante distribue des photocopies représentant différents objets :



Avec comme question : « *ces objets sont-ils des documents selon la définition donnée ?* »

3.3. Résultats

Après la réalisation de la séance, et suite à l'entretien post séance avec l'enseignante, nous avons pu relever un certain nombre de traces de la situation d'enseignement-apprentissage. Ainsi l'enseignante dit que lors de la réalisation de la séance, “*la feuille d'arbre a donné lieu à débat car beaucoup d'élèves ont dit que ce n'était pas un document car il n'y avait pas d'inscription (dans le sens inscription écrite).*

D'autres ont tout de suite dit que c'était un document, car les feuilles sont un moyen d'identification des arbres. Je leur ai expliqué, qu'à partir du moment où il cherchait une information sur cet objet (reconnaissance des arbres), la feuille devenait document par attribution. Et j'ai repris l'exemple du timbre que l'on avait vu juste avant.

Les élèves ont ensuite créé des herbiers. “*L'herbier, a été constitué en collant des feuilles ou des rameaux d'arbres avec pour chacun(e) le nom latin et commun et le lieu où ils avaient collecté les feuilles*”. Il s’agissait là de montrer qu’un objet peut devenir un document et subir un traitement documentaire visant la conservation de l’information inscrite (et non écrite, distinction faite par J.Meyriat en 1981) et sa transmission. L’enseignante souligne qu’un lien a pu être fait entre l’exemple de la feuille en tant que document par attribution à partir du moment où un récepteur y cherche une information et l’herbier qui constitue un objet composite, une représentation, mais aussi un support d’informations diverses, les unes cherchant à informer, les autres pouvant permettre de s’informer.

L’enseignante propose également un parallèle entre l’herbier vu comme document par attribution et la typologie plus professionnelle de document primaire et document secondaire, mais qui permet d’envisager ce document par attribution comme objet d’étude, ce qui est une de ces caractéristiques. En effet, « Les choses matérielles elles-mêmes (objets) peuvent être tenues pour documents lorsqu’elles sont érigées comme éléments sensibles, directs d’études, ou de preuves d’une démonstration. » (Otlet, 1934).

L’enseignante précise : “*J'ai ajouté qu'ils ont créé un document secondaire en faisant l'herbier. Mais pour la personne qui consulte un herbier au centre de documentation et d'information, l'herbier est un document primaire*”. Ainsi l’enseignante utilise l’exemple de l’herbier comme document par attribution et document primaire pour

l'usager potentiel, et document par intention (construit à partir de feuilles qui sont des documents par attribution) et document secondaire pour les concepteurs.

4. Discussion

4.1. Maîtriser et enseigner la notion de document ?

Les résultats, bien que partiels par rapport à la situation globale d'enseignement-apprentissage, montrent d'une part l'importance du texte de savoir à enseigner rédigé par l'enseignante qui guide la séance et qui sert à matérialiser le passage du savoir savant aux savoirs à enseigner puisque les programmes de formation des élèves restent assez floues (Gardiès, 2012). La rédaction d'un texte de savoir, a également permis à l'enseignante de faire un retour sur les savoirs savants de manière à les « traduire » sans que la distance ne soit trop grande avec les savoirs de référence.

D'autre part, si l'objectif est, ici, de mettre l'accent sur « document par attribution », on voit que cette catégorisation proposée par Meyriat pour expliciter le rôle primordial de la réception dans la détermination de ce qui “fait” document peut percuter d'autres typologies plus couramment admises notamment chez les professionnels de l'information. Ceci nous paraît être révélateur d'un problème récurrent chez les professeurs-documentalistes, celui de la référence des savoirs à enseigner. Elle s'appuie cependant sur la définition de Briet pour qui le document est « *toute base de connaissance fixée matériellement et susceptible d'être utilisée pour consultation, étude ou preuve [...] tout indice concret ou symbolique, conservé ou enregistré, aux fins de représenter, de reconstituer ou de prouver un phénomène ou physique ou intellectuel* » (Briet, 1951).

Le milieu didactique, au vu des traces collectées, semble permettre des transactions à propos du savoir, puisque les élèves engagent une confrontation de points de vue en mobilisant des éléments de carac-

térisation du document par attribution, notamment le signe et le support, rejoignant ainsi une des premières définitions posées par Otlet : « le plus petit document c'est une inscription [...]. C'est même moins, c'est le signe que le boy-scout trace à la craie sur les arbres ou les rochers [...] la carte de visite. [...] le timbre poste [...] les petites étiquettes » (Otlet, 1934). Les élèves passent ainsi d'un point de vue commun, du quotidien sur le document à un point de vue plus scientifique (élargissement de la notion d'inscription de l'information sur un support, non synchronie).

4.2. L'herbier un exemple de didactisation de la notion de document par attribution ?

L'enseignante propose dans cette séance pédagogique une variété d'objets potentiellement supports d'information permettant de vérifier la définition de document. Parmi ces objets certains ne sont pas reconnus a priori comme documents, c'est le cas de la feuille d'arbre. Pourtant les élèves in fine caractérisent cet objet comme document puisque pour eux, élèves en lycée agricole forestier, la feuille porte des informations qui leur sont utiles. Au-delà, en faisant le lien entre la feuille seule et la feuille insérée dans l'herbier qu'ils ont réalisé ensuite, la démarche inclut la notion “d'objet d'étude” que Otlet avait précisé dans sa définition du document. Ainsi, la feuille est un document par attribution et l'herbier devient, pour les élèves qui l'ont réalisé, un document par intention qui à ce titre est inclus dans le catalogue du centre de documentation.

Cette démarche de manipulation d'objets pour en faire des documents montre ainsi aux élèves les multiples utilisations possibles de l'information à partir d'un même document. Ceci permet de relativiser l'idée que le document, en tant que tel, peut être à lui seul un critère d'évaluation de la qualité de l'information.

4.3. Apprendre sur le document : contribution à la culture de l'information ?

Ce qui nous paraît intéressant dans ces résultats c'est la manière dont l'inscription de l'information et le support sont éprouvés, à la fois distincts et associés dans le document de par la solidarité lexico-sémantique entre document et information. Il est en effet difficile, voire impossible, de concevoir une information détachée de sa condition matérielle d'expression, ce qui dans le cas de l'herbier apparaît de manière flagrante, car au-delà de la non séparation du contenu et du support, le support constraint le contenu comme l'énonçait Meyriat (1981). « Le document, c'est un support utilisé d'une façon particulière, qui n'est pas seulement définie par des caractéristiques matérielles, mais par des formes d'expression et des usages culturels. C'est-à-dire qu'il n'y a pas de document sans support, mais aussi que le support n'est pas lui-même un document » (Jeanneret, 2000).

En apprenant le rôle primordial de la réception dans l'appréhension du concept de document au travers de l'exemple de la feuille d'arbre et de l'herbier, il nous semble que les élèves pourront, en conscience, élargir leurs recherches d'information à tous types de documents. Par ailleurs, être capable de poser un regard critique sur l'information c'est aussi prendre en compte le document dans sa complexité. L'approche didactique du concept de document, en introduisant une transposition des savoirs savants vers les savoirs à enseigner autorise cette prise en compte. Reste que c'est bien le milieu didactique associé au contrat didactique (légitimée par la transposition didactique interne), qui permet cet engagement dans l'apprentissage au travers de transactions sur les enjeux de savoir. La construction d'une culture de l'information s'appuie ici sur un savoir spécifique sur le document issu des sciences de l'information et de la communication.

Conclusion

Enseigner la notion de « document par attribution » implique de mobiliser, d'une part, une approche conceptuelle du document tel qu'abordé en SIC, c'est à dire de l'envisager comme combinant un objet supportant de l'information et développant des dimensions matérielles, intellectuelles et sociales et, d'autre part, didactique puisque, en effet, passer des savoirs savants aux savoirs à enseigner engage un processus de transposition. A partir de ce cadre, l'analyse d'une séance pédagogique portant sur l'enseignement de la notion de « document par attribution » à partir de l'exemple de l'herbier, a permis de mettre au jour comment, à travers le milieu didactique, l'enseignante aborde cette notion. Les résultats montrent l'importance du texte de savoir à enseigner. Il permet, dans la séance, des transactions sur les enjeux de savoir contribuant à la construction d'une culture de l'information chez les élèves. Ici l'apprentissage de la notion de « document par attribution » (la feuille d'arbre) permet de caractériser le document à réception et autorise la distinction s'informer/informer par la création d'un document primaire par intention (l'herbier) et également d'un document secondaire puisqu'il est enrichi de sa description documentaire permettant de le représenter. La complexité de la notion de document est ainsi abordée au travers des différentes utilisations et ré-utilisations de l'information inscrite sur un support.

Bibliographie

- Briet Suzanne, 1951. Qu'est-ce que la documentation ?
Paris : Éditions documentaires industrielles et techniques. 48 p.
- Brousseau Guy, 2003. Situations fondamentales et processus génétique de la statistique, Actes de la 12e école d'été de didactique des mathématiques.
- Chevallard Yves ,1991. La transposition didactique : du savoir savant au savoir enseigné. Grenoble : La Pensée sauvage
- Chevallard Yves , 1994. Les processus de transposition didactique et leur théorisation. In G. Arsac, Y. Chevallard, J.-L. Martinand, A. Tiberghien (éds), La transposition didactique à l'épreuve, La Pensée sauvage, Grenoble, p. 135-180.
- Courbieres Caroline, 2010. Femmes en contextes : la conception stéréotypée du féminin au travers du langage documentaire (1958-2008), Habilitation à Diriger les Recherches, Université Toulouse, 355 p.
- Couzinet Viviane, 2004. Le document : leçon d'histoire, leçon de méthode. Communication et langages, Vol. 140, n°140, pp. 19-29.
- Couzinet Viviane, Gardies Cécile, 2009. L'ancre des savoirs des professeurs documentalistes en sciences de l'information et de la communication : question de professionnalisation et d'identité. Documentaliste-Sciences de l'information, volume 46, n° 2, p. 4-12.
- Couzinet Viviane, Regimbeau Gérard, Courbieres Caroline, 2001. Sur le document ; notion, travaux et propositions. In Jean MEYRIAT, théoricien et praticien de l'information-documentation, V. Couzinet (dir.). Paris : ADBS, p. 467-509.
- Gardiès Cécile, Venturini Patrice, 2014. Pour une approche didactique de l'information-documentation : analyse de l'enseignement de la notion de document. Communication et langages (soumis).
- Hervé Nicolas, Gardiès, Cécile, 2013. Professional development of teachers and building of the knowledge : analysis of a new mode of

- in-service training in sciences in the French agricultural teaching.
In 10th conference of the european science education research association (ESERA.2-7 septembre 2013, Chypre).
- Jeanneret, Yves, 2000. Y a-t-il vraiment des technologies de l'information ?. Villeneuve d'Asq : Presses universitaires du Septentrion. 134 p.
- Jeanneret Yves, Soubret Jean-Louis, Souchier Emmanuël, 2009. Communication & langages Nouvelle étape d'une aventure scientifique, éditoriale, politique. Communication & langages, Issue 159 / March p. 3-12
- Jeanneret Yves,2008. Penser la trivialité. Vol. 1 : la vie triviale des êtres culturels. Paris : Lavoisier, 267 p.
- Juanals Brigitte, 2003). La culture de l'information, du livre au numérique. Paris : Hermès science publications ; Lavoisier. 243 p.
- Metzger Jean-Paul 2006. L'information-documentation , In Sciences de l'information et de la communication : objets, savoirs, discipline, sous la dir. de S. Olivesi, Grenoble : PUG, p. 43-58
- Metzger Jean-Paul, Lallich-Boidin Geneviève, 2014. Temps et documents numériques. Document numérique, n°4 (Vol. 8)
- Meyriat Jean (1981). Document, documentation, documentologie, Schéma et Schématisation, n° 14 [repris in] Couzinet V. (dir.), 2001. Jean Meyriat, théoricien et praticien de l'information-documentation. Paris : ADBS ed. p. 143-160.
- Otlet Paul. 1934. Traité de documentation : le livre sur le livre, théorie et pratique. Liège : C.L.P.C.F. 530 p.
- Sensevy Gérard , 2011. Le sens du savoir. Éléments pour une théorie de l'action conjointe en didactique. Bruxelles : De Boeck.
- Verret Michel, 1975. Le temps des études. Paris : Librairie Honoré Champion.
- Cecília Leite: Tendências da Ciência da Informação: agronomia e informação biomédica / Tendances de la Science de l'Information: Agronomie et information biomédique (IBICT/MCTI, UNB, Brasil)

Mesa 5 / Table 5

Documento: dimensões da memória e do patrimônio / Document: dimensions de la mémoire et du patrimoine

Le culte du document : la collection de reliques de la basilique Saint-Sernin de Toulouse (France)

O culto do documento: a coleção de relíquias da Basílica de Saint-Sernin de Toulouse (França)

The cult of the document: the collection of relics of the basilica Saint-Sernin of Toulouse (France)

Patrick Fraysse.

Maître de conférence en

Sciences de l'information et de la communication

Université de Toulouse 3 Paul Sabatier

Laboratoire d'études et de recherches en sciences sociales (LERASS, EA 827)

Equipe Médiations en information-communication spécialisée (MICS)

Résumé

Le document peut être défini comme un support véhiculant de l'information, c'est-à-dire qu'il présente à la fois une matérialité, mesurable, reproductive, et une virtualité de sens activée à réception. Dans le sillage des historiens qui considèrent les objets, les œuvres d'art, les monuments comme des documents dans lesquels ils vont chercher des informations pour écrire l'histoire, peut-on considérer les reliques, ces « restes », ces « objets » matériels comme des documents ? Ces reliques corporelles ou ces objets fonctionnels voient leur statut premier modifié par le regard que les croyants leur portent. Elles ont un sens particulier,

sacré, indissociable de leur matérialité. Elles sont par ailleurs conservées, collectionnées, décrites dans des catalogues, mises en exposition dans des reliquaires, prêtées (ou volées) comme des... documents.

A partir de la collection de reliques de la basilique Saint-Sernin de Toulouse qui est présentée par l'Eglise toulousaine comme la plus importante collection de reliques au monde après celle de Saint-Pierre de Rome, nous proposons une analyse du devenir document des reliques, dans une approche diachronique, depuis le Moyen Age jusqu'à nos jours. Cette contribution est l'occasion d'insister sur le caractère matériel de la notion de document.

Mots clés: Document, Reliques, Collection, Toulouse (France)

Resumo

O documento pode ser talvez definido como um suporte veiculando informação, quer dizer que ele apresenta ao mesmo tempo uma materialidade, mensurável, reproduzível, e uma virtualidade de sentido ativada na recepção. Na esteira dos historiadores que consideram os objetos, as obras de arte, os monumentos como documentos nos quais vão buscar informações para escrever a história, pode-se considerar as relíquias, esses “restos”, esses “objetos” materiais como documentos? Essas relíquias corporais ou esses objetos funcionais vêm seu estatuto primeiro modificado pelo olhar dos crentes. Elas têm um sentido particular, sagrado, indissociável de sua materialidade. São adiante conservadas, colecionadas, descritas nos catálogos, expostas nos relicários, emprestadas (ou roubadas) como... documentos.

A partir da coleção de relíquias da Basílica de Saint-Sernin de Toulouse, que é apresentada pela Igreja local como a mais importante coleção de relíquias do mundo depois daquela de São Pedro de Roma, propomos uma análise do devenir documento das relíquias, numa abordagem diacrônica, desde a Idade Média aos nossos dias. Esta contribuição é uma oportunidade de insistir sobre o caráter material da noção de documento.

Palavras-chave: Documento, Relíquias, Coleção, Toulouse (França)

Abstract

The document can be defined as a medium of information, in the sense that the document presents at the same time a materiality, measurable, reproducible and a virtuality of sense activated in reception. In the trail of historians who consider objects, works of art, monuments as documents in which they fetch information to write history, can we consider the reliques, these “rests”, these material “objects” as documents ? These physical reliques or these functional objects see their first status modified by the way the believers look at them. They have a particular, sacred, inseparable sense that cannot be separated from their materiality. They are besides preserved, collected, described in catalogs, put in exhibition in reliquaries, lend (or stolen) as documents. From the collection of reliques of the Saint-Sernin basilica of Toulouse which is presented by the church of Toulouse as the most important collection of reliques in the world after the one of Saint-Peter of Rome, we propose an analysis to the future of the reliques, in a diachronic approach since the Middle Ages until our days.

This contribution is the opportunity to insist on the material character of the notion of document.

Key words: Relics, Document, Materiality, Toulouse (France)

1. Introduction

Les professionnels de l'information et les chercheurs en Sciences de l'information et de la communication ont coutume de définir le document en considérant d'abord le contenu de l'information véhiculée. Paul Otlet a, parmi les premiers, contribué à élaborer la notion de document comme notion fondamentale des Sciences de l'information. Les catégories proposées distinguent alors la nature première ou secondaire de l'information en se positionnant du point de vue de l'auteur, producteur du document. Le document primaire étant un document qui présente une information à caractère original alors que le document secondaire condense le premier. C'est le classement

dans une collection et la description du contenu qui priment dans cette première typologie bien connue des professionnels dont l'activité quotidienne est justement de produire des documents secondaires sous la forme de notices de catalogues bibliographiques, de résumés, de mots clés et aujourd'hui de métadonnées. Les documents primaires ainsi décrits et mis en scène peuvent alors être retrouvés dans l'espace de la bibliothèque ou du centre de documentation. Parler « du document » ou « des documents » est donc d'abord, dans les dictionnaires et les ouvrages spécialisés, une question de livres, de revues, de papiers imprimés et d'archives.

Mais, rapidement, les supports concernés par le transport de l'information se voient multipliés dans les bibliothèques qui se muent en médiathèques. Les disques, les films, les photographies, les images en tout genre, etc... rajoutent l'information orale et l'information iconique à l'écrit. Tous ces médias sont aussi des médiums, c'est-à-dire des supports d'information et de communication. De là à considérer tout objet matériel comme un document, il n'y a qu'un pas que les historiens vont franchir rapidement. Tous les objets peuvent en effet, pour eux, donner des informations à celui qui les interroge. Le document n'est alors plus seulement envisagé du point de vue de sa production et de l'intention d'informer mais il est aussi du point de vue de sa réception et de l'envie d'expliquer ou de comprendre des phénomènes info-communicationnels. Le sens de « document » a donc évolué.

Une deuxième typologie émerge ensuite, c'est celle non moins traditionnelle aujourd'hui, depuis les travaux de Jean Meyriat(1978), de « document par intention » et de « document par attribution ». Si on part du principe que tout est document, tout objet matériel peut donc être interrogé, à réception, en dehors même de son usage fonctionnel, pour apprendre, pour comprendre, pour informer et même pour communiquer. On pourra donc apprendre d'un monument, d'une cathédrale gothique, d'une sculpture grecque, d'un outil agricole méso-

potamien, des fresques paléolithiques de Lascaux ou des silex taillés de la préhistoire.

Suzanne Briet s'est même risquée à proposer les êtres vivants naturalisés comme document dans des conditions très particulières (elle cite par exemple l'antilope, dernière de son espèce...). Peut-on y ajouter les ossements des êtres vivants?

Après avoir étudié les objets archéologiques conservés dans les musées (Fraysse, 2013), nous poursuivons notre enquête sur le document en observant un type particulier d'objet, les reliques conservées dans les églises médiévales. Peuvent-elles être définies comme un support véhiculant de l'information, c'est-à-dire comme présentant à la fois une matérialité, mesurable, reproductible, mise en circulation, et une virtualité de sens activée à réception par des usagers ou des destinataires?

Nous avons déjà fait le point ailleurs sur ces différentes définitions et ces différentes approches de la notion de document (Fraysse, 2011). Néanmoins en prenant comme point de départ le support, l'objet, la matérialité, nous souhaitons, dans le sillage des historiens, des archéologues et des anthropologues, explorer ici les reliques afin de voir s'il est possible de les ranger dans la catégorie des documents.

En prenant comme point de départ la collection de reliques de la basilique toulousaine de Saint-Sernin (France) nous montrerons que ce matériau singulier qu'est l'os, trace du passé et véhicule d'une croyance, peut être envisagé dans une perspective documentologique (Couzinet, 2014).

2. Au commencement, l'os est-il un document primaire?

Comme l'écrivait Régis Debray « au début était l'os, non le logos » et « l'os est l'archive primordiale » (Debray, 2000 : 24). Par ces

affirmations il veut rappeler que le simple fait de rassembler et de juxtaposer dans une fosse protégée, des restes humains, leur donne un statut particulier. On invente ainsi à partir de -100.000 ans avant J.-C. à la fois le document et le monument c'est-à-dire que l'on charge symboliquement un objet d'une information et que ce même objet va servir de mnémotechnique, d'avertisseur de passé, de contenant de mémoire. D'un côté les os sont interrogés a posteriori par l'archéologue qui cherche des informations sur la personne défunte, et de ces restes se créent le discours – le logos -, l'information, l'enseignement ; et d'un autre côté la sauvegarde de ces os dans une tombe, une boîte, un sarcophage, un reliquaire, un monument va entraîner la fabrique d'une cascade d'objets secondaires pour informer, décrire, classer.

Le mot document, du latindocere, informer, enseigner, implique qu'il y ait eu fixation : il n'y a pas de document lors d'une simple diffusion d'un programme à la radio ou à la télévision. Une conversation entre deux personnes n'est pas un document. Un concert n'est pas un document audiovisuel, l'enregistrement de ce concert en est un. Le souvenir d'une personne se perd dans la mémoire collective. Pour perdurer dans le temps, et donc devenir document, il a besoin de se fixer sur une trace matérielle. Et quoi de plus efficace et de plus proche du défunt que ces restes eux-mêmes, ces os devenus reliques ?

Au cours de l'histoire chrétienne, la relique est « ce qui va rendre présent l'invisible dans une forme matérielle » (Schmitt, 1999), autrement dit le support d'inscription d'une information sans cesse actualisée par les cérémonies, les prières, les inscriptions qui l'accompagnent. Déjà en 1934, Paul Otletavait une vision extensive de la notion de document et proposait dans une démarche typologique d'en étendre l'acception au-delà du support du livre : c'est « le support d'une certaine matière et dimension, éventuellement d'un certain pliage ou enroulement sur lequel sont portés des signes représentatifs de certaines données intellectuelles ». Poussant la logique

il précise : « le plus petit document c'est une inscription[...]. C'est même moins, c'est le signe que le boy scout trace à la craie sur les arbres ou les rochers [...] la carte de visite. [...] le timbre poste [...] les petites étiquettes » (Otlet, 1934 : 43). Prenant en considération cette notion d'extensivité documentaire, il y inclue celle de substituts du livre qu'il définit ainsi : « Les choses matérielles elles-mêmes (objets) peuvent être tenues pour documents lorsqu'elles sont érigées comme éléments sensibles, directs d'études, ou de preuves d'une démonstration. » (Otlet, 1934 : 217). Tout (ou presque) donc peut être document pour un professionnel de l'information. Les historiens et surtout les anthropologues et les archéologues qui n'ont pas le secours du livre, de l'archive c'est-à-dire de l'écrit, cherchent à interroger d'autres matériaux. Ce faisant ils inversent donc l'équation et ne partent pas du logos, du discours, de l'information fixée sur un support mais du support lui-même. Le support est alors interrogé, mesuré, décrit pour en faire émerger une information.

A la suite de Paul Otlet, Suzanne Briet, après avoir défini le document comme étant « toute base de connaissance fixée matériellement et susceptible d'être utilisée pour consultation, étude ou preuve », y ajoute des éléments qu'elle juge plus actuels : « tout indice concret ou symbolique, conservé ou enregistré, aux fins de représenter, de reconstituer ou de prouver un phénomène ou physique ou intellectuel » (Briet, 1951 : 7). Tout en regrettant leur nature abstraite, et donc complexe, elle développe l'idée que tout être vivant peut devenir un document dès l'instant où il est, ou devient, objet d'étude. Puis, elle résume dans une phrase l'idée de complexité du travail intellectuel sur les liens entre document et information : « l'unité documentaire tend à se rapprocher de l'idée élémentaire, de l'unité de pensée, au fur et à mesure que les formes de documents se multiplient, que la masse documentaire s'accroît, et que la technique du métier de documentaliste se perfectionne ». (Briet, 1951 : 10). Autrement dit, plus on crée de documents, ou plutôt, plus on attribue le statut de document aux choses, aux objets (Suzanne Briet englobe même

le monde animal dans la catégorie documentaire), plus la notion se complexifie. C'est l'usage qui va désormais créer le document. Le document existe parce qu'un usager en a besoin pour prouver ou expliquer quelque chose, comprendre, apprendre, produire, etc... Le vivant est donc dans l'ordre documentaire. Les restes du vivant, les os, les reliques peuvent-ils rentrer aussi dans cet ordre.

3. Les collections de reliques, l'exemple de Saint-Sernin de Toulouse

Les reliques du culte chrétien sont littéralement des « restes », des « objets » matériels issus du corps (souvent des os) d'une personne considérée comme sainte ou lui ayant appartenu. Ces reliques corporelles, ou ces objets fonctionnels, voient leur statut premier modifié par le regard que les croyants leur portent. Elles ont un sens particulier, sacré, indissociable de leur matérialité. Elles sont par ailleurs conservées, collectionnées, décrites dans des catalogues, mises en exposition dans des reliquaires, prêtées (ou volées) comme des... documents. Le caractère documentaire des reliques est accentué par la présence à leur côté de documents secondaires (souvent des parchemins) décrivant, pour les authentifier, les reliques (documents primaires) conservées dans les trésors des églises. Ce souci de description, de classement, de collection, propre au monde médiéval rejoint les préoccupations documentaires propres au monde des musées d'aujourd'hui et dont on peut trouver des prémisses dans les églises médiévales dont certaines sont créées et organisées pour présenter une collection de reliques. A Toulouse une église conserve un grand nombre de reliques. Il s'agit de la basilique Saint-Sernin qui a été construite au Moyen Age sur l'emplacement de la sépulture de ce premier évêque de la ville, martyrisé par les romains le 29 novembre 250.

L'histoire du martyre de Saturnin est assez bien connue. Il est raconté aujourd'hui dans les guides ou sur les panneaux d'une exposition

dans la basilique, et on peut suivre son « chemin de croix » depuis la place Esquirol actuelle où s'élevait au III^e siècle le temple capitolin, jusqu'à la basilique Saint-Sernin, chef d'œuvre de l'art roman. Sernin est le diminutif populaire et la transformation en langue occitanedu nom de Saturnin. Celui-ci ayant refusé de rendre un culte aux dieux romains, il aurait été jeté sur les marches du temple dédié à Jupiter qui se trouvait à l'emplacement de l'actuelle place Esquirol. Puis attaché par les pieds à un taureau furieux, traîné le long *du cardomatumusvers le nord* (la rue Saint-Rome actuelle) jusqu'à l'extérieur de la ville. Son corps aurait été retrouvé à l'endroit de l'actuelle église du Tauroùil aurait été enterré en cachette par des femmes. A la fin du IV^e et au tout début du Ve siècle, l'évêque Exupère prit la décision de transférer les reliques de saint Sernin à l'emplacement de la basilique actuelle et d'y construire un édifice. Le culte des saints et des martyrs par l'intermédiaire de leurs reliques est désormais possible, le christianisme étant devenu religion d'Etat. Plus rien ne s'oppose donc désormais au développement de cette religion qui va prendre toute la place au Moyen Age.

C'est vers 1070 que commence la construction de l'église actuelle. L'archéologue toulousaine, Quitterie Cazes, a écrit l'histoire de l'édifice qui est souvent désigné comme « église de pèlerinage » ou étape sur la route vers Saint-Jacques de Compostelle. L'édifice est conçu comme un écrin pour les reliques de Saturnin. Un écrin assez grand pour abriter et protéger les restes du saint martyr toulousain mais aussi ceux d'autres saints que les chanoines de Saint-Sernin ont petit à petit accumulés. Cette collection de reliques est aujourd'hui le résultat de cette pratique médiévale de dévotion, à partir d'objets médiateurs, au Dieu chrétien.

Aujourd'hui, en plus du fragment de la mâchoire de saint Sernin présenté dans le chœur de l'église, ce sont quelques 200 morceaux d'os, un bout de la « vraie croix », les restes de six apôtres dont ceux de Saint-Jacques le Majeur qui sont conservés dans le trésor

de la basilique. La foule des pèlerins venaient donc à Toulouse pour prier devant ces reliques. Jean-Claude Schmitt (1999) explique que le culte des reliques était une pratique importante au Moyen Age car ces restes humains contenaient toujours, pour les croyants, la présence du saint. Posséder des reliques était donc un moyen de pouvoir important. Les chanoines de Saint-Sernin étaient aussi puissants que l'évêque ou que les comtes de Toulouse qui venaient, d'ailleurs, se faire enterrer près de Saturnin.



Doc. 1. Tombeau de saint Sernin © Patrick Fraysse

4. Questions pour une approche documentologique des monuments

Ce rapide rappel historique montre l'importance du lieu encore aujourd'hui. Les pèlerins continuent de venir prier saint Sernin et tous les autres saints rassemblés autour de lui au cours des siècles. Des touristes se joignent à eux dans le déambulatoire ou dans la crypte pour visiter le trésor dans lequel on peut toujours voir, prier pour certains, admirer pour d'autres, les reliques, les reliquaires et d'autres objets précieux.

La basilique n'est pas très loin de ressembler à un musée. De lieu de culte, elle devient un lieu de culture. Elle est aussi un lieu de conservation. Elle était déjà tout cela au Moyen Age tant il est vrai qu'un monastère¹⁴ est un véritable centre culturel. C'est évidemment un lieu de culte mais c'est aussi une école (des cours de l'université médiévale ont eu lieu dans ces murs), un atelier de confection de livres, un atelier d'art (sculpture et peinture), etc. Toutes ces activités pratiques, scolaires ou artistiques étant bien entendu orientées vers Dieu. Il n'en demeure pas moins qu'une organisation minutieuse s'impose. La collection de relique par exemple est régulièrement inventoriée. Vincent Gallois, le prêtre actuel de Saint-Sernin nous apprend que le 34e inventaire des reliques de la basilique s'est achevé en 2013 (journal *La Dépêche*). Depuis 966, cela fait donc plus d'un millénaire que les évêques de Toulouse tiennent à jour un registre d'inventaire des reliques. Certaines d'entre elles ont été authentifiées au cours du temps et sont accompagnées de notices écrites sur des morceaux de parchemins.

On retrouve là des pratiques documentaires. Des documents secondaires, ces bouts de parchemins, décrivant la relique, donnant une date et la signature de la personne responsable de la collection, vien-

¹⁴ Au Moyen Age la basilique Saint-Sernin était le centre d'un couvent urbain dont les bâtiments monastiques (le cloître notamment) ont été détruits après la Révolution française au XIXe siècle.

ment authentifier la relique et ce faisant donnent le statut de document à la relique. Celle-ci devient un document primaire, intégré dans une collection, inscrit dans un registred'inventaire et décrit sur une étiquette. Si l'on rajoute les cartels développés, autres documents secondaires, qui présentent la relique et son reliquaire dans le déambulatoire ou dans les bas-côtés, on retrouve tous les indices d'organisation des documents. La basilique est donc aussi un centre de documentation.

Les reliques conservées à Saint-Sernin de Toulouse peuvent donc être considérées comme des documents par attribution. Le caractère documentaire de ces objets de culte est d'abord donné par le regard qu'on leur porte. Ces restes humains sont porteurs d'une symbolique forte. Leur matérialité même de création divine (Schmitt, 1999) leur confère le statut de « véhicule » spirituel. Ce support d'information comme tout support est un document. Ce caractère documentaire est accentué par d'autres signes révélateurs dans le domaine des documents : la présence de documents secondaires. D'autres supports, les reliquaires qui redonnent une image (Pic, 2009, Schmitt, 1999) à ces restes humains, les bouts de parchemins sur lesquels sont inscrits des informations complémentaires, les registres d'inventaire de la collection, les légendiaires qui racontent l'histoire terrestres des saints et inscrivent l'église propriétaire des reliques dans le temps long de l'histoire, complètent cet appareillage documentaire.

Comme d'autres objets, les reliques nous permettent de tester la grille de lecture documentologique. Ce sont des supports d'information, des « *machina mémorialis* » (Carruthers, 2002), des « *sémiophores* » (Pomian, 1997), des « *lieux de mémoire* », (Nora, 1984) des « *documents monumentaires* » (Fraysse, 2013), autant d'appellations utilisées par les chercheurs pour expliquer les changements de nature des supports, la modification des regards portés sur eux et finalement les processus d'évolution du réel (patrimonialisation, hybridation, documentarisation, trivialité...) proposés par les Sciences de l'information et de la communication.

Conclusion

Tout objet matériel peut donc être chargé de cette fonction de support d'information. La notion de document dépasse celle d'écrit. Jean Meyriat (1978) évoquait les objets conservés dans les musées et notamment les squelettes du Muséum d'histoire naturelle qui « conservent et donnent des informations sur la faune de l'ère quaternaire » (p. 144) [...] il n'est même pas nécessaire que des objets aient été rassemblés afin d'informer : l'archéologue utilise comme documents les objets qu'il découvre sur le lieu de sa recherche, parce qu'ils lui apportent des informations sur les groupes humains qui les ont fabriqués ou utilisés. » Les os d'animaux ou d'hommes anonymes d'époques lointaines conservés au Muséum sont aussi des documents pour les zoologues ou les anthropologues. Leur présence dans un musée, au milieu d'une collection, donne du poids à ce nouveau statut. Ces documents par attribution nous renseignent sur l'époque lointaine et la manière dont les hommes dont ils sont issus vivaient, leurs maladies éventuelles, les causes de leur mort. Ils sont devenus les témoins de leur espèce et d'une autre époque. Ce changement de statut est aussi l'œuvre du processus de patrimonialisation cher à Jean Davallon(2006) qui ne saurait exister sans un processus parallèle de documentation, c'est-à-dire à la fois de changement de statut mais aussi de création documentaire.

Cette mise en scène documentaire des choses paraît aujourd'hui évidente dans les musées et même dans certaines bibliothèques ou centres d'archives qui conservent aussi des objets. Les musées transforment les objets en document. Pourquoi en serait-il autrement, aujourd'hui, des objets conservés dans les églises et particulièrement des reliques qui y sont conservées et exposées ? On peut, nous semble-il à la suite de cette étude de cas,légitimement questionner leur statut de document ou leur devenir documentaire et ce faisant contribuer à une approche documentologique des monuments, des objets et de l'Histoire.



Doc. 2. Une des nombreuses reliques de la basilique Saint-Sernin : Saint-Phébade dans son buste reliquaire et cartel développé : du document primaire au document secondaire.

© Patrick Fraysse

Bibliographie

Briet (Suzanne). 1951. Qu'est-ce que la documentation ? Paris : EDIT. 48 p.

Cazes Quitterie et Daniel, 2008. Saint-Sernin de Toulouse. De Saturnin au chef d'œuvre de l'art roman. Graulhet : Editions Odyssée. 348 p.

Couzinet Viviane, 2014. Document et documentologie dans les sciences de l'information et de la communication. In De Carvalho Katia dir. As transformações do documento no espaço ? tempo do conhecimento, III Colóquio Internacional da Rede Franco-Brasileira de Pesquisadores em mediações e Usos de Saberes e

Informação - REDE MUSSI, Universidade Salvador de Bahia (Brésil), 10-12/11.

Davallon Jean, 2006. Le don du patrimoine. Une approche communicationnelle de la patrimonialisation. Paris : Hermès, Lavoisier. 222 p. (communication, médiation et construits sociaux)

Debray Régis, 2001. Introduction à la médiologie. Paris : Puf. 223 p.

Fraysse Patrick, 2011. Document. In Gardiès Cécile (dir.). Approche de l'information-documentation : concepts fondateurs. Toulouse : Cépaduès éditions. p. 36-74.

Fraysse Patrick, 2013. Monument et document au musée Saint-Raymond, musée des Antiques de Toulouse. Culture et Musées n°21, juin 2013, p. 67-87.

Meyriat J., 1978. De l'écrit à l'information : la notion de document et la méthodologie de l'analyse de document. In Inforcom 78, Compiègne. [repris in] Couzinet V. (dir.), Rauzier Jean Michel (collab.) 2001. Jean Meyriat, théoricien et praticien de l'information-documentation. Paris : ADBS éditions, p. 113-125.

Otlet Paul, 1934. Traité de documentation : le livre sur le livre. Bruxelles : Editions du Mundanéum. (nouvelle éd. en fac similé, Liège, CLPCF, 1989).

Pic Muriel, 2009. Le devenir image de la relique à l'époque de la reproductibilité technique. Photographie, copie et métaphore. In Philippe Boutry, Pierre Antoine Fabre & Dominique Julia (eds.). Reliques modernes : Cultes et usages chrétiens des corps saints des Réformes aux révolutions (vol.2). Paris : Ed de l'EHESS. 429 p. (coll. En temps & lieux).

Nora Pierre (dir.), 1984-1993. Les lieux de mémoire. Paris : Gallimard. 3 tomes, 7 volumes. (Bibliothèque illustrée des histoires)

Pomian Krzysztof, 1997. Histoire culturelle, histoire des sémiophores. In Jean-Pierre Rioux et Jean-François Sirinelli, Pour une histoire culturelle, Seuil, 1997, p. 73-100. [repris in] Pomian K., 1999. Sur l'histoire, Gallimard, 1999, p. 191-229.

Saint-Sernin : seul le Vatican possède plus de reliques. La Dépêche du midi, Dimanche 26 mai 2013, p. 28

Schmitt Jean-Claude, 1999. Les reliques et les images. In Bozoky Edina (dir.). *Les reliques, objets, culte, symboles*. Brepols. p. 145-167.

Representação do conhecimento em documentos fotográficos e sua conexão com a memória

Représentation des connaissances dans les documents photographiques et sa connexion avec la mémoire

Knowledge representation in photographic documents and its connection with memory

Fabio Assis Pinho
Universidade Federal de Pernambuco - UEPB, Brasil

Resumo

Este texto reflete sobre como a representação do conhecimento em documentos fotográficos pode auxiliar na configuração de aspectos memoriais e, para isso, recupera na literatura de Ciência da Informação, as principais metodologias existentes.

Palavras-chave: Documentos fotográficos. Organização e Representação do Conhecimento. Memória.

Résumé

Ce texte reflète la façon dont la représentation des connaissances dans les documents photographiques peut aider à ériger des monuments commémoratifs aspects et, par conséquent, récupère dans la littérature de science de l'information, les principales méthodologies existantes.

Mots-clés: Documents photographiques. Organisation et représentation des connaissances. Mémoire.

Abstract

This text reflects on how knowledge representation in photographic documents can help build memorials aspects and, therefore, recovers in the literature of information science, the main existing methodologies.

Keywords: Photographic documents. Knowledge organization and representation. Memory.

Representação do conhecimento e fotografias

O conjunto de procedimentos envolvidos no gerenciamento de documentação de instituições de memória inicia desde a atividade que compreende sua organização física e de conteúdo, sua identificação até a disponibilização ao público e, nesse sentido, os instrumentos de pesquisa resultantes dessa representação auxiliam sobremaneira na recuperação da informação.

O processo de documentação realizada no âmbito das instituições memoriais constitui um conjunto de atividades, que organiza os documentos desde a sua identificação, localização, tratamento conservativo, bem como sua disponibilização. No contexto da Ciência da Informação, a documentação, de acordo com Le Coadic (2004, p. 15), “é um conjunto de técnicas para organizar, analisar os documentos, descrevê-los, resumi-los”. Esse processo de organização e análise não se restringe apenas aos livros, mas a qualquer tipologia de documento.

Sob esse aspecto também são considerados os documentos fotográficos que demandam métodos específicos não somente para o seu acondicionamento e preservação, mas também para sua organização e representação informacional.

Destaca-se, dessa forma, que uma das preocupações da Ciência da Informação é a organização e recuperação da informação, voltada

para toda tipologia de documento, o que contempla a fotografia. Entretanto, como ensinam Maimone e Tálamo (2008):

A Ciência da Informação, como área do conhecimento que estuda e aplica processos de organização e representação da informação, deteve-se prioritariamente nos documentos impressos. Os documentos imagéticos, embora tenham crescente presença e importância social evidente, tornam-se objeto de tratamento mais tardiamente, tornando urgente a criação de metodologias específicas segundo tipologias documentárias que vão se constituindo à medida que avança essa discussão [...]. Nesse sentido, a busca por metodologias que pretendam analisar o conteúdo de imagens é de fundamental importância, visto que pretendem expressar de maneira objetiva e padronizadas as informações contidas nestes materiais.

Os acervos fotográficos, por vezes, são representados, de maneira variada, como por exemplo, através do Código de Catalogação Anglo-Americano – AACR2, da Norma Brasileira de Descrição Arquivística - Nobrade e também pelo Programa Europeu de Salvaguarda de Imagens Fotográficas para Acesso - Sepiades, de tal maneira que a sua descrição, sobretudo, em relação às informações de conteúdo ou contextuais resultam de maneira variada.

A problemática resultante da maneira variada como a documentação fotográfica é descrita irá refletir nas instituições que a tratam, em particular, pela transposição de metodologias elaboradas para acervos textuais, que não contemplam as especificidades do documento fotográfico, principalmente as informações técnicas. Essas metodologias resultam num fator que merece destaque, ou seja, o conjunto de elementos para descrever as fotografias. Esses elementos são muitas vezes de difícil identificação, como por exemplo, descrever uma imagem e entender ou até mesmo interpretar o que está sendo visto no documento fotográfico. Além disso, essa descrição restringe-se

apenas ao que a imagem apresenta, e isso foi denominado por Manini (2007, p. 6) de conteúdo informacional, ou conteúdo semântico, que são informações presentes na imagem, em detrimento da informação não visual.

De maneira empírica, essas questões podem ser notadas no acervo fotográfico, sob a guarda do Memorial Denis Bernardes, que é um espaço criado pela Secretaria de Gestão da Informação e Comunicação (Segic) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e por sua Biblioteca Central. O espaço foi instalado com o objetivo de preservar a memória institucional da UFPE através da guarda e digitalização de documentos. O nome do Memorial é uma homenagem ao professor Denis Bernardes, que atuou nos Departamentos de Economia e de Serviço Social e se destacou pelo interesse na guarda de documentos da Universidade. Ele era historiador e suas últimas pesquisas tratavam da relação entre memória, informação e sociedade. Atualmente, seu acervo é composto por cerca de quinze mil fotografias referentes às atividades, dessa universidade, desenvolvidas ao longo dos anos, que contemplam a sua história presente nas imagens cujas temáticas são variadas. Esse acervo fotográfico é composto de registros de eventos comemorativos, protestos, posse dos reitores, entre outros, o que constitui a documentação da sua memória. Analisar essa documentação fotográfica constitui-se em um desafio e contribuirá para o registro de aspectos memoriais dessa instituição.

Doravante, esse acervo fotográfico serve de *corpus* para atividades de pesquisa e extensão, envolvendo alunos da graduação (PIBIC e Extensão) e de mestrado acadêmico. Sob esse aspecto, merece destaque a dissertação de mestrado em Ciência da Informação de Ana Cláudia de Araújo Santos que estudou os aspectos memoriais nos retratos dos reitores. Outro exemplo, é o projeto da mestrandona Roseane Souza de Mendonça que objetiva destacar a memória institucional da Universidade Federal de Pernambuco através das fotos realizadas a partir da construção dos novos centros acadêmicos no interior do Estado, destacando a interiorização do ensino público superior.

Nesse ponto emerge o conceito de memória social, ou seja, as lembranças, a validação e o armazenamento do que é socialmente construído. Esse conceito abarca o conjunto de documentos produzidos em numa instituição que refletem suas atividades, sua trajetória e sua história cujo objetivo é a sistematização e disponibilização das informações para a sociedade, de maneira que se preservem os registros memoriais dos que contribuíram com seu desenvolvimento, que reflete a memória individual e coletiva. Dentre os teóricos que trabalham o conceito de memória social destacam-se Maurice Halbwachs, Jacques Le Goff, Michael Pollak entre outros.

O propósito de registrar e guardar uma quantidade de documentos, como sendo um meio para o não esquecer, para a não perda das memórias e as lembranças, também está presente no ato de fotografar. Sobre essa questão, Sontag (1981, p. 04) destaca que:

Fotografar é apropria-se da coisa fotografada. É envolver-se em uma certa relação com o mundo que se assemelha com o conhecimento – e por conseguinte com o poder. (...) A fotografia brinca com a escala do mundo, pode ser reduzida, ampliada, cortada, recortada, consertada e distorcida. Envelhece ao ser infestada pelas doenças comuns aos objetos feitos de papel; desaparece; valoriza-se, é comprada e vendida; é reproduzida.

Isso pode ser evidenciado na maneira como as pessoas se apropriam da máquina fotográfica. Há uma grande vontade em se registrar os momentos tidos como importantes e exibi-los a outras pessoas, como ressalta Santos Júnior (2008, p. 07):

Na verdade, a potência da máquina fotográfica induziu as pessoas a crerem que o tempo consiste em acontecimentos interessantes, dignos de serem fotografados. E se são dignos de serem fotografados, não é estranho o fato de que todos têm prazer em exibir suas fotos aos outros, principalmente os registros de pessoas ternas e amadas.

Essa possibilidade de retratar o mundo em seus diversos tamanhos associa à fotografia sua constituição enquanto elemento da memória. Essa, talvez, seja a maneira de se fazer ‘eternamente’. Esse é o grande valor pertencente à fotografia. A fotografia “revolucionou a memória”, pois, de imediato, a fotografia pode ativar a memória, falar sobre um passado, permitir revivê-lo no presente, mesmo não sendo ela pertencente ao indivíduo que a observa, mesmo que não seja ela a rememoração de seu passado (LE GOFF, 2003, p. 462). Talvez o exemplo mais nítido para compreender essa afirmação é a produção dos álbuns de família.

A memória é composta por criação e recriação de imagens a todo instante. Não há um distanciamento entre presente e passado, há um misto de recordação, lembrança e ficção reavivadas no momento da rememoração. A lembrança se refere a um acontecimento do passado carregado de emoção do presente. De acordo com Guanieri e Monego (2012, p.73):

a fotografia é tida como suporte da memória. Onde a recordação é um processo vivido que cada um de nós adquire através do tempo. Essas experiências vividas [...] constituem uma espécie de patrimônio utilizado individualmente, mas repassado para outras gerações através das lembranças. Um fator importante para a recordação é a fotografia, pois ela funciona como uma espécie de memória social, capaz de registrar momentos, pessoas e locais que nunca mais existirão. Neste sentido, a fotografia vem sendo usada como forma de reconstrução da memória, tanto como indivíduo, ou como participante de diversos grupos sociais.

Destaca-se, então, a fotografia enquanto passível de registro da memória e, ainda, seu uso e construção como produto dessa memória socialmente construída. Para Manini (2011, p. 04) a fotografia se constitui num objeto da memória, ela é um recorte de um tempo e espaço, que traz em si um fato passado:

A definição mais antiga de fotografia – após o significado etimológico escrita com a luz – diz ser ela um recorte de espaço da realidade num determinado momento (tempo). Este objeto que carrega um fato, coisa ou pessoa do passado – e cada clique tem seu passado imediatamente criado – insere-se instantaneamente na categoria de objeto de memória”.

Ainda de acordo com Mainini (2011, p.4), “a fotografia, no momento em que nasce, já é um objeto do passado” que estão guardados nos arquivos pessoais ou institucionais. Dessa maneira, se constitui como um elemento da memória dos povos. Através dela é possível resgatar momentos passados, lugares não mais existentes, histórias não contadas, lembranças vividas individualmente e coletivamente. Esse é um dos papéis atribuídos à fotografia, nos seus mais cento e cinquenta anos de existência (MANINI, 2011, p. 04).

Ao longo dos anos, durante o seu desenvolvimento e seu aperfeiçoamento, a fotografia, sempre teve seu caráter de veracidade, utilizada como fonte comprovadora dos fatos. Nesse sentido, Kossoy (1999, p. 19) menciona que ela tem “sido aceita e utilizada como prova definitiva, ‘testemunho da verdade’”. Muito embora essa característica de representação do real não confere à fotografia a credibilidade absoluta.

Sob esse aspecto, Barthes (1984, p.20) destaca que a fotografia se constitui como uma tentativa de representação do real, e diante disso ela pode ser objeto de três práticas, assim denominadas: fazer, suportar, e o olhar (ou três emoções ou três intenções). O fazer se constitui no fotógrafo, que é a pessoa que constrói a cena para o *spectador* equivalente ao seu olhar. O suportar é o referente, o objeto, o tema, o espetáculo que foi retido na emulsão fotográfica. Dessa maneira toda trama fotográfica é composta por um operador (fotógrafo), *spectrum* (olhar), *spectador* (observador) e para compreendê-la é necessário desvendar o contexto do operador que representou através de um *spectrum* que se voltará para um *spectador*.

Essa trama é composta por fragmentos de momentos que foram congelados e necessariamente eternizados e, por isso, serão guardados, olhados e reolhados por um grupo de pessoas, de maneira que [...] “cada foto é um momento privilegiado, convertido em um objeto diminuto que as pessoas podem guardar e olhar outras vezes” (SON-TAG, 1981, p. 28).

Esse passado congelado, retido na emulsão fotográfica remete a histórias que serão construídas e recontadas. As pessoas colecionam as fotografias – sejam pessoais ou institucionais – para que possam recordar, ainda que essa recordação seja construída a partir da recordação de outrem. Kossoy (1999, p.138) evidencia que:

Os homens colecionam esses inúmeros pedaços congelados do passado em forma de imagens para que possam recordar, a qualquer momento, trechos de suas trajetórias ao longo da vida. Apreciando essas imagens, ‘descongelam’ momentaneamente seus conteúdos e contam a si mesmos e aos mais próximos suas histórias de vida. Acrescentando, omitindo ou alterando fatos e circunstâncias que advêm de cada foto, o retratado ou o retratista têm sempre, na imagem única ou no conjunto das imagens colecionadas, o start da lembrança, da recordação, ponto de partida, enfim, da narrativa dos fatos e emoções.

Uma característica peculiar da fotografia é a irreversibilidade do momento gravado. Na atualidade. Assim, a fotografia orienta a veiculação da memória seja individual ou coletivamente. É isso que faz, por exemplo, com que a fotografia esteja presente nos eventos de nossas vidas. Os momentos que foram selecionados merecem ser lembrados e se tornam motivos dos disparos de nossas máquinas fotográficas. Por isso, o cenário, a ocasião ou as pessoas que foram fotografadas revelam algum contexto, de forma que sua representação apenas não é de todo comprehensível para quem não participou do evento retratado. Por isso, torna-se necessária uma comprehensão mais minuciosa e contextualizada.

Na tentativa de lidar com a contextualização da imagem, buscando compreender e revelar o invisível da imagem fotografada, que se elaboram métodos específicos para o seu tratamento, de maneira a recuperar seus conteúdos. A representação do conhecimento se propõe a estudar métodos, buscando um arcabouço teórico-metodológico adequado para que os aspectos intrínsecos do documento fotográfico possam também ser recuperados.

As fotografias, além de ilustrar textos, elas constroem uma narrativa que é independente, elaborada a partir da análise e interpretação da informação contida no próprio suporte (LEITE, 1993, p. 26). Para a compreensão do documento fotográfico é necessária uma análise para além dos textos, pois para Leite (1993, p. 27) “a fotografia exige muito mais do que um texto escrito para sua revelação”.

Percebe-se, então, o desafio da representação de documentos fotográficos, pois se torna necessário compreender as fotografias em seu tempo de produção, e os questionamentos feitos acerca dela devem estar também além do seu suporte. Como destaca Leite (1993, p. 72):

As perguntas devem ir além das poses, enquadramento, vestes e indumentárias, ou tipo, tamanho, data e local dessas obras. É primordial que uma análise de fotografias considere também o que foi escondido, em oposição ao que é ressaltado, os sentimentos e representações que não transparecem facilmente por meio desses documentos e, ainda, as formas de aceitação, usos e circulação desse tipo de imagem.

Sob esse aspecto, Manini (2002, p.21) destaca que:

[...] para se analisar uma fotografia, não se utilizam apenas os dados imagéticos, mas estes são complementados, retificados ou ratificados com informações obtidas em várias fontes: no título, na legenda, em anotações no verso ou mesmo em outros documentos – manuscritos, em geral – que acompanham a fotografia, representando um grande

apoio à identificação. Isto, contudo, não deve ser uma regra, pois é a imagem fotográfica que está sendo analisada. Algumas vezes só se pode contar com informações contidas exclusivamente na imagem fotográfica e então são observadas as atitudes das pessoas e/ou a disposição dos objetos ou lugares.

Um dos problemas que comumente estão presentes em trabalhos de documentação de acervo fotográfico é que geralmente esse não possui nenhuma identificação associada, o que dificulta sua contextualização. As identificações, quando acontecem, são inscrições no verso ou em etiquetas coladas no suporte, e mesmo quando presentes, a informação nem sempre é relacionada ao conteúdo imagético, às vezes essa informação é circunstancial (MANINI, 2002, p. 23).

Essas informações circunstanciais não são menos importantes, elas permitem a inicialização da identificação da foto, pois através delas pode-se tentar fazer a trajetória no sentido inverso, ou seja, fazer levantamentos direcionados a partir das inscrições. É muito comum a presença de carimbos, dedicatórias, nomes institucionais, então necessidade de se fazer um levantamento a partir dessas informações referenciadas.

Outro fator que se destaca no tratamento dos documentos fotográficos, é que em alguns casos são transpostas metodologias e práticas desenvolvidas e aplicadas aos registros escritos, o que traz em si, certa dificuldade, pois eles não podem ser interpretados e analisados enquanto documentos textuais, uma vez que guardam em si especificidades de outra tipologia documental.

Dessa maneira, pela própria complexidade da sua gênese, a análise e a compreensão de fotografias devem ser sistematizadas, resultando em metodologias e práticas voltadas exclusivamente para esse tipo documental. As informações que compõem esse documento encontram-se no próprio suporte, e também externo a eles, sendo assim, todo registro fotográfico, é um recorte da realidade, formado por in-

formações intrínsecas e extrínsecas (KOSSOY, 1999, p. 40).

Na tentativa de contribuir com o pensamento, de que é necessária uma metodologia apropriada à representação temática de fotografia, se apresentam as metodologias utilizadas para seu processamento técnico, com ênfase no conjunto de informações relacionadas à descrição de conteúdo. Essas se constituem de dados referentes ao contexto em que foram produzidas, com ênfase no registro dos acontecimentos ocorridos quando de sua produção. Os quadros 1, 2 e 3, a seguir, possibilitam a representação de documentos fotográficos para sistemas de informação.

Quadro 1 – Sistematização da metodologia proposta por Panofsky, em 1979.

Pré-iconográfico	Iconográfico	Iconológico
(Descrição dos elementos mostrados.)	(Identificação dos elementos mostrados.)	(Compreensão ou análise conceitual da imagem, considerando os elementos identificados nos níveis anteriores.)

Fonte: PANOFSKY, E. Significado nas Artes Visuais. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 1979.

Quadro 2 – Sistematização da metodologia proposta por Manini, em 2002.

CATEGORIA	CONTEÚDO INFORMATACIONAL		DIMENSÃO EXPRESSIVA
	DE	SOBRE	
Quem/O Que	Genérico	Específico	
Onde			
Quando			
Como			

Fonte: MANINI, Miriam Paula. Análise documentária de fotografias: um referencial de leitura de imagens fotográficas Para fins documentários. São Paulo, 2002. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) - Universidade de São Paulo, 2002.

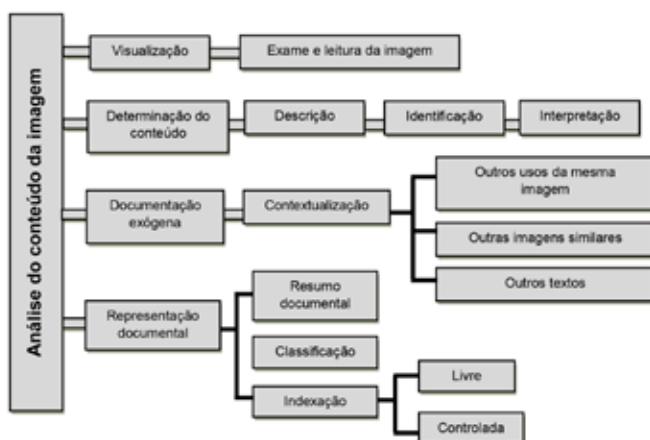
Quadro 3 – Sistematização da metodologia proposta por Rodrigues, em 2007.

DESCRICAÇÃO FÍSICA	COMPOSIÇÃO	CONTEXTO ARQUIVÍSTICO	SENIDO DENOTATIVO	SENTIDOS CONOTATIVOS	TEMATIZAÇÃO

Fonte: RODRIGUES, Ricardo Crisafulli. Análise e tematização da imagem fotográfica. Ciência da Informação, Brasília, v. 36, n. 3, p. 67-76, set./dez. 2007.

De acordo com Agustín Lacruz (2010, p. 88), “o procedimento geral de análise documental de conteúdo requer o estabelecimento de um modelo conceitual que guie todo o processo e inclua a compreensão de seu contexto de comunicação, os procedimentos de análise e os instrumentos de normalização documental”. Considerando esses aspectos, a autora apresenta procedimento para análise de conteúdo de imagem pictórica, distribuída em quatro operações, que pode ser visualizado, na figura 1, a seguir:

Figura 1 – Procedimento de análise de conteúdo de imagens.



Fonte: Agustín Lacruz (2010, p. 95).

No que tange a determinação do conteúdo das imagens, essa operação é constituída de três fases distintas: a descrição, a identificação e a interpretação. Que compreende os três planos do significado da obra: pré-iconográfico, iconográfico e iconológico, respectivamente, considerando as particularidades do tema, gênero, uso, estilo, contexto etc.

A descrição é a etapa mais elementar, que compreende a identificação dos temas apresentados nas imagens, caracteriza os objetos e seres representados. A identificação é composta por uma análise individualizada e pormenorizada do que foi identificado na fase anterior. Para Agustín Lacruz (2010, p. 101) esta fase se apoia em outra tarefa documental: a fase da documentação exógena e a localização de fontes de informação, que consiste na consulta por parte do investigador ou documentalista de outras obras, biografias e dicionários.

A interpretação compreende o nível mais aprofundado do processo, a explicitação do conteúdo da imagem, que se fundamenta a partir da contextualização compreendendo o que Agustín Lacruz (2010, p. 102) considera como “o ambiente histórico cultural, a função, o alcance e propósito da obra”.

A documentação exógena é composta pela análise de um conjunto de fontes externas ao documento imagético analisado, podendo contemplar fontes primárias, secundárias, textuais e imagéticas também. A partir do levantamento dessas fontes é possível contextualizar o conjunto de documentos que está sendo organizado, contribuindo para a complementaridade das informações que o forma.

E, por fim, a quarta etapa, que compreende a representação documental, que gerará os produtos documentais: indexação, resumos e classificação o que possibilita a representação dos documentos. Essa etapa se constitui na organização da informação que será disponibilizada, normalmente em um banco de dados, para os usuários.

Frente à necessidade de se organizar as informações contidas em suportes imagéticos, metodologias específicas para essa tipologia do-

cumental passaram a ser elaboradas. Ao considerar fotografias como documentos, os profissionais que atuam nas instituições de memória – museu, arquivo e biblioteca -, passaram a desenvolver estudos voltados para essa prática, evidenciando a necessidade de sistematizar o conjunto de informações que esse suporte é portador, para divulgá-lo e disponibilizá-lo ao público e seus usuários.

Estes fatos fizeram com que pesquisadores refletissem muito mais sobre as representações fotográficas existentes, procurando metodologias e modos de decifrá-las para com isso obterem uma contribuição rica em significados e informação (ALBUQUERQUE, 2008, p. 13).

Além dessas três metodologias, destaca-se aquela desenvolvida na Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, para o tratamento descritivo do acervo fotográfico, objetivando a elaboração de um catálogo seletivo com 90 fotografias pertencentes ao seu Arquivo Geral. Essa metodologia contempla uma proposição de metadados elaborada por um grupo de pesquisadores em 2009, em que apresenta um conjunto de dados, que devem contemplar informações que sejam referentes ao conteúdo temático tanto quanto formal das imagens fotográficas. Esse trabalho se fundamentou a partir da correlação da Norma Brasileira de Descrição Arquivística – Nobrade, que estabelece normas para a descrição de documentos arquivísticos, fundamentada a partir das determinações contidas na Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística - ISAD (G), associada ao programa Europeu de Salvaguarda de Imagens Fotográficas para Acesso – Sepiades. O software foi elaborado tendo também como base norteadora a mesma norma, que visa à manutenção e preservação do conjunto de imagens fotográficas das instituições responsáveis pela sua guarda. Seu uso não é restrito, não necessitando de nenhuma licença, pois é um software de código aberto.

O quadro 4 apresenta o conjunto de metadados compostos por quatro subgrupos de informação, subdivididos em trinta e três metadados, em média, elaborados a partir da interação da Nobrade e Sepiades.

Quadro 06 – Proposição de metadados para descrição de arquivos fotográficos.

Dados Administrativos	código, tipo código, código(s) relacionado(s), denominação, local de guarda, guia de recolhimento, data recolhimento, difusão, nome do arquivista e data da descrição.
Dados de Proveniência	fundo, grupo, série, dossiê, item, nota explicativa
Dados Técnicos do Suporte	data do processamento, fotógrafo, tradição documental, nitidez, polaridade, dimensão, cromia, conservação, formato e material.
Dados da Imagem	título, tipo do título, nome(s) personagem(ns), local, data, dimensão expressiva, conteúdo informacional e termos relacionados à imagem

Fonte: Pavezi, Flores e Perez (2009, p. 08).

Seguindo essa tendência, a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) também começou a organizar seu acervo fotográfico, de forma que seu tratamento e representação possam auxiliar na constituição de uma memória institucional, através d Memorial Denis Bernardes. Dessa forma, diagnóstico, plano de classificação, acondicionamento/tratamento, representação e conservação do acervo fotográfico foram desenvolvidos. A seguir, tem-se, um exemplo de como uma fotografia poderá auxiliar na memória institucional da UFPE.



Dados Administrativos	
Código:	BR UFPE IU PF.R.R 2389
Tipo de código:	Atribuído pelo documentalista
Código relacionado:	Não identificado
Unidade relacionada:	Não identificada
Data limite do item:	Não identificado
Dimensão do item:	01 positivo em papel
Local de guarda:	Laboratório de Tecnologias do Conhecimento - Líber
Guia de recolhimento:	Não identificado
Data do recolhimento:	2013
Difusão:	Não identificado
Referência da difusão:	Ainda não identificado
Descrito por:	Ana Cláudia Santos e Conceição Wanderley
Data da descrição:	18/11/2013
Dados de Proveniência	
Fundo:	Universidade Federal de Pernambuco
Grupo:	Imprensa Universitária
Série:	Fotografia
Subsérie:	Retratos
Dossiê:	Retratos dos reitores produzidos 1946-1971

Nota explicativa:	João Alfredo da Costa Lima foi o segundo reitor da Universidade do Recife, assumindo o cargo após o falecimento do ex-reitor Joaquim Amazonas. Seu reitorado compreendeu o período de 1959-1964. Foi marcado por problemas internos, incitados pelo professor Gilberto Freyre, o que culminou em sua renúncia, no final do seu reitorado – faltando dois meses para sua conclusão -. Destacam-se como acontecimentos: a reforma no Regimento e Estatuto da UR, greve estudantil realizada pelos estudantes da Faculdade de Direito, a abertura de um processo para que o Campus Universitário passasse a ser denominado de Campus Joaquim Amazonas e criação de Centros de Estudos e Institutos de Ensino e Pesquisa, unidades vinculadas. O período subsequente à sua renúncia, a UR foi gerenciada pelo vice-reitor Newton Maia, que organizou o processo eleitoral para a votação e posse do próximo reitor – Murilo Guimarães.
Dados Técnicos do Suporte	
Fotógrafo:	Não identificado
Denominação:	Fotografia
Tradição documental:	Original
Data do suporte:	Não identificado
Material:	Papel
Formato:	Horizontal
Técnica:	Negativo em película
Dimensão do suporte:	18x24,3 cm
Nitidez:	Ótima
Cromia:	Preto e branco
Polaridade:	Positivo
Inscrições:	Constam no verso da imagem as seguintes inscrições: João Alfredo, e numeração: 2389.
Conservação:	Estado de conservação bom. Contém sujidades nas bordas, com inscrições manuscritas a lápis e a caneta. Foi realizado procedimento de conservação preventiva, através de higienização mecânica com utilização de pó de borracha. O acondicionamento e armazenamento foram realizados em jaqueta de poliéster e caixa <i>acid free</i> , respectivamente.
Dados da Imagem	
Título da imagem:	Evento com o reitor
Tipo do título:	Atribuído pelo documentalista

Data da imagem:	01 de junho de 1959 a 01 de junho de 1964
Local da imagem:	Pernambuco – Recife
Personagens:	João Alfredo Gonçalves da Costa Lima
Dimensão expressiva:	Grande angular, instantâneo, luz artificial, diurna, vista geral, close, distância focal, retrato, com profundidade.
Termos relacionados:	Retrato, João Alfredo
Conteúdo Informacional:	Retrato profissional, a meio corpo, contendo três figuras masculinas em pé. Da esquerda, para direita, João Alfredo, veste terno na cor escura, gravata preta e camisa branca, sua cabeça encontra-se ligeiramente inclinada para o lado esquerdo, voltada para o observador, usa óculos. Ao centro, figura masculina não identificada, vestindo terno, na cor médio escura, gravata preta e camisa branca, encontra-se com a cabeça fletida para o lado direito, esboça um sorriso no rosto. No lado direito, encontra-se outra figura masculina não identificada trajando terno escuro, gravata preta e camisa branca, com a cabeça direcionada para o primeiro retratado, que se encontra à sua frente, usa óculos. No terceiro plano, ao lado direito, espaço interno, contém uma grade de ferro.

Esse exemplo reflete a preocupação com o crescente aumento de documentos fotográficos pertencentes a UFPE e as instituições de memória passaram a lidar com o suporte diferenciado do que comumente se tratava. A partir dessa necessidade vários estudos foram e estão sendo desenvolvidos exclusivamente para essa tipologia documental.

Sendo assim, organizar e representar fotografias faz-se necessário, tendo em vista à impossibilidade de acesso a toda essa produção pelos usuários, bem como sua importância para a memória institucional. Além disso, as instituições custodiadoras de acervo fotográfico começam a considerar as especificidades das informações de conteúdo daqueles suportes, porém, parece não compor grande relevância quando o aspecto observado é o não registro das informações, o que culmina em sua perda e não valorização.

Nesse momento, a atenção maior recai sobre a utilização de metodologias para outra tipologia documental, para tratar documentos textuais, ratificando, parece-se, o princípio que essa literatura em abundância não traz as especificidades das informações dos suportes fotográficos. Frente a isso se apresentam metodologias elaboradas para a representação do conhecimento de imagens fotográficas considerando elementos constituintes da Nobrade e Sepiades.

À guisa de conclusão, ressalta-se a importância das fotografias para constituição da memória institucional e como esse documento necessita ser apropriadamente representado e organizado.

Referências

AGUSTÍN LACRUZ, María del Carmen. El contenido de las imágenes y su análisis en entornos documentales. In: GÓMEZ DÍAZ, R.; AGUSTÍN LACRUZ, M. C. (Ed.). *Polisemias visuales: aproximaciones a la alfabetización visual en la sociedad intercultural*. Salamanca: Universidad de Salamanca, 2010. p. 85-116.

ALBUQUERQUE, Ana Cristina. Os caminhos do documento fotográfico e suas representações. *Baleia na Rede*, v. 1, n. 5, 2008. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/baleianarede/article/view/1436>>. Acesso em: 17 mar. 2014.

BARTHES, Roland. A câmara clara: notas sobre a fotografia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

GONDAR, Jô. Quatro proposições sobre Memória Social. In: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera. *O que é memória social*. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2005.

GUARNIERI, Vanderleia; MONEGO, Sonia. A fotografia como recurso de memória. *Revista Cadernos do CEO*, Chapecó, ano 25, n. 36, 2012. Disponível em: <<http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/1153>>. Acesso em: 21 jun. 2014.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

KOSSOY, Boris. Realidades e ficções na trama fotográfica. São Paulo: Ateliê Editorial, 1999.

LE COADIC, Yves-François. *A ciência da informação*. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LE GOFF, Jacques. História e memória. 5. ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 2003.

LEITE, Míriam Moreira. Retratos de Família. São Paulo: Edusp, 1993.

MAIMONE, Giovana Deliberali; TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves de Moreira. Tratamento informacional de imagens artístico-pictóricas no contexto da Ciência da Informação. DataGramZero – Revista de Ciência da Informação, v. 9, n. 2, abr. 2008. Disponível em: <<http://www.datagamazero.org.br/abr08/Art02htm>> Acesso em: 21 jun. 2014.

MANINI, Miriam Paula. A dimensão expressiva na indexação de documentos fotográficos. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DE IMAGENS, 2007, Londrina. Anais... Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2007. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1012/1/EVENTO_DimensaoExpressivaIndexacao.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2014.

MANINI, Miriam Paula. Análise documentária de fotografias: um referencial de leitura de imagens fotográficas para fins documentários. 2002. 156 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

_____. Imagem, memória e informação: um tripé para o documento fotográfico. Domínios da Imagem, Londrina, ano IV, n. 8, p. 77-88, 2011. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/dominiosdaimagem/index.php/dominios/article/view/127/90>>. Acessado em: 28 maio 2014.

PANOFSKY, E. Significado nas Artes Visuais. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1979.

PAVEZI, Neiva; FLORES, Daniel; PEREZ, Carlos Blaya. Proposição de um conjunto de metadados para a descrição de arquivos fotográficos considerando a Nobrade e

- Sepiades. Transinformação, Campinas, v. 21, n. 3, 2009.
Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000008862&dd1=89a0c>>. Acesso em: 22 maio 2014.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.
- RODRIGUES, Ricardo Crisafulli. Análise e tematização da imagem fotográfica. Ciência da Informação, Brasília, v. 36, n. 3, p. 67-76, set./dez. 2007.
- SANTOS JÚNIOR, Natalício Batista. Fotografia e memória: contra a ação do tempo, foto fortalece tradição das técnicas de memorização. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE COMUNICAÇÃO, CULTURA E MÍDIA, 4., 2008. Anais... Disponível em: <<http://www.belasartes.br/revistabelasartes/downloads/artigos/1/revista-ba-foto-memoria.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2014.
- SONTAG, Susan. Ensaios sobre a fotografia. Trad. Joaquim Paiva. Rio de Janeiro: Arbor, 1981.

Mesa 6 / Table 6

Documento: mediações, apropriações e usos / Document: médiations, appropriations et usages

**La didáctica en la educación superior:
mediadora en la transformación de la
información en conocimiento
Edilma Naranjo Vélez**

**A docência no ensino superior: um mediador
na transformação de informação em
conhecimento**

**Didactique de l'enseignement supérieur:
un médiateur dans la transformation de
'information en connaissances**

**The teaching in higher education: a mediator
in transforming information into knowledge**

Edilma Naranjo Vélez

Doctora en Educación, Magíster en Bibliotecología y Bibliotecóloga.
Profesora e investigadora de la Escuela Interamericana de Bibliotecología de la
Universidad de Antioquia, actual directora de la misma Escuela.

Resumen

La didáctica, elemento esencial en los procesos de enseñanza y de aprendizaje, hace uso de estrategias didácticas que parten del método apoyado en los medios que, como los sistemas de información documental – SID, se vuelven indispensables para transformar la información en conocimiento en los espacios de clase, para que los futuros profesionales entiendan

los procesos que se llevan a cabo en la comprensión y aprehensión de la información que les transfiere el profesor. Se diseña entonces la estrategia didáctica TRINCO (transformación de la información en conocimiento) para que los bibliotecólogos en compañía con los profesores, se conviertan en mediadores en los procesos de enseñanza y de aprendizaje en la Universidad.

Palabras clave: Didáctica de la educación superior, transformación de la información en conocimiento, mediación, uso de la información.

Resumo

O ensino, um elemento essencial no processo de ensino e aprendizagem, faz uso das estratégias de ensino que se baseiam no método suportado nos meios, tais como sistemas de informação de documentos – SID, são essenciais para transformar a informação em conhecimento nos espaços de classe, para que os futuros profissionais compreender os processos que ocorrem na compreensão e apreensão da informação transferida pelo professor. A estratégia de ensino TRINCO (transformação da informação em conhecimento) é então projetado para bibliotecários em parceria com os professores, para se tornarem mediadores nos processos de ensino e aprendizagem na Universidade.

Palavras-chave: Docência no ensino superior, transformação da informação em conhecimento, mediação, uso da informação.

Résumé

La didactique, un élément essentiel dans les processus d'enseignement et d'apprentissage, fait appel à des stratégies didactiques qui se fondent à partir de la méthode soutenue dans les médias, qui, tels que les systèmes d'information documentaire – SID, deviennent indispensables pour la transformation de l'information en connaissances dans les salles de cours, de sorte que les futurs professionnels comprennent les processus qui ont lieu lors de la compréhension et de l'appréhension de l'information transférée par le professeur. Nous concevons, donc, la stratégie didactique

TRINCO (Transformation de l'information en Connaissances) pour que les bibliologues, en équipe avec les enseignants, deviennent des médiateurs dans les processus d'enseignement et d'apprentissage à l'Université.

Mots clés: Didactique de l'enseignement supérieur, transformation de 'information en connaissances, médiation, usage de l'information.

Abstract

Teaching, as an essential element in learning processes, makes use of teaching strategies, based on the method supported in the media, such as document information systems - DIS, become essential to transform information into knowledge in the classroom, so future professionals understand the processes that take place in understanding and apprehension of information transferred by the teacher. The teaching strategy TRINCO (Transformación de la información en conocimiento) is designed for librarians in partnership with teachers, in order to become mediators in teaching and learning processes at the University.

Keywords: Teaching in higher education, transforming information into knowledge, mediation, use of information.

La mediación

La mediación, esa labor que se cumple al tender puentes que permitan unir dos puntos equidistantes y que precisan unirse para alcanzar un fin, es uno de los temas centrales de este Coloquio. Podemos decir que en la docencia el profesor es el mediador, mientras que en los sistemas de información documental –SID-, es el bibliotecólogo; y, en el uso y apropiación de la información para transformarla en conocimiento, los mediadores son tanto profesores como bibliotecólogos, una dupla que debe propiciar el camino que se ha de recorrer para que el estudiante universitario sea consciente del saber que adquirió durante el proceso de enseñanza, haciendo uso de los SID.

Para ello la didáctica enfatiza –por un lado- en la idea y necesidad de una acción metodológica en la que el modo de enseñar logre los fines buscados, privilegiando al estudiante, quien se encuentra bajo la responsabilidad del profesor; y por el otro, se interesa y centra su reflexión teórica y metodológica en los intereses y necesidades del sujeto que aprende; esto indica que los procesos de enseñanza y de aprendizaje en los que se relacionan profesor y estudiante como sujetos sociales, se comparte una cultura.

Razón que lleva a pensar que se requiere de una mediación; es decir, de alguien que lidere el proceso de enseñanza y facilite el aprendizaje en el alumno. De allí que Not exprese frente a la mediación didáctica: esta “consiste en suministrar al nuevo alumno la información de la que no dispone y que no podría procurarse por sus propios medios; después, en ayudarle a transformar esa información en conocimiento” (1992, p. 83).

De igual manera, en esta mediación se da una relación entre contenido y método de enseñanza, cuando se pretende lograr un acercamiento a la producción del conocimiento y en esta relación, tanto profesor como bibliotecólogo son creadores, transformadores, por lo tanto, autores de un acto pedagógico, de un proceso de enseñanza de acuerdo con su área y en el que su experticia les permitirá diseñar un proceso para la transformación de la información en conocimiento durante la clase, lo cual requiere de un diálogo permanente entre ellos y el estudiante.

Al hablar de diálogos, se observa cómo, el proceso de enseñanza es un acto comunicativo, pues se entabla una conversación entre los sujetos que intervienen: profesor y estudiantes y, bibliotecólogo y usuarios, bien sea sobre asuntos inacabados del conocimiento o sobre los documentos y la información que estos portan. Para dar inicio al diálogo las lecturas previas pueden ser un punto de partida; así como los preconceptos y los prejuicios; de igual forma, las preguntas que surgen de las lecturas inciertas alrededor de ese saber que no se conoce,

a partir de lo que nos asombra, que nos inquieta, lo que puede llegar a convertirse en un proyecto de conocimiento diferente para cada uno de los estudiantes y de los usuarios. El papel, tanto del profesor como del bibliotecólogo es indicar las posibilidades y alternativas, que parten de su experiencia mostrando otros mundos y caminos posibles. Para ello, la información es esencial, pues permite la acción comunicativa entre los sujetos partícipes del proceso educativo.

Se busca en esta relación un beneficiario, el estudiante, el usuario, quien haciendo uso consciente de los SID, organizará, reflexionará, analizará, comprenderá e interpretará la información pertinente en su área de conocimiento, para transformarla en un resultado, en un producto que dé cuenta de su apropiación y aprehensión.

Este camino implica un proceso planeado, y desde la didáctica, las estrategias facilitan la enseñanza de un saber, como parte o manifestación del método; puesto que no sólo se trata de acumular conocimiento relacionado con el saber cómo, sino también, de comprender la razón de las acciones, reflexiones y actos que se llevan a cabo en este interés por enseñar bien y lograr que los estudiantes y los usuarios aprendan.

Las estrategias didácticas

La estrategia colleva un acto, pues es dinámica y, por consiguiente, genera la acción de los sujetos, esta última se asume como “[...] una decisión, una elección, pero es también una apuesta” (Morin, 1994, p. 113), apuesta en el sentido de que el pronóstico del logro es impredecible, lo que implica riesgo y genera incertidumbre. Y es que la acción denota estrategia, pues parte de una decisión que es factible de ejecutarse en diversos escenarios, que, como dice el mismo autor “podrán ser modificados según las informaciones que nos lleguen en el curso de la acción y según los elementos aleatorios que sobreverán y perturbarán la acción” (p. 113). Esto significa que

tanto profesores como bibliotecólogos que apliquen la estrategia deben reflexionar la complejidad de la misma, ya que se vive una serie de interacciones en las que el ambiente puede interferir y modificar la intención original, generando incertidumbre y zozobra, y realmente, el éxito de una estrategia reside en la combinación compleja de pensamiento, reflexión, dominio de las cosas simples que incluye la acción (Morin, 1994).

No obstante, las acciones de las estrategias son complejas y útiles para la labor del docente y del bibliotecólogo, quienes, al planearlas a conciencia, están preocupados por ofrecer una buena enseñanza para lograr que los estudiantes y los usuarios se apropien –también conscientemente– del conocimiento transformado que les presentó y para ello se ampara en las labores que le permiten los temas que va a presentar en el espacio educativo; partiendo de la reflexión, al realizar la planificación y determinar cuándo, dónde y cómo utilizarla, de manera que pueda tomar decisiones sobre procedimientos que se requieren en las fases de la estrategia.

Como expone Not “la reflexión se inserta en la acción para apreciar su grado de conformidad” (Not, 1992, p. 45), o en el caso de Heidegger (1971), la reflexión es la meditación que permite percibirse de lo que acontece en un proceso, en la medida en que “el comportamiento hacia sí mismo y de que el decirse sea una reflexión” (p. 311).

Las estrategias didácticas proporcionan conocimientos, habilidades, actitudes y valores (estas características en conjunto se denominan competencias) para que los estudiantes comprendan y reflexionen el proceso de transformación de la información en conocimiento.

Se interpreta así que las estrategias de enseñanza dan cuenta de las concepciones generales de cada profesor, de cada bibliotecólogo formador, igualmente, muestran el punto de vista psicopedagógico de éstos, revelan su saber y desempeño didáctico, de allí que las estrategias que ellos escogen no deben considerarse como la serie de actos que estos organizan de acuerdo con sus conocimientos personales,

sino que conlleva una labor compleja en la que se encuentra en juego la relación de la teoría y la práctica, con el fin de que los estudiantes y os usuarios aprendan.

Entre tanto, las estrategias de aprendizaje (denominadas por otros, estrategias cognitivas) se consideran procedimientos mentales por parte del estudiante y del usuario en búsqueda de su aprendizaje, en ese proceso cada uno desarrolla una serie de operaciones cognoscitivas a fin de procesar la información y así aprenderla de acuerdo con el valor y significado que le asigne en su proceso de aprendizaje.

Estas estrategias didácticas incluyen los medios de los que se vale el profesor y el bibliotecólogo para lograr que estudiantes y usuarios realmente puedan aprender y aprehender los contenidos. Razón que los lleva a enseñarles variadas estrategias, como los mapas mentales, los mapas conceptuales, los debates, las mesas redondas, proyectos de aula, resolución de problemas, estudio de casos, método de proyectos, entre otras, que requieren del uso de los SID para encontrar la información pertinente y así participar en estos espacios educativos.

Como parte del método de enseñanza, las estrategias didácticas se diseñan con la finalidad de resolver un problema temático, alcanzar un objetivo, acercarse a un objeto de estudio y facilitar la enseñanza de un contenido; apoyándose en los medios, y desarrollándose en un espacio aulico real o virtual, en un tiempo sincrónico o asincrónico, y para determinar su efectividad, pero a la vez la comprensión temática por parte del estudiante o del usuario, se realizan evaluaciones y se programan actividades que arrojan unos resultados.

El contenido

El contenido, quizá uno de los elementos del sistema didáctico que mayor impacto tiene en los procesos de búsqueda, recuperación y uso de la información, comprende informaciones, datos, conceptos,

leyes, normas, principios, procedimientos, hábitos, destrezas, valores, actitudes. La mediación del profesor permite que los estudiantes comprendan que ese contenido es importante y porta un significado en su futuro desempeño profesional y personal, al organizar los contenidos formativos en conocimientos (objeto de estudio), habilidades (la correspondencia entre sujeto y objeto) y las actitudes y valores (importancia y significado que el estudiante otorga a los objetos de conocimiento) (Álvarez, 1999), una serie de sistema complejo.

Esto implica por parte del profesor la selección, diseño y organización de los contenidos desde la información, siendo el espacio áulico el lugar donde se le da un significado, un sentido a esa información. Al respecto indica Litwin (2001, en línea): “la tarea docente consiste en reconocer las características de esa información, el sentido con que se la dispuso [...] y, fundamentalmente, la construcción de criterios para reconocer esas características y el sentido original”. Pues los contenidos, más que un fin son un medio para acrecentar las capacidades y los procesos comprensivos; siempre y cuando se ubique “la información y los datos en su contexto para que adquieran sentido. Para tener sentido la palabra necesita del texto, que es su propio contexto, y el texto necesita del contexto donde se enuncia” (Morin, 2001, p. 44).

El método

Entre tanto, el método se asume como un caminar de los sujetos involucrados en el acto educativo, que buscan transformar la información en conocimiento, realizando un recorrido por los SID apoyados en una estrategia didáctica. De esta manera, se asume el método como un proceso reflexivo que organiza las situaciones de la enseñanza, apoyándose en los medios, en forma progresiva, hasta alcanzar un fin, con la comunicación (esta da apertura a la participación, la discusión y el diálogo abriendo el camino para la reflexión, los conocimientos previos y los prejuicios de los estudiantes y de los

usuarios) como elemento cohesionador y esencial en las acciones de profesores y estudiantes, de bibliotecólogos y usuarios, en el que está presente el contexto, los intereses y las motivaciones de cada uno de los implicados, los saberes disciplinares, las relaciones interpersonales, la elaboración y transformación del conocimiento, los fines educativos que se pretenden alcanzar, entre otras.

Esto indica que el método no es estático, por el contrario, debe reflexionarse como una vía que permite estructurar el proceso, superando la rigidez; bajo un modelo comunicacional dialógico (Pasquali, 1979), puesto que los sujetos son activos, tienen voz y participan en la transformación de la información en conocimiento; es decir, se consideran interlocutores, lo que exige partir del otro en relación con el yo y esto significa escuchar atentamente las inquietudes, intereses, experiencias, esperanzas, temores, etc. de aquél, de ese otro.

De allí que sea necesario confrontar los contenidos con la información disponible en los sistemas de información documental, en tanto los textos se escribieron y publicaron en respuesta a una variedad de necesidades o sentidos y son los espacios áulicos los lugares en los que se estimulan y fomentan los criterios relacionados con la crítica, la confrontación, la duda de los saberes enseñados con lo expuesto en los documentos; esto es, se dispone de un “producto necesario e inherente al trabajo con la información. Esto quiere decir que la utilización de [estos SID] puede, al igual que cualquier herramienta, o bien potenciar la propuesta educativa o bien banalizarla al no reconocer que información no es igual a contenido para la enseñanza y para el aprendizaje” (Litwin, 2001, en línea).

Lo anterior muestra cómo el proceso de comunicación no es simple, al contrario, es bastante complejo, y es de esta complejidad de donde surgen acciones significativas, con sentido para los sujetos que intervienen en él, facilitando el surgimiento o reafirmación de valores, principios, convicciones y actitudes que se reflejan durante la conversación, la discusión, esto es, la comunicación. Como expresara

Freire “quien tiene algo que decir debe asumir el deber de motivar, de desafiar a quien escucha, en el sentido de que, quien escucha diga, hable, responda” (Freire, 1997, p. 112). En estos actos se reflexiona para comprender e interpretar la realidad, superando la transferencia de la información y de contenidos, logrando en últimas, comunicar lo que ha transformado; es decir, la síntesis.

Los SID como medios didácticos

Los SID, a la vez que son medios didácticos, albergan espacios reales y virtuales distribuidores de información al servicio de la sociedad, bien para traducir el saber sabio en un saber por enseñar (el profesor), como para realizar la labor o acción que muestre su comprensión e interpretación de ese saber enseñado, es decir su apropiación por parte del estudiante.

En estos medios generados por los avances científicos y tecnológicos, como es el caso de los SID, que de las bibliotecas en espacios físicos han migrado a páginas web, bibliotecas electrónicas, repositorios digitales y bases de datos, entre otros. El ciberespacio es uno de esos espacios virtuales, “este [...] es un nuevo entorno abstracto e invisible en el que circulan ideas e informaciones en forma de textos, sonidos e imágenes; es un espacio virtual y complejo de comunicaciones que diluye las barreras de tiempo y espacio; es una esfera social que cambia el destino de la humanidad” (Lopera, 2010, p. 42).

Allí también tienen cabida los SID, pues se dispone de documentos virtuales ubicados a grandes distancias, pero que se pueden recuperar con un buen uso de los medios de búsqueda y localización de la información que necesitan los usuarios, a partir de una buena comunicación. El ciberespacio se da por ser un espacio relacional que promueve el intercambio de información y facilita la comunicación e interacción de los usuarios de la red.

Los medios en general, se utilizan con el fin de acercar dos extremos

o acercar dos cuerpos a partir de una acción física (Lalande, 1953) o mental. Un extremo es el estudiante o usuario con sus prejuicios, los conocimientos previos, la reflexión, las experiencias y el otro extremo es el problema de la disciplina que debe resolver; entre ambos se encuentran el profesor y el bibliotecólogo, quienes son puentes, mediadores que se apoyan en un medio (como los SID) para que esos dos extremos se acerquen y así contribuir al logro del objetivo. Se observa cómo la contemplación de los medios es algo previo al uso de los mismos, pues se busca “la congruencia recíproca de todas las partes entre sí” (Gadamer, 2005, p. 550).

Los SID, organizados para albergar la información que requiere la sociedad para avanzar en sus desarrollos científicos, artísticos y tecnológicos, se convierten en un medio dentro de los procesos de enseñanza y de aprendizaje, puesto que a ellos acuden tanto profesores como estudiantes para encontrar la información que les permitirá prepararse con anticipación para participar en el espacio áulico; participación que se da con los contenidos traducidos al saber por enseñar por parte del profesor, y del estudiante con las lecturas que lo habilitarán para discutir con sus compañeros y el mismo profesor ese saber sabio que caracteriza al objeto de estudio de su disciplina. Si bien es posible discutir y confrontar un contenido desde los prejuicios, las experiencias, los conocimientos previos y la reflexión, no será igual esta acción si los estudiantes abordan la temática desde los documentos que dan cuenta del conocimiento elaborado por otros y que para ellos, hasta ese momento, sólo es información.

En consecuencia, puede decirse que los SID son medios didácticos que exigen la lectura de la información (que incluye reflexión, análisis, comprensión e interpretación) con el acto de transformación de esta en conocimiento.

¿Cuáles son las características de la estrategia didáctica?

Los datos son una parte de la información y esta es una parte del conocimiento, es su insumo, puesto que es conocimiento comunicado, dominado por un mediador que realiza un proceso de reflexión, análisis, comprensión e interpretación, para transferirlo al estudiante, quien en compañía de profesores, bibliotecólogos y compañeros lo transforma, partiendo de los datos y la información como insumos básicos y logra una síntesis. Para lograr esa transformación y síntesis, el profesor, en compañía de los bibliotecólogos, aplica una estrategia orientada hacia el desarrollo de habilidades, la apropiación del conocimiento y el despliegue de valores y actitudes en el manejo y uso de los SID, para que el estudiante los use como medios en los que se encuentran las fuentes de información (impresas y electrónicas), las cuales contienen la información del saber disciplinar y cultural que requiere en su proceso de formación como futuro profesional.

La estrategia didáctica, está organizada en tres fases, cada una comprendida por varios componentes, que se identifican como segmentos. La fase es una parte o etapa de la estrategia que se organiza siguiendo el recorrido de un proceso de enseñanza con el que se pretende acercar a los estudiantes al manejo y uso consciente de los SID, hasta lograr que ellos, a partir de las fuentes de información que obtengan en esos SID, transformen la información en conocimiento –TRINCO (nombre con que se designa esta estrategia didáctica)– como parte de su proceso de aprendizaje (objetivo). En tanto, los segmentos se entienden “como secuencias que aluden a un modo de interacción o tratamiento del contenido. La cantidad de segmentos está estrechamente vinculada con los contenidos que se desarrollan” (Litwin, 2008, p. 25).

Se diseña una serie de preguntas en cada fase que permiten develar lo que está oculto, o por lo menos, abren el camino para acercarse

al tema y desde ellas se puede vislumbrar lo que vendrá, lo que se abordará. En tanto las habilidades, los conocimientos, las actitudes y los valores surgen en los sujetos del proceso que, conscientemente, toman esta acción como algo necesario en su proceso formativo para poder asumir la función de transformar la información en conocimiento.

Consecuentemente, con esta estrategia se busca que profesores y estudiantes estén en condiciones de transformar los datos y la información en conocimiento, como un proceso que se lleva a cabo en los espacios áulicos universitarios (aulas, unidades de información, laboratorios, ciberespacio, etc.). Es necesario que con la estrategia didáctica TRINCO, los sujetos que participan en el proceso educativo, como usuarios de los SID, obtengan y desarrollen conocimientos, habilidades, actitudes y valores para su desempeño académico y profesional, y para desenvolverse ante situaciones y contextos diferentes, sin la existencia de verdades absolutas, dialogando con la incertidumbre.

Se trata del diálogo de raigambre socrática, en el que las preguntas van por delante, y en el que, al irnos haciendo conscientes de nuestros prejuicios y condicionamientos, lo otro y los otros dejan de ser invisibles y se hacen valer por sí mismos. Y puesto que darles la razón a los otros es sin duda algo difícil de aceptar, hay entonces que aprender siempre de nuevo, contra uno mismo muchas veces, a estar equivocado, a perder en el juego de la comprensión (Gutiérrez, 2008, p. 72).

Primera fase o de prejuicios e indicios

Con esta primera fase de la estrategia didáctica TRINCO, se pretende sensibilizar y motivar a los profesores y los estudiantes frente al papel que cumple la información en su vida académica, profesional y personal como sujetos sociales.

En el diálogo que se sostiene en el espacio áulico se indaga por los conocimientos que poseen sobre el tema que pretenden abordar con el uso de la información y cómo creen que la información les puede ayudar a resolver la labor académica. Iniciar una sesión, una clase o un segmento de la clase, en la que se abordará una temática reciente o nueva, requiere de un proceso en el que se enlace este nuevo tema con lo visto en otras sesiones o con otros contenidos, o que tengan una relación directa con lo que se incorporará.

Igualmente, se tienen en cuenta los intereses y motivaciones que llevan al estudiante a hacer la búsqueda de la información para enseñarle a formular las preguntas alrededor del tema. Con esta mirada se ubica al usuario en el tema o labor que intenta resolver, preguntándole los detalles específicos, de manera que él comprenda cómo manejará el tiempo que necesita en la solución, las acciones que debe ejecutar como la búsqueda de información, además de la lectura y la preparación de los resultados.

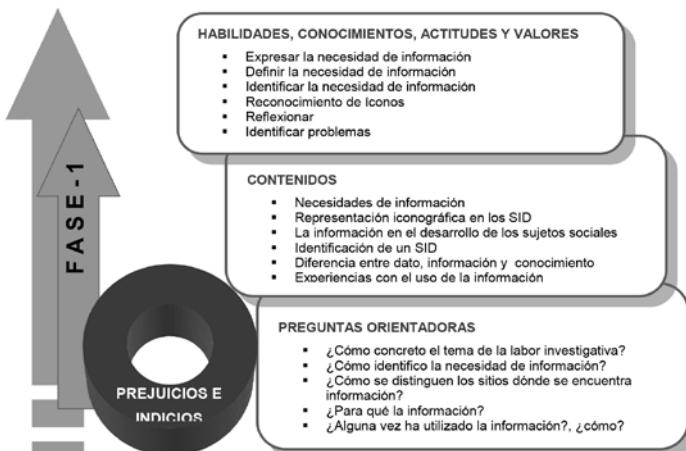


Gráfico 1. Fase de prejuicios e indicios

Segunda fase o de recuperación de la información

En esta fase se tienen varios segmentos en los que se orienta al usuario estudiante a usar los términos y descriptores que le permitan realizar la selección de la información. Una vez logra esta actividad, procede a ordenar los documentos seleccionados y se le enseña a realizar la interconexión e hipertextualidad entre los documentos, para lo cual es fundamental que comprenda la importancia de la categorización (análisis y comparación de la información). Con los elementos de las categorías es posible realizar un resumen de aquello que se ha recuperado y se procede a realizar una representación gráfica, siendo esta una de las síntesis iniciales que elabora el estudiante usuario, para acercarse a la última fase, como es la transformación de esa información que acopió en un conocimiento del cual él se ha apropiado comprensivamente.



Gráfico2. Fase de recuperación y análisis

Tercera fase o transformación y síntesis

Una vez el estudiante usuario ha comprendido los prejuicios y preconcepto que él tiene sobre el problema en cuestión, que ha recuperado y analizado la información acopiada, lo que permite su comprensión, es necesario que proceda con su interpretación, la cual es inagotable, y en consonancia con esto pervivirá en una constante creación, formación y transformación. Por lo tanto, la interpretación se dirige a un espacio abierto que se puede llenar de diversos modos (Gadamer, 2006a).

En la interpretación está presente la estructura dialógica, allí conversa la tradición del pasado con el presente, acompañados por los prejuicios y creencias, logrando, mediante la comprensión, la transformación de ambas partes, hasta alcanzar un nuevo texto, esto es, la síntesis, como una re-creación de algo que ya existía, pero que se modificó.

La síntesis se refiere al hecho de “encadenar un texto nuevo al texto en interpretación [...] La síntesis es una composición que muestra los prejuicios de un intérprete, su estilo de analizar, de comprender, de interpretar y de escribir [...]. En la síntesis el lector se convierte en un autor para la comunidad específica que maneja un tipo de lenguaje dentro de un sistema de creencias” (González, E., 2006: pp. 57-58). Se da una transformación de la tradición del pasado en fusión con el presente; esta la realiza el ser que se deja decir al confrontar sus prejuicios, precomprensiones, conocimientos previos y creencias con el texto que lo aborda, reflexiona y para ello lo desglosa, lo desenmascara en sus partes más simples, las compara hasta llegar a comprender cada una de ellas en sus relaciones internas, lo que permite interpretar el sentido de lo expresado allí, para llegar a un nuevo texto, la síntesis que muestra su modificación.

En esta fase se presentan los momentos de trabajo directo con la información acopiada para proceder a su transformación desde el

proceso que facilita la hermenéutica: comprensión, interpretación y síntesis, pues la reflexión, el análisis y la comparación se realizaron en las fases previas.

Así, el usuario estudiante adquiere y afianza conocimientos y habilidades para organizar en esquemas la información que le sirve para su necesidad de información, conversar sobre la experiencia y los resultados. Realiza la comprensión y la interpretación de la información que se seleccionó, así como la transformación y síntesis de ésta. Naranjo y Álvarez presentan esta fase como “el proceso de intercambio de experiencias significativas sobre la información y su uso a partir de la estructura cognoscitiva de los sujetos, en una búsqueda continua de transformación” (2003, p. 23).

De igual manera, se prepara al usuario para que redacte y presente sus trabajos y los resultados de su proceso de búsqueda y uso de la información bien sea en forma escrita, visual, oral o audiovisual en diferentes espacios, formatos y soportes; además de que sus presentaciones estarán respaldadas por las bibliografías que elabore, como una forma de respetar los derechos morales de los autores, entre otras acciones.

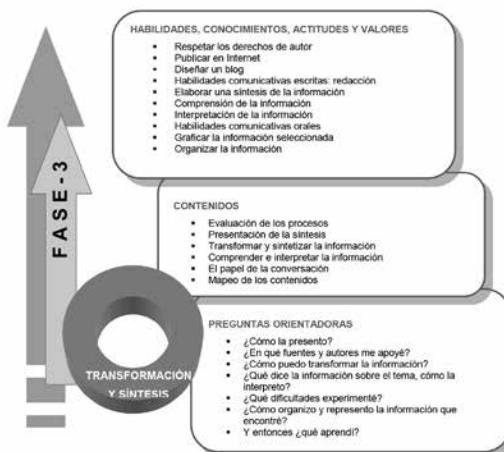


Gráfico3. Fase de transformación y síntesis

Consideraciones finales

La acción didáctica de los medios es un acto que se realiza con un método. Como afirma Klingberg (1990, p. 420) “la eficacia de los métodos de enseñanza empleados puede elevarse mediante el empleo de los medios de enseñanza” para facilitar la apropiación de los contenidos por parte de los estudiantes.

La apropiación del contenido depende, en parte, de los prejuicios, los preconceptos y la reflexión del estudiante, al igual que de sus intereses y motivaciones.

Los medios tienen una incidencia en los procesos de enseñanza y de aprendizaje, ya que se convierten en el puente que conecta prejuicios, experiencias, conocimientos previos y reflexiones con el nuevo contenido.

En un proceso didáctico, la información se convierte en un insumo tanto para la enseñanza como para el aprendizaje y la presencia de los SID, con sus variadas aplicaciones tecnológicas, favorece el desempeño personal, académico y profesional de las personas que en él intervienen (profesores y estudiantes como usuarios de la información), pues posibilitan el acceso rápido y fácil a gran cantidad de información, sin que por ello se desconozca la importancia del método y su interacción con el estudiante y el contenido.

La transformación de la información en conocimiento, debería ser la meta que en el espacio áulico se tracen estudiantes, profesores y bibliotecólogos para que el ingreso a la vida universitaria tenga sentido en la vida de los sujetos académicos.

Bibliografía

- Álvarez, C. (1999). La escuela en la vida: didáctica. La Habana: Pueblo y Educación.

- Freire, P. (1997). Pedagogía de la autonomía: saberes necesarios para la práctica educativa. México: Siglo XXI Editores.
- Gadamer, H-G. (2005). Verdad y método T. I. Salamanca: Sígueme.
- Gadamer, H-G. (2006a). Estética y hermenéutica (3^a ed.). Madrid: Tecnos.
- González, E.(2006). Sobre la hermenéutica o acerca de las múltiples lecturas de los real. Medellín: Universidad de Medellín.
- Gutiérrez, C. (2008). La filosofía y su historia. Ideas y valores: revista colombiana de filosofía, 137, 63-73. Recuperado 11 noviembre, 2009, de http://dialnet.unirioja.es/servlet/listaarticulos?tipo_busqueda=EJEMPLAR&revista_busqueda=9639&clave_busqueda=198050
- Heidegger, M. (1971). El ser y el tiempo (2^a ed.). México: Fondo de Cultura Económica.
- Lalande, A. (Ed.) (1953). Vocabulario técnico y crítico de la filosofía. Buenos Aires: Ateneo. 2 t.
- Litwin, E. (2001). Las nuevas tecnologías y las prácticas de la enseñanza en la Universidad. Recuperado 10 junio, 2007, de <http://www.litwin.com.ar/site/Articulos2.asp>
- Litwin, E. (2008). El oficio de enseñar: condiciones y contextos. Buenos Aires: Paidós.
- Lopera, H. (2010). Cibercultura crítica universitaria: el poder de transformar la sociedad informatizada. Una propuesta desde el enfoque de las pedagogías decoloniales para orientar la formación crítica universitaria en la era digital. Tesis de maestría en Educación, no publicada. Universidad de Antioquia, Medellín, Colombia. Recuperada 12 marzo, 2012, de <http://www.slideshare.net/hlopera/cibercultura-critica-universitaria-el-poder-de-transformar-la-sociedad-informatizada>
- Morin, E. (1994). Introducción al pensamiento complejo. Barcelona: Gedisa
- Morin, E. (2001). Los siete saberes necesarios para la educación del futuro. Barcelona: Paidós.

- Naranjo, E. & Álvarez, D. (2003). Desarrollo de habilidades informativas: una forma de animar a leer. Medellín: Universidad de Antioquia, Escuela Interamericana de Bibliotecología.
- Not, L. (1992). La enseñanza dialogante. Hacia una educación en segunda persona. Barcelona: Herder.
- Pasquali, A. (1979). Comprender la comunicación. Caracas: Monte Ávila.

Yves Jeanneret (Université Sorbonne IV, France)

Documento como ponto de diálogo entre Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação

Document comme lier de dialogue entre archivistique, bibliothéconomie, muséologie et sciences de l'information

Document as a point of dialogue between Archival, Library Science, Museology and Information Science

Carlos Alberto Ávila Araújo

Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, Brasil

Resumo

O objetivo deste texto é discutir o potencial que o conceito de “documento” possui para sustentar e fortalecer os diálogos estabelecidos entre a Ciência da Informação e os campos da Arquivologia, da Biblioteconomia e da Museologia. Para isso, são analisadas as várias perspectivas teóricas que se desenvolveram nestes campos. Propõe-se que, por meio da especificidade do olhar informacional promovido contemporaneamente pela Ciência da Informação, as ações dos arquivos, das bibliotecas e dos museus possam ser analisadas dentro de um quadro de referência que possibilite o diálogo entre elas e sua assimilação como uma atividade de mediação, a partir de uma intencionalidade junto aos documentos, no contexto de uma dimensão informacional.

Palavras-chave: Documento; Arquivologia; Biblioteconomia; Museologia; Ciência da Informação.

Résumé

L'objectif de cet article est de discuter de la potentiel que la notion de "document" doit soutenir et renforcer le dialogue entre les Sciences de l'Information et des champs de Archivistique, Bibliothéconomie et de la Muséologie. Pour cela, nous analysons les différentes perspectives théoriques qui se sont développées dans ces domaines. Il est proposé que, grâce à la spécificité des information regardant aujourd'hui parrainé par Sciences de l'Information, les actions des archives, bibliothèques et musées peuvent être analysées dans un cadre qui permet le dialogue entre eux et leur assimilation comme une activité la médiation à partir d'un intentionnalité avec les documents, dans le cadre d'une dimension d'information.

Mots Clés: Document; Archivistique; Bibliothéconomie; Muséologie.

Abstract

The purpose of this paper is to discuss the potential that the concept of "document" has to sustain and strengthen the dialogue established between Information Science and the fields of Archival Science, Library Science and Museology. For this, we analyze the various theoretical perspectives that have developed in these fields. It is proposed that, through the point of view of the informational specificity actually promoted by Information Science, the actions of archives, libraries and museums can be analyzed within a framework that enables the dialogue between them and their assimilation as an activity mediation, from a intention with the documents, in the context of an informational dimension.

Keywords: Document; Archival Science; Library Science; Museology; Information Science.

1. Introdução

Nos últimos anos vem se ampliando o diálogo entre a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia, entre si, e delas com a Ciência

da Informação. Um dos pontos de aproximação mais evidentes entre essas áreas é a própria noção de documento. Mas o entendimento do que é o documento se alterou ao longo do tempo de consolidação disciplinar de cada uma delas. Ao mesmo tempo, se pode verificar que, inicialmente, o conceito de documento acabou por atuar como elemento de distinção entre elas e, em tempos mais recentes, se torna um dos pontos de diálogo e produção comum de conhecimento.

2. Surgimento e evolução da Arquivologia, da Biblioteconomia e da Museologia

Refletir sobre os campos de conhecimento da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia conduz às primeiras atividades culturais humanas – entendendo aqui cultura como a ação simbólica, humana, de interpretar o mundo e de produzir registros materiais dessas ações em qualquer tipo de suporte físico. Esses registros materiais estão na origem do conceito de “documento”, que é o foco de análise deste trabalho. Com a invenção da escrita e do estabelecimento das primeiras cidades, no início dos processos de sedentarização das coletividades, há mais de cinco milênios, aparecem as primeiras manifestações de espaços específicos voltados para a guarda e a preservação de acervos documentais. Autores que tratam da história dos arquivos, bibliotecas e museus frequentemente listam algumas instituições que se tornaram paradigmáticas (como os arquivos de Ebla, a Biblioteca de Alexandria, o Mouseion alexandrino), embora distinções muito rígidas do que seria arquivo, biblioteca ou museu se revelem infrutíferas (SILVA, 2006). No Egito Antigo, na Grécia Clássica, no Império Romano, nos mundos árabe e chinês do primeiro milênio e na Idade Média na Europa, ergueram-se e consolidaram-se numerosos arquivos, bibliotecas e museus, relacionados com os mais diversos fins – religiosos, políticos, econômicos, artísticos, jurídicos, entre outros.

Contudo, é após o Renascimento, a partir do século XV, que aparecem os primeiros traços efetivos daquilo que se poderia chamar de um conhecimento teórico específico nas três áreas, com a publicação dos primeiros tratados relativos a estas instituições. Nesta época, renasce o interesse pela produção humana, pelas obras artísticas, filosóficas e científicas – tanto as da Antiguidade Greco-Romana como aquelas que se desenvolviam no próprio momento. Salientou-se assim o interesse pelo culto das obras, pela sua guarda, sua preservação.

Proliferaram, entre os séculos XV e XVII, tratados e manuais voltados para as regras de procedimentos nas instituições responsáveis pela guarda das obras, para as regras de preservação e conservação física dos materiais, para as estratégias de descrição formal das peças e documentos, incluindo aspectos sobre sua legitimidade, procedência e características. A produção simbólica humana, compreendida como um “tesouro” que precisaria ser devidamente preservado, torna-se objeto de uma visão patrimonialista (o conjunto da produção intelectual e estética humana, a ser guardado e repassado para as gerações futuras). Contudo, o foco do interesse fixa-se no conteúdo dos acervos, constituindo arquivos, bibliotecas e museus apenas em instituições a serviço dos campos de estudo da Literatura, das Artes, da História e das ciências. Não se constroem, neste momento, conhecimentos arquivísticos, biblioteconômicos ou museológicos consistentes (para além de algumas regras operativas muito próximas do senso comum), mas apenas conhecimentos artísticos, literários, filosóficos ou históricos sobre os conteúdos guardados nestas instituições.

O passo seguinte na evolução destas áreas do conhecimento se dá com a Revolução Francesa e as demais revoluções burguesas na Europa. Opera-se uma profunda transformação em todas as dimensões da vida humana (na política, na economia, no direito) e, dessa forma, também os arquivos, as bibliotecas e os museus são drasticamente transformados. Surgem os conceitos modernos de “Arquivo Nacional”, “Biblioteca Nacional”, “Museu Nacional”, que têm no caráter

público (no sentido de “nacional”, relativo ao coletivo dos nascentes Estados modernos) sua marca distintiva. São formadas as grandes coleções, operam-se amplos processos de aquisição e acumulação de acervos – o que reforçou a natureza custodial destas instituições. A necessidade de se ter pessoal qualificado para as nascentes instituições modernas levou à formação dos primeiros cursos profissionalizantes, voltados essencialmente para regras de administração das rotinas destas instituições e, seguindo a tradição anterior, para conhecimentos gerais em Humanidades (ou seja, os assuntos dos acervos guardados).

Por fim, com a consolidação da ciência moderna como forma legítima de produção de conhecimento e de intervenção na natureza e na sociedade, também o campo das humanidades se vê convocado a constituir-se como ciência. Surgem então, ao longo de todo o século XIX, diversos manuais que buscam estabelecer o projeto de constituição científica da Arquivologia, da Biblioteconomia e da Museologia. O modelo de ciência então dominante, oriundo das ciências exatas e naturais, voltado para a busca de regularidades, estabelecimento de leis, ideal matemático e intervenção na natureza por meio de processos técnicos e tecnológicos, se expande para as ciências sociais e humanas através do Positivismo. Esse é o modelo que inspira as pioneiras conformações científicas das três áreas, que privilegia os procedimentos técnicos de intervenção: as estratégias de inventariação, catalogação, descrição, classificação e ordenação dos acervos documentais de arquivos, bibliotecas e museus. Opera-se um “efeito metonímico”: aquilo que antes era uma parte do processo (operações técnicas para possibilitar o uso das coleções) se torna o núcleo, o essencial, em alguns casos a quase totalidade do conteúdo dos nascentes campos disciplinares. Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia tornaram-se as ciências (positivas) voltadas para o desenvolvimento das técnicas de tratamento dos acervos que custodiavam. Ao mesmo tempo, o movimento de consolidação positivista destas áreas de conhecimento promove, de uma só vez, sua “libertação” de

outras áreas das quais eram apenas campos auxiliares (como as Artes, a História, a Literatura) e a sua autonomização científica, sendo por meio desta que se opera a separação efetiva entre as três áreas, cada uma com seu conjunto específico de técnicas.

Mais do que oposições, os três movimentos acima destacados se somam. A perspectiva patrimonialista volta-se para os “tesouros” que devem ser custodiados, ressaltando a importância da produção simbólica humana. Ainda que preservado em parte o sincretismo verificado nos séculos anteriores, há já alguma distinção entre arquivos, bibliotecas e museus. A entrada na Modernidade enfatiza as especificidades das instituições arquivos, bibliotecas e museus, que devem ter estruturas organizadas e rotinas estabelecidas para o exercício da custódia. E a fundamentação positivista prioriza as técnicas particulares de cada instituição a serem utilizadas para o correto tratamento do material custodiado. Constituem-se assim, nos finais do século XIX e início do século XX, os elementos que marcam a consolidação de um paradigma patrimonialista, custodial e tecnicista (SILVA, 2006) para as três áreas.

Um dos efeitos mais sensíveis deste modelo é que, ao privilegiar a dimensão física das coleções, em seguida as instituições que as guardam e finalmente as técnicas operadas para seu tratamento, ele efetivamente promove e incentiva a separação das três áreas e sua constituição como campos científicos autônomos. Tal fato se complementa com as ações, cada vez mais incisivas, nas primeiras décadas do século XX, das associações profissionais em prol do estabelecimento das distinções entre os profissionais de arquivo, de biblioteca e de museu. Profissionais diferentes, em instituições diferentes, utilizando técnicas diferentes para o tratamento de acervos específicos – tal é a resultante da soma das ações ocorridas no plano teórico (com o paradigma custodial) e prático (com o fortalecimento das instituições, dos movimentos profissionais e associativos, e o início dos primeiros cursos universitários).

Ao longo do século XX, contudo, o desenvolvimento de reflexões e teorias nas três áreas não conduziu ao fortalecimento do paradigma dominante. Ao contrário, a vasta produção científica que se seguiu identificou, com muita freqüência, os vários limites desse modelo, ressaltando diversos aspectos que, pouco a pouco, foram conduzindo à necessidade de sua superação. Além disso, novos fatores e elementos surgidos neste século (como a crescente importância da informação e do conhecimento nos setores produtivos da sociedade, o desenvolvimento das tecnologias digitais, o incremento das práticas interdisciplinares no ambiente científico e a crescente importância da especificidade das ciências sociais e humanas) também exerceram importante papel na mudança do cenário de atuação de arquivos, bibliotecas e museus, conduzindo a iniciativas práticas que também evidenciavam mudanças no paradigma dominante.

As teorias e reflexões desenvolvidas no século XX podem ser agrupadas em quatro eixos. O primeiro são os estudos de inspiração funcionalista. Já no final do século XIX, ensaios, manifestos e iniciativas vinham reivindicando mudanças nos arquivos, bibliotecas e museus, por meio de expressões como “arquivo efetivamente útil”, “biblioteca viva”, “museu dinâmico”, entre outras. Criticava-se o fato de estas instituições estarem voltadas apenas para seus acervos e suas técnicas, sugerindo que elas se “mexessem”, buscassem atuarativamente nos contextos sociais em que se inseriam. E, ao propor isso, provocaram também mudanças consideráveis nas formulações teóricas.

Em comum, essas várias manifestações têm como fundamento o Funcionalismo. Trata-se de uma perspectiva que se sustenta numa visão da realidade humana a partir da inspiração biológica do organismo vivo. A sociedade humana é entendida como um todo orgânico, composto de partes que desempenham funções específicas necessárias para a manutenção do equilíbrio do todo. Estudos funcionalistas se voltam, pois, para a determinação das funções (no caso,

dos arquivos, das bibliotecas e dos museus), para verificar se as funções estão ou não sendo cumpridas (e para a identificação e eliminação dos obstáculos que impedem seu cumprimento), para a identificação de disfunções que possam estar ocorrendo e a formulação de estratégias para superá-las. Por todo o raciocínio encontra-se a ideia de eficácia: a investigação científica como fator para impulsionar o funcionamento adequado das instituições e, consequentemente, o desenvolvimento e o progresso das sociedades. No campo da Arquivologia, as primeiras manifestações deste pensamento se encontram nos manuais de Jenkinson e de Casanova, na área de Avaliação de Documentos, na teoria das três categorias de valor de Schellenberg e nos manuais de dinamização de arquivos. Na Biblioteconomia, nos Public Library Movements, na criação dos serviços de referência, na produção da Escola de Chicago e nas leis da Biblioteconomia como a de Ranganathan. No campo da Museologia, há a área de Museum Education, o “museu imaginário” de Malraux, a aproximação com o conceito de comunicação no Canadá e a “Nova Museologia” defendida por Vergo e outros na Inglaterra.

A segunda é a perspectiva crítica. Abordagens críticas sobre os fenômenos humanos e sociais se desenvolveram intensamente desde o século XIX como reação ao pensamento positivista. Onde as recentes ciências humanas e sociais buscavam estabelecer padrões e regularidades, as manifestações críticas denunciavam o caráter histórico da realidade, reivindicando o estudo dos contextos históricos para a compreensão dos fenômenos. Em oposição ao Funcionalismo, que almejava o bom funcionamento do social, as teorias críticas argumentavam que o conflito, e não a integração, constitui o principal fundamento explicativo da realidade humana. A partir de uma postura epistemológica de suspeição, desenvolveram-se abordagens críticas em praticamente todas as ciências sociais e humanas – e, também, nos campos da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. Arquivos, bibliotecas e museus passaram a ser estudados não mais com o intuito de identificar as funções que deveriam desempenhar

para o bom funcionamento do todo social mas, sim, a partir de seu papel nas dinâmicas de poder e dominação, principalmente a partir da denúncia de suas ações ideológicas.

No âmbito da Arquivologia, os estudos sobre critérios arquivísticos por Bautier, as discussões sobre políticas de informação e a arquivística pós-moderna de Cook são algumas das manifestações. No campo da Biblioteconomia, os trabalhos em extensão bibliotecária, ação cultural e a teoria marxista do registro escrito de Estivals, Meyriat e Breton são exemplos. Na Museologia, autores como Zola, Valéry e Marinetti que denunciaram o caráter autoritário dos museus, as formas de antimuseu, os trabalhos de Bourdieu e a recente “Museologia crítica” são abordagens críticas relevantes.

Um terceiro eixo são os estudos a partir da perspectiva dos sujeitos. Arquivos, bibliotecas e museus sempre tiveram usuários ou visitantes. Durante a vigência do paradigma custodial, contudo, conhecê-los nunca foi uma prioridade. Nos primeiros anos do século XX, as abordagens funcionalistas começaram a se preocupar com o público, tentando obter dados sobre índices de satisfação para a melhoria dos serviços. Aos poucos, a importância de se conhecer a visão dos sujeitos concretos que se relacionam com estas instituições foi aumentando, a ponto de acabar se tornando uma área de estudos autônoma. Os usuários e visitantes deixaram de ser vistos apenas como alvo dos processos arquivísticos, biblioteconômicos e museológicos, sendo compreendidos como seres ativos, construtores de significados e interpretações próprias, com necessidades e estratégias diversas. A compreensão dessas novas questões trouxe relevantes impactos para a teoria e para a prática.

No campo da Arquivologia, o tema surgiu com as reflexões sobre o acesso aos arquivos nas reuniões do Conselho Internacional de Arquivos (CIA), havendo depois pesquisas sobre necessidades de informação de autores como Taylor, Dowle, Dearstyne, Pugh, Cox e Wilson. Na Biblioteconomia, os “estudos de comunidade” foram

pioneiros, seguindo-se estudos de necessidades de informação de autores como Line, Paisley, Brittain e Totterdall e, recentemente, destacam-se as pesquisas de autores como Kuhlthau e Todd numa perspectiva cognitivista. Na Museologia, os primeiros estudos empíricos foram feitos por Galton e Gilman, seguindo-se estudos sobre os impactos nas exposições junto aos visitantes, realizados por autores como Cummings, Derryberry e Melton. Na década de 1960, Shettell e Screven inauguraram uma nova perspectiva com as medidas de aprendizagem nos estudos de visitantes. Nas décadas seguintes, desenvolveram-se abordagens de base cognitivista, sobre a efetividade das exposições (Eason, Friedman, Borun), e de natureza construtivista – como o modelo tridimensional de Loomis, a teoria dos filtros de McManus, o modelo sociocognitivo de Uzzell, a abordagem comunicacional de Hooper-Greenhill e o modelo contextual de Falk e Dierking.

Por fim, desenvolveram-se os estudos sobre representação. Desde sua origem, os arquivos, as bibliotecas e os museus se depararam com o desafio de representar suas coleções – inventariá-las para fins de controle e guarda, catalogá-las e classificá-las para fins de recuperação, descrevê-las para facilitar o acesso e o uso. Tal desafio foi historicamente concebido como uma questão técnica – encontrar as formas mais adequadas para atingir os objetivos. Nos séculos XVIII e XIX, o enciclopedismo, o historicismo e o positivismo marcaram fortemente as tarefas de representação com a proposição de esquemas universais de representação. Ao longo do século XX, contudo, diferentes teorias buscaram problematizar esses processos, conformando aos poucos uma subárea de estudos com forte influência das ciências da linguagem. De tarefa técnica, as questões da representação se converteram em importante campo de investigação científica.

A temática relativa a princípios de organização e descrição de documentos arquivísticos foi desenvolvida em manuais como os de Tascón, de 1960, e de Tanodi, em 1961, e em obras teóricas de pes-

quisadores como Schellenberg. Nas décadas de 1970 autores como Laroche e Duchein problematizaram os princípios de ordenamento confrontando o conceito de record group surgido nos EUA com o princípio da proveniência europeu. No final desta década, autores como Dollar e Lytle inseriram a questão dos registros eletrônicos e a recuperação da informação. Os aspectos relacionados com preservação e autenticidade também estiveram no centro dos debates sobre os documentos digitais, envolvendo pesquisadores como Duranti e Lodolini, que buscaram confirmar o valor do princípio de proveniência e o respeito aos fundos como critério fundamental da Arquivologia. As questões relacionadas com a descrição e a organização estão na origem mesma da fundação da Biblioteconomia como campo autônomo de conhecimento. A Catalogação, relacionada com a descrição dos aspectos formais dos documentos, teve suas primeiras regras e princípios formulados ainda no século XIX. A partir da década de 1960, padrões internacionais de descrição bibliográfica foram formulados e envolveram diversos grupos de estudo. Paralelamente, a área de Classificação teve início com a criação dos primeiros sistemas de classificação bibliográfica gerais e enumerativos, como os de Dewey, Otlet, Bliss e Brown. Na primeira metade do século XX, os trabalhos de Ranganathan sobre classificação facetada revolucionaram o campo, propondo formas flexíveis e não-hierarquizadas de classificação. Nos anos seguintes, diversos campos e setores de pesquisa estabeleceram diálogo ou se apropriaram dos princípios da classificação facetada, tais como os tesouros facetados de Aitchison, a Teoria do conceito de Dahlberg, os estudos de bases de dados facetados de Neelameghan, a abordagem dos boundary objects de Albrechtsen e Jacob, as pesquisas em estruturas de classificação de Kwasnik, e o mapeamento de sentenças para a evidenciação de facetas por Beghtol. Na Museologia, desenvolveu-se a área de Documentação Museológica a partir do trabalho de autores como Wittlin, Taylor e Schnapper. Entre as várias abordagens desenvolvidas, encontram-se aquelas que buscaram problematizar aspectos classificatórios dos

museus, como a questão da representação dos gêneros, dos diferentes povos do mundo, das diferentes culturas humanas, numa linha marcada pelos cultural studies.

3. As abordagens contemporâneas em Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia

Os avanços mais recentes nos campos da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia têm buscado agregar as várias contribuições das últimas décadas. Novos tipos de instituições, serviços e ações executadas no âmbito extra-institucional conferiram maior dinamismo aos campos, que passaram a se preocupar mais com os fluxos e a circulação de informação. Buscando superar os modelos voltados apenas para a ação das instituições junto ao público, ou para os usos e apropriações que o público faz dos acervos, surgiram modelos voltados para a interação e a mediação, contemplando as ações reciprocamente referenciadas destes atores. Modelos sistêmicos também apareceram na tentativa de integrar ações, acervos ou serviços antes contemplados isoladamente. A própria ideia de acervo, ou coleção, foi problematizada, na esteira de questionamentos sobre o objeto da Arquivologia, da Biblioteconomia e da Museologia. Somado a tudo isso, desenvolveram-se as tecnologias digitais com um impacto muito mais profundo, reconfigurando tanto o fazer quanto a teorização destes três campos.

Na Arquivologia, na década de 1960, houve uma maior teorização sobre o objeto do campo (destacando-se o pioneirismo de Tanodi que, em 1961 definiu o objeto como sendo a “arquivalia”); uma ampliação de seus domínios (como os arquivos administrativos, os arquivos privados e de empresas); e ainda o surgimento de campos novos (os arquivos sonoros, visuais e o uso do microfilme). Tais avanços tiveram como consequência a criação, na década seguinte, do Programa de Gestão dos Documentos e dos Arquivos (RAMP),

estruturado pelo CIA e pela Unesco, no âmbito de seu Programa Geral de Informação (PGI) criado em 1976. Tal programa assegurou a publicação de importantes trabalhos em diferentes áreas da Arquivologia, tais como os de Kula (avaliação de arquivos de imagens em movimento); de Naugler (registros eletrônicos); de Guptil (documentos de organizações internacionais); de Harrison e Schuurma (arquivos sonoros) e de Cook (documentos contendo informações pessoais). Contudo, a maior inovação teórica, a Arquivística Integrada, surgiu no começo dos anos 1980 com o artigo inaugural de Ducharme e Rousseau, que apresenta uma visão sistêmica do fluxo documental. Dois anos depois, Couture e Rousseau formalizaram a busca de uma síntese dos records management e da archives administration, a partir de uma visão global dos arquivos, considerando a gestão de documentos no campo de ação da Arquivologia, isto é, abarcando as tradicionalmente chamadas três idades dos documentos numa perspectiva integrada. Tal abordagem passou a desenvolver-se de formas específicas por autores de variados contextos, tais como Cortés Alonso e Conde Villaverde na Espanha, Menne-Haritz na Alemanha, Cook na Inglaterra e Vásquez na Argentina. Pouco depois, surgiu a expressão “pós-custodial” para designar uma nova fase da Arquivologia (COOK, 1997). Nessa mesma linha desenvolveu-se a perspectiva sistêmica em torno da ideia de “arquivo total” em Portugal, congregando pesquisadores como Silva e Ribeiro (SILVA et al, 1998). Outras temáticas contemporâneas são as que relacionam os arquivos com as atividades de registro da história oral, e o campo dos arquivos pessoais e familiares (COX, 2008).

Dentro das abordagens contemporâneas em Biblioteconomia, destacam-se três grandes tendências que, embora possam ser separadamente identificadas, possuem vários elementos em comum. A primeira delas é a que se apresenta contemporaneamente sob a designação de “Mediação”. Tal vertente foi primeiramente trabalhada por Ortega y Gasset, em 1935, num sentido de ponte, filtro, sendo o bibliotecário um orientador de leituras dos usuários. Anso depois,

expressou-se numa alteração estrutural do conceito de biblioteca, sendo esta considerada “menos como ‘coleção de livros e outros documentos, devidamente classificados e catalogados’ do que como assembléia de usuários da informação” (FONSECA, 1992, p. 60). Assim, a ideia de mediação sofreu uma mudança, enfatizando menos o caráter difusor (de transmissão de conhecimentos) e mais o caráter dialógico da biblioteca (ALMEIDA JR., 2009). A segunda vertente também pode ser entendida como parte dos estudos sobre mediação, embora tenha se desenvolvido de modo mais específico. Trata-se do campo desenvolvido a partir do conceito de “Information Literacy”, surgido nos EUA em 1974, voltado para a identificação e a promoção de habilidades informacionais dos sujeitos, que não são mais entendidos apenas como usuários portadores de necessidades informacionais (Campello, 2003). Por fim, a terceira vertente é a dos estudos sobre as bibliotecas eletrônicas ou digitais, com todas as implicações em termos de acervos, serviços e dinâmicas relativas a essa nova condição (ROWLEY, 2002).

Na Museologia, merece destaque o desenvolvimento dos ecomuseus e da chamada Nova Museologia. Conforme Davis (1999), o conceito de “ecomuseu” surgiu no começo do século XX, sob o impacto das ideias ambientalistas, de conceitos relativos à ecologia e ecossistemas, com a criação dos “museus ao ar livre”, que, numa perspectiva ampliada de museu, incorporavam sítios geológicos ou naturais ao seu “acervo”. Um outro sentido para o termo foi dado, a partir das ideias de Rivière, Hugues de Varine e Bazin, pela Nova Museologia, que propôs repensar o significado da própria instituição museu. Nessa visão, os museus deveriam envolver as comunidades locais no processo de tratar e cuidar de seu patrimônio. Tal proposta foi apresentada pela primeira vez em 1972, numa Mesa Redonda de Santiago do Chile, organizada pelo International Council of Museums (ICOM), sendo formalizada na Declaração de Quebec, em 1984. Do ponto de vista teórico, tal noção propõe que a Museologia passe a estudar a relação das pessoas com o patrimônio cultural e que o museu

seja entendido como instrumento e agente de transformação social – o que significa ir além das suas funções tradicionais de identificação, conservação e educação, em direção à inserção da sua ação nos meios humano e físico, integrando as populações. Defendendo a participação comunitária no lugar do “monólogo” do técnico especialista, tais ideias colocaram no lugar do tradicional tripé edifício/coleções/público da Museologia uma nova rede de conceitos, composta por território, patrimônio e comunidade. Deve-se distinguir, porém, essa Nova Museologia dos recentes estudos com a mesma designação, propostos por Vergo e Marstine, entre outros, que representam, antes, uma revitalização do pensamento funcionalista. Soma-se a isso a recente ênfase nos estudos sobre a musealização do patrimônio imaterial. Por fim, o fenômeno contemporâneo dos museus virtuais representa uma dimensão com variados desdobramentos práticos e teóricos. Para Deloche (2002), a chegada da tecnologia digital à realidade dos museus acarreta a reformulação da própria concepção de instituição museal. Sem edifício ou coleções, marcos institucionais tradicionais definidores do próprio campo, o museu se vê na condição de oferecer novos serviços, por meio de novas práticas e funções, a usuários que também ganham novas condições de ação. Ao mesmo tempo, a adoção de tecnologias tanto para o tratamento como para o planejamento de exposições aproxima o museu do conceito de sistema de informação. Nesse sentido, têm sido desenvolvidos estudos numa área específica denominada “Museum Informatics”, que trata das interações sociotécnicas (entre as pessoas, a informação e a tecnologia) nos espaços museais (MARTY; JONES, 2008).

4. O diálogo com a Ciência da Informação

As raízes da CI se encontram na área de Documentação, criada por Otlet e La Fontaine no início do século XX. Preocupados com a disponibilização de registros sobre a totalidade do conhecimento humano (mais do que com o armazenamento destes registros), os autores

desenvolveram o conceito de “documento”, alargando o campo de intervenção para além dos livros e demais registros impressos. Embora tratando de arquivos, bibliotecas e museus numa perspectiva integradora, a área acabou se desenvolvendo como uma atividade profissional distinta, paralela, atuando principalmente no campo da informação científica e tecnológica.

Foi justamente neste espectro de atuação, do registro e fornecimento de informações para campos específicos de ciência e tecnologia, que começaram a atuar aqueles que primeiramente ficaram conhecidos como “cientistas da informação” (FEATHER; STURGES, 2003). Na esteira das tentativas de institucionalização das atividades destes profissionais deu-se a base para a criação da nascente “Ciência da Informação”. Para Shera e Cleveland (1977), o acontecimento que teria marcado a transformação da Documentação em CI foi a International Conference on Scientific Information, realizada em Washington, em 1958. Poucos anos depois, em 1966, o American Documentation Institute (ADI) mudou sua designação para American Society for Information Science (ASIS), tornando-se a primeira instituição científica específica da CI. Os fundamentos teóricos imediatamente adotados foram a Teoria Matemática da Comunicação de Shannon e Weaver, a Cibernética de Wierner e as contribuições de Vannevar Bush. Juntos, permitiram a elaboração de um conceito “científico” de informação e a agenda de pesquisa da área, expressa num artigo de Borko, publicado em 1968, que se tornou um clássico.

Contudo, o que viria a ser a CI nos anos seguintes ultrapassou em muito o imaginado nos primeiros anos. Conforme González de Gómez (2000), nas décadas seguintes a CI desenvolveu-se por meio de subáreas relacionadas a diversos “programas de pesquisa”.

O primeiro deles, que está na origem mesma do campo, é o do estudo dos fluxos de informação científica e tecnológica. Embora alguns estudos iniciais estivessem voltados para a busca de caracterizações universais das diferentes fontes e recursos informacionais presentes

na prática científica (tempo de produção de cada um deles, vantagens e desvantagens, completude, custos, etc), muito rapidamente esses estudos se deslocaram para as práticas informacionais dos cientistas, identificando a importância da comunicação informal (com a descoberta dos “colégios invisíveis”), ampliando portanto o foco de observação da CI.

Nos anos seguintes, a crescente conformação de um campo de pesquisas especificamente voltado para os usuários inseriu a dimensão cognitiva na agenda de pesquisas. Necessidades de informação, estratégias de busca da informação, competências informacionais (fenômenos/atributos que não estão presentes na fisicalidade dos documentos) também se tornaram objeto de estudo da CI. Os sujeitos passaram enfim a ser vistos como tais – e não apenas como atributos sócio-demográficos sujeitos a leis e variáveis intervenientes, cujas ações seriam sempre apenas reflexos de forças colocadas fora deles.

Também o campo voltado para a economia política da informação (bem como estudos voltados para as ligações entre informação, cidadania e democracia) começou a problematizar a ligação existente entre fontes, serviços e sistemas de informação e os contextos econômicos, políticos, regulatórios, sociais e culturais nos quais essas fontes, serviços e sistemas se inserem. Essa problematização foi fundamental para se perceber a natureza essencialmente histórica e contextual dos fenômenos informacionais – em franca oposição à perspectiva positivista universalizante dos anos 1960.

Os estudos em gestão da informação e do conhecimento também trouxeram uma série de inovações. Entre elas, a própria distinção entre “conhecimento tácito” e “conhecimento explícito” (tomada da filosofia de Polanyi) ajudou a esclarecer ainda mais as distinções entre documento e informação. No âmbito dessa subárea também foram estudados os processos por meio dos quais conhecimentos tácitos tornam-se explícitos e vice-versa, bem como a natureza coletiva desse processo.

Por fim, os estudos mais recentes em representação da informação, incorporando as possibilidades trazidas com o hipertexto e as interfaces digitais, proporcionaram um grande avanço na própria percepção do caráter essencialmente construído dos processos de representação. Organizar e representar a informação não são processos de “reprodução” da realidade, não consistem na produção de um “espelho” do real – antes, significam diferentes maneiras (realizadas por atores específicos, em contextos sócio-históricos específicos e, importante destacar, a partir de tecnologias específicas) por meio das quais a realidade é apreendida e sistematizada.

Analizando-se as contribuições teóricas dessas diferentes correntes (apresentadas aqui muito sucintamente, dados os limites deste texto), torna-se mais fácil demonstrar como vem se dando a evolução do próprio conceito de informação no âmbito da CI. Num primeiro momento, a Documentação e a atividade dos primeiros “cientistas da informação” marcaram uma primeira direção: a CI estaria preocupada com a otimização dos fluxos dos documentos, com a sua circulação e o seu uso, mais do que com sua posse e seu tratamento técnico. A seguir, a própria evolução tecnológica (e a “revolução digital”) pareciam demarcar claramente a diferenciação entre “documento” e “informação”. Contudo, a adoção acrítica da Teoria Matemática e de uma postura positivista, a preocupação em encontrar as propriedades gerais da informação tomada como “coisa” (ou seja, os documentos) e desenvolver sistemas de recuperação de itens informacionais acabaram reconduzindo a CI para o estudo dos documentos, daquilo que tem existência física, passível de ser medido e quantificado. Informação deixou de ser entendida como “coisa” enquanto suporte (o livro, o documento) mas continuou sendo “coisa” no sentido de “conteúdo”, um conteúdo “objetivo”, entendido da mesma forma por qualquer sujeito, passível de ser “objetivamente descrito”, ainda que podendo estar inscrito em diferentes suportes. Tal visão é o que Capurro (2003) chamou de uma perspectiva física de estudo da informação, que vigorou como tendência hegemônica da CI na década de

1960 e continuou forte nas décadas seguintes.

Observando-se a evolução das diferentes pesquisas, é possível perceber que desde finais dos anos 1970 vários autores começaram a definir “informação” numa perspectiva mais abrangente. Nos anos 1980 proliferaram definições de informação relacionando-a com “dado” e “conhecimento”. Informação já não seria mais o documento, o dado, a “coisa” física; e nem o conhecimento que está na mente das pessoas – ela emerge da interação entre eles. Essa é a grande inovação teórica daquilo que Capurro (2003) chamou de modelo cognitivo: algo pode ser definido como informação não apenas por aquilo que tem em si, mas somente na perspectiva de um sujeito que conhece. Os dados, aquilo que tem existência material, possuem uma dimensão objetiva (e ela define um certo horizonte de possibilidades de significado). Já o conhecimento do sujeito também estabelece um horizonte de compreensão, por ser composto de coisas “já sabidas” e por quadros de sentido nos quais o já sabido se acomoda. A informação emerge do encontro essas duas esferas, aquilo que o dado “diz” e aquilo que o conhecimento “permite” compreender do dado. Tem-se aqui um quadro de compreensão da informação mais complexo – a dimensão semântica foi, afinal, incorporada à CI.

É a partir da década de 1990 que se observa um novo avanço teórico. Diferentes estudiosos, das mais diversas subáreas da CI, foram obtendo resultados de pesquisa que apontavam que esse “algo” identificado como “informação”, obtido no processo de interação entre dados e conhecimento, não era definido apenas pelo sujeito específico, um sujeito individual, isolado, destacado do mundo e do convívio com outros. Antes, os contextos específicos (as realidades históricas, políticas, econômicas, culturais) são parcialmente determinantes do processo. Ao mesmo tempo, o coletivo, isto é, as demais pessoas com quem o sujeito específico interage, também são fundamentais na determinação do processo. Ou seja, as pesquisas desenvolvidas nas últimas duas décadas evidenciaram o caráter essencialmente

contextual e intersubjetivo dos fenômenos informacionais. E a CI, incorporando em seu objeto de estudo essas dimensões, acabou por finalmente “acolher” a dimensão pragmática apontada em 1949 por Shannon e Weaver.

Na vigência do modelo “físico”, a CI, embora voltada para o estudo dos documentos, dos itens informacionais fisicamente observáveis, não era uma outra Documentação, nem uma outra Biblioteconomia ou qualquer ciência voltada para o estudo de documentos. Havia desde ali uma especificidade, um olhar próprio da CI sobre esses objetos. Da mesma forma, com a conformação do modelo “cognitivo”, a CI não se tornou uma “ciência dos conhecimentos”, uma “ciência das ideias”, isto é, uma ciência daquilo que estaria “dentro da mente” das pessoas – embora mantivesse também aí um olhar próprio sobre esses fenômenos. Agora, no âmbito da perspectiva contemporânea pragmatista, inserem-se o contexto sócio-cultural e o contexto interacional dos sujeitos no escopo do objeto de estudo do campo. Mas a CI não é a ciência dos contextos sócio-culturais e nem a ciência das interações entre os sujeitos. Porém ela busca, também nesses elementos, algo de específico, de particular: a dimensão informacional presente nesses fenômenos. É, mais uma vez, aí que reside o olhar informacional, o lugar de onde a CI observa os diferentes fenômenos da realidade.

Tal olhar tem relação direta com a maneira como o “documento” é analisado pela Ciência da Informação. Conforme Capurro (2009), para definir informação, é preciso remontar aos conceitos gregos de eidos (ideia) e morphé (forma), significando “dar forma a algo”, que permite a construção de um olhar que se inscreve no âmbito da ação humana sobre o mundo (“in-formar”) e a partir do mundo (se “in-formar”). Ou seja, os seres humanos, em suas diferentes ações no mundo (produzir pesquisa científica, construir sua identidade, monitorar o ambiente mercadológico, testemunhar direitos e deveres, etc), produzem registros materiais, documentos – eles in-formam. É essa ação de produzir registros materiais que é a informação, que

é o objeto de estudo da CI. A CI não estuda a ação administrativa, política, cultural, etc, em si mesmas, mas apenas naquilo que elas têm de informacional. Ao mesmo tempo, os seres humanos, também em suas diferentes ações (pode-se citar as mesmas ou outras, como tomar decisões de investimentos, testemunhar determinados direitos, comunicar-se com os outros, etc), utilizam documentos, registros materiais – os seres humanos se informam. É também essa ação de utilizar, se apropriar dos registros de conhecimento que é a informação, e que é também objeto de estudo da CI.

5. Considerações finais

Como apresentado no item 2, o modelo epistemológico a partir do qual a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia se constituíram como ciência, no final do século XIX, representou o resultado de um progressivo processo de restrição, na medida em que se buscou destacar os fenômenos arquivísticos, biblioteconômicos e museais das demais práticas sociais – processo necessário para que se constituíssem práticas profissionais e disciplinas científicas específicas. O ponto máximo desse processo se deu com a própria consolidação da Arquivologia, da Biblioteconomia e da Museologia como ciências autônomas e, dessa forma, elegeram-se como objetos empíricos de estudo os elementos mais concretos: os documentos, os instrumentos de seu processamento e a própria instituição arquivística, biblioteconómica e museal. Segundo o “espírito” positivista, o trabalho foi tomado em si mesmo, a partir da perspectiva da “neutralidade” da relação do cientista (e do profissional) com o real. Um real não problematizado, um real único e unívoco, que teria nos documentos um “espelho”, uma correspondência direta – sendo a representação então algo mecânico e rígido. Ao mesmo tempo, o modelo positivista de “redução da complexidade” levou a uma separação dos elementos do real, para serem estudados de maneira isolada.

Ao longo do século XX, as diversas teorias formuladas, agrupadas acima em quatro eixos, começaram a promover um deslocamento da reflexão: dos documentos, instrumentos e instituições, para os processos desempenhados por eles no todo social - os papéis e funções assumidos; a submissão às lógicas de poder e dominação; as apropriações por parte dos sujeitos; as diferentes possibilidades de representação. Tais abordagens buscaram reparar a restrição anterior, que teria “arrancado” os arquivos, as bibliotecas e os museus dos seus contextos socioculturais, excluindo as interações que os envolvem, as intervenções dos sujeitos.

Esse conjunto de reflexões “preparou o terreno” para as abordagens contemporâneas, que avançaram nas reflexões sobre as relações entre os arquivos, as bibliotecas e os museus e a vida social e cultural; não mais a partir dos arquivos, das bibliotecas e dos museus, mas com um novo ponto de partida: a própria vida social. As instituições seriam mais do que conjuntos de documentos e critérios técnicos de seu tratamento, e também mais do que seus impactos na vida social – eles são testemunha dos valores e mentalidades de uma sociedade, resultado de sua maneira de selecionar o que lembrar e o que esquecer. O arquivo, a biblioteca e o museu têm, naturalmente, uma existência em si mesmos, mas são também um dos muitos pontos de passagem da vida de uma sociedade, são um dos momentos da vida social. Nesse sentido, a prática profissional é resultado de um processo de interrelação entre os elementos que com ela se envolvem: os sujeitos produtores de registros, os profissionais, os cidadãos (usuários reais e potenciais), os instrumentos e tecnologias existentes num determinado período, os contextos socioculturais (uma época, um lugar). Como consequência desse conjunto de ideias, desenha-se a necessidade de modelos mais complexos de pesquisa, voltados para a globalidade dos processos (a interrelação entre os diferentes atores envolvidos) e para a necessária inserção de sua realização no terreno da experiência, da concretude de uma realização particular.

É nesse sentido que as tendências contemporâneas em CI se apre-

sentam como espaço importante para potencializar o diálogo entre as áreas. Voltando ao quadro explicativo apresentado no tópico 4, se a CI destaca e estuda a dimensão informacional (a ação de produzir documentos e a ação de usar esses documentos, isto é, as maneiras como os seres humanos se relacionam com os documentos) no âmbito dos mais diversos fenômenos humanos (administrativos, jurídicos, políticos, culturais, etc), como ela enxergaria os arquivos, as bibliotecas e os museus? Nessa perspectiva, arquivos, bibliotecas e museus recortam, na fenomenalidade documental, determinados elementos para interferir neles, se colocarem no meio desse amplo processo em que seres humanos criam e usam registros para desempenhar todas as suas demais tarefas. Ao recolher documentos e os tratar (desenvolver coleções, catalogá-las, descrevê-las, classificá-las, etc) os arquivos, as bibliotecas e os museus estão “in-formando” novamente, estão produzindo novos registros. Ao mesmo tempo, essas instituições só fazem isso para que as pessoas utilizem, busquem, acessem, visitem - ou seja, são instituições que promovem incentivos para que as pessoas “se in-formem”. Arquivos, bibliotecas e museus agem como mediadores na medida em que, por meio de uma intervenção intencional, buscam promover o contato entre aquilo que está/estaria separado (as pessoas dos registros de conhecimento), buscam otimizar a maneira como os seres humanos se relacionam com esses registros (produzindo-os e os utilizando). Essas instituições atuariam, pois, como intermediárias, dentro de um vastíssimo conjunto de ações informacionais que ocorrem a todo tempo e em todo lugar.

Estaria aqui a força da CI para trazer contribuições efetivas para os campos da Arquivologia, da Biblioteconomia e da Museologia. A CI não traria apenas uma contribuição para recuperar dados em arquivos, bibliotecas ou museus digitais, nem seria apenas uma nova técnica de processamento a se somar às demais, nem veria essas instituições apenas como elementos no fluxo da informação em ciência e tecnologia. Nesse novo quadro interpretativo, a CI poderia contribuir para analisar a dimensão propriamente informacional da ação

promovida pela ação arquivística, biblioteconômica e museológica. Isso significa estudar e refletir sobre os processos por meio dos quais as instituições arquivo, biblioteca e museu “in-formam” - isto é, selecionam documentos para compor os acervos, escolhem determinados instrumentos de descrição, operam determinadas estratégias de disseminação e promoção de acesso.

Referências

ALMEIDA JR., O. Mediação da informação e múltiplas linguagens. Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação, v. 2, n. 1, p. 89-103, jan./dez. 2009.

CAMPELLO, B. O movimento da competência informacional: uma perspectiva para o letramento informacional. Ciência da Informação, v. 32, n. 3, p. 28-37, set./dez. 2003.

CAPURRO, R. Epistemología e ciencia de la información. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2003.

CAPURRO, R. Pasado, presente y futuro de la noción de información. In: ENCUENTRO INTERNACIONAL DE EXPERTOS EN TEORÍAS DE LA INFORMACIÓN, 1, 2009. Anais... Leon: Universidad de Leon, 2009.

COOK, T. What is past is prologue: a history of archival ideas since 1898, and the future paradigm shift. Archivaria, v. 43, p. 17-63, 1997.

COX, R. Personal archives and a new archival calling: readings, reflections and ruminations. Duluth: Litwin, 2008.

DAVIS, P. Ecomuseums: a sense of place. London:Leicester University Press, 1999.

DELOCHE, B. El museo virtual. Gijón: TREA, 2002.

- FEATHER, J.; STURGES, P. International Encyclopedia of Information and Library Science. Londres: Routledge, 2003.
- FONSECA, E. Introdução à biblioteconomia. São Paulo: Pioneira, 1992.
- GONZÁLEZ DE GOMÉZ, M. N. Metodologia da pesquisa no campo da Ciência da Informação. Datagramazero: Revista de Ciência da Informação, v.1,n. 6, dez/2000.
- MARTY, P.; JONES, K. (Orgs.). Museum informatics: people, information and technology in museums. Nova Iorque: Routledge, 2008.
- ROWLEY, J. A biblioteca eletrônica. Brasília: Briquet de Lemos, 2002.
- SHERA, J.; CLEVELAND, D. History and foundations of information science. Journal of the American Society of Information Science and Technology, v. 12, p. 249-275, 1977.
- SILVA, A. M. et al. Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação. Porto: Afrontamento, 1998.
- SILVA, A. M. A informação: da compreensão do fenômeno e construção do objecto científico. Porto: Afrontamento, 2006.

Realização: Rede Franco-Brasileira de Pesquisadores em Mediação e Usos Sociais de Saberes e Informação - Rede MUSSI.

Promoção:



Apoio:



SECRETARIA DE CIÉNCIA,
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO



Colégio do Brasil



edições tempo brasileiro

